

**As relações pós-coloniais no discurso parlamentar português
(1976-1980)**

António Pedro dos Santos Teixeira

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Dezembro, 2017

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor Pedro Aires Oliveira*.

* Versão Corrigida e Melhorada após Defesa Pública a 6 de Abril de 2018. O Júri, composto por Paulo Jorge Fernandes (Presidente), Cláudia Toriz Ramos (Arguente) e Pedro Aires Oliveira (Orientador) atribuiu a classificação final de 18 valores por unanimidade.

“Nascer pequeno, e morrer grande, é chegar a ser homem. Por isso nos deu Deus tão pouca terra para o nascimento, e tantas terras para a sepultura. Para nascer, pouca terra: para morrer, toda a terra: para nascer, Portugal: para morrer, o mundo.”

Padre António Vieira, *Sermão de Santo António*, 1670.

“E eu te digo que nada estava ainda escrito, porque é novo e fugaz e invenção de cada hora o que nos vibra nos ossos e nos escorre de suor quando se ergue à nossa face.”

Vergílio Ferreira, *Aparição*, 1959.

Agradecimentos

Também esta Dissertação não estava ainda escrita. O produto final resulta muito menos de um percurso linear e certo do que do inesperado e da ventura que compõem a essência do trilha da vida. Além do possível interesse do tema e do esforço confesso do autor, este trabalho muito deve ao contexto de ambos.

Não posso deixar de agradecer ao Prof. Doutor Pedro Aires Oliveira que generosamente orientou a Dissertação. Sem a confiança que sempre depositou em mim e a resiliência que sempre me inculcou, a tese não estava ainda escrita. Agradeço também aos meus restantes docentes do Mestrado de História Contemporânea, os Prof.^s Doutores Luís Espinha da Silveira, Pedro Tavares de Almeida, Maria Fernanda Rollo, José Neves e Maria Inês Queiroz. A todos agradeço o interesse e a utilidade das temáticas exploradas nas respectivas cadeiras, o acompanhamento pedagógico dos trabalhos realizados e a preocupação constante em promover o sentido crítico na investigação científica.

Também agradeço a todos os meus colegas que, inadvertida ou intencionalmente, me foram sugerindo e indiciando pistas de investigação ou referências relevantes, confrontando os incontornáveis momentos de clausura na investigação historiográfica com a vivência de uma angústia colectiva, fraterna e solidária. Estendo ainda este agradecimento aos serviços académicos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas que procuraram ser sempre úteis e prestativos ao longo deste ciclo de estudos.

Agradeço também a solicitude e disponibilidade dos funcionários dos serviços de documentação, em particular, os Dr.^s Pina Falcão e Patrícia Diniz no Arquivo Histórico da Presidência da República; as Dr.^{as} Manuela Magalhães e Marina Figueiredo no Arquivo Histórico-Parlamentar; e o Dr. Luís Sá na Biblioteca Nacional de Portugal.

Devo também um especial agradecimento à Prof.^a Doutora Paula Ochôa pelo exemplo de pedagogia e compreensão e também pela preocupação maternal que sempre me dispensou. Agradeço também à Sofia Néo e ao João Cerdeirinha pela compreensão demonstrada face às múltiplas exigências deste trabalho.

Agradeço especialmente aos que me são mais próximos. À Joana Correia Pais, ao António Camacho e ao João Vasconcelos Simão, pelo auxílio e pelo ânimo durante toda esta saga, desde o café matinal até ao digestivo nocturno. Ao Sérgio Tenreiro Gomes, pelo apoio decisivo; mas também pela amizade e disponibilidade inexcedíveis. À Ana Leite, por todo o amparo e pelo interesse demonstrado por este tema. Ao André Pita, vítima preferencial de todas as angústias do processo, pela paciência acolhedora a cada passo do quotidiano. À Daniela Major, pela sua bondade inenarrável e pelo seu sentido crítico aguçado; e que tendo lido e comentado a Dissertação de fio a pavio, merecia ser agraciada com um grau *honoris causa*. À Cátia Tuna, pelo afecto, entre palavras e silêncios, pelo exemplo de força, coragem e resiliência face às intempéries da vida; mas também pelo exemplo inesquecível de Humanidade.

Agradeço, a título derradeiro, aos meus pais, António Estrela Teixeira e Sofia Loureiro dos Santos, a quem devo tudo o que de importante aprendi e pude ter na vida. Por encontrá-los em todos os espelhos em que me entrevejo. Também sem que nada estivesse ainda escrito. Por nunca terem desistido de mim.

Resumo

As relações pós-coloniais no discurso parlamentar português (1976-1980)

António Pedro dos Santos Teixeira

PALAVRAS-CHAVE: Discurso parlamentar; Democracia portuguesa; Europa; África; descolonização; identidade pós-colonial.

Esta investigação pretende estudar as relações pós-coloniais no discurso parlamentar português (1976-1980) através de sessões plenárias. Atendemos à natureza democrática e constitucional do Parlamento eleito, à sua competência política e legislativa e representatividade popular para compreender o relacionamento com outras entidades. Concebemos este discurso político como um produto do debate entre os partidos políticos, confrontando as suas semelhanças e divergências. O pós-colonialismo é assumido neste trabalho no seu sentido histórico. Quanto ao significado identitário deste termo, questionamos as rupturas e continuidades no discurso parlamentar como consequência da perda do Império, dos efeitos da descolonização e da configuração da identidade nacional. A caracterização das relações pós-coloniais depende deste período cronológico pós-revolucionário, da natureza do regime semipresidencial, das dinâmicas de relacionamento entre Órgãos de Soberania, da singularidade deste primeiro Parlamento e das contingências do trabalho parlamentar. A vocação e orientação da política externa portuguesa também pesa na nossa investigação. Entre o europeísmo propulsor da integração comunitária e uma noção universalista e ecuménica que privilegia as relações com o antigo espaço colonial, a Assembleia da República procura um novo posicionamento internacional para a Democracia portuguesa. Particularmente quanto ao antigo Império, atendemos à construção de laços com os países africanos de língua oficial portuguesa acompanhada de desígnios fraternais e cooperação entre Estados, mas questionando o protesto e os assuntos do contencioso colonial. Medimos a posição do Hemiciclo a este propósito, sublinhando as dificuldades associadas às tentativas de normalização das relações diplomáticas com o antigo Ultramar. Quanto à descolonização, examinamos o impacto do Retorno considerando as declarações políticas sobre o assunto e analisando a avaliação dos seus efeitos. Discutindo os problemas de integração no território europeu, tentamos observar o comprometimento dos parlamentares com as propostas de acolhimento dos fluxos migratórios nesta nova Democracia europeia. Constatando as diferentes linhas políticas de abordagem das relações pós-coloniais na casa da Democracia, tentamos pesar os conflitos e alinhamentos expostos na Assembleia da República. Alguns padrões homogêneos podem reflectir um consenso pós-colonial no diálogo da identidade nacional portuguesa com o passado próximo. As conclusões sugerem algumas pistas para futuras investigações.

Abstract

The post-colonial relations in the Portuguese parliamentary discourse (1976-1980)

António Pedro dos Santos Teixeira

KEYWORDS: Parliamentary discourse; Portuguese democracy; Europe; Africa; decolonization; postcolonial identity.

This investigation intends to study the post-colonial relations in the Portuguese parliamentary discourse (1976-1980) through the plenary sessions. We considered the democratic and constitutional nature of the elected Parliament, its political and legislative competence and popular representation to understand the relationship with other entities. We conceive this political discourse as a product of the political parties' dialogue, confronting its similarities and differences. The post-colonialism is assumed in this work in its historical sense. With regards to the identity significance of this term, we questioned the disruptions and continuities in parliamentary discourse as the loss of the Empire, the decolonization's effects and the configuration of national identity. The characterization of the post-colonial relations depends on this post-revolutionary period, on the nature of the semi-presidential *regimen*, the relationship's dynamics between Sovereignty institutions, the singularity of this first democratic parliament and on the parliamentary labour contingencies. The vocation and orientation of the Portuguese foreign policy also weights in our investigation. Between the Europeanism propulsive of the Community integration and the universalist and ecumenic notion which privilege the relations with the ancient colonial area, the Assembly of the Republic seeks for a new international position for the Portuguese Democracy. Particularly in respect to the ancient Empire, we consider the building ties with the Portuguese-speaking African countries (PALOP) among fraternal designs and cooperation between States, while questioning the political protest and colonial litigation affairs. We measure the position of the chamber on this purpose, underlining the difficulties associated to the attempts to normalize the diplomatic relations with the ancient *Ultramar*. On the decolonization theme, we examine the impact of the *Retorno* by considering the political statements on this issue and analysing the evaluation of its effects. Discussing the problems of integration in the European territory, we aim to observe the parliamentarian's commitment with the proposals to host the migration flows in this new European Democracy. Realising the different political lines of approach of post-colonial relations in the house of Democracy, we seek to balance the conflicts and alignments exposed in the Assembly of the Republic. Some homogenic patterns may reflect a post-colonial consensus on the dialogue of Portuguese national identity with the recent past. The conclusions suggest some clues for future investigations.

Índice

I. Introdução

I.1. Enquadramento teórico.....	1
I.2. Aspectos metodológicos.....	7

II. A Democracia de 1976: o contexto histórico e a Instituição parlamentar

II.1. A forja do semipresidencialismo português.....	11
II.2. As dinâmicas de relacionamento institucional.....	16
II.3. A primeira Assembleia da República.....	22
II.4. O pendor do trabalho parlamentar.....	25

III. Vocação e identidade na orientação da política externa portuguesa

III.1. Propostas para uma nova identidade.....	33
III.2. A marcha do europeísmo.....	37
III.3. Da inflexão presidencial à “prioridade das prioridades”.....	46
III.4. O consenso impossível: entre o universalismo e a vocação europeia.....	54

IV. Portugal e os países africanos de expressão portuguesa

IV.1. Propedêutica da libertação.....	59
IV.2. O “caminho das pedras”.....	62
IV.3. Amizade e Cooperação.....	67
IV.4. Contencioso e protesto.....	75
IV.5. A quimera da normalização.....	84

V. Os despojos do Império

V.1. As “traineiras”.....	87
V.2. A narrativa da tragédia.....	97
V.3. Os caminhos da integração.....	106

VI. Conclusão

VI.1. A operatividade do discurso parlamentar.....	111
VI.2. O Império <i>contranatura</i> que não deveria ter existido.....	113

VII. Fontes e Referências bibliográficas

VII.1. Fontes.....	121
VII.2. Referências bibliográficas.....	135

VIII. Anexos

VIII.1. Tabela de Grupos parlamentares na I Legislatura, por acto eleitoral.....	150
VIII.2. Tabela de Grupos parlamentares na I Legislatura: isolamento da frequência absoluta de deputados repetentes.....	151
VIII.3. Relação de deputados da I Legislatura.....	152
VIII.4. <i>Ratio</i> de Leis por reunião plenária na I Legislatura.....	174
VIII.5. Relação de Presidentes e Vice-Presidentes da Assembleia da República da I Legislatura.....	175
VIII.6. Composição dos Governos Constitucionais da I Legislatura.....	176

Nota: A redacção desta Dissertação obedece às Norma Ortográfica anterior ao AO90. Todas as referências estão indicadas de acordo com a Norma Portuguesa 405.

Lista de Abreviaturas

ACD – Alto-Comissário para os Desalojados

AD – Aliança Democrática

ADUREP – Associação de Desalojados Ultramarinos, Reformados e Emigrantes Portugueses

AFOCEC – Associação de Funcionários dos Organismos Corporativos das Ex-Colónias

AGC – Acordo Geral de Cooperação

AHPR – Arquivo Histórico da Presidência da República

APRU – Associação dos Portugueses Reformados do Ultramar

APU – Aliança Povo Unido

AR – Assembleia da República

ASDI – Acção Social Democrata Independente

ASEU – Associação dos Servidores do Ex-Ultramar

BEI – Banco Europeu de Investimentos

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNU – Banco Nacional Ultramarino

CAC – Centros de Acolhimento Colectivo

CDS – Partido do Centro Democrático Social

CE – Conselho da Europa

CEDH – Convenção Europeia dos Direitos do Homem

CEE – Comunidade Económica Europeia

CESOM – Conferência Europeia dos Espoliados do Ultramar

CID – Comissão dos Interesses dos Desalojados

CIFRE – Comissão Interministerial de Financiamento a Retornados

CND – Comissão Nacional de Descolonização

COMECON – Conselho para Assistência Económica Mútua

CR – Conselho da Revolução

CRP – Constituição da República Portuguesa

CTA – Centros Temporários de Acolhimento

DAR – Diário da Assembleia da República

DG – Diário do Governo

DGC – Direcção Geral de Cooperação

DR – Diário da República

DUDH – Declaração Universal dos Direitos do Homem

FACIM – Feira Internacional de Maputo

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FAP – Federação das Associações Portuguesa

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRAUL – Movimento Nacional de Fraternidades Ultramarina

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FRS – Frente Republicana e Socialista

GCC – Gabinete Coordenador para a Cooperação

GCEE – Gabinete para a Cooperação Económica Externa

IARN – Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais

ICE – Instituto para a Cooperação Económica

IORE – Inter-Organização dos Refugiados e Emigrantes

MAI – Ministro da Administração Interna

MAS – Ministro dos Assuntos Sociais

MDP/CDE – Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral

MFA – Movimento das Forças Armadas

MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

MNE – Ministro dos Negócios Estrangeiros

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NATO – Organização de Tratado do Atlântico Norte

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OGE – Orçamento Geral do Estado

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAR – Presidente da Assembleia da República

PCP – Partido Comunista Português

PM – Primeiro-Ministro

POUS – Partido Operário de Unidade Socialista

PPD/PSD – Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata

PPM – Partido Popular Monárquico

PR – Presidente da República

PREC – Processo Revolucionário Em Curso

PS – Partido Socialista

RDP – Rádio Difusão Portuguesa

RPA – República Popular de Angola

RPM – República Popular de Moçambique

RTP – Rádio Televisão Portuguesa

SARA – Serviços de Apoio aos Refugiados de África

SENADU – Secretariado Nacional de Desalojados

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

UDP – União Democrática Popular

UDU – União dos Desalojados do Ultramar

UEDS – União de Esquerda Socialista Democrática

I. Introdução

I.1. Enquadramento teórico

Esta dissertação pretende estudar *relações pós-coloniais no discurso parlamentar português* na I Legislatura da Assembleia da República, entre 1976 e 1980. À formulação do tema e objecto de estudo presidiu, sobretudo, o interesse em caracterizar o discurso político produzido em contexto parlamentar como fenómeno intrínseco ao pós-colonialismo português. Procuramos, assim, aferir a natureza pós-colonial do Estado democrático em Portugal a partir do seu posicionamento como interlocutor externo e interno nas relações que estabelece com outras entidades. Tendo como fonte de referência os debates plenários, a definição das balizas cronológicas procurou respeitar a vigência da primeira AR eleita em 1976 e o papel deste Órgão de Soberania no contexto histórico de afirmação na jovem Democracia.

O excesso de informação que caracteriza este período obriga a uma necessária selecção da mesma, atendendo à sistemática da dissertação, ao equilíbrio entre conteúdos, ao tempo para a sua elaboração e, sobretudo, à dimensão. Ainda que se trate de um estudo historiográfico, não pudemos ignorar a multiplicidade de contributos provenientes de outras áreas científicas, aproximando-nos, tanto quanto possível, de uma abordagem interdisciplinar na recolha de elementos conceptuais úteis à compreensão desta realidade e na colheita de perspectivas hermenêuticas que alargam os horizontes de investigação. Na capacidade agregadora de conhecimentos, privilegiamos o tempo como factor primordial de entendimento e interpretação do objecto estudado. A cronologia delimitada oferece inúmeras fontes e referências bibliográficas alusivas a parcelas do objecto. Procuramos inicialmente referir os principais contributos para a construção desta problemática para, em seguida, delimitar uma metodologia pertinente.

No estado da questão, a revisão da literatura é um passo metodológico necessário nesta senda. Procuramos sistematizar os vários contributos em quatro áreas abrangentes, ainda que não conceptualmente estanques. Uma primeira debruça-se sobre o contexto histórico deste período; uma segunda é dedicada à caracterização do regime democrático, a sua organização política e o papel da Instituição parlamentar. Como terceiro ponto, referimos contributos operativos na área do discurso político nesse âmbito e, finalmente,

detivemo-nos numa abordagem crítica de conteúdos afectos à questão do pós-colonialismo.

No respeitante à cronologia, Medeiros Ferreira², António Reis³, António José Telo⁴ e António Costa Pinto⁵ ajudam-nos a caracterizar o período em questão numa perspectiva abrangente e integrada do primeiro quadriénio constitucional português. Releva nestas obras a identificação de temas que acompanham a construção da Democracia portuguesa. As memórias dos protagonistas têm utilidade semelhante, e ainda que careçam da reflexão crítica e metodológica, são um testemunho valioso da prática política do período⁶. A investigação historiográfica recente tem cedido alguma atenção a esta cronologia. Entre outros, a investigação de Dina Sebastião⁷ sobre o pensamento político de Mário Soares elucida a caminhada portuguesa para a Europa; a de Manuel Magalhães⁸ reflecte sobre as relações externas entre Portugal e os novos países de expressão portuguesa e a de Thiago Carvalho preocupa-se com as relações diplomáticas com o Brasil⁹. Estas referências debatem o cariz ideológico no reposicionamento da posição de Portugal no Mundo.

Quanto ao sistema político, Maurice Duverger¹⁰ é um autor incontornável na abordagem conceptual da natureza semipresidencial do novo regime português para aferir uma parametrização da intervenção neste domínio. André Freire e Manuel Meirinho¹¹ abordam as particularidades do sistema político português em função do contexto

² FERREIRA, José Medeiros Ferreira – *Portugal em Transe (1974-1985)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

³ REIS, António (org.) – *Portugal. 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

⁴ TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade*, volume I. Barcarena: Editorial Presença, 2007.

⁵ PINTO, António Costa – *História Contemporânea de Portugal*, volume 5. Lisboa: Objectiva, 2015.

⁶ O interesse substantivo das reflexões de Mário Soares, Freitas do Amaral, Almeida Santos, Galvão de Melo, Zita Seabra e Lourdes Pintasilgo permitiu-nos encontrar pistas de investigação relevantes na construção da problemática.

⁷ SEBASTIÃO, Dina Sofia Neves – *Mário Soares: pensamento e acção* [Texto policopiado]. Coimbra: [s.n.], 2010. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁸ MAGALHÃES, Manuel Campos Robalo Leite de – *Belém e São Bento nas Relações Externas Pós-Coloniais Portuguesas (1976-1982)* [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

⁹ CARVALHO, Thiago, *Identidades de ânimos, diferenças de propósitos. As relações entre Portugal e o Brasil (1974-1985)* [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.], 2016. Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada ao Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresa.

¹⁰ DUVERGER, Maurice – *Xeque-Mate, Análise comparativa dos sistemas políticos semi-presidenciais*. Lisboa: Edições Rolim, 1979.

¹¹ FREIRE, André; MEIRINHO, Manuel – *Sistema eleitoral, de Partidos e de Governo: o caso português em perspectiva comparativa*. In FREIRE, André (org.) *O Sistema Político Português: Século XIX-XXI*. Coimbra: Almedina, 2012.

histórico. Na esfera do Direito Constitucional, a obra de referência de Reis Novais¹² procura analisar exaustivamente as particularidades deste fenómeno. Mais recentemente, Eduardo Correia¹³ discorre de forma mais incisiva sobre o exercício prático dos poderes institucionais. Na Ciência Política, autores como Marina Costa Lobo¹⁴ e Carlos Jalali¹⁵ ajudam-nos a compreender o papel dos partidos políticos como protagonistas deste sistema político, abordando, entre outros assuntos, a sua face parlamentar e o seu contributo para a consolidação do regime.

No domínio parlamentar, a Teoria das Elites permite-nos estudar os deputados como grupo coeso na arquitectura institucional do sistema em função do acesso privilegiado à produção normativa. As obras de Conceição Pequito Teixeira¹⁶ e Ana Maria Belchior¹⁷ aprofundam questões de recrutamento parlamentar, padrões comportamentais e sua inserção no quadro político ilustrando a importância do plenário na caracterização do regime. Entre a pluralidade de estudos sobre o Parlamento em Portugal, interessa-nos também aqueles que se aproximam do debate político. A AR tem patrocinado a publicação de obras de investigação sobre várias temáticas em ambiente parlamentar, como a questão colonial, estudada nas várias configurações políticas da Câmara¹⁸. Algumas reflexões referentes ao Parlamento democrático têm sido produzidas nos últimos anos, como a de Alice Cunha¹⁹ quanto à integração europeia, somando ao interesse da abordagem temática a importância do período temporal de enquadramento.

A análise do discurso político pesa na caracterização do debate parlamentar. Para tal, não pudemos ignorar os discursos dos eleitos, produzidos nesta cronologia, vertidos

¹² NOVAIS, Jorge Reis – *Semipresidencialismo*, volume II, *O Sistema Semipresidencial Português*. Coimbra: Almedina, 2010.

¹³ CORREIA, Eduardo Filipe Corrêa Rodrigues de Pereira – A Interpretação dos Poderes do Presidente da República no Semi-Presidencialismo do Portugal Democrático [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.], 2009. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

¹⁴ LOBO, Marina Costa – *Governar em Democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

¹⁵ JALALI, Carlos – *Partidos e Democracia em Portugal – 1974-2005*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

¹⁶ TEIXEIRA, Maria da Conceição Pequito – *O Povo Semi-Soberano. Partidos Políticos e Recrutamento Parlamentar em Portugal*. Coimbra: Almedina, 2009.

¹⁷ BELCHIOR, Ana Maria – *Democracia e Representação Partidária – A elite parlamentar e os cidadãos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

¹⁸ Neste sentido lembramos os trabalhos de ALEXANDRE, Valentim – *A Questão colonial no Parlamento*, Volume I, 1821-1910. Lisboa: Assembleia da República, 2008; e de PROENÇA, Cândida – *A Questão colonial no Parlamento*, Volume II, 1910-1926. Lisboa: Assembleia da República, 2008.

¹⁹ CUNHA, Alice – *Assuntos Europeus no Parlamento: os debates*. Lisboa: Assembleia da República, 2017.

em artigos de opinião ou compilados em publicações supervenientes²⁰. O papel da imprensa na reprodução e notificação do discurso revela-se um auxílio relevante nesta matéria. Na literatura científica realçamos, entre outros, os contributos determinantes de Michel Foucault²¹ na justificação da pertinência do discurso político como instrumento de conhecimento histórico pela sua dinâmica construtiva e relacional na expressão do poder. Em moldes diversos, Ernesto Laclau²² interessa-se pela forma de enunciação do discurso com vector hermenêutico. Entre nós, a recepção foucaultiana no estudo de Alberto Batista²³ ensaia uma estratégia de análise discursiva. No campo da linguagem, Aldina Marques²⁴ analisa o enunciado político através de interpelações parlamentares ao Governo português ao longo do período democrático. No domínio das Ciências Sociais, Cláudia Ramos²⁵ convoca a utensilagem do discurso para a “construção da identidade política” na integração europeia. O mesmo objecto é escrutinado na área das Ciências da Comunicação, por Vítor de Sousa e Moisés de Lemos Martins²⁶, que testa os efeitos de condicionamento do discurso parlamentar no “espaço público”. Alice Cunha tem-se debruçado sobre a mesma questão para registar a pegada da construção europeia²⁷. Mónica Vieira e Filipe Silva²⁸ estudam os debates constituintes numa linha afecta à História das Ideias Políticas para intuir “motivações, interesses e constrangimentos” e “estratégias retóricas e expressivas” no discurso parlamentar. A aplicação destas

²⁰ Neste sentido lembramos publicações que reúnem intervenções de EANES, António Ramalho – *Diálogo e cooperação: discursos oficiais proferidos durante a visita do Presidente da República Portuguesa General Ramalho Eanes à República de Cabo Verde, de 15 a 20 de Abril de 1980*. Lisboa: Direcção-Geral da Informação, 1981; de SOARES, Mário – *A Europa connosco*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976; de CARNEIRO, Francisco de Sá – *Textos*, volume 6. Lisboa: Editorial Progresso Social e Democracia, 1990; e de CUNHAL, Álvaro – *Crise e Queda dos Governos PS*, volume I. Lisboa: Edições Avante, 1980.

²¹ FOUCAULT, Michel – *L'Orde du discours, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*. Paris: Gallimard, 1971.

²² LACLAU, Ernesto – Populismo: o que há num nome? In DIAS, Bruno Peixe; NEVES, José (coord.) – *A Política dos Muitos – Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Tinta-da-china, 2010, pp. 55-72.

²³ BATISTA, Alberto Luís Rocha – *Elementos para uma estratégia de análise do discurso político*. Porto: [s.n.], 1990.

²⁴ MARQUES, Maria Aldina de Bessa Ferreira Rodrigues – *Funcionamento do discurso político parlamentar: a organização enunciativa no debate de interpelação ao Governo*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos, 2000.

²⁵ RAMOS, Cláudia – Discurso parlamentar português e construção da identidade política no contexto da integração europeia, In *Antropológicas*. Porto. N.º 9, (2005), pp. 67-96.

²⁶ SOUSA, Vítor; MARTINS, Moisés de Lemos – A “portugalidade” no discurso parlamentar português: Assembleia Nacional (1935-1974) e Assembleia da República (1976-2012). In PINTO-COELHO, Zora; FIDALGO, Joaquim (ed.) – *Comunicação e Cultura: II Jornada de Doutorandos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2013, pp. 87-103.

²⁷ PAULO, Maria Teresa; CUNHA, Alice – A Europa no discurso parlamentar português: os debates plenários entre 1985 e 2011. In *Relações Internacionais*. Lisboa. N.º 40, (Dezembro de 2013), pp. 173-195.

²⁸ VIEIRA, Mónica Brito; SILVA, Filipe Carreira da – *O Momento Constituinte – Os Direitos Sociais na Constituição*. Coimbra: Almedina, 2010.

assunções no período cronológico estudado interessa-nos pela valência construtiva e relacional e pelo peso da temática pós-colonial no comprometimento do discurso político do novo regime.

A abordagem do pós-colonialismo em Portugal parte de prismas diversos. Numa perspectiva analítica parece-nos relevante observar no plano histórico as interrogações quanto ao desaparecimento das estruturas coloniais europeias com a descolonização mediante a construção de uma nova ordem política no velho continente. Neste sentido convocamos a experiência francesa como polo orientador desta reflexão pós-colonial, aqui se inscrevendo os trabalhos de Todd Shepard²⁹ e Sung-Eun Choi³⁰. O caso português mereceu a atenção de Norrie MacQueen³¹ e Kenneth Maxwell³² quanto à sua inserção no contexto internacional. Entre nós, a obra de Mário Oliveira³³ é pioneira no tratamento dos efeitos endógenos da descolonização portuguesa. Se autores como Freire Antunes³⁴, Costa Pinto³⁵, José Pinto³⁶ e Rui Ramos³⁷ se debruçam sobre o impacto desta mutação nas relações entre a Democracia e o antigo espaço colonial, Medeiros Ferreira³⁸ e Severiano Teixeira³⁹ pesam essencialmente a reformulação do posicionamento internacional português em período democrático e de integração no espaço comunitário. Fernando Rosas, Mário Artur Machaqueiro e Pedro Aires Oliveira⁴⁰ coordenam uma obra que compreende perspectivas diversas sobre o fim da realidade colonial. Mais

²⁹ SHEPARD, Todd – *The Invention of Decolonization: The Algerian War and the Remaking of France*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

³⁰ CHOI, Sung-Eun – *Decolonization and the French of Algeria: Bringing the Settler Colony Home*. Cambridge: Palgrave Macmillan, 2016.

³¹ MACQUEEN, Norrie – *A Descolonização da África Portuguesa: A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1998.

³² MAXWELL, Kenneth – *A Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Presença, 1999.

³³ OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (dir.) – *A Descolonização Portuguesa – Aproximação ao seu estudo*, volume I. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1979.

³⁴ ANTUNES, José Freire – *O Factor Africano*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1990.

³⁵ PINTO, António Costa – *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização*. Lisboa: Horizonte, 2001.

³⁶ PINTO, José Filipe – *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*, volume 1, [Texto policopiado]. Covilhã: [s.n.], 2004. Dissertação de Doutoramento em Sociologia apresentada à Universidade da Beira Interior.

³⁷ RAMOS, Rui – O Império que nunca existiu – a cultura da Descolonização em Portugal. c.1960-c.1980. In *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Vol. 28 (2007), pp. 429-478.

³⁸ FERREIRA, José Medeiros – Descolonização e Política Externa Portuguesa. In ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL (org.) – *Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 391-396.

³⁹ TEIXEIRA, Nuno Severiano – Entre a África e Europa: a Política Externa Portuguesa 1890-2000. In PINTO, António Costa (coord.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 2005, pp. 87-116.

⁴⁰ ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário Artur; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) – *O Adeus ao Império: 40 anos de Descolonização Portuguesa*. Lisboa: Vega, 2015.

recentemente, a obra de Elsa Peralta, Bruno Góis e Joana Oliveira⁴¹ procura temperar a narrativa histórica com referências memorialísticas do fenómeno. O interesse científico recente reconhece a longa tradição ensaística e literária sobre o tema⁴², assim como o interesse jornalístico⁴³. No plano conceptual, Frederick Cooper⁴⁴ e Elizabeth Buettner⁴⁵ reflectem a configuração e respectivas implicações do novo posicionamento do país na cena internacional. Devemos a Boaventura Sousa Santos⁴⁶ a definição de duas acepções quanto ao pós-colonialismo. Sendo, no sentido histórico, este período indiscutivelmente pós-colonial, apesar da “especificidade” do fenómeno português; numa segunda acepção mais identitária parece-nos um desafio pertinente, indagando a consciência dos parlamentares portugueses quanto aos efeitos da experiência imperial e simultaneamente à alusão discursiva no que se refere à identidade nacional. As investigações de autores como Margarida Calafate Ribeiro⁴⁷, Manuela Ribeiro Sanches⁴⁸ e Ana Paula Ferreira⁴⁹ debatem a substância da identidade pós-colonial na interpretação da imagética da realidade nacional democrática. Procuramos colher elementos de reflexão e interpretação no palco parlamentar que, em última instância, contribuam para o debate nesta matéria. No cruzamento de todas estas abordagens firma-se o objecto de estudo desta dissertação. A relativa escassez de investigações quanto ao plano discursivo do Parlamento face ao pós-colonialismo justifica a pertinência deste intento. A problemática desta dissertação não pode deixar de questionar, na leitura do discurso político da AR, a caracterização enunciada de uma identidade pós-colonial.

⁴¹ PERALTA, Elsa; GÓIS, Bruno; OLIVEIRA, Joana (coord.) – *Retornar. Traços de Memória do Fim do Império*. Lisboa: Edições 70, 2017.

⁴² Autores como TORGA, Miguel – *Diário*, XII. Coimbra: [s.n.], 1977; LOURENÇO, Eduardo – *Labirinto da saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Dom Quixote, 1978; e SARAIVA, António José – *Filhos de Saturno: escritos sobre o tempo que passa*. Amadora: Bertrand, 1980.

⁴³ No plano da imprensa, algumas abordagens têm sido testadas na recuperação de temáticas pós-coloniais, patentes em ADAMOPOULOS, Sarah – *Voltar. Memória do Colonialismo e da Descolonização*. Lisboa: Planeta, 2011; em GARCIA, Rita – *Os Que vieram de África*. Alfragide: Oficina do Livro, 2012; e em HENRIQUES, Joana Gorjão – *Racismo em Português – o lado esquecido do Colonialismo*. Lisboa: Tinta-da-China, 2016.

⁴⁴ COOPER, Frederick – *Colonialism in Question, Theory, Knowledge, History*. London: University of California Press, 2005.

⁴⁵ BUETTNER, Elizabeth – *Europe After Empire*, Cambridge, Cambridge University Press, 2016.

⁴⁶ SANTOS, Boaventura Sousa – Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In RAMALHO, Irene; RIBEIRO, António Sousa (org.) – *Entre Ser e Estar – Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto: Afrontamento, 2001, pp. 23-85.

⁴⁷ RIBEIRO, Margarida Calafate – *Uma História de Regressos, Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

⁴⁸ SANCHES, Manuela Ribeiro (org.) – *Portugal não é um país pequeno – Contar o Império na pós-colonialidade*. Lisboa: Cotovia, 2006.

⁴⁹ FERREIRA, Ana Paula – Specificity without Exceptionalism: Towards a Critical Lusophone Postcoloniality. In MEDEIROS, Paulo de (org.) – *Postcolonial Theory and Lusophone Literatures*. Utrecht: Portuguese Studies Center, 2007, pp. 21-40.

I.2. Aspectos metodológicos

A compreensão do estudo da I Legislatura em Democracia segue uma periodização coincidente com os mandatos dos restantes Órgãos de Soberania electivos. Assim, a investigação preocupa-se em compreender o discurso parlamentar em confronto e diálogo com outras Instituições políticas. As discussões plenárias decorridas no período de “Antes da Ordem do Dia” revelam-se mais profícuas na substância desta análise, mas não descuramos o potencial de outros períodos de labor quando considerado pertinente. A I Série do *Diário da Assembleia da República*, integralmente digitalizada e disponível na web⁵⁰, é a fonte primordial de informação. O confronto no palco parlamentar parece-nos essencial à natureza *relacional* e *construída* deste discurso político. Apesar da diversidade conceptual do objecto entre algumas escolas⁵¹, privilegiamos as “características do acto de produção” e a “interacção social” dos oradores como condicionantes relevantes, atendendo à função do objectivo discursivo e ao destinatário. A conceptualização do discurso neste estudo está ligada à actividade institucional do Órgão produtor⁵². Assim, circunscrevemos a nossa leitura a intervenções de deputados em exercício das suas funções, ainda que não afastemos o interesse de intervenções de outros responsáveis políticos no plenário quando submetidos à apreciação da casa da Democracia.

O uso da linguagem e da palavra no Hemiciclo é sempre encarado como acção política⁵³. Assim, as relações pós-coloniais que pretendemos analisar não são necessariamente de natureza normativa, mas sim de valência discursiva, expressão do comprometimento do Parlamento com outros interlocutores e decorrentes implicações. Na organização enunciativa⁵⁴ destas intervenções políticas, assumimos que os objectivos fundamentais dos oradores são a persuasão, o esclarecimento ou a contestação dos adversários no plenário e a mobilização do público representado, decorrência de uma natural vocação interaccional⁵⁵. Neste sentido, este debate político é simultaneamente

⁵⁰ I Legislatura. In *Debates Parlamentares* [em Linha]. Lisboa: Assembleia da República, 2017. [Consultado a 21 de Setembro de 2017]. Disponível em WWW: <URL:<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/01>>.

⁵¹ MARQUES, Maria Aldina de Bessa Ferreira Rodrigues – *Op. Cit.*, p. 24.

⁵² IDEM – *Ibidem*, pp. 29-30.

⁵³ IDEM – *Ibidem*, p. 37.

⁵⁴ IDEM – *Ibidem*, p. 59.

⁵⁵ IDEM – *Ibidem*, pp. 333-337.

“uma projecção fixista duma estrutura cognitiva de fundamento ideológico” e uma “realidade dialógica” susceptível de condicionar a opinião pública e contribuir para a “construção do ideário político colectivo”⁵⁶. Na análise do objecto, encaramo-lo ainda como *intervenção expressiva*, dirigida ou focada a um auditório específico ou destinada a registo futuro⁵⁷. Os constrangimentos externos e internos ao contexto de produção do discurso são influenciados pela publicidade das reuniões, podendo acarretar processos de “substituição de linguagem de interesse próprio por linguagem de interesse geral” com intuítos estratégicos ou na expectativa de gerar efeitos “civilizadores”⁵⁸. Concebemos, portanto, a natureza relacional e preformativa da expressão plenária como fenómeno condicionado pelo ambiente *público* de produção.

No domínio da publicidade, a abertura ao eleitorado e a pressão de bases eleitorais dos partidos são factores que podem comprometer os contornos do debate. Neste âmbito, é notado o recurso ao “uso plebiscitário da razão” na manipulação, condescendência e exibição em palco, traduzindo uma veia “expressiva”⁵⁹ à eloquência dos oradores. Assumimos também que a enunciação discursiva não se indexa apenas a questões de substância, mas também a questões de forma. Assim, as razões de publicidade restringem a forma e conteúdo das declarações. A adaptação da fórmula aristotélica ao contexto plenário permite declinar o discurso político em função de cada um dos três elementos da oratória e não somente ao *logos*. Quanto ao *pathos*, caracteriza-se pela exploração da emoção dos representados⁶⁰ e quanto ao *ethos*, é comum registar aspectos de identidade e autoridade moral e política na oratória⁶¹. Esta *dialogia pública* exige uma natural atenção à ambiência que rodeia o Hemiciclo, visto que o discurso não se esgota no palco parlamentar e interage de forma recíproca com outros polos de difusão. Neste sentido vale a pena confrontar fontes bibliográficas do período, tanto ensaios como estudos científicos, para antever o acompanhamento e paralelismo do debate de ideias na sociedade civil. Sob o mesmo argumento, procuramos observar a produção escrita na imprensa da época, privilegiando o *Diário de Notícias*, periódico diário “de referência” no período⁶².

⁵⁶ RAMOS, Cláudia – *Op. Cit.*, p. 74.

⁵⁷ ARAÚJO, António – Prefácio. In VIEIRA, Mónica Brito; SILVA, Filipe Carreira da – *O Momento Constituinte...*, p. 13.

⁵⁸ VIEIRA, Mónica Brito; SILVA, Filipe Carreira da – *Op. Cit.*, pp. 55-57.

⁵⁹ IDEM – *Ibidem*, pp. 58-60.

⁶⁰ IDEM – *Ibidem*, pp. 72-75.

⁶¹ IDEM – *Ibidem*, pp. 77-79.

⁶² CALEIRO, Maria Estrela Ramos Serrano – Para um Estudo do Jornalismo em Portugal (1976-2001) [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.]: 2005. Tese de Doutoramento em Sociologia apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa, p. 268.

As intervenções plenárias acarretam ainda um teor “necessariamente” *elitista* neste discurso, visto que reflectem restrições de acesso à produção legislativa e subordinação do exercício de funções parlamentares a um modelo representativo⁶³. Esta qualidade não inviabiliza intentos de representatividade na Câmara. Sendo este texto argumentativo e persuasivo enunciado sob *auctoritas* democrática, assume-se frequentemente como expressão colectiva ao procurar defender os interesses da “comunidade”⁶⁴ que representa. Por efeitos de composição, concebe-se igualmente como matéria *plural*⁶⁵, já que alberga várias propostas conflituantes cuja síntese é necessária à construção. Neste plano, o papel dos partidos políticos representados na Assembleia da República é operativo na segmentação ideológica das intervenções produzidas, não só na formação de blocos de opinião, como na identificação de actores políticos que influenciam o curso dos acontecimentos. Os partidos permitem a associação do discurso a uma expressão ideológica de um grupo político representativo do seu eleitorado na sociedade portuguesa. A sua importância justifica-se de forma inteligível no quadro plural de propostas de relacionamento pós-colonial no Parlamento, deslindando-se na forma de actuação uma *estratégia* política e a *táctica* utilizada para a materializar. Numa perspectiva mais geral, os conceitos de *esquerda* e *direita*, ainda que discutíveis, ajudam-nos a indexar os partidos em dois blocos operativos de opinião e posicionamento⁶⁶.

Concebido, em génese, como um objecto *relacional, construído, público, elitista* e *plural*, o discurso parlamentar estrutura e ilustra as relações do novo país político. Se a dinâmica relacional assume preponderância na construção da problemática, a sua qualificação como *pós-colonial* deriva inicialmente do sentido histórico do conceito. Na recepção do *pós-colonialismo*, valorizamos a reflexão das rupturas e continuidades de uma análise integrada sobre a construção de novos Estados e sua inserção no sistema mundial⁶⁷, aplicando-o ao posicionamento de Portugal na sua fase democrático-constitucional. Neste sentido, incorporamos a qualificação de forma apriorística. A segunda acepção depende muito mais da crítica à substância das dinâmicas coloniais, fenómeno que no caso da “especificidade” portuguesa pode ter muito “mais de

⁶³ RAMOS, Cláudia – *Op. Cit.*, p. 73.

⁶⁴ SOUSA, Vítor; MARTINS, Moisés de Lemos – *Op. Cit.*, p. 89.

⁶⁵ RAMOS, Cláudia – *Op. Cit.*, p. 73.

⁶⁶ MALTEZ, José Adelino – *Direita/Esquerda*. In *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura*, volume 9. Lisboa: Verbo, 1999, pp. 450-456.

⁶⁷ SANTOS, Boaventura Sousa – *Op. Cit.*, pp. 29-30.

anticolonialismo do que de pós”⁶⁸ mas que deve ser aferida nas relações estabelecidas pelo discurso parlamentar quanto à crítica da realidade imperial deposta. Na esteira do segundo entendimento, uma análise *pós-colonial* do discurso parlamentar comporta benefícios e riscos. Se este conceito gera entendimentos variados, torna-se operativo no teste à continuidade de características de semiperiferia e subalternidade nesta nova fase de vida nacional, polvilhada de “sistemas intermédios de identidade ou de «interidentidades»”⁶⁹. Para o antigo colonizador, o desafio pós-colonial na superação do Império pode antever-se difícil “na medida em que a vivência histórica nacional assenta sobretudo numa perspectiva imperial”⁷⁰. No discurso dos parlamentares, procuramos, assim, aferir a sua consciência política quanto aos efeitos desta mutação estrutural na identidade nacional do país democrático.

A análise empreendida segmenta o período histórico de acordo com a substância do discurso parlamentar, concebendo quatro blocos temáticos. Um primeiro capítulo debruça-se sobre aspectos político-institucionais no quadro da Democracia portuguesa, abordando a forja do semipresidencialismo português, as dinâmicas de relacionamento institucional, a caracterização da primeira Assembleia da República e dos seus trabalhos parlamentares. O segundo capítulo dedica-se a estudar a inserção de Portugal no Mundo através da vocação e identidade da política externa. Aqui avaliamos a natureza político-identitária portuguesa no curso das negociações de integração na CEE e no equilíbrio entre o universalismo e a vocação europeia de Portugal. Num terceiro momento, analisamos as relações entre Portugal e os PALOP, pesando os efeitos da libertação das antigas colónias, a evolução do diálogo entre Estados, opondo os elementos discursivos de “amizade e cooperação” aos de “contencioso e protesto” na possível “normalização”. A quarta secção é respeitante ao Retorno dos “despojos” do Império na narrativa plenária e os caminhos de integração na sociedade portuguesa. A título derradeiro, expomos as reflexões finais desta investigação. Por contingências de tempo e espaço, sacrificamos a exploração de outras fontes históricas e referências bibliográficas, assim como a abordagem de algumas temáticas, designadamente o caso da descolonização atípica de Timor, o estatuto especial de Macau e o separatismo nas ilhas atlânticas.

⁶⁸ IDEM – *Ibidem*, p. 78.

⁶⁹ RIBEIRO, Margarida Calafate – *Op. Cit.*, p. 19.

⁷⁰ CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da – A “especificidade” do pós-colonialismo português. In CONGRESSO DA APLC, VI, Braga, 2008 – *Actas*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2008, pp. 7-8.

II. A Democracia de 1976: o contexto histórico e a Instituição parlamentar

II.1. A forja do semipresidencialismo português

Aprovada na Assembleia Constituinte a 2 de Abril de 1976, a nova Constituição consagra como forma de Governo um sistema político consensualmente admitido como de tipo semipresidencial⁷¹, síntese das duas formas historicamente típicas em Estados de Direito democrático: o parlamentarismo britânico e o presidencialismo americano⁷². As crises institucionais ao longo do século XX europeu originaram mecanismos de reforma dos modelos teóricos puros, adaptando-os a realidades políticas diversas. Nesta medida, o semipresidencialismo surge como solução “híbrida”⁷³, um modelo atípico, que por força de necessidades de equilíbrio institucional e condicionalismos históricos, surge no ordenamento jurídico dos Estados também como produto de reflexões na doutrina jurídico-constitucional. A sua configuração obrigou a novas dinâmicas no relacionamento institucional entre os vários Órgãos de Soberania⁷⁴, designadamente quanto ao convívio entre duas Instituições: o Parlamento, organismo tradutor da representação do corpo eleitoral e dotado de poder legislativo, e a chefatura do Estado, o mais elevado magistrado institucional da Nação.

Maurice Duverger contribui para a hermenêutica deste “novo” sistema político ao confrontar a legitimidade parlamentar e a racionalização e estabilização do poder executivo⁷⁵, ainda que longe da definição de uma solução de compromisso institucional⁷⁶. As particularidades desta fórmula permitem o convívio destes Órgãos de forma a viabilizar a “exequibilidade do sistema político”⁷⁷. Neste sentido, esta deriva de um sistema de base tipicamente parlamentar, pois nunca separa a interpenetração entre poder Executivo e Legislativo e mantém o Parlamento como “alicerce fundamental do

⁷¹ PEREIRA, André Gonçalves – *O Semipresidencialismo em Portugal*. Lisboa: Ática, 1984, p. 38.

⁷² NOVAIS, Jorge Reis – *Op. Cit.*, p. 17.

⁷³ PEREIRA, André Gonçalves – *Op. Cit.*, p. 9.

⁷⁴ NOVAIS, Jorge Reis – *Op. Cit.*, p. 39.

⁷⁵ IDEM – *Ibidem*, pp. 93-94.

⁷⁶ IDEM – *Ibidem*, p. 106.

⁷⁷ CORREIA, Eduardo Filipe Corrêa Rodrigues de Pereira – *Op. Cit.*, p. 14.

sistema”⁷⁸. Não é, assim, estranho, que neste modelo, o Presidente e a Assembleia estejam “estritamente ligados”⁷⁹.

Estando a origem do semipresidencialismo ligada ao fim dos Impérios em 1919, sublinha-se o contributo de Max Weber na defesa da Eleição directa do detentor do “poder supremo” como forma de substituir “o carisma da sucessão dinástica”⁸⁰. De forma a conciliar o ímpeto cesarista monárquico e o republicanismo parlamentar⁸¹, a Constituição de Weimar em 1919 combina elementos das formas “puras”⁸² de sistema de Governo. Gonçalves Pereira destaca esta originalidade num quadro de aparente parlamentarismo, mediante a Eleição do PR por sufrágio universal; a dupla responsabilidade política do Governo face ao Parlamento e ao Presidente; o poder de dissolução da câmara; e o poder do Chefe de Estado no controlo da actividade do Executivo como dados relevantes para a caracterização do sistema semipresidencial⁸³. Reis Novais cita a Eleição popular do PR como determinante na consagração deste modelo, ressaltando a legitimidade democrática necessária para fiscalização do Executivo de origem parlamentar⁸⁴. A expansão deste modelo pode configurar-se também a partir de uma perspectiva geopolítica⁸⁵, sendo algumas soluções adoptadas discutidas, ainda hoje, como expressões deste modelo.

Reis Novais realça o interesse de Duverger quanto ao exercício dos poderes “reais” que o Chefe de Estado detém⁸⁶. A definição do sistema não decorre, assim, da consagração da dupla responsabilidade do Executivo⁸⁷, mas antes das competências do Presidente directamente eleito⁸⁸. Os poderes pessoais conferidos à figura sufragada geram um equilíbrio de legitimidade com o Órgão parlamentar. Duverger assume mesmo que a legitimidade do Chefe de Estado tem uma carga acrescida pelo facto do Órgão presidencial ser uno e pessoal⁸⁹. A investidura popular outorga ainda uma autonomia institucional liberta de tutela político-partidária ao PR⁹⁰. O autor estabelece, no entanto,

⁷⁸ DUVERGER, Maurice – *Op. Cit.*, p. 74.

⁷⁹ IDEM – *Ibidem*, p. 34.

⁸⁰ GASPAR, Carlos – O monarca republicano e a democracia portuguesa. In REZOLA, Maria Inácia; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) – *O eterno retorno: estudos em homenagem a António Reis*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2013, p. 676.

⁸¹ IDEM – *Ibidem*, p. 676.

⁸² PEREIRA, André Gonçalves – *Op. Cit.*, p. 9.

⁸³ IDEM – *Ibidem*, p. 10.

⁸⁴ NOVAIS, Jorge Reis – *Op. Cit.*, p. 95.

⁸⁵ CORREIA, Eduardo Filipe Corrêa Rodrigues de Pereira – *Op. Cit.*, p. 11.

⁸⁶ NOVAIS, Jorge Reis – *Op. Cit.*, p. 143.

⁸⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 148.

⁸⁸ IDEM – *Ibidem*, pp. 151-155.

⁸⁹ DUVERGER, Maurice – *Op. Cit.*, p. 72.

⁹⁰ IDEM – *Ibidem*, pp. 83-84.

algumas variantes quanto à posição deste face à existência de uma maioria parlamentar. Em sistemas em que o Presidente lidere esta maioria, a “águia de duas cabeças” do binómio Governo-maioria domina o Estado e o palco das aspirações da elite política como num típico sistema parlamentar⁹¹. Nos outros, o exercício de poderes presidenciais está indexado à relação de forças no Parlamento, sendo o papel do Chefe de Estado tanto mais impressionante quanto é difícil alcançar uma maioria homogénea. Duverger também assume que a independência presidencial pode promover a formação de Governos minoritários, aproximando-se a sua função arbitral da de um “diarca”⁹².

O sistema português é exemplarmente versado nos trabalhos sobre esta matéria. Maurice Duverger cita a Democracia de 1976 como caso de tendente ausência de maioria parlamentar⁹³, fenómeno que potencia o papel interveniente do Presidente da República numa concepção diárquica do regime. Ainda que sob reserva, o autor encontra no regime português a configuração de um verdadeiro equilíbrio institucional entre o PR e o Governo de origem parlamentar. Salienta a possibilidade de o Chefe de Estado poder demitir um PM viabilizado pelo Parlamento⁹⁴, mas assegura a necessidade de cooperação institucional entre as duas “águias” na vigência do sistema de Governo⁹⁵. Afastando-se de Siaroff, que considera haver em Portugal até 1982, um “sistema parlamentar com dominância presidencial”⁹⁶, André Freire e Manuel Meirinho preferem classificar este regime como um “sistema semipresidencial com equilíbrio de poderes entre Presidente da República e Primeiro-Ministro”⁹⁷.

Não obstante o relevo da doutrina jurídica e da influência expansiva do modelo, a investigação tem acentuado o peso da conjuntura histórica na génese do sistema semipresidencialista português, significativamente alterado na revisão constitucional de 1982. Gonçalves Pereira admite que o advento do semipresidencialismo português só é inteligível à luz da conjuntura revolucionária do seu tempo⁹⁸. Jorge Miranda corrobora esta visão⁹⁹, assim como Reis Novais¹⁰⁰. Vital Moreira e Gomes Canotilho encontram no

⁹¹ IDEM – *Ibidem*, p. 95.

⁹² IDEM – *Ibidem*, pp. 117-123.

⁹³ IDEM – *Ibidem*, p. 111.

⁹⁴ IDEM – *Ibidem*, p. 30.

⁹⁵ IDEM – *Ibidem*, p. 41.

⁹⁶ FREIRE, André (org.) – *Op. Cit.*, pp. 177-178.

⁹⁷ IDEM – *Ibidem*, pp. 206-207.

⁹⁸ PEREIRA, André Gonçalves – *Op. Cit.*, p. 37.

⁹⁹ MIRANDA, Jorge – *Da Revolução à Constituição – Memórias da Assembleia Constituinte*. Lisboa: Principia, 2015, p. 127.

¹⁰⁰ NOVAIS, Jorge Reis – *Op. Cit.*, p. 65.

Programa do MFA a intenção de fazer coincidir a construção de uma Democracia parlamentar com a Eleição directa do Presidente da República¹⁰¹. A evolução político-institucional do Estado Novo tinha aproximado este corolário das pretensões da oposição a este regime¹⁰². Em Democracia, estes autores situam o papel do Executivo na “intersecção” da legitimidade revolucionária do PR e da legitimidade partidária da AR, sendo o Gabinete politicamente responsável por ambos os Órgãos electivos¹⁰³.

A solução preconizada no II Pacto MFA-Partidos¹⁰⁴ será genericamente acolhida no texto original da Constituição de 1976, ainda que com alguns acrescentos na Lei Fundamental¹⁰⁵. O semipresidencialismo encontra-se, assim, vertido na observância das suas características estruturantes: é restabelecida a Eleição directa do Presidente por sufrágio universal¹⁰⁶; o Chefe de Estado pode exonerar o Primeiro-Ministro, acarretando a cessação de funções de todo o elenco governativo¹⁰⁷; e o Parlamento pode votar moções de rejeição do Programa de Governo¹⁰⁸, moções de censura ao Executivo¹⁰⁹, podendo ainda apreciar moções de confiança que lhe sejam propostas¹¹⁰, factor que gera a dupla responsabilidade do Executivo¹¹¹. Neste sentido, este último necessita da confiança do Chefe de Estado e do Hemiciclo para governar¹¹². O PR é investido com o poder de dissolução da Câmara, sugerindo-se a consagração personalizada da tutela militar da Presidência da República, nomeadamente na estatuição do Conselho da Revolução. Maurice Duverger sublinha o carácter “estranho” deste último Órgão na arquitectura orgânica do sistema político, sendo imputado às circunstâncias revolucionárias a

¹⁰¹ CORREIA, Eduardo Filipe Corrêa Rodrigues de Pereira – *Op. Cit.*, p. 15.

¹⁰² O fim do sufrágio directo do Presidente da República com a revisão constitucional de 1959 é um dado marcante nesta proposta. NOVAIS, Jorge Reis – *Op. Cit.*, p. 64.

¹⁰³ CANOTILHO, J.J. Gomes; MOREIRA, Vital – *Fundamentos da Constituição*. Coimbra: Coimbra Editora, 1991, pp. 26-29. Em sentido distinto, Marcelo Rebelo de Sousa faz mesmo depender o carácter semipresidencial do regime da responsabilidade do Governo perante o Presidente em SOUSA, Marcelo Rebelo de – *O Sistema de Governo Português*. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1992, p. 14.

¹⁰⁴ Em sentido contrário, o I Pacto MFA-Partidos, em Março de 1975, estabelece a Eleição do Presidente da República de forma indirecta, através de um colégio eleitoral composto pela Assembleia Legislativa a configurar pela Constituição e pela Assembleia do MFA, Órgão instituído no rescaldo do 11 de Março. Ainda assim, este documento salvaguarda a dupla responsabilidade do Governo face à Assembleia e ao Presidente. NOVAIS, Jorge Reis – *Op. Cit.*, p. 65.

¹⁰⁵ REZOLA, Maria Inácia – *Os Militares na Revolução de Abril – O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006, pp. 170-172.

¹⁰⁶ Artigo 124.º, n.º 1 da CRP. DR, I, 10 de Abril de 1976, pp. 738-775.

¹⁰⁷ Artigos 189.º e 19.º da CRP. In *Ibidem*.

¹⁰⁸ Artigos 195.º, n.º 4 e 198.º, n.º 1, alínea a da CRP. In *Ibidem*.

¹⁰⁹ Artigos 197.º e 198.º, n.º 1, alínea c da CRP. In *Ibidem*.

¹¹⁰ Artigos 196.º e 198.º, n.º 1, alínea b da CRP. In *Ibidem*.

¹¹¹ PEREIRA, André Gonçalves – *Op. Cit.*, pp. 38-39.

¹¹² CORREIA, Eduardo Filipe Corrêa Rodrigues de Pereira – *Op. Cit.*, pp. 12-13.

necessidade de consulta obrigatória deste organismo nos casos de dissolução da Assembleia da República e de fiscalização da constitucionalidade das leis, acrescentando, ainda, as prerrogativas de poder regulamentar. O autor concluiu assim que Portugal é, neste período, “uma Democracia à sombra das Espadas”¹¹³.

A doutrina menciona uma “cláusula não escrita” quanto à Eleição de um militar como primeiro Presidente da República¹¹⁴. A quase totalidade de candidatos militares apoiados pelos principais partidos políticos com representação parlamentar e a consagração do Conselho da Revolução argumentam neste sentido. O processo histórico outorgou ao Grupo dos 9 e ao 25 de Novembro de 1975 um papel mediador no desfecho do PREC e na promoção de novos equilíbrios político-institucionais¹¹⁵. Carlos Gaspar assevera esta “fórmula” como garantia de consolidação da Democracia¹¹⁶. Manuel de Lucena prefere enquadrá-lo como elemento de continuidade do regime constitucional do Estado Novo. Já Maria Inácia Rezola prefere ver em Eanes a compatibilização da legitimidade eleitoral com a legitimidade revolucionária¹¹⁷. No mesmo sentido, Eduardo Lourenço já havia argumentado uma “marca dos conflitos” do período revolucionário no texto constitucional¹¹⁸. Marina Costa Lobo indexa esta solução à necessidade de produzir um regime político consensual, com “o poder disseminado em várias instituições”¹¹⁹ e atribuindo ao PR a prerrogativa de atenuar “efeitos nocivos de um parlamento que não conseguisse produzir maiorias nocivas”¹²⁰. A condição militar do Presidente da República é também notada por Duverger, que acentua o seu carácter simbólico para a tranquilidade das Forças Armadas, resguardando-lhe um potencial protagonismo no jogo político democrático¹²¹. Em atenção a esta conjuntura, este autor ensaia também uma combinação de legitimidade revolucionária e legitimidade democrática denominada de “gaullismo institucional”¹²².

¹¹³ DUVERGER, Maurice – *Op. Cit.*, pp. 41-42.

¹¹⁴ PEREIRA, André Gonçalves – *Op. Cit.*, p. 38.

¹¹⁵ TELO, António José – *Op. Cit.*, pp. 176-179.

¹¹⁶ CASPAR, Carlos – *Op. Lit.*, p. 677.

¹¹⁷ REZOLA, Maria Inácia – *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007, p. 370.

¹¹⁸ LOURENÇO, Eduardo – A galáxia ideológica no pós-25 de Abril e as suas raízes culturais. In COELHO, Mário Baptista (coord.) – *Portugal – O Sistema Político e Constitucional*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1989, p. 74.

¹¹⁹ LOBO, Marina Costa – *Op. Cit.*, p. 49.

¹²⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 51.

¹²¹ DUVERGER, Maurice – *Op. Cit.*, p. 42.

¹²² IDEM – *Ibidem*, p. 92.

O contexto histórico verte na Lei Fundamental de 1976 o concílio dos dois poderes, fenómeno caro, nos primeiros quatro anos de vida e sob influência do II Pacto MFA-Partidos, à tranquilidade do regime. Este equilíbrio está previsto na coincidência temporal de exercício de funções de poder, visto que “o primeiro mandato do Presidente da República cessará três meses após o termo da primeira legislatura”¹²³. A interligação determinará, assim, a singularidade de um período temporal de observância concomitante do exercício do poder em Portugal pelo Chefe de Estado, pelo Parlamento e pelos Governos que dependem da confiança de ambos.

II.2. As dinâmicas de relacionamento institucional

As conquistas revolucionárias plasmadas na CRP motivam a contestação política e social na segunda metade da década de 1970. Em particular, no domínio das nacionalizações e da reforma agrária, assiste-se a um confronto ideológico que opõe as forças que desejam a manutenção da pureza dos preceitos constitucionais e a materialização das “conquistas revolucionárias” e aquelas que manifestam um desejo de reforma. A situação económica portuguesa anima igualmente as disputas políticas deste período. Denota-se uma realidade marcada por dificuldades de financiamento do sector público, elevados défices orçamentais e desequilíbrios na balança comercial e de pagamentos, consequências derivadas da perda do Ultramar, somando-se a necessidade de reajustamento estratégico nacional no plano económico internacional¹²⁴. A situação de crise exacerbará as tensões, fenómeno a que tutela militar do regime também não é isenta. No plano político, Carlos Jalali cita o processo de democratização como factor de “formação” do sistema de partidos do regime, enfatizando o PREC e o rescaldo do 25 de Novembro de 1975¹²⁵ no “enviesamento à esquerda do sistema partidário” nacional¹²⁶.

As Eleições Legislativas de 25 de Abril de 1976 viriam a reproduzir os equilíbrios políticos remanescentes da Assembleia Constituinte, com alguns cambiantes. António Telo menciona um “sistema quaternário” nesta nova fase da Democracia¹²⁷ pautado pela

¹²³ Artigo 296.º, n.º 1 da CRP. *DR*, I, 10 de Abril de 1976, pp. 738-775.

¹²⁴ DUVERGER, Maurice – *Op. Cit.*, pp. 196-197.

¹²⁵ JALALI, Carlos – *Op. Cit.*, p. 77.

¹²⁶ IDEM – *Ibidem*, pp. 73-74.

¹²⁷ TELO, António José – *Op. Cit.*, p. 183.

ausência de maioria política estável¹²⁸, em que todas as coligações possíveis foram ensaiadas. Este autor identifica no PS uma ambição de moldar o sistema político, refluxo da sua vitória face ao gonçalvismo e fundada na sua manutenção como partido mais votado nas três Eleições realizadas (Constituintes, Legislativas e Autárquicas entre 1975 e 1976) e na Eleição do seu candidato presidencial, Ramalho Eanes. Ambicionando uma posição dominante semelhante ao Partido Democrático na I República como partido de Estado, adoptou uma postura política de “coloração” moderada que se afastava do legado revolucionário do PREC, mas prosseguindo a construção de um Estado Social de feição providencialista à semelhança dos contextos socialistas europeus. As dificuldades económicas do período vivido e a necessidade de alianças de curto ou médio-prazo abrandaram o alcance dos seus intentos¹²⁹.

Para o PPD/PSD, este período foi marcado por cisões internas significativas. O processo de consolidação político-partidária é submetido à afirmação política de Sá Carneiro. A difícil delineação ideológica deste partido não descarta alguns pontos estruturantes como alguma antipatia pelas soluções consagradas na CRP, a defesa do regresso dos militares aos quartéis e um discurso mobilizador de emergência nacional. A partir de 1976, o PPD/PSD terá de lutar contra a consolidação do PS no Governo, afirmando-se como partido de poder apelando a coligações pontuais com o PS. Em Novembro de 1976 assume-se como alternativa na esfera da maioria presidencial, pressionando o PR a intervir na governação do PS e, a partir de Abril de 1979, como parte de um bloco de ruptura com o sistema político-constitucional¹³⁰. Sá Carneiro, durante a governação socialista, considera que o “Governo tem que dialogar com a Assembleia da República”, privilegiando o palco parlamentar como arena política¹³¹.

O CDS, capitalizando o descontentamento à direita do regime, procura consolidar-se como partido de charneira na viabilização parlamentar de soluções de Governo, ou com o PS, ou com PPD/PSD. Neste sentido se compreende a sua inclusão no II Gabinete Constitucional com o primeiro. Também este partido se manifestará crescentemente

¹²⁸ Num sufrágio que excepcionalmente elegeu 263 deputados, o PS mantém-se como força política mais votada, com 34,9% dos votos e 107 deputados e o PPD mantém-se como segunda força política, com 24,4% dos votos, elegendo 73 mandatos. Nos dois casos, denota-se uma perda de votos e de deputados que persuade alguma erosão política. O CDS chega a 16,0% e elege 42 deputados, fenómeno imputado à oposição ao texto constitucional. O PCP sobe a sua votação nominal para 14,4% e elege 40 lugares. A UDP, com 1,7% dos votos repete a Eleição do deputado em Lisboa. A afluência às urnas foi de 83,5%. *DR*, I, Suplemento ao nº 122, 25 de Maio de 1976, p. 1176(5).

¹²⁹ TELO, António José – *Op. Cit.*, pp. 191-193.

¹³⁰ IDEM – *Ibidem*, pp. 188-191.

¹³¹ *DN*, 23 de Novembro de 1976, p. 2.

simpático à causa da convergência das forças políticas para a resolução da crise. Manifestará algumas dificuldades em albergar internamente alas conservadoras, sectores democratas-cristãos situados no centro-esquerda e correntes de pensamento liberal¹³². A partir de 1979, aproxima-se do PPD/PSD na Aliança Democrática.

O PCP, segundo Telo, não sai derrotado do 25 de Novembro, e imprime à sua acção uma conformação com a prática constitucional que difere das “veleidades” de uma vitória pela via revolucionária¹³³. Numa estratégia “necessariamente defensiva”, procura salvaguardar as conquistas revolucionárias constitucionalmente consagradas e granjear o descontentamento popular face à crise económico-financeira. Esta força partidária aposta sobretudo na bipolarização da sociedade nos trâmites do binómio esquerda-direita, pressionando o PS e alguns sectores militares ideologicamente próximos no CR. Zita Seabra, deputada na bancada comunista neste período, afirma que se procurava “transmitir uma imagem de partido legal e enquadrado na Democracia”¹³⁴.

Como partido mais votado, o PS forma o I Governo Constitucional. Mário Soares, na qualidade de secretário-geral, afirmou que “só formaria governo após as Eleições Presidenciais, quando o ciclo eleitoral ficasse completo e definido”¹³⁵, vincando o cunho semipresidencialista do regime. Subjugando formalmente a responsabilidade política constitucional do Executivo a um Presidente democraticamente sufragado, afirma que o gesto resulta da garantia do General de que seria convidado a formar Governo¹³⁶. O consenso partidário em torno da escolha de Ramalho Eanes deriva do protagonismo deste a 25 de Novembro de 1975¹³⁷. Após uma Eleição presidencial pouco disputada¹³⁸, Mário Soares toma posse como Primeiro-Ministro a 23 de Julho de 1976. Segundo a leitura do

¹³² TELO, António José – *Op. Cit.*, pp. 186-188.

¹³³ IDEM – *Ibidem*, pp. 193-196.

¹³⁴ SEABRA, Zita – *Foi Assim*. Lisboa: Alêtheia, 2007, p. 342.

¹³⁵ AVILEZ, Maria João – *Soares – Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 23.

¹³⁶ IDEM – *Ibidem*, p. 32.

¹³⁷ O nome é sugerido pelo Grupo dos 9, merecendo o apoio do PS, do PPD e do CDS. Soares descreve o futuro PR como homem “tímido, inseguro, policiado”, em “atitude de permanente reserva, “um candidato hirto e seco que não galvanizava as massas”. IDEM – *Ibidem*, pp. 26-31. Freitas do Amaral prefere referir o esforço de apaziguamento de Eanes enquanto Chefe de Estado-Maior do Exército em 1975, além da sua ligação ao Grupo dos 9, como fundamento o apoio da candidatura presidencial. Freitas comenta a personalidade de Eanes em moldes muito semelhantes aos de Soares, como um candidato reservado, receoso e reflexivo, que questiona a pertinência da sua candidatura e a sua vocação para o desempenho das funções Presidenciais. AMARAL, Diogo Freitas do – *A Transição para a Democracia. Memórias Políticas II (1976-1982)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008., pp. 46-47.

¹³⁸ Eanes obtém 61,6% dos sufrágios contra Otelo Saraiva de Carvalho, apoiado pela esquerda revolucionária que colhe 16,5% dos votos. O Almirante Pinheiro de Azevedo, Chefe do VI Governo Provisório, obtém 14,4% dos sufrágios e Octávio Pato, candidato do PCP, 7,6%. A afluência às urnas é, neste acto, de 75,5%. DR, I, Suplemento ao nº 156, 6 de Julho de 1976, p. [1].

Chefe do Governo, o discurso político do Presidente da República apresentava-se pouco divergente do partido vencedor, já que Eanes “parecia disponível para colaborar politicamente com o Partido Socialista” e “ia multiplicando os gestos de apreço pelos socialistas”¹³⁹.

O I Governo Constitucional, adoptando a fórmula “Zenha” de apoio na maioria relativa do PS, governará até 23 de Janeiro de 1978, sendo responsável pela elaboração das primeiras leis estruturantes do regime¹⁴⁰, mas enfrenta dificuldades económicas e sociais de um período recheado de “medidas de austeridade”¹⁴¹. No domínio laboral, sujeito a forte pressão da Intersindical, o Governo é alvo de críticas pelas forças à sua esquerda, tanto nas restrições fundadas pela má conjuntura económica como no combate à unicidade sindical. Na reforma agrária, a contestação à Lei Barreto trava-se em moldes semelhantes, procurando o Executivo reformular a distribuição fundiária operada em contexto revolucionário. O equilíbrio financeiro do sector público é garantido através de um empréstimo internacional¹⁴². Já à convivência com os partidos à sua direita, inicialmente pacífica, sofrerá uma gradual crispação. Se a crise financeira tem um papel de relevo no esmorecimento da prática governativa deste Gabinete, o sentimento da inevitabilidade do poder socialista leva Bettencourt Resendes a limitar a alternativa a Mário Soares ao regresso do Estado Novo¹⁴³.

Em contexto institucional, os conflitos entre governantes, em particular nas áreas económicas, e com o próprio Chefe do Governo, podem explicar algum do desalento governativo¹⁴⁴. O Presidente também se distancia das opções do Executivo no discurso de 25 de Abril de 1977. Soares define este discurso na Assembleia da República como “o princípio das hostilidades”¹⁴⁵. O PM situa aqui o início das “veleidades Presidencialistas” de Eanes. António Reis assevera, no entanto, a constância de uma corrente socialista do projecto nacional-militar Eanista neste período¹⁴⁶. O discurso contundente do PR vai-se formando também em torno de apelos a um maior protagonismo político, não só em correntes de expressão no CR, desejando a “manutenção do poder militar”, mas também

¹³⁹ AVILEZ, Maria João – *Op. Cit.*, p. 32.

¹⁴⁰ TELO, António José – *Op. Cit.*, p. 200.

¹⁴¹ *DN*, 1 de Julho de 1976, p. 7.

¹⁴² TELO, António José – *Op. Cit.*, pp. 199-201.

¹⁴³ *DN*, 24 de Dezembro de 1976, p. 17.

¹⁴⁴ TELO, António José – *Op. Cit.*, p. 201.

¹⁴⁵ AVILEZ, Maria João – *Op. Cit.*, p. 60.

¹⁴⁶ REIS, António – O Partido Socialista no poder e na oposição: da dialéctica com o projecto nacional-militar à dialéctica com o eanismo. In COELHO, Mário Baptista (coord.) – *Op. Cit.*, pp. 119-121.

em sectores civis oriundos do centro-esquerda e descontentes com o rumo da governação. No mesmo sentido, o apelo presidencial à convergência das forças políticas contra a situação de crise económica tem eco à direita do Governo, esboçando-se a tentativa de mobilização de uma maioria presidencial, a “Convergência Democrática”¹⁴⁷. António Reis acrescenta a estes motivos uma desconfiança crescente em relação à governação de Mário Soares¹⁴⁸.

A rejeição de uma moção de confiança em Dezembro de 1977 provoca a queda do I Governo Constitucional em concomitância com um pedido de ajuda externa ao FMI. Carlos Gaspar defende que Eanes não estava ainda preparado para precipitar o ciclo presidencialista, expresso na criação de um partido de charneira entre PS e PPD/PSD¹⁴⁹. Para António Reis, um esforço de aproximação entre o bloco central desde o Verão de 1977 consubstancia-se em iniciativas legislativas de relevo, mas os factores de ordem “concorrencial” nestes dois partidos evitam uma coligação¹⁵⁰. A assistência financeira decorrerá, assim, durante a vigência de um II Governo Constitucional, entre 23 de Janeiro e 28 de Agosto de 1978, no mesmo quadro parlamentar. Sob promoção presidencial, as negociações entre as forças parlamentares geram um Governo entre o PS e o CDS¹⁵¹. Nesta esteira, Eanes já havia afirmado a necessidade de convergência partidária para resolução de problemas de amplitude nacional ao longo do ano de 1977. A imperatividade do “esforço colectivo” é visível no discurso de ano novo de 1978¹⁵², assim como na posse deste segundo Governo¹⁵³. Todavia, o afastamento de Eanes do II Gabinete começa a notar-se na Sessão de abertura da Primavera da União Interparlamentar¹⁵⁴ e na primeira reunião do Conselho Nacional do Plano¹⁵⁵. O desentendimento entre os partidos quanto ao apoio parlamentar ao II Governo leva à sua exoneração¹⁵⁶.

¹⁴⁷ TELO, António José – *Op. Cit.*, p. 195.

¹⁴⁸ REIS, António – *O Partido Socialista...*, p. 130.

¹⁴⁹ GARPAR, Carlos – *Op. Cit.*, pp. 679-680.

¹⁵⁰ REIS, António – *O Partido Socialista...*, p. 131.

¹⁵¹ LOBO, Marina Costa – *Op. Cit.*, p. 130.

¹⁵² EANES, António Ramalho – Mensagem de ano novo aos portugueses. In *Discursos do Presidente da República Gen. Ramalho Eanes, 1.º mandato: 1976-1980*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação, Presidência da República, 1985, p. 112.

¹⁵³ IDEM – 2.º Governo constitucional: posse, 30 de Janeiro de 1978. In *Ibidem*, p. 84.

¹⁵⁴ IDEM – Assembleia da República: Sessão de abertura da primavera da união interparlamentar, 28 de Março de 78. Discurso do presidente. In *Ibidem*, p. 21.

¹⁵⁵ IDEM – Assembleia da República, 1.ª reunião do conselho Nacional do Plano, 28 de Abril de 78. In *Ibidem*, p. 21. Sobre o mesmo assunto, ao balanço sobre o percurso das Instituições democráticas a 1 de Agosto de 1978, em IDEM – Dias decisivos para o Futuro”, 1 de Agosto de 1978. In *Ibidem*, p. 131; segue-se uma conferência de Imprensa em IDEM – Desfazer muitos equívocos. 24 de Agosto de 1978. In *Ibidem*, p. 131.

¹⁵⁶ AVILEZ, Maria João – *Op. Cit.*, p. 78.

A resposta para o impasse passou pela constituição de um Gabinete de confiança presidencial destinado à resolução da crise política e económica. A escolha para liderar um novo executivo recai, a 28 de Agosto de 1978, sobre Nobre da Costa, antigo Ministro da Indústria do I Governo. António Reis ilustra este passo como uma “subalternização do vector parlamentar do regime”¹⁵⁷. A oposição maioritária das bancadas parlamentares levará ao chumbo deste III Governo. Em resposta, Eanes reitera a emergência política e institucional portuguesa, ameaçando a dissolução do Parlamento e imputa aos partidos a responsabilidade pela ingovernabilidade do país. Nesta última comunicação, o Presidente clama a obrigação de promover “soluções estáveis que reforcem o regime democrático” devido à situação emergencial e à inexistência de consensos interpartidários¹⁵⁸. Inicia-se, assim, o processo da formação de um quarto Executivo constitucional, com a posse a 21 de Novembro de 1978. A sagração do Gabinete Mota Pinto na AR regista-se pelo falhanço da moção de rejeição do PCP.

A queda deste Executivo, em Junho do ano seguinte, espelha também a carência de um apoio parlamentar estável. Eanes dissolve a AR e marca Eleições Intercalares para completar a I Legislatura e, para as preparar, nomeia a 31 de Julho de 1979 um V Governo, liderado por Lourdes Pintasilgo, cujo programa resiste à moção de rejeição apresentada pelos partidos das bancadas à direita. A 2 de Dezembro de 1979, o acto eleitoral dará a maioria absoluta na Câmara à Aliança Democrática¹⁵⁹. O Executivo de Sá Carneiro, entre 3 de Janeiro de 1980 e 9 de Janeiro de 1981, é limitado por contingências constitucionais e é marcado pela continuidade de conflitos com Belém, beneficiando, porém, de um clima de recuperação económica e da estabilidade política conferida pela maioria parlamentar. A I Legislatura terminará a sua última Sessão com as Eleições Legislativas de 5 de Outubro de 1980 em que a AD reforçará a votação do ano anterior¹⁶⁰, e as Presidenciais,

¹⁵⁷ REIS, António – O Partido Socialista..., p. 132.

¹⁵⁸ EANES, António Ramalho – Comunicação feita ao país através da rádio e televisão. In *Discursos do Presidente...*, p. 22.

¹⁵⁹ A AD, coligação formada entre o PPD/PSD, o CDS e o PPM, que com 45,3% dos votos e 128 deputados (respectivamente, 80, 43 e 5 deputados para os partidos integrantes) leva Sá Carneiro a formar o VI Governo Constitucional. O PS obtém 27,3% dos sufrágios e elege 74 deputados, liderando a oposição no Hemiciclo e o PCP, agora em coligação com o MDP/CDE, sob a sigla APU, consegue 18,8% dos votos e 47 deputados (dos quais 3 do MDP/CDE). A UDP reelege o único deputado que mantinha na AR, agora com *score* eleitoral de 2,2%. A afluências às urnas é de 82,9%. *DR*, I, 2.º Suplemento do nº 295, 24 de Dezembro de 1979, p. 334(53).

¹⁶⁰ Com 47,6% dos votos e 134 eleitos, dos quais 82 são do PPD/PSD, 46 do CDS e 6 do PPM. O PS, agora em coligação com a UEDS (cisão do próprio partido) e a ASDI (cisão do PPD/PSD), surge no pleito como FRS e repete o número de deputados eleitos, com 27,8% dos sufrágios, cedendo 4 lugares a cada um dos parceiros de coligação. A APU baixa para 16,8% dos votos e elege apenas 41 lugares na nova Câmara

a 7 de Dezembro de 1980¹⁶¹. A morte de Sá Carneiro em Camarate incumbiu Freitas do Amaral do exercício interino das funções de PM até à posse do VII Governo, já no quadro da II Legislatura e do segundo mandato presidencial.

II.3. A primeira Assembleia da República

O Parlamento condicionou substancialmente a evolução da cena política neste período. O acesso privilegiado que os representantes do povo têm à produção e aprovação de legislação vinculativa dos seus representados e as prerrogativas de fiscalização do poder executivo assim o fundamenta. A configuração da primeira Assembleia da República encontra na CRP algumas referências genéricas quanto a esta Instituição parlamentar e outras especialmente referentes ao Parlamento da I Legislatura, formada pelos deputados eleitos das duas Eleições Legislativas antes de 1980.

Com uma composição entre um “mínimo de duzentos e quarenta e o máximo de duzentos e cinquenta deputados”¹⁶², os poderes dos parlamentares estão legalmente estatuídos na lei¹⁶³ e a sua substituição obedece ao imperativo de eleição em sistema proporcional de listas de acordo com o Método de Hondt¹⁶⁴. Nas suas competências política e legislativa¹⁶⁵ sublinha-se o relevo dos seus poderes de fiscalização do Governo e de entidades da Administração Pública pela necessidade de vigiar o “cumprimento da Constituição e das Leis”¹⁶⁶. Em matéria de relações internacionais, é também este o Órgão responsável pelo comprometimento do Estado em matérias de competência própria. A aprovação do Programa de Governo¹⁶⁷ define uma regra de acção da Assembleia e, até, a necessidade de maioria absoluta de deputados em efectividade de funções para rejeitar o

(sendo 39 deputados do PCP e 2 do MDP/CDE) e a UDP reelege Mário Tomé com 1,4%. A afluência sobe ligeiramente para os 83,9%. *DR*, I, 2.º suplemento do nº 254, 3 de Novembro de 1980, p. 3716(7).

¹⁶¹ Eanes é reeleito com o apoio da FRS, e beneficiando da desistência de Carlos Brito (APU), com 56,4% dos votos à primeira volta. Soares Carneiro, candidato da Aliança, obtém 40,2% dos votos. Muito distante do score eleitoral de 1976, Otelio Saraiva de Carvalho não vai além de 1,5% dos votos. Quanto aos restantes candidatos, à direita, Galvão de Melo e Pires Veloso têm 0,8%, e à esquerda, Aires Rodrigues obtém 0,2% dos sufrágios. A afluência às urnas é de 84,4% do eleitorado. *DR*, I, Suplemento ao nº 297, 26 de Dezembro de 1980, p. 4216(19).

¹⁶² Artigo 151.º da CRP. *DR*, I, 10 de Abril de 1976, pp. 738-775.

¹⁶³ Artigo 159.º da CRP. In *Ibidem*.

¹⁶⁴ Artigo 156.º da CRP. In *Ibidem*.

¹⁶⁵ Artigos 165.º e 166.º da CRP. In *Ibidem*.

¹⁶⁶ Artigo 165.º, alínea a, da CRP. In *Ibidem*.

¹⁶⁷ Artigo 195.º da CRP. In *Ibidem*.

Executivo empossado. Em matéria de organização, esta I Legislatura tem a duração previsível de 4 anos e em “caso de dissolução, a Assembleia eleita não iniciará nova legislatura”, completando a que se encontra em curso¹⁶⁸. A Lei Fundamental estabelece ainda o início e o termo anual de cada Sessão Legislativa¹⁶⁹ em periodicidade anual e a possibilidade de os parlamentares eleitos elaborarem e aprovarem o regimento, podendo, ainda, eleger os seus Órgãos próprios¹⁷⁰ e prover a composição de Grupos parlamentares¹⁷¹. As disposições atinentes à I Legislatura¹⁷² ressalvam que “o número de deputados à primeira Assembleia da República” deva obedecer às regras da Lei eleitoral do VI Governo Provisório¹⁷³.

A temática da representação parlamentar é relevante para a aferição tanto da expressão do discurso produzido neste período como da identificação do grupo em presença. Os deputados não podem ser considerados representantes no sentido jurídico e, em sentido decorrente, concebidos como mandatários da vontade dos seus representados¹⁷⁴. São, no entanto, representantes da vontade eleitoral, e ainda que subordinados à disciplina partidária, reflectem a representação possível do pulsar político do país. Maria José Stock identifica estes representantes do povo a partir das listas de eleitos por cada força partidária em cada acto eleitoral¹⁷⁵. Em sentido inverso, os estudos de André Freire contemplam apenas parlamentares em efectividade de funções a cada momento de análise. Este autor regista um elevado nível de substituição no Parlamento português desde a Assembleia Constituinte até à VIII Legislatura e confirma algumas dificuldades metodológicas em alargar o objecto de estudo a todos os deputados, argumentando ainda que “muitos não chegaram a exercer efectivamente o mandato”¹⁷⁶.

¹⁶⁸ Artigo 174.º da CRP. In *Ibidem*.

¹⁶⁹ Artigo 177.º da CRP. In *Ibidem*.

¹⁷⁰ Artigo 178.º da CRP. In *Ibidem*.

¹⁷¹ Artigo 183.º da CRP. In *Ibidem*.

¹⁷² Artigos 298.º e 299.º da CRP. De forma mais enfática, o artigo 299.º estabelece que “a primeira legislatura termina em 14 de Outubro de 1980”. In *Ibidem*.

¹⁷³ No caso, o Decreto-Lei n.º 93-C/76 de 29 de Janeiro publicado em *DG*, I, 2.º Suplemento de 30 de Janeiro de 1976, pp. 236(3)-236(6); faz coincidir os círculos eleitorais com os “distritos administrativos”, cria dois círculos de emigração e define a distribuição de deputados a eleger, no seu artigo 2.º, em função da razão de “um Deputado por 25.000 eleitores inscritos ou resto superior a 12.500”. Esta última regra determinou a Eleição em 1976 de uma Assembleia com 263 representantes. No acto eleitoral de 1979, a Lei n.º 14/79 de 16 de Maio publicada em *DR*, I, 16 de Maio de 1979, pp. 915-938; elege já de 250 deputados.

¹⁷⁴ SÁ, Luís – *O Lugar da Assembleia da República no Sistema político*. Lisboa: Ed. Caminho, 1994, p. 74.

¹⁷⁵ STOCK, Maria José de Souza Dias Fernández – *Elites, Facções e Conflito Intrapartidário*. O PPD/PSD e o Processo Político Português de 1974 a 1985, volume 2 [Texto policopiado]. Évora: [s.n.], 1989. Tese de Doutoramento em Sociologia Política apresentada à Universidade de Évora, pp. 98-139.

¹⁷⁶ FREIRE, André (coord.) – *Recrutamento Parlamentar. Os deputados portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*. Lisboa: STAPE, 2001, p. 19.

A fórmula encontrada para definir o grupo de deputados em questão tende, assim, a ignorar o carácter rotativo da frequência deste Órgão parlamentar, dificultando a sua caracterização e sua compreensão como produtor de discurso político.

Maria da Conceição Pequito Teixeira, abordando padrões de recrutamento parlamentar, aceita o fenómeno de substituição de deputados como intrínseco ao problema da representatividade dos deputados, fazendo uma distinção entre os elegíveis e os inelegíveis. A intuição da heterogeneidade da realidade parlamentar está presente no cálculo diferenciado entre lugares elegíveis e inelegíveis pelas estruturas dos partidos políticos para a renovação das Elites, garantia de um “governo para o povo”¹⁷⁷, através da renovação das listas. Distinguindo “Sobreviventes” de “Neófitos” e calculando a taxa de sobrevivência de candidatos nas listas, reconhece um princípio de substituição interlegislativa ao cruzar esses dados com a efectiva detenção de “um mandato parlamentar”¹⁷⁸. Ao comparar os deputados eleitos com os candidatos citados nas listas, também contribui para a caracterização de um grupo de substitutos que frequentam o Hemiciclo de São Bento. O tratamento da realidade parlamentar da I Legislatura não se pode esgotar, assim, na compreensão dos deputados eleitos como produtores de discurso político. O âmbito da análise deve ser extensível a todas as individualidades, substitutos intralegislativos, que exerceram o mandato para mais rigorosamente aferir a presença de todos os oradores no plenário parlamentar¹⁷⁹.

Produzimos uma Tabela que sistematiza a frequência de Grupos parlamentares por Eleição¹⁸⁰. No período equivalente às três primeiras Sessões Legislativas, encontramos um nível de substituição intraparlamentar elevado no PS que determina que 1 em cada 3 deputados que exerceram funções não se encontravam nas listas de eleitos de 1976. Quanto às dissidências, entre os socialistas foram relativamente pontuais. O PPD/PSD apresenta também níveis elevados de substituição, atenuados no grupo de dissidentes das “Opções Inadiáveis”¹⁸¹. A cisão entre sociais-democratas é significativa, reduzindo o partido a uma expressão equiparável à do CDS e do PCP. Entre os centristas, a dissidência de dois deputados é pontual e associada ao descontentamento com o rumo político do

¹⁷⁷ TEIXEIRA, Maria da Conceição Pequito – *Op. Cit.*, pp. 636-637.

¹⁷⁸ IDEM – *Ibidem*, p. 645.

¹⁷⁹ Em última instância, a Eleição de Teófilo Carvalho dos Santos como Presidente da Assembleia na 3.ª Sessão Legislativa não seria explicável visto que é deputado substituto em 1976.

¹⁸⁰ *Infra*, p. 150.

¹⁸¹ Alguns dissidentes não se encontram neste grupo pelo motivo de terem renunciado ao mandato ou ter deixado de o exercer antes do momento da cisão, sendo exemplo o de Jorge Miranda e Paulo Pitta e Cunha.

partido. Acentua-se, neste caso, uma diminuta rotatividade de eleitos. Entre os comunistas a substituição é ligeiramente mais elevada, não havendo qualquer dissidência. O deputado eleito pela UDP renuncia ao seu mandato após desentendimento político com a direcção do partido, sendo substituído ainda antes do fim da 3.^a Sessão Legislativa. Na última Sessão, a substituição é muito mais elevada. É sobretudo notada nos partidos da direita do Hemiciclo, mais no CDS que no PPD/PSD. No PCP é ligeiramente superior que no PS e inexistente na UDP. Nesta Sessão regista-se apenas a dissidência de Sousa Tavares, que sai do Agrupamento parlamentar dos Reformadores¹⁸².

A produção de discurso político é, assim, atribuída a um grupo com uma dimensão mais significativa do que aquela que é nominalmente referida¹⁸³. Ainda assim a soma do total de deputados das duas tabelas anteriores não nos dá a medida exacta, sendo necessário assinalar o número de 149 deputados que, eleitos ou substitutos, desempenharam funções nas duas Assembleias eleitas da I Legislatura. Uma segunda Tabela expressa o total do grupo de deputados que frequentaram o Hemiciclo nesta primeira Assembleia da República. Esta permite-nos constatar uma renovação significativa das listas do PPD/PSD em 1979, que conta com um absoluto de deputados nas duas Câmaras eleitas inferior ao de partidos médios. Este fenómeno poderá estar naturalmente associado ao afastamento da linha crítica das “Opções Inadiáveis” do partido e afirmação de poder da linha política de Sá Carneiro. A Assembleia produtora de discurso político, para este efeito, é um Hemiciclo com 554 deputados¹⁸⁴.

II.4. O pendor do trabalho parlamentar

No discurso decorrente dos trabalhos da Assembleia, atendemos a algumas intervenções parlamentares publicadas¹⁸⁵. No plano das memórias dos protagonistas políticos, muitos se referem ao labor legislativo como etapa fundamental da sua carreira¹⁸⁶

¹⁸² DAR, I, 4.^a Sessão, 28 de Junho de 1980, p. 3530. Sousa Tavares rompe com este Agrupamento mas, ao contrário dos seus antigos colegas, é integrado nas listas da AD para as Legislativas de 1980, vinculado apenas ao PPD/PSD.

¹⁸³ *Infra*, p. 151.

¹⁸⁴ *Infra*, pp. 152-173.

¹⁸⁵ A título exemplificativo: CARDOSO, Fernanda Lima Lopes – *Intervenções parlamentares de Lopes Cardoso: testemunho sobre a coerência de um percurso*. Lisboa: Assembleia da República, 2003; ou COSTA, Adelino Amaro da - *Intervenções parlamentares*. Lisboa, Assembleia da República, 2000; e ainda CARVALHO, Manuel Vilhena de – *Intervenção parlamentar: 1976-1980*. Lisboa: [s.n.], 1979.

¹⁸⁶ A título exemplificativo: MELO, Carlos Galvão de – *Tradição e Destino*. Lisboa: [s.n.], 1979.

e outros partem do exercício de funções parlamentares para a produção de conteúdos de alcance científico¹⁸⁷. O debate político pode ser encarado como “componente essencial da vida parlamentar”, não só pela decorrência da decisão política, mas também pela importância dos assuntos e dos oradores¹⁸⁸. Os prazos constitucionais fixados de anuidade das Sessões não foram efectivamente cumpridos. Numa primeira análise, perscruta-se algum declínio laboral deste Órgão de Soberania ao longo da cronologia, totalizando esta Assembleia 417 diários plenários¹⁸⁹ onde são apresentados 538 projectos de Lei, 383 propostas de Lei e 344 apreciações parlamentares de documentos normativos¹⁹⁰. Também a efectiva produção legislativa anuncia algum esmorecimento até 1980¹⁹¹, mas a definição de um *Ratio* de produção legislativa por reunião plenária, como documentado numa terceira figura em anexo¹⁹², demonstra algum crescimento da 1.ª Sessão para as 2.ª e 3.ª e um declínio na 4.ª, perspectivando-se que a estabilidade governativa apoiada em maioria parlamentar é um factor de desanuviamiento dos trabalhos no plenário.

De acordo com os preceitos constitucionais, a peça regulamentar mais relevante neste período é o Regimento da Assembleia da República, que especifica os poderes e o Estatuto dos deputados, bem como os procedimentos e organização dos Grupos parlamentares. Ao longo da I Legislatura notamos a continuidade de quatro Grupos parlamentares (PS, PPD/PSD, CDS e PCP) somando-se na última Sessão mais dois (PPM e MDP/CDE). Até 1979, há um Agrupamento de deputados sociais-democratas independentes após a cisão das Opções Inadiáveis e após as Intercalares, os Reformadores constituem outro Agrupamento dentro do PPD/PSD¹⁹³. O mandato da Mesa tem uma periodicidade anual equivalente a cada Sessão Legislativa, exigindo-se maioria absoluta de deputados em efectividade de funções. É curioso notar que o regimento da AR nesta I

¹⁸⁷ RODRIGUES, António Filipe Gaião – *As oposições parlamentares em Portugal: práticas e intervenções, 1976-2000*. Lisboa: Veja, 2002.

¹⁸⁸ SÁ, Luís – *Op. Cit.*, pp. 270-271.

¹⁸⁹ A Sessão inaugural da Assembleia da República é mais extensa que as seguintes, cobrindo o período de 3 de Junho de 1976 a 14 de Outubro de 1977 com 143 debates plenários, terminando a título extraordinário em período suplementar de actividade. A 2.ª Sessão decorre entre 15 de Outubro de 1977 e 11 de Outubro de 1978, com 102 diários e a 3.ª, com apenas 99, de 17 de Outubro de 1978 a 31 de Agosto de 1979. A 4.ª Sessão, já na Assembleia Complementar, inicia trabalhos apenas a 3 de Janeiro de 1980, com a nova composição resultantes das Intercalares e verá o seu término a 15 de Julho de 1980, contando 73 debates. Em VARGAS, Ana; VALENTE, Pedro (org.) – *O Parlamento na Prática*. Lisboa: Assembleia da República, 2008, p. 381.

¹⁹⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 384.

¹⁹¹ Foram aprovadas 93 Leis na 1.ª Sessão, 84 Leis na 2.ª Sessão, 85 Leis na 3.ª e 45 na Sessão complementar. IDEM – *Ibidem*, p. 384.

¹⁹² *Infra*, p. 174.

¹⁹³ A designação deste Organismo deriva de uma proposta de resolução dos deputados independentes sociais-democratas, publicado em *DAR*, II, 3.ª Sessão, 25 de Maio de 1979, pp. 3098-3100.

Legislatura sofre bastantes alterações neste quadriénio¹⁹⁴. Quanto à direcção dos trabalhos, o socialista Vasco da Gama Fernandes é eleito Presidente para a 1.^a Sessão¹⁹⁵ e reeleito para a 2.^a¹⁹⁶. Teófilo Carvalho dos Santos é escolhido pelo PS como candidato a PAR e eleito na 3.^a Sessão Legislativa¹⁹⁷. Na Assembleia Complementar que acolhe 4.^a Sessão¹⁹⁸, o social-democrata Leonardo Ribeiro de Almeida derrota o seu antecessor, expressando o novo equilíbrio maioritário na Câmara na composição da Mesa¹⁹⁹. A organização interna das bancadas dos partidos políticos não se expressa no debate plenário, mas a imprensa acompanha esta realidade designadamente através da cobertura das conferências de líderes parlamentares²⁰⁰ ou reuniões de Comissões parlamentares²⁰¹. Além da competente verificação de poderes²⁰² e disposições regimentais, este Parlamento é responsável por parte da composição da Comissão Constitucional do Conselho da Revolução²⁰³ e sua subsequente reformulação²⁰⁴, elegendo, ainda, Magalhães Godinho como Provedor de Justiça²⁰⁵.

Tarefa maior da AR, a fiscalização da governação envolve contactos parlamentares frequentes e determinantes para a sobrevivência e queda dos Executivos²⁰⁶. No momento da apreciação da confiança parlamentar ao I Governo, a imprensa manifesta as “dúvidas na Assembleia a meio da madrugada”²⁰⁷ antes de confirmar o fim do Executivo minoritário de Mário Soares²⁰⁸. O II Governo Constitucional sobrevive a duas

¹⁹⁴ O primeiro tem a sua versão final publicada em *DAR*, I, 1.^a Sessão, 31 de Julho de 1976, p. 398, sendo alterado e publicado em *DAR*, I, 1.^a Sessão, 15 de Outubro de 1977, p. 5312. A segunda versão sofreu duas alterações na 4.^a Sessão Legislativa, publicadas respectivamente em *DAR*, II, 4.^a Sessão, 6 de Fevereiro de 1980, pp. 175-176 e em *DAR*, II Série, 4.^a Sessão, 30 de Maio de 1980, p. 1091.

¹⁹⁵ *DAR*, I, 1.^a Sessão, 30 de Julho de 1976, p. 351.

¹⁹⁶ *DAR*, I, 2.^a Sessão, 26 de Outubro de 1977, p. 11.

¹⁹⁷ Teófilo Carvalho dos Santos obtém numa primeira votação apenas 98 votos favoráveis. *DAR*, I, 3.^a Sessão, 20 de Outubro de 1978, p. 57. Em segunda votação, obtém 134 votos, sendo eleito segunda figura do Estado. *DAR*, I, 3.^a Sessão, 31 de Outubro de 1978, p. 150.

¹⁹⁸ *DAR*, I, 4.^a Sessão, 9 de Janeiro de 1980, pp. 27-35.

¹⁹⁹ A lista de Presidentes e Vice-Presidentes da Mesa da Assembleia da República encontra-se também em anexo. *Infra*, p. 176.

²⁰⁰ A título exemplificativo em *DN*, 13 de Janeiro de 1977, p. 2.

²⁰¹ A título exemplificativo em *DN*, 21 de Dezembro de 1978, p. 4.

²⁰² *DN*, 4 de Junho de 1976, p. 3.

²⁰³ *DN*, 17 de Agosto de 1976, p. 2.

²⁰⁴ *DN*, 31 de Maio de 1977, p. 2.

²⁰⁵ *DN*, 26 de Novembro de 1976, p. 17.

²⁰⁶ A composição dos seis Governos Constitucionais que conviveram com a I Legislatura encontra-se igualmente em anexo. *Infra*, pp. 176-205.

²⁰⁷ *DN*, 8 de Dezembro de 1977, p. 1.

²⁰⁸ A moção de confiança apresentada é rejeitada com 159 votos contra, votando a favor apenas 100 deputados do PS. *DAR*, I, 2.^a Sessão, 9 de Dezembro de 1977, p. 647.

propostas de rejeição²⁰⁹. A fragilidade do III Governo Constitucional é denunciada logo na discussão parlamentar do seu programa. Jaime Gama considera este Gabinete ignorante quanto à “sua própria génese”, carecendo do apoio manifesto do Parlamento e questiona o novo governante: “o que está aqui a fazer um Governo destes?”²¹⁰. A aprovação da moção de rejeição deste Gabinete não é uma surpresa²¹¹. O IV Governo resiste a uma moção de rejeição do PCP²¹² mas o Hemiciclo dificultará a tarefa do novo Executivo, sofrendo o OGE uma rejeição parlamentar flagrante²¹³. Octávio Pato anuncia uma moção de censura ao IV Executivo²¹⁴ que nunca se irá concretizar visto que o Executivo se demite antes. Mota Pinto resigna ao cargo de PM²¹⁵, afirmando este que “«a maioria na Assembleia, através de uma acção sistemática de obstrução [...] retirou sentido útil à acção do Governo»”.

O conflito PR-AR é latente neste período. Mário Soares, no balanço dos trabalhos parlamentares, considera os Governos de iniciativa presidencial “de uma democraticidade algo discutível”²¹⁶. Rui Pena também deseja a consagração explícita de um “modelo semipresidencialista” que clarifique os domínios de intervenção do Presidente da República designadamente na política externa, para evitar “acções dúplices, por vezes díspares, se não contraditórias” de Eanes. O orador aproveita para criticar a legitimidade do CR que pratica uma política “que ninguém sabe o que é e que Assembleia nunca referendou.” A defesa da iniciativa presidencial, por sua vez, é um fenómeno crescente²¹⁷, afirmando o PR que tal é “considerado politicamente conveniente pelos partidos representados” no Hemiciclo. Gorada a tentativa de encontrar “um consenso mínimo das

²⁰⁹ Uma do PPD/PSD, que conta com os votos favoráveis do proponente, da UDP e de três deputados independentes; as abstenções do PCP e; contra, os votos dos 141 deputados do PS, CDS e independentes POUS. A segunda moção do PCP conta com os votos a favor do proponente e de três deputados independentes UEDS; as abstenções do PPD/PSD e; contra, os mesmos 141 deputados da primeira. *DAR*, I, 2.ª Sessão, 13 de Fevereiro de 1978, p. 1496.

²¹⁰ *DAR*, I, 2.ª Sessão, 19 de Abril 1978, p. 3462.

²¹¹ A moção de rejeição é aprovada com 141 votos a favor, do PS, CDS, UDP e seis deputados independentes; tendo-se absterido o PCP e tendo votado contra o PPD/PSD e dois deputados independentes. *DAR*, I, 2.ª Sessão, 15 de Setembro de 1978, p. 3691.

²¹² Moção de rejeição não passa, visto que é rejeitada com 109 votos contra do PSD e do CDS e 97 abstenções do PS e de Galvão de Melo, já deputado independente. Entre os 45 votos favoráveis conta-se os da bancada comunista, da UDP e dos dissidentes do Partido Socialista. *DAR*, I, 3.ª Sessão, 13 de Dezembro de 1978, p. 608.

²¹³ O Orçamento não passa, opondo-se 46 votos de chumbo do PCP, da UDP e de cinco dissidentes socialistas a 43 votos a favor do CDS, de 5 deputados do PSD e de Vasco da Gama Fernandes. Os deputados do PSD e a maioria do PS optam pela abstenção. *DAR*, I, 3.ª Sessão, 23 de Março de 1979, p. 1514.

²¹⁴ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 4 de Maio de 1979, p. 1909.

²¹⁵ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 8 de Junho de 1979, p. 2678.

²¹⁶ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 28 de Julho de 1979, p. 3493.

²¹⁷ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 26 de Abril de 1979, p. 1855.

forças políticas e sociais em torno de questões basilares”, Eanes agenda Eleições Intercalares e simultaneamente empossa um último Executivo de origem presidencial. O momento da votação da moção de rejeição ao programa do V Governo Constitucional apresenta características sem paralelo na história da Democracia portuguesa²¹⁸.

Empossado o VI Governo, a existência de uma maioria parlamentar pré-eleitoral permite que o Executivo diminuía o peso da AR na condução da vida política. Pelos comunistas, Veiga de Oliveira considera o Executivo AD “um Governo intercalar [...] de mera conclusão de legislatura”²¹⁹ e os socialistas apresentam sem êxito uma moção de rejeição do seu programa²²⁰. O apoio ao VI Governo ao longo da derradeira Sessão Legislativa perpassa a tendente agressividade entre a maioria da AD e as oposições representadas no Hemiciclo. O plenário discute e aprova uma moção de confiança apresentada por Sá Carneiro que pode ser lida como manifestação de força do Órgão Executivo²²¹. Mário Tomé testemunha o conflito institucional crescente entre o Executivo e o binómio PR-CR²²², animado por “ataques sistemáticos e verrinosos que o Governo e a AD movem contra o Conselho da Revolução” pois “não conseguiram ainda deter a capacidade total de decisão”. Almeida Santos acusa a AD de provocar “sessões de trabalho com duração superior à normal”, designadas como “«maratonas»” em nome de pretenso “interesse nacional”²²³, desrespeitando os procedimentos parlamentares. A propósito do equilíbrio de poderes e da representatividade, Jorge Leite acusa a AD de promover “um conjunto de medidas tendentes à sua manutenção artificial e antidemocrática no Poder”²²⁴. Também os Reformadores, através de Medeiros Ferreira, reconhecem que os esforços de promoção do diálogo entre as várias forças políticas tiveram resultados “escassos”²²⁵. Na maioria, Pedro Roseta lastima “a inanidade das

²¹⁸ Sendo a moção conjunta, apresentada por PSD e CDS, estes partidos votam-na favoravelmente, colhendo 79 votos. 33 deputados votam contra, todos independentes, dissidentes sociais-democratas, socialistas e Cunha Simões. As 125 abstenções são dominantes, do PS, do PCP, da UDP e de Galvão de Melo. José Maia Nunes de Almeida, secretário da Mesa, refere que “nos termos constitucionais, o Programa do Governo não foi rejeitado”. Rui Pena argumenta que o resultado da votação deve indicar que “a moção de rejeição foi aprovada por maioria” ainda que não implique a demissão do Governo. Teófilo Carvalho dos Santos refuta o argumento invocando o artigo 195.º da Constituição que obriga “maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções”. *DAR*, I, 3.ª Sessão, 20 de Agosto, pp. 3773-3774.

²¹⁹ *DAR*, I, 4.ª Sessão, 12 de Janeiro de 1980, p. 63.

²²⁰ *DAR*, I, 4.ª Sessão, 12 de Janeiro de 1980, p. 47.

²²¹ *DAR*, I, 4.ª Sessão, 19 de Janeiro de 1980, p. 293.

²²² *DAR*, I, 4.ª Sessão, 22 de Fevereiro de 1980, pp. 677-678.

²²³ *DAR*, I, 4.ª Sessão, 29 de Fevereiro de 1980, p. 850.

²²⁴ *DAR*, I, 4.ª Sessão, 21 de Junho de 1980, p. 3095.

²²⁵ *DAR*, I, 4.ª Sessão, 25 de Junho de 1980, p. 3214.

críticas da oposição, a ausência de projecto alternativo válido” face ao “acerto da actuação do Governo”²²⁶.

As cisões nos Grupos parlamentares geram alguma “tensão” plenária no respeitante ao direito de uso da palavra por deputados independentes²²⁷. Não obstante, nota-se alguma preocupação da Mesa em manter a pluralidade. Gama Fernandes testemunha a tradição de “conceder a palavra aos Deputados independentes”, ainda que o dispositivo regimental não o permita²²⁸. Ainda assim, os independentes não se conseguem fazer representar nas Comissões nem integrar delegações internacionais²²⁹. Nesse sentido, o sistema de listas promove algum isolamento destas dissidências. A exclusão de Galvão de Melo da bancada centrista²³⁰ leva a alguma marginalização política²³¹ dentro do Hemiciclo. Entre os socialistas, assinalamos a desvinculação de Carmelinda Pereira e Aires Rodrigues no momento do II Congresso e, mais tarde, a de Lopes Cardoso, Vital Rodrigues e Brás Pinto, que renunciam ao seu mandato²³². Mário Mesquita prefere renunciar ao seu lugar de deputado em ruptura com a direcção nacional do PS, do que manter-se no lugar como independente²³³. Também António Barreto e Medeiros Ferreira renunciam aos seus lugares, após curto período como independentes²³⁴. O próprio Gama Fernandes rompe com o PS durante a discussão do Orçamento Geral do Estado do IV Governo²³⁵, afirmando não obedecer mais a “cliques nem a interesses inconfessáveis, nem a jogos malabares de uma política sem destino”²³⁶. No PPD/PSD, a cisão dos deputados ligados ao documento das “Opções Inadiáveis” é o culminar do processo de afastamento da liderança de Sá Carneiro²³⁷. Cunha Simões passa a deputado independente, “largando, deste modo, todos os laços” com o CDS²³⁸. Acácio Barreiros é afastado do seu lugar de deputado pela UDP, sendo substituído por Manuel Monteiro.

²²⁶ *DAR*, I, 4.ª Sessão, 28 de Junho de 1980, p. 3498.

²²⁷ *DN*, 18 de Novembro de 1977, p. 6.

²²⁸ *DAR*, I, 2.ª Sessão, 19 de Abril de 1978, p. 2407.

²²⁹ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 4 de Maio de 1979, p. 1930.

²³⁰ *DN*, 19 de Março de 1977, p. 1.

²³¹ *DN*, 6 de Janeiro de 1978, p. 6.

²³² *DAR*, I, 3.ª Sessão, 29 de Agosto de 1979, p. 3796.

²³³ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 31 de Outubro de 1978, p. 150.

²³⁴ *DN*, 7 de Setembro de 1978, p. 2.

²³⁵ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 21 de Março de 1979, p. 1360.

²³⁶ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 23 de Março de 1979, p. 1490.

²³⁷ Em 1978 o “documento dos 42” já havia denunciado um caminho neste sentido até à queda do Governo Mota Pinto e à constituição de um Agrupamento de deputados Sociais-Democratas Independentes. VARGAS, Ana; VALENTE, Pedro (org.) – *Op. Cit.*, p. 375.

²³⁸ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 14 de Agosto de 1979, p. 3585.

A desconfiança quanto ao sentido do labor parlamentar é reforçada pelos dissidentes. Cunha Simões considera que a AR “nunca ajudou a governar Portugal!”²³⁹, criticando os partidos “quando 18% do Parlamento se desvincula partidariamente”, esperando que a próxima Assembleia “seja de defensores indefectíveis dos interesses nacionais”. Também Galvão de Melo considera que “a Assembleia da República toda se consome em discussões de honras pessoais, esquecendo a honra da Nação”²⁴⁰. Contudo, parte das cisões gerou novas organizações partidárias, assinalando-se a conversão da Fraternidade Operária de Lopes Cardoso na UEDS²⁴¹ que disputará as Intercalares de 1979, assim como o POUS de Carmelinda Pereira e Aires Rodrigues. Parte do Grupo das Opções Inadiáveis integrará a futura ASDI, que só vai a votos em 1980 integrada na FRS.

No cômputo geral há um esforço de afloramento das preocupações do país. Gama Fernandes dá conta à Assembleia que esta “cumpru honradamente o seu mandato”²⁴², feito de trabalhos “árduos e difíceis”²⁴³, que devem deixar os eleitos “satisfeitos”²⁴⁴. Na sociedade civil, as críticas à AR são assinaladas desde cedo, referindo Proença de Carvalho que “o país real, sofre, esquecido, a sua frustração” considerando que o Parlamento discute temas que lhe são estranhos²⁴⁵. A AR defrontar-se-á com tentativas de condicionamento de grupos de pressão, nomeadamente de organizações de refugiados²⁴⁶. Na imprensa, Guilherme de Melo critica a organização dos trabalhos parlamentares, considerando que os períodos suplementares de trabalho se destinam a conseguir fazer “num mês o que se não fez em nove”²⁴⁷, em balanço severo da actuação deste Órgão onde “centenas de iniciativas aguardam andamento”²⁴⁸. As referências dos periódicos à prestação plenária questionam até a sua utilidade²⁴⁹. Magalhães Godinho considera que “o Parlamento também não tem estado à altura que seria de exigir-se-lhe neste período histórico de edificação da democracia”²⁵⁰.

²³⁹ DAR, I, 3.ª Sessão, 17 de Agosto de 1979, pp. 3606-3607.

²⁴⁰ Melo, Carlos Galvão de – *Op. Cit.*, p. 115.

²⁴¹ DN, 4 de Janeiro de 1978, p. 1.

²⁴² DAR, I, 1.ª Sessão, 16 de Junho de 1978, p. 4059.

²⁴³ DN, 17 de Outubro de 1977, p. 2.

²⁴⁴ DN, 1 de Agosto de 1977, p. 2.

²⁴⁵ DN, 13 de Novembro de 1976, p. 3.

²⁴⁶ A título exemplificativo, menciona-se o caso da IOR/IORE. DN, 9 de Março de 1977, p. 1.

²⁴⁷ DN, 24 de Junho de 1977, p. 24.

²⁴⁸ DN, 5 de Agosto de 1977, p. 17.

²⁴⁹ A título exemplificativo, o plenário pronuncia-se sobre uma notícia em *O Comércio do Porto* a 19 de Dezembro de 1978 que dá conta que “os portugueses já estão fartos deste tipo de comédia parlamentar, e muito poucos sabem que o Parlamento custa diariamente ao povo português qualquer coisa com 1 200 000\$”. DAR, I, 3.ª Sessão, 20 de Dezembro de 1978, p. 637.

²⁵⁰ DN, 2 de Agosto de 1977, p. 3.

Teófilo Carvalho dos Santos denuncia uma “campanha que se está a fazer contra a Assembleia da República”, e sendo aplaudido pelas quatro bancadas, de pé, manifesta que o “parlamento cumpre a sua missão com pobreza de meios aos dispor”²⁵¹. Salgado Zenha louva em Teófilo “a contribuição válida para o engrandecimento das funções do Parlamento” e dá nota “que a direita e a extrema-direita estão neste momento empenhadas em atacar e diminuir” a AR²⁵². Zenha foca o tema da “campanha sistemática” contra o Órgão legislativo²⁵³, denunciando ataques das “forças reacionárias” a um Parlamento democrático e eleito. Rui Pena considera a crítica como uma inevitabilidade da liberdade e apela aos parlamentares a não “perder a fé no regime que o povo instituiu”. Já deputado, Mário Soares argumenta que “a imagem que os meios de comunicação social projectaram para o exterior dos trabalhos da Assembleia nem sempre foi a melhor”²⁵⁴. Na mesma reunião, Carlos Brito assevera que a “Assembleia da República procurou intervir e conseguiu fazê-lo em quase todos os domínios relevantes da vida nacional²⁵⁵”. Em sentido contrário, Pedro Roseta considera impossível pronunciar-se no momento sobre o “balanço completo de todos os trabalhos desta Assembleia” remetendo para o “povo soberano” a avaliação do resultado²⁵⁶.

A intervenção parlamentar na cena política é paralela a uma crítica contínua ao Hemiciclo. Se os conflitos internos e externos espelhados no Parlamento se afiguram flagrantes sob uma perspectiva genérica, o discurso parlamentar apresenta cambiantes e sensibilidades de ordem variada no respeitante a temáticas que afloram a natureza pós-colonial do regime e do país. Neste sentido cumpre analisar a expressão parlamentar quanto à orientação e vocação de Portugal no Mundo, quanto às relações entre o país e os novos Estados de língua portuguesa e, finalmente, quanto aos despojos do Império desmantelado.

²⁵¹ *DN*, 29 de Dezembro de 1978, p. 3.

²⁵² *DAR*, I, 3.ª Sessão, 31 de Outubro de 1978, p. 152.

²⁵³ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 20 de Julho de 1979, pp. 3257-3264.

²⁵⁴ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 28 de Julho de 1979, p. 3489.

²⁵⁵ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 28 de Julho de 1979, p. 3496.

²⁵⁶ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 28 de Julho de 1979, p. 3500.

III. Vocação e identidade na orientação da política externa portuguesa

III.1. Propostas para uma nova identidade

Na construção da sua identidade, a jovem Democracia atravessa dilemas estruturais quanto à orientação da política externa. Após a ruptura com a feição colonial e ultramarina do Estado Novo, o poder político debater-se-á entre duas perspectivas dominantes: um rumo de estreitamento de laços com os povos libertados de domínio colonial português²⁵⁷; e outro que defende a inserção de Portugal no espaço democrático ocidental através da integração europeia²⁵⁸. O conflito entre estas duas visões é dotado de significância político-ideológica²⁵⁹ e se a primeira linha orientadora é defendida durante a fase gonçalvista do regime, a segunda expressa-se sobretudo a partir do 25 de Novembro²⁶⁰. Até 1980, estas duas linhas orientadoras de inserção de Portugal no Mundo são expressas em três quadros conceptuais no que toca ao plano de relacionamento externo português e sua matriz identitária e vocacional.

Na historiografia, uma tendência de opinião não deixa de configurar a Europa como uma mudança estrutural de “padrão”²⁶¹ de projecção portuguesa neste período, ainda que encontre referências à aproximação europeia em períodos anteriores. Vítor Constâncio alude às dificuldades de aproximação política à CEE durante o Estado Novo²⁶², Medeiros Ferreira lembra a cautela das instâncias comunitárias face à adesão portuguesa²⁶³ e Sousa Franco concebe uma “lenta transição” portuguesa para a Europa²⁶⁴. Costa Pinto, atendendo à caminhada europeia, minora mesmo o efeito de «crise de identidade» no período pós-colonial²⁶⁵. No período constitucional, o velho continente é

²⁵⁷ TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Op. Cit.*, pp. 90-91.

²⁵⁸ MACDONALD, Scott B. – *European Destiny, Atlantic Transformations. Portuguese Foreign Policy under the second republic 1974-1992*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1993, p. 67.

²⁵⁹ COSTA, António – A Constituição e as relações externas. In COELHO, Mário Baptista (coord.) – *Op. Cit.*, p. 675.

²⁶⁰ ANTUNES, José Freire – *Op. Cit.*, pp. 109-110.

²⁶¹ MAXWELL, Keneth – *Op. Cit.*, p. 203.

²⁶² CONSTÂNCIO, Vítor – Portugal e a opção europeia. In FERREIRA, José Medeiros (coord.) – *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 40.

²⁶³ FERREIRA, José Medeiros – *Portugal em Transe...*, p. 148.

²⁶⁴ FRANCO, António Sousa – O tempo crítico (1976-1985). In REIS, António (org.) – *Portugal: 20 anos de Democracia...*, p. 207.

²⁶⁵ PINTO, António Costa – Portugal: da África à Europa. In ALMEIDA, Paula Cardoso (coord.) – *O drama da integração*. Vila do Conde: Verso da História, 2015, p. 12.

um “projecto político essencial para a consolidação democrática e a viabilidade económica no pós-império”²⁶⁶, visto que Portugal se vê reduzido ao “útero ibérico”²⁶⁷. Na análise deste período, Norrie MacQueen concebe a preferência de certos sectores militares por uma política “mais num sentido terceiro-mundista do que determinadamente europeísta”²⁶⁸. Para Manuel Magalhães, em algumas manifestações discursivas, as perspectivas de aproximação diplomática são mais equilibradas, secundarizando a relação com os PALOP à integração europeia²⁶⁹. Para uma linha da esquerda eurocrítica, o relacionamento com os países africanos de expressão portuguesa é preferível como horizonte de afirmação identitária, concebendo-se este passo como essencial para a “libertação de Portugal”²⁷⁰. À direita do europeísmo, o aproveitamento do potencial contacto com o espaço lusófono deriva de uma gradual “transfiguração espiritual do Império” encetada pelo Estado Novo com continuidade neste período²⁷¹. Os eurocríticos aproximam-se, em comum, de “uma nova concepção do Império fundada na comunhão cultural através da língua”²⁷².

Na ensaística do período, o quadro conceptual da vocação europeia é mobilizado como imagem dominante do destino histórico português. Eduardo Lourenço configura neste período um esforço para esconder um “estado de intrínseca fragilidade”²⁷³ marcado pelo fim de um Império e pelo desfecho “dramático” da política colonial²⁷⁴. O europeísmo, resposta salvífica para esta questão, faz o seu caminho como uma inevitabilidade pós-colonial. Arménio Cardo teoriza sobre a “predestinação e a integração europeia de Portugal”²⁷⁵ e Roma Fernandes rejeita a hipótese de uma nova convivência luso-africana, espúria na capacidade de traduzir um “projecto cultural comum”²⁷⁶. Neste autor, a “necessidade” comunitária face à “irrelevância” do Terceiro Mundo²⁷⁷ é reforçada pelo “completo irrealismo” da vocação portuguesa como “«ponte» entre esses países e a Europa industrializada”²⁷⁸. Ribeiro Ferraz encara a viabilidade da construção

²⁶⁶ SÁ, Tiago Moreira de – *Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015, p. 55.

²⁶⁷ ANTUNES, José Freire – *Op. Cit.*, p. 109.

²⁶⁸ MACQUEEN, Norrie – *Op. Cit.*, pp. 262-263

²⁶⁹ MAGALHÃES, Manuel Campos Robalo Leite de – *Op. Cit.*, p. 71.

²⁷⁰ RAMOS, Rui – *Op. Cit.*, p. 446.

²⁷¹ IDEM – *Ibidem*, p. 458.

²⁷² IDEM – *Ibidem*, p. 476.

²⁷³ LOURENÇO, Eduardo – *Labirinto da Saudade...*, p. 21.

²⁷⁴ IDEM – *Ibidem*, p. 47.

²⁷⁵ DN, 21 de Dezembro de 1976, p. 18.

²⁷⁶ FERNANDES, Carlos Roma – *Portugal, a Europa e o Terceiro Mundo*. Lisboa: Pórtico, 1980, p. 87.

²⁷⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 91.

²⁷⁸ IDEM – *Ibidem*, p. 109.

de uma nova vocação europeia atendendo à utilidade do contributo português no Mundo²⁷⁹. Na mesma esteira, Eduardo Lourenço propõe um “ajustamento realista de Portugal a si mesmo”²⁸⁰, alegando que é “exagerado pôr o problema da identidade nacional” visto que “é tão evidente que não está em discussão”²⁸¹. Pulido Valente considera que a questão da “identidade nacional” se torna “importante e grave”, temendo a proclamação da “vocação universalista” como “uma simples revisão vocabular da «mística do império»”²⁸². Lencastre da Veiga recusa a remissão do caminho europeu para sucedâneo da estratégia africana²⁸³. Pitta e Cunha lembra “a manifesta estreiteza da margem de manobra” nas negociações para a integração na CEE²⁸⁴.

Alguns contributos tentam combinar a Europa com a celebrada veia ecuménica universalista portuguesa no período. Manuel Antunes direcciona um “universalismo” que está “inscrito na nossa história” para a Europa pois este é “o continente da universalidade pela sua ciência, a sua técnica, a sua cultura”²⁸⁵. António José Fernandes acredita que, aderindo ao Mercado Comum, “Portugal verá, então, redobrada a possibilidade de vir a ser *la plaque tournante* entre os países industrializados e os países subdesenvolvidos”²⁸⁶. A ligação africana subjaz, assim, às pretensões de ligação à CEE. Em Manuel de Lucena, este paralelismo expressa-se em “duas grandes linhas de política externa” emergentes como “expressão (e ao mesmo tempo condição) do novo Portugal”²⁸⁷.

Um outro quadrante do pensamento nacional apresenta uma perspectiva mais céptica em relação à Europa comunitária. À esquerda do europeísmo, Victor de Sá defende uma “libertação mental”²⁸⁸ através de um “verdadeiro retorno dos Portugueses às raízes da sua nacionalidade e às qualidades do seu carácter colectivo”, agendando as tarefas de “refazer o país e de criar o homem novo português”. O papel da CEE é de domínio económico. Sérgio Ribeiro prefere questionar os proveitos da ligação portuguesa

²⁷⁹ FERRAZ, João Ribeiro – *O que é o mercado Comum*. Mem Martins: Europa-América, 1978, p. 131.

²⁸⁰ LOURENÇO, Eduardo – *Labirinto da Saudade...*, p. 47.

²⁸¹ *DN*, 20 de Abril de 1978, p. 17.

²⁸² *DN*, 27 de Maio de 1977, p. 17.

²⁸³ *DN*, 28 de Abril de 1978, p. 7.

²⁸⁴ CUNHA, Paulo de Pitta e – *O desafio da integração europeia*. Lisboa: Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, 1980, p. 51.

²⁸⁵ ANTUNES, Manuel – *Repensar Portugal*. Lisboa: Multinova, 2005, p. 59.

²⁸⁶ FERNANDES, António José – *Portugal e o Terceiro Mundo*. Amadora: Livraria Bertrand, 1978, p. 274.

²⁸⁷ *DN*, 23 de Junho de 1976, p. 2.

²⁸⁸ SÁ, Victor de – *Repensar Portugal: reflexões sobre o colonialismo e a descolonização*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977, p. 10.

ao Mercado Comum²⁸⁹”. Lourdes Pintasilgo também questiona a inevitabilidade da integração europeia “como se Portugal fosse uma linha perdida no oceano e de súbito pedisse abrigo ao velho porto europeu”²⁹⁰. As mesmas dúvidas são manifestadas à direita. Neste sentido, António Quadros lamenta a “desportugalização” face à integração no Mercado Comum, preferindo uma opção de “conteúdo patriótico original”²⁹¹. Contrariando Eduardo Lourenço que diagnostica o “fabuloso ressentimento de que fomos causadores como povo”²⁹², Quadros elogia a missão ecuménica portuguesa no além-mar e rejeita-a como uma “fuga” à identidade portuguesa²⁹³. Esta proposta aproxima-se da defesa de uma comunidade de expressão portuguesa porque bebe da “comunidade afectiva, histórica e cultural”²⁹⁴. A mesma ideia de criação de um “bloco económico” com países lusófonos é advogada por Guedes da Silva²⁹⁵. Na área monárquica, Barrilero Ruas considera que “quem revelou Portugal a si próprio não foi a Europa: foi o mundo. Foi sobretudo a África”, sendo o país “filho de África”²⁹⁶. António Maria Pereira defende que a “língua universal é um dos raros trunfos com que Portugal pode contar para a definição de uma política internacional assente em premissas realistas”²⁹⁷.

No plano das Instituições políticas, a questão reflecte-se no discurso dos três Órgãos com responsabilidades na matéria²⁹⁸: o Presidente da República²⁹⁹, o Governo³⁰⁰ e o Parlamento. Na CRP, o princípio de diversidade de relações internacionais³⁰¹ é temperado pela defesa da legitimidade do recurso dos povos submetidos pelo colonialismo e imperialismo à insurreição armada para a libertação³⁰². Em função das suas competências de fiscalização, o Parlamento pronuncia-se sobre esta matéria tendo em atenção o “modelo interdependente” de exercício de competências entre Órgãos de

²⁸⁹ RIBEIRO, Sérgio – *O Mercado Comum: a integração de Portugal*. 4.ª edição. Lisboa: Estampa, 1978, p. 329.

²⁹⁰ PINTASILGO, Maria de Lourdes – *Dimensões da Mudança*. Porto: Afrontamento, 1985, p. 182.

²⁹¹ QUADROS, António – *Portugal, entre ontem e amanhã: da Cisão à Revolução, dos Absolutismo à Democracia*. Lisboa: Sociedade de Expansão Cultural, 1976, pp. 311-312.

²⁹² LOURENÇO, Eduardo – *O Fascismo nunca existiu*. Lisboa: Dom Quixote, 1976, p. 244.

²⁹³ QUADROS, Antonio – *Op. Cit.*, p. 181.

²⁹⁴ IDEM – *A Arte de continuar português*. Lisboa: Tempo, 1978, p. 74.

²⁹⁵ DN, 26 de Março de 1979, pp. 17-18.

²⁹⁶ DN, 2 de Março de 1977, p. 3.

²⁹⁷ DN, 11 de Maio de 1978, p. 17.

²⁹⁸ CUNHA, Alice – *Op. Cit.*, p. 59.

²⁹⁹ As competências do PR nesta matéria estão no artigo 136.º alínea c) e d) da CRP quanto à declaração de guerra e assinatura de tratados de vinculação externa. DR, I, 10 de Abril de 1976, pp. 738-775.

³⁰⁰ O Governo é o Órgão condutor da política externa, podendo negociar e ajustar convenções internacionais de acordo com a alínea b) do artigo 200.º da CRP. In *Ibidem*.

³⁰¹ Artigo 7.º da CRP. DR, I, 10 de Abril de 1976, pp. 738-775.

³⁰² COSTA, António – *Op. Cit.*, p. 676.

Soberania³⁰³. Vertendo posições elucidativas dos três quadros conceptuais em função do problema abordado e da bancada parlamentar, a AR expressa-se através de apoios, críticas, votos ou moções de congratulação ou de condenação da prática executiva. Reflecte-se, assim, a natureza *relacional* e *plural* deste discurso. O comportamento do Governo marca a sistematização deste período de forma decisiva: uma primeira fase de orientação PS defende a necessidade de integração europeia até à exoneração de Mário Soares em 1978; uma segunda baliza-se entre a iniciativa presidencial e o retorno ao europeísmo com o Governo AD. A síntese do posicionamento político-partidário nesta matéria permite-nos contemplar a inserção de Portugal no Mundo a partir da construção do perfil identitário e vocacional.

III.2. A marcha do europeísmo

O desenho da política externa em 1976 é também tributário da obra do VI Governo Provisório. Melo Antunes, titular dos Negócios Estrangeiros nesse Executivo, procura um caminho de consenso entre a Europa e África, mas desconfia dos benefícios da CEE, afirmando que “os portugueses terão de convencer-se [...] que a economia do País só poderá relançar-se com o esforço dos próprios portugueses”³⁰⁴ e que o “papel de Portugal nunca poderá ser desligado do espaço europeu a que pertence”. O elemento africanista, fundado na experiência da descolonização, faz “tomar consciência do papel de mediação que poderíamos desempenhar no diálogo entre a Europa, tradicional beneficiária de situações coloniais, e a África”³⁰⁵. Todavia, o I Governo Constitucional marca uma viragem mais assertiva para a Europa como grande desígnio da sua política externa.

Subordinando à “opção europeia” a conduta externa de “independência nacional” e de “relações de cooperação e amizade com todos os povos do mundo”, Mário Soares defende, no debate do I Executivo, a aposta na CEE como opção de valência económica e política através da “abertura e intensificação das relações com a Europa”³⁰⁶ como “consequência da instauração da democracia em Portugal e ao mesmo tempo em

³⁰³ IDEM – *Ibidem*, p. 677.

³⁰⁴ RAMOS, Maria Manuela de Sousa; PLANTIER, Carlos – *Melo Antunes – Tempo de ser firme*. Lisboa: Líber, 1976, p. 79.

³⁰⁵ IDEM – *Ibidem*, p. 276.

³⁰⁶ DAR, I, 1.ª Sessão, 3 de Agosto de 1976, p. 414.

consequência da descolonização”³⁰⁷. De facto, a Europa é o mote da campanha socialista nas Legislativas e o PM já tinha advogado a necessidade de “repensar a Europa e o seu futuro” procurando a integração “não só por motivos geográficos, mas também por ambiente cultural e evolução ideológica”. A imprescindibilidade europeia é narrada como o “contraponto absolutamente essencial para a descolonização que se revelara inevitável e grandemente traumática”. A abertura destes “novos horizontes nacionais de esperança” cria condições “para uma nova forma de presença em África, não colonial, mas em termos de cooperação cultural, económica e, mesmo, militar”³⁰⁸.

Soares anuncia a viagem às capitais de países membros da CEE para garantir uma “plena adesão” e excluir “qualquer outra forma intermediária” de integração³⁰⁹. Porém, esta “busca de uma nova identidade nacional, que a descolonização tornara urgente” não “pode ser entendida como um novo expediente – como uma nova Índia, um novo Brasil ou como uma nova África – a dar-nos riqueza sem trabalho persistente, na improvisação e na aventura”. A Europa é a “abertura de Portugal à modernidade”³¹⁰ e “única chance” para Portugal, um “pequeno país desde o momento em que terminou o facto colonial”³¹¹. O Governo nega as virtudes da “política chamada [...] de diversificação de relações diplomáticas” como catalisador de dependências “muito mais temerosas e muito mais graves” que ameaçam a Democracia. A adesão da Guiné à Convenção de Lomé é outro motivo para o Governo temer a eventual “situação de inferioridade em relação aos países europeus” no acesso a África³¹². Soares insiste em querer “encontrar uma nova identidade para o nosso país, não podendo ser outra que não a integração europeia”³¹³. Sendo “convicto defensor da política de alinhamento com a Europa e com o Ocidente”, Soares recordo o seu MNE, Medeiros Ferreira, pela afronta às “tentações neutralistas de Melo Antunes” enquanto secretário de Estado no VI Governo Provisório³¹⁴.

O novo inquilino das Necessidades discute a adesão ao CE³¹⁵ como inclusão na “expressão da Europa democrática”. O “anti-europeísmo” é citado como lembrança “de

³⁰⁷ DAR, I, 1.ª Sessão, 3 de Agosto de 1976, p. 419.

³⁰⁸ AVILEZ, Maria João – *Op. Cit.*, p. 19.

³⁰⁹ DAR, I, 1.ª Sessão, 12 de Fevereiro de 1977, p. 2518.

³¹⁰ DAR, I, 1.ª Sessão, 19 de Março de 1977, pp. 3013-3015.

³¹¹ DAR, I, 1.ª Sessão, 19 de Março de 1977, p. 3022.

³¹² Dos países africanos que “gozam” deste Estatuto: Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, só o primeiro beneficia de “medidas especiais”. MARTINS, Maria Ângela N. Rocha – *A Convenção de Lomé I*. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1980, p. 23.

³¹³ DAR, I, 1.ª Sessão, 19 de Março de 1977, p. 3023.

³¹⁴ AVILEZ, Maria João – *Op. Cit.*, p. 39.

³¹⁵ DAR, I, 1.ª Sessão, 24 de Novembro de 1976, pp. 1342-1359.

uma direita estéril, que cavava a sua própria sepultura com os olhos cravados no chão, sem saber o futuro e o grande dinamismo que a Europa poderá ainda ter”³¹⁶. Esta não é alternativa viável pois Portugal “só concentrando energias na Europa poderá ter um papel no mundo”. O sucesso de uma política de aproximação africana poderia ser atingido através da consolidação europeia, pois “o movimento dos não alinhados acabará por olhar para a Europa democrática como uma alternativa real”. O papel de Portugal como ponte entre a Europa e o Terceiro Mundo sustenta-se na “construção transcontinental” de resposta aos problemas dos países em vias de desenvolvimento”. Não obstante, o Ministro afirma que a opção europeia “está longe de significar um fechar de portas ao contacto com outros continentes”³¹⁷. Ainda que a demissão de Medeiros Ferreira se encerre no conflito com a política internacional partidária do PS, quanto aos contactos africanos³¹⁸, alguma imprensa elogia-lhe a capacidade de “destravar este projecto europeu sem destravar a intimidade com África”³¹⁹.

A necessidade de financiamento externo da economia portuguesa acrescenta à caminhada europeia um semblante pragmático, expresso no apoio internacional³²⁰. A urgência em formalizar um pedido de empréstimo ao *Fonds de Rétablissement* do CE³²¹ leva o Secretário de Estado do Tesouro, Palmeiro Ribeiro, a esclarecer a AR quanto à necessidade do uso imediato da primeira parcela do montante³²². Também o pedido de empréstimo ao BEI é feito em moldes de celeridade procedimental³²³. Na mesma medida, Medeiros Ferreira anuncia ao Parlamento um protocolo financeiro que “permite um crédito no valor de 200 milhões de unidades de conta”, assumindo na imprensa que “a Europa não deve regatear ajuda efectiva a Portugal”³²⁴. Em resposta a Sá Carneiro, Mário Soares secunda o seu Ministro ao confessar que a participação na “atribuição dos fundos comunitários” é “um dos aspectos que mais interessa ao nosso país”³²⁵.

O Gabinete PS-CDS mantém uma linha política muito semelhante. O II Governo Constitucional prossegue a “integração plena de Portugal nas instituições europeias” como principal objectivo de política externa, uma opção pelo continente “da liberdade,

³¹⁶ DAR, I, 1.ª Sessão, 24 de Novembro de 1976, p. 1355.

³¹⁷ DN, 27 de Novembro de 1976, p. 3.

³¹⁸ AVILEZ, Maria João – *Op. Cit.*, p. 64.

³¹⁹ DN, 12 de Agosto de 1977, p. 17.

³²⁰ DAR, I, 1.ª Sessão, 24 de Novembro de 1976, p. 1356.

³²¹ DAR, I, 1.ª Sessão, 25 de Novembro de 1976, p. 1399.

³²² DAR, I, 1.ª Sessão, 25 de Novembro de 1976, p. 1401.

³²³ DAR, I, 1.ª Sessão, 11 de Dezembro de 1976, pp. 1634-1637.

³²⁴ DN, 7 de Agosto de 1976, p. 2.

³²⁵ DAR, I, 1.ª Sessão, 19 de Março de 1977, pp. 3016-3017.

da cooperação e da paz” sendo a “Europa a que pertencemos e a que regressamos” um “factor de reencontro connosco mesmos e a nossa própria identidade”³²⁶. Ainda assim, a intervenção política do novo titular dos Negócios Estrangeiros, Sá Machado, ensaia alguns elementos cambiantes na posição portuguesa quanto ao relacionamento com os novos Estados de língua portuguesa³²⁷. Esta inflexão, objecto de crescente atenção presidencial, merece o elogio de Melo Antunes na imprensa angolana³²⁸.

O novo Ministro procura sublinhar a “abordagem crítica” do Programa em política externa que exclui “facilidades, porque geradoras de potenciais perigos para a nossa independência nacional”, mas também “dificuldades” por “impeditivas do cumprimento de uma política nacionalmente relevante”. A Europa mantém-se como “um imperativo histórico, cultural e moral da nação portuguesa”. Assim, a coligação é relevante na conjugação de “solidariedades europeias” das “forças representadas nas internacionais socialista e democrata-cristã”, símbolos das “opções largamente maioritárias do eleitorado europeu”. Na relação com África, Sá Machado rejeita um modelo “que se caracteriza pela valorização de um sistema único de referência ideológica” como ensaiado no “percurso acidentado da nossa Revolução”. Acrescenta que esta fórmula “em nome do anticolonialismo, mantém e prolonga indisfarçáveis conotações paternalistas e neocolonialistas”. O novo Executivo sublinha a política de “não ingerência nos assuntos internos de cada Estado” para evitar “anacrónicas e grotescas tentações neocolonialistas” e para viabilizar a “resolução do extenso contencioso resultante da descolonização”, em quadro preferencial de “pragmatismo” e “espírito de igualdade, reciprocidade e confiança”. Só o “património comum a Portugal e aos novos países africanos” levará a “idênticos sentimentos de convivialidade e tolerância”³²⁹.

A fragilidade da situação económica do país reforça a necessidade de endividamento externo do Estado. Para Freitas do Amaral, a benesse do apoio centrista a um novo Governo de base PS advém primordialmente da urgência das negociações com o FMI³³⁰. Soares considera o acordo um “êxito para Portugal”³³¹. Por motivo similar, o Hemiciclo aprova um pedido de empréstimo ao BIRD no valor de 40 milhões de

³²⁶ DAR, I, 2.ª Sessão, 11 de Fevereiro de 1978, p. 1339.

³²⁷ MAGALHÃES, Manuel Campos Robalo Leite de – *Op. Cit.*, p. 5.

³²⁸ DN, 30 de Maio de 1978, p. 3.

³²⁹ DAR, I, 2.ª Sessão, 11 de Fevereiro de 1978, pp. 1339-1340.

³³⁰ AMARAL, Diogo Freitas do – *Op. Cit.*, pp. 158-159.

³³¹ DN, 8 de Maio de 1978, p. 3.

dólares³³², sendo igualmente discutida uma proposta que concede ao Governo autorização para contrair empréstimos externos até ao limite de 500 milhões de dólares, durante o ano de 1978³³³. A queda do II Governo e o começo da governação de iniciativa presidencial implicará uma mutação no perfil da política externa. A acção crescente de Eanes no domínio da política externa, envolvida em contactos directos com os seus homólogos africanos, define uma linha qualificada como “terceiro mundismo mitigado”³³⁴, que tenta um consenso diverso entre as opções europeia e africana. Sob acusações de “diplomacia paralela” por parte dos partidos na AR, esta orientação atinge o ponto nevrálgico a partir de Agosto de 1978.

No debate da questão europeia, “o papel dos Parlamentos nacionais é incontornável e irreversível”³³⁵ e a Mesa da AR manifesta-se institucionalmente contagiada pelo horizonte de inserção europeia. António Arnault³³⁶, dá notícia de um convite à delegação parlamentar do CE para visitar Portugal. No plano da defesa dos direitos humanitários insiste-se na aprovação e ratificação da CEDH³³⁷, aprovada por unanimidade³³⁸. A visita a Portugal do Presidente do Parlamento Europeu, Emílio Colombo, é animada pela participação deste convidado nos trabalhos parlamentares, discursando sobre o pedido português de adesão ao Mercado Comum. No discurso de recepção, Gama Fernandes refere que “inseridos na Europa, é com ela que temos de contar e é dentro dela que se tem de processar a maior parte das nossas problemáticas”, sentido o projecto como “contínua mutação” na “harmonia do seu destino”. Colombo lembra que Portugal, “tal como outros povos europeus durante séculos, voltou-se para o mar”, retornando ao “seu próprio continente como nova aventura capaz de mobilizar as suas energias e o seu entusiasmo”³³⁹. O PAR também faz alusão à reunião da Primavera da União Interparlamentar em Lisboa como sintoma de prestígio para a AR³⁴⁰.

No plano relacional parlamentar, o PS é algo insuspeito durante a governação do seu partido, insistindo na construção identitária do país europeu. António Guterres faz uma intervenção plenária a realçar a importância dos contactos diplomáticos

³³² DAR, I, 2.ª Sessão, 12 de Maio de 1978, pp. 2683-2686.

³³³ DAR, I, 2.ª Sessão, 14 de Junho de 1978, pp. 3204-3207.

³³⁴ MAGALHÃES, Manuel Campos Robalo Leite de – *Op. Cit.*, p. 27.

³³⁵ CUNHA, Alice – *Op. Cit.*, p. 19.

³³⁶ Vice-Presidente da AR, Presidente em exercício em DAR, I, 1.ª Sessão, 28 de Janeiro de 1977, p. 2214.

³³⁷ DAR, I, 2.ª Sessão, 29 de Outubro de 1977, p. 51.

³³⁸ DAR, I, 2.ª Sessão, 12 de Junho de 1978, p. 3134.

³³⁹ DAR, I, 2.ª Sessão, 28 de Fevereiro de 1978, pp. 1613-1618.

³⁴⁰ DAR, I, 2.ª Sessão, 29 de Março de 1978, p. 1943.

empreendidos pelo Executivo como “elemento fundamental para assegurar o clima geral de aceitação das pretensões portuguesas”³⁴¹. Manuel Moura apela aos trabalhadores socialistas para as virtudes do projecto económico socialista assente na “integração europeia”, em “moldes de concorrência com os países do Mercado Comum”³⁴². Rodolfo Crespo aplaude a decisão favorável do Conselho de Ministros da CEE quanto à adesão e louva a “vontade política do povo português de reforçar as instituições da democracia representativa” regressando ao continente a que ligavam “laços históricos e culturais velhos, de oito séculos”. A solidariedade europeia regista, no entanto, “dificuldades de integração” e “ajudas substancias das comunidades ao financiamento do nosso *deficit* externo e à reestruturação das nossas estruturas económicas e sociais”. O orador admite que, quanto às relações externas com as antigas colónias, a entrada na CEE é um “reforço da Posição de Portugal visto que alguns dos jovens países estão associados ao Mercado Comum no quadro da Convenção de Lomé”³⁴³. Um voto de congratulação apresentado por Crespo sobre a decisão desta instância comunitária é aprovado pelos três maiores partidos no Parlamento³⁴⁴.

O PS assinala que a adesão ao Conselho da Europa “foi calorosamente saudada pela esmagadora maioria deste hemiciclo”³⁴⁵. Emília de Mello concebe, a propósito, o “encontro de Portugal consigo próprio no espaço geopolítico que sempre deveria ter sido o seu”. O “sonho europeu” deriva da contextualização geopolítica portuguesa no velho continente, facto que afasta as teses ideológicas de proximidade com o Terceiro Mundo³⁴⁶. Jaime Gama, por seu turno, encara a opção europeia com “confiança no alargamento e consolidação à escala europeia dos ideais do socialismo democrático”, em função de “deveres especiais de cooperação que neste momento cabem aos países da Europa em relação à África”³⁴⁷. No mesmo sentido, José Luís Nunes assevera que Portugal no CE tem “o dever de servir de ponto de contacto” entre África e Europa³⁴⁸, objectivo caro à política externa do I Governo.

³⁴¹ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 19 de Fevereiro de 1977, pp. 2615-2616.

³⁴² *DAR*, I, 1.ª Sessão, 19 de Fevereiro de 1977, pp. 2625-2627.

³⁴³ *DAR*, I, 2.ª Sessão, 8 de Junho de 1978, pp. 3030-3031.

³⁴⁴ *DAR*, I, 2.ª Sessão, 9 de Junho de 1978, pp. 3081-82.

³⁴⁵ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 24 de Novembro de 1976, p. 1342.

³⁴⁶ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 24 de Novembro de 1976, p. 1345.

³⁴⁷ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 24 de Novembro de 1976, p. 1355.

³⁴⁸ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 24 de Novembro de 1976, p. 1395.

Se inicialmente o PPD/PSD pondera várias formas de ligação à Comunidade³⁴⁹, considera a reunião do Conselho de Ministros das Comunidades “um marco fundamental” para a integração. Dele faz eco Sá Carneiro³⁵⁰, apoiando a “declarada vontade política de abertura do Mercado Comum a Portugal” que traduz um “predomínio da concepção política da Comunidade sobre a concepção económica”. Esta “concepção justa da Europa” no “reencontro da evolução europeia com o desejo dos seus fundadores” traduz a “expressão de uma solidariedade internacional” de que Portugal e todas as Nações poderão beneficiar. Sá Carneiro chamará ainda a atenção para a importância da participação nos fundos europeus, aproximando-se do I Governo. A União dos “povos da Europa” é encarada como o “caminho certo para a consolidação da democracia portuguesa”, como “missão histórica”. A redução de Portugal às “fronteiras do século XV” é um encontro “connosco próprios, com o nosso território europeu”. O “consenso maioritário de todo um povo” reforça a iniquidade da expansão atlântica e colonial, reforçando a crença “na integração europeia como via histórica de um Portugal democrático e progressivo”³⁵¹. O destino comunitário é associado ao destino democrático, visto que, sem Democracia, “Portugal carece do verdadeiro sentido histórico”. O PS, através de António Reis, regista “com agrado o apoio” dado pelo PPD/PSD, apelando à concessão de condições essenciais para a estabilidade do I Governo.

Sá Carneiro defende a Europa dos regimes que conciliam o “sistema económico com a liberdade e a democracia” evitando “soluções de capitalismo liberal ou de capitalismo de Estado” e preferindo uma visão “reformista” com base na participação dos trabalhadores. O orador considera que “não há contradição entre esta visão supranacional ou comunitária e a independência nacional e os interesses do nosso povo”, sendo a CEE factor de garantia do regime democrático e catalisador de garantias de respeito pelos direitos humanos³⁵². Ângelo Correia rejeita, todavia, uma “concepção economicista” desta integração, apostando sobretudo na “ordem de valores de natureza cultural” e no “transfundo cultural europeu”. Salienta ainda que Portugal, “não sendo uma nação exclusivamente europeia, tem também uma vocação europeia”, em consonância com Soares. Alerta, ainda assim, para que os portugueses não “retenham da Europa uma noção redentora e messiânica” ou “um guarda-chuva que vem resolver os problemas”.

³⁴⁹ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 12 de Agosto de 1976, p. 636.

³⁵⁰ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 11 de Fevereiro de 1977, pp. 2456-2460.

³⁵¹ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 29 de Janeiro de 1977, p. 2257.

³⁵² *DAR*, I, 1.ª Sessão, 11 de Fevereiro de 1977, p. 2459.

O CDS acompanha o I Governo quanto às benesses da opção europeia³⁵³. Lucas Pires manifesta uma clara rejeição pelo “terceiro mundismo e a indeterminação absoluta” da política externa que antecede este Executivo, defendendo a aproximação europeia³⁵⁴. Amaro da Costa manifesta que “o nosso destino histórico deve estar doravante ligado à Europa”³⁵⁵. Lucas Pires, no entanto, desconfia dos procedimentos do I Governo e expressa a “impressão de que a viagem para a Europa vai ser um tanto mais longa do que a viagem para a Índia”³⁵⁶. No que toca ao CE, o mesmo orador “congratula-se com a adesão de Portugal”, sintoma “da nossa própria evolução democrática”, elogiando “o único império que se constrói sem imperialismos”³⁵⁷. Já em período de exercício do poder, no II Governo, Carlos Robalo afirma que o seu partido, “desde a primeira hora”, sempre confiou na Europa, elogiando Soares “pelo esforço permanente e denodado” nesse sentido. Não obstante, “o CDS não pode deixar de reivindicar orgulhosamente o facto de ser uma das «locomotivas» deste processo”³⁵⁸.

O “objectivo de plena integração na CEE, está, porém, longe de ser pacífico”³⁵⁹ e o PCP assume-se como oposição ao projecto europeu. Carlos Brito duvida das possibilidades de defender Portugal de uma desastrosa concorrência no mercado interno e internacional³⁶⁰, considerando “indispensável a negociação de acordos com o Mercado Comum”, mas não a integração. Álvaro Cunhal demarca-se também da intenção de “integração no Mercado Comum” assim como da “admissão ao Conselho da Europa”, condenando a “aceitação de instâncias supranacionais” que condicionem uma política de “relações realmente diversificadas”³⁶¹. Carlos Carvalhas reafirmará a oposição ao CE pela sua “actividade anticomunista e de [...] suporte do modo de produção capitalista”³⁶². Aboim Inglês condena a Europa “dos monopólios” a um “esgotamento histórico” ainda que esta ameace “a defesa e consolidação das liberdades e das outras conquistas da Revolução” e “o reforço da independência nacional, com vista à defesa da libertada”. Em última instância, os comunistas defendem a prossecução da política de não alinhamento

³⁵³ DAR, I, 1.ª Sessão, 10 de Agosto de 1976, pp. 499-503.

³⁵⁴ *Manifesto Eleitoral - Alternativa 76*. Lisboa: CDS, 1976, p. 11.

³⁵⁵ DAR, I, 1.ª Sessão, 19 de Março de 1977, p. 3023.

³⁵⁶ DAR, I, 1.ª Sessão, 19 de Março de 1977, p. 3026.

³⁵⁷ DAR, I, 1.ª Sessão, 24 de Novembro de 1976, p. 1352.

³⁵⁸ DAR, I, 2.ª Sessão, 9 de Junho de 1978, p. 3086.

³⁵⁹ FERREIRA, José Medeiros – *Portugal em Transe...*, p. 148.

³⁶⁰ DAR, I, 1.ª Sessão, 3 de Agosto de 1976, p. 426.

³⁶¹ DAR, I, 1.ª Sessão, 6 de Agosto de 1976, p. 446.

³⁶² DAR, I, 1.ª Sessão, 24 de Novembro de 1976, p. 1346.

em blocos políticos consagrada na Constituição³⁶³ e acusam o PS e PPD/PSD de disputar o estatuto de “partido português mais europeu”³⁶⁴.

Carlos Brito e Vital Moreira contestam as condições que o Governo apresenta à Câmara para apreciação do diploma de pedido de empréstimo ao CE³⁶⁵. Já Sousa Marques renova as angústias quanto ao “grande atraso relativo da economia nacional em relação aos países da CEE” e o condicionamento da política externa portuguesa, “nomeadamente, com os países socialistas e com os novos países africanos”. Este acto é, assim, “altamente lesivo do nosso interesse nacional”³⁶⁶. Veiga de Oliveira retoma esta temática³⁶⁷, assim como Octávio Pato³⁶⁸. Na bancada comunista fala-se de “submissão e dependência do Estado Soberano” a uma estrutura supranacional dominada pelos “principais países capitalistas”³⁶⁹, louvando Álvaro Cunhal a “marca da indestrutível amizade e da confiança mútua existentes entre o nosso partido e os partidos e movimentos revolucionários dos países independentes libertados do colonialismo português”³⁷⁰.

A UDP também se manifesta agreste quanto à integração comunitária desafiando o Governo a promover um “amplo debate” sobre a questão europeia³⁷¹. Acácio Barreiros considera o CE um instrumento da política de blocos, contrariando uma “política de subordinação e de submissão ao imperialismo europeu e norte-americano” expressa pelo Mercado Comum. A UDP secunda algumas críticas dos comunistas, temendo “uma completa integração económica” numa Europa de Democracia burguesa. À oposição ao CE segue-se a exigência de saída de Portugal da NATO, opondo-se também à “aproximação com o Pacto de Varsóvia”. Prefere Barreiros “a aliança com os povos do Terceiro Mundo”, conjunto “aliás em que estamos em situação de facilmente nos integrarmos, na medida em que somos um país mediterrânico”³⁷². Acácio Barreiros afirma que “nunca defendeu o isolamento de Portugal em relação aos países que fazem parte do Mercado Comum, mas sempre se opôs à entrada de Portugal para a CEE”. Os fundamentos assentam sobretudo na “série de exigências de natureza política e económica” enunciadas em 1976, que “Portugal aceitou” e que se revêm na legislação

³⁶³ DAR, I, 1.ª Sessão, 25 de Novembro de 1976, pp. 1381-1383.

³⁶⁴ DAR, I, 1.ª Sessão, 11 de Fevereiro de 1977, p. 2458.

³⁶⁵ DAR, I, 1.ª Sessão, 25 de Novembro de 1976, p. 1402.

³⁶⁶ DAR, I, 2.ª Sessão, 9 de Junho de 1978, p. 3085.

³⁶⁷ DAR, I, 2.ª Sessão, 14 de Junho de 1978, pp. 3206-3207.

³⁶⁸ DN, 3 de Junho de 1978, p. 33.

³⁶⁹ DAR, I, 1.ª Sessão, 24 de Novembro de 1976, p. 1347.

³⁷⁰ CUNHAL, Álvaro – *Crise e Queda dos Governos PS*, volume I..., p. 36.

³⁷¹ DAR, I, 1.ª Sessão, 19 de Março de 1977, p. 3025.

³⁷² DAR, I, 1.ª Sessão, 25 de Novembro de 1976, pp. 1384-1388.

produzida pela Assembleia e pelos II Governos Constitucionais. No contexto destas medidas, o deputado da UDP identifica o acatamento das exigências do FMI³⁷³ como retrocesso face aos valores de Abril³⁷⁴.

III.3. Da inflexão presidencial à “prioridade das prioridades”

Afirmando a continuidade da integração europeia, o III, o IV e, em especial, o V Governo reforçam o horizonte português no espaço africano³⁷⁵. A “atitude mais decidida e determinada” com os PALOP demonstra uma influência conceptual da diplomacia presidencial³⁷⁶. Cabe a Corrêa Gago, MNE do Executivo de Nobre da Costa, apresentar a política externa do novo Governo. Numa óptica de continuidade, a programação nesta matéria “não poderá ignorar” as “nítidas realidades, que estruturalmente condicionam a inserção de Portugal no Mundo”. Além da participação nas organizações comunitárias e da presença na NATO “nacionalmente legitimada” pela natureza democrática do regime, o novo Governo manifesta-se “totalmente aberto à diversificação”, alterando a política face aos países africanos, “muito especialmente os que emergiram da descolonização portuguesa”, com um “programa suficientemente claro a esse respeito”. Neste domínio, terá uma postura “desassombrada e clara, sem complexos de qualquer natureza”, adequada “a Estados independentes” que respeitam o princípio de “não ingerência nos assuntos internos”. Assumindo os contenciosos pendentes, o Ministro deseja que estes não sirvam de “travões pré-condicionantes ou limitadores” no desenvolvimento de relações entre povos “que uma história de séculos efectivamente ligou e deixou falando a mesma língua”. A renovação destes vínculos faz-se “através das trocas culturais, técnicas e comerciais que lhe actualizem conteúdo e lhes vitalizem a solidez” e com “pragmatismo e rigor” e rejeição de “signos de uma qualquer coloração ideológica”. O “estilo de conduta internacional” decorre da “posição singular de Portugal com “oito séculos de história” que foram “arduamente vividos” no “ocidente da Europa”. Realça-se ainda a possibilidade de Portugal “desempenhar um papel extremamente importante de aproximação entre as comunidades europeias e os países que as compõem e as nações

³⁷³ DAR, I, 2.ª Sessão, 9 de Junho de 1978, p. 3084.

³⁷⁴ DAR, I, 2.ª Sessão, 12 de Junho de 1978, p. 3126.

³⁷⁵ MAGALHÃES, Manuel Campos Robalo Leite de – *Op. Cit.*, pp. 69-74 e 83-89.

³⁷⁶ DN, 11 de Setembro de 1978, p. 5.

africanas, em especial as de expressão portuguesa”. Em relação à CEE o abrandamento manifesta-se em interrogações quanto ao “posicionamento da comissão negociadora” no “seio do Governo”³⁷⁷.

Falhada a aprovação de Nobre da Costa, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do IV Governo Constitucional, Freitas Cruz, enceta o debate do capítulo de política externa com as bancadas parlamentares afirmando que aquela não consubstancia “soluções originais”³⁷⁸. Expressão da “nova posição de Portugal no Mundo, uma vez democratizadas as nossas instituições e descolonizados os territórios africanos”, o programa do novo Governo defende uma “linha de evolução que vem do I Governo Constitucional” na opção europeia, “factor decisivo e irreversível do nosso projecto nacional”. Confirma também a prossecução da “política de diversificação das nossas relações internacionais”, anunciando a preparação de uma “missão que a Angola se deslocará logo que esta Assembleia houver ratificado o Acordo de Cooperação” com este Estado. Chefe do último Gabinete presidencial, Lourdes Pintasilgo anuncia a política externa do V Governo em torno de “dois caminhos”, um reservado à integração europeia e outro que aposta na “diversificação das relações com os povos de outros continentes e doutros regimes políticos”³⁷⁹. A viabilidade das duas opções justifica-se para a nova PM pelo facto de “elas nunca se excluírem mutuamente”, avisando que “amputar o País de uma destas dimensões” é “mutilar gravemente a identidade nacional”. Em sentido crescente, o alinhamento da diplomacia passa crescentemente por Belém e Pintasilgo é inequívoca ao considerar que “a política externa não é do domínio exclusivo do Governo”³⁸⁰. O crescendo Eanista colhe algum apoio na sociedade portuguesa. A este propósito, a aproximação de Medeiros Ferreira ao PR funda-se na política específica “relativamente a África”³⁸¹.

A vitória da AD nas Intercalares retoma a centralidade europeia. Sá Carneiro opõe-se à dualidade nesta matéria asseverando laconicamente que “o Presidente da República não tem que ter política externa nenhuma. Quem define a política externa é o Governo”³⁸². Após a formação do VI Governo, Freitas do Amaral responde às dúvidas

³⁷⁷ *DAR*, I, 2.ª Sessão, 12 de Setembro de 1978, pp. 3500-3504.

³⁷⁸ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 12 de Dezembro de 1978, pp. 532-538.

³⁷⁹ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 14 de Agosto de 1979, pp. 3602-3603.

³⁸⁰ *DN*, 1 de Agosto de 1979, p. 2.

³⁸¹ *DN*, 6 de Novembro de 1978, p. 6.

³⁸² CARNEIRO, Francisco de Sá – *Textos*, volume 6..., p. 400.

parlamentares como novo titular dos Estrangeiros³⁸³. O líder do CDS expressa a sua intenção de se posicionar “sem ambiguidades, que contraste de forma bem nítida com os equívocos, as flutuações e as incertezas que caracterizaram a acção internacional do nosso país do Verão de 1978” até esse momento. Contra a “dúvida e perplexidade”, Freitas propõe uma “política claramente pró-europeia e pró-ocidental”, sem “qualquer traço de terceiro-mundismo” ou de “não alinhamento” e liberta de “diplomacias paralelas”. A integração no Mercado Comum é referida como “prioridade das prioridades”, concebida não como “aceitação resignada da única saída possível”, mas como “escolha livre e esclarecida da melhor solução de entre as várias por que poderíamos optar”.

O desígnio europeu é retomado como “um novo destino colectivo” que consigna a “reintegração de Portugal” no espaço cultural europeu, advento do “contributo extraordinário e universalista que deu à própria história da Europa e à sua projecção no Mundo”. Freitas reforça este argumento anunciando o apoio do CE a uma “exposição internacional sobre a era dos Descobrimentos”, esforço de valorização do “património cultural da Nação Portuguesa”, que beneficiará uma “pátria desejosa de superar definitivamente a crise de identidade em que foi lançada”. No mesmo sentido, inscrevem-se as conversações com as Instituições europeias e, em particular, a visita a Lisboa de Lorenzo Natali, Vice-Presidente da Comissão Europeia. A “vocaçao europeia” exige do Governo o dever de captar o “interesse e o empenhamento da Nação inteira nesta grande e promissora iniciativa” já que Sá Carneiro procura desenhar o Europeísmo português sob “novo e decisivo impulso às negociações que irão determinar a adesão de Portugal à CEE”³⁸⁴. O “voluntarismo político” do novo PM “não descuroa a vertente africana da política externa”³⁸⁵, visível nos “progressos nas relações” com os PALOP³⁸⁶ visto que a “Europa não é a única alternativa”³⁸⁷. Freitas do Amaral recorda que “começou, em 1980” a reivindicação da política externa como competência própria do Governo”³⁸⁸, negociando os primeiros fundos comunitários de pré-adesão em Dezembro de 1980³⁸⁹. Nesta matéria, o confronto discursivo entre o poder Executivo e Belém faz-se ecoar no Hemiciclo com particular ênfase durante as comemorações de 25 de Abril de 1980. O

³⁸³ DAR, I, 4.ª Sessão, 16 de Janeiro de 1980, pp. 81-93.

³⁸⁴ CARNEIRO, Francisco de Sá – *Textos*, volume 7. Lisboa: Editorial Progresso Social e Democracia, 1992, p. 236.

³⁸⁵ ANTUNES, José Freire – *Op. Cit.*, p. 116.

³⁸⁶ CARNEIRO, Francisco de Sá – *Textos*, volume 7..., p. 322.

³⁸⁷ DN, 15 de Junho de 1980, p. 1.

³⁸⁸ AMARAL, Diogo Freitas do – *Op. Cit.*, pp. 252.

³⁸⁹ IDEM – *Ibidem*, p. 257.

discurso de Eanes, neste plenário, é particularmente acutilante para com o Governo, defendendo o Chefe de Estado o reconhecimento da transformação do país de “colonialista e internacionalmente isolado” em actor “respeitado”. O desafio da integração comunitária manifesta-se muito “útil para ambas as partes se Portugal mantiver e desenvolver aquilo que é específico da sua posição na Europa”. O Presidente concretiza os “termos das suas afinidades históricas e culturais e, em particular, da sua capacidade de diálogo com os países de expressão portuguesa”, opondo-se ao rumo da política externa da AD³⁹⁰.

No quadro parlamentar, o PS distancia-se dos Executivos eanistas. Vieira de Lima, antigo Secretário de Estado no I Governo Constitucional, questiona a capacidade de “um Governo de independentes” estabelecer contactos profícuos na Europa “como interlocutor válido”. Questiona também a exequibilidade de uma política externa sem hierarquização de prioridades, interrogando a capacidade do Governo promover “abertura às relações de cooperação” com África. Rodolfo Crespo requer esclarecimentos sobre a referência do III Governo à Europa dos países “mais ricos”, ao invés do “projecto político comum de países que querem viver em democracia”. No quadro de relações com as antigas colónias, Crespo duvida das condições em que poderá este Governo “praticar essa política”, alertando para a importância do Mercado Comum no estabelecimento destes contactos. O Ministro Corrêa Gago justifica a “visão um tanto mercantil” da política europeia do novo Executivo por questão de “prioridade”, asseverando a primazia das opções políticas sem “modificações de fundo a introduzir”, ainda que a “diversificação selectiva” se faça “em função do seu interesse programático para este país”³⁹¹.

Dieter Dellinger relembra a importância do CE no contexto económico e social português³⁹². O orador salienta os benefícios das “ajudas prestadas” aos “refugiados” ou o “apoio a certos projectos de desenvolvimento regional”. O orador menciona ainda o debate da “situação do continente africano”, acrescentando a “experiência tida com a integração dos retornados das ex-colónias” como de “utilidade insofismável” na participação parlamentar europeia, considerando “que de erros iniciais tirámos ilações que conduziram a um êxito não desprezível”. Já no debate do programa do IV Governo, Vieira de Lima critica a indefinição da regulação da “condução da política de cooperação

³⁹⁰ DAR, I, 4.ª Sessão, 26 de Abril de 1980, p. 1703.

³⁹¹ DAR, I, 2.ª Sessão, 12 de Setembro de 1978, pp. 3502-3504.

³⁹² DAR, I, 3.ª Sessão, 20 de Outubro de 1978, pp. 43-45.

entre Portugal e os países africanos”. Em resposta, Freitas Cruz assume querer criar “uma estrutura nova para a cooperação”³⁹³. O comprometimento quanto ao Governo Pintasilgo, confirmado por Mário Soares³⁹⁴, justifica algum silêncio socialista. Na oposição, Soares insiste que o “aprofundamento da democracia económica só pode atingir-se num quadro mais vasto do que o nacional e esse – feita a descolonização – não pode ser outro senão a Europa do Mercado Comum”³⁹⁵. O PS reforça nas Intercalares de 1979 que “a integração na Europa democrática e o diálogo com a África são e serão, necessariamente, os dois grandes eixos em que se articula essencialmente a política externa portuguesa”³⁹⁶.

Em 1980, os socialistas aproximam-se tacticamente da estratégia presidencial de confronto com o Executivo da Aliança. Assim, Salgado Zenha acusa o VI Governo de não consultar Eanes nas opções de política externa, asseverando como “certo” que o PR é o “chefe da nossa diplomacia” e “fiador dos tratados internacionais”. António Guterres elogia a opção europeia, mas manifesta desconfianças quanto às intenções do Governo para introduzir mutações de foro económico e social a esse propósito. Ainda que comungue dos mesmos horizontes do Ministro dos Negócios Estrangeiros, o orador procura questioná-lo quanto à “relação entre a adesão de Portugal ao Mercado Comum e o intercâmbio com os países que constituíram no passado colónias do nosso país” na expressão de laços preferenciais luso-africanos face ao quadro da Convenção de Lomé. Jorge Sampaio indaga “que passos pretende dar o Governo para concretizar e consolidar as potencialidades” dos laços com as antigas colónias³⁹⁷. Freitas, em resposta, defende apenas a “cortesia” das relações com Belém³⁹⁸. Nos debates sobre o cancelamento da ronda de negociações de Sá Carneiro pelas capitais europeias³⁹⁹, Vieira de Lima regista o fracasso da iniciativa, mas o MNE acusa “o Governo minoritário do PS” de “tal atraso” nos “trabalhos preparatórios” e nas “negociações tendentes à adesão à CEE”, que seria difícil “recuperar o tempo ingloriamente perdido”⁴⁰⁰. Carlos Laje ataca o candidato presidencial da AD, Soares Carneiro, por virar “ostensivamente as costas à África de expressão portuguesa” já que é um “candidato nostálgico do colonialismo”, acusando

³⁹³ DAR, I, 3.ª Sessão, 12 de Dezembro de 1978, p. 537.

³⁹⁴ AVILEZ, Maria João – *Op. Cit.*, p. 104.

³⁹⁵ SOARES, Mário – *PS – Fronteira da Liberdade*. Lisboa: Portugal Socialista, 1979, p. 286.

³⁹⁶ *Dez anos para mudar Portugal – Proposta PS para os anos 80*. Lisboa: Portugal Socialista, 1979, p. 93.

³⁹⁷ DAR, I, 4.ª Sessão, 16 de Janeiro de 1980, pp. 86-88.

³⁹⁸ DAR, I, 4.ª Sessão, 16 de Janeiro de 1980, p. 92.

³⁹⁹ DAR, I, 4.ª Sessão, 22 de Maio de 1980, pp. 2343-2349; e DAR, I, 4.ª Sessão, 23 de Maio de 1980, pp. 2387-2407.

⁴⁰⁰ DAR, I, 4.ª Sessão, 23 de Maio de 1980, p. 2389.

ainda a “política externa” do Governo que varia ao “sabor da incompetência diplomática e das exaltações ideológicas de Freitas do Amaral e dos humores de Sá Carneiro”⁴⁰¹.

O PPD/PSD percorre, neste período, um caminho ascendente ao poder Executivo, com um discurso abrasivo até 1980. Sérvulo Correia, celebrando o aniversário da adesão de Portugal ao CE e o pedido de adesão de Portugal ao Mercado Comum⁴⁰², defende o “princípio da complementaridade” entre as duas organizações, desejando que “no seio do Conselho da Europa, se alarguem os debates sobre as grandes linhas da política mundial”, como é exemplo a “política geral sobre a situação em África”. Ao “perigo de que os Estados europeus alinhem a sua política africana por interesses de *Real politik* alheios à Europa e disfarçados sob capa ideológica”, defende a participação de Portugal “numa política de solidariedade euro-africana de colaboração eficaz e concertada, nos planos cultural, técnico e científico”, não devendo impor “escolhas ideológicas aos povos de África”. O orador louva os esforços da delegação do PPD/PSD na Assembleia do CE em discutir um “plano organizado de auxílio ao desenvolvimento económico da Europa”, o “aprofundamento da cooperação entre países do Norte e do Sul do continente” e os Direitos Humanos⁴⁰³.

No debate do IV Governo, Ângelo Correia apela à urgência da integração europeia como “poderoso estímulo à mudança e à transformação que Portugal tem de operar para sobreviver com dignidade e sobrevivência”⁴⁰⁴, remetendo o diálogo africano para “articulações complementares da política externa portuguesa”. Sousa Franco, ainda pelo PPD/PSD, discorre sobre a integração europeia como a concretização “desse desígnio essencial da nossa política externa”, verdadeira “necessidade histórica”. O parlamentar estranha a morosidade do processo de adesão, marcado pela demissão de Vítor Constâncio da Comissão para a Integração Europeia “sem que o Governo defina qual a orgânica que conduzirá definitivamente as negociações”. Para Sousa Franco “afastamo-nos cada vez mais de uma Europa cujo ritmo não se pauta pelos nossos adiamentos do costume”, o que “confirma a lentidão de decisão do Governo e das nossas instituições”⁴⁰⁵. Sá Carneiro responsabiliza directamente Melo Antunes nesta questão⁴⁰⁶. Na estreia

⁴⁰¹ DAR, I, 4.ª Sessão, 28 de Junho de 1980, pp. 3493-3494.

⁴⁰² DAR, I, 2.ª Sessão, 11 de Outubro de 1978, pp. 3725-3728.

⁴⁰³ DAR, I, 2.ª Sessão, 11 de Outubro de 1978, p. 3727. Theodoro da Silva lembra os “créditos especiais para fins sociais” desta Instituição. DAR, I, 3.ª Sessão, 9 de Maio de 1979, pp. 1947-1948.

⁴⁰⁴ DAR, I, 3.ª Sessão, 12 de Dezembro de 1978, pp. 554-559.

⁴⁰⁵ DAR, I, 3.ª Sessão, 16 de Março de 1979, pp. 1295-1297.

⁴⁰⁶ CARNEIRO, Francisco de Sá – *Textos*, volume 6..., pp. 113-114.

do V Governo, Helena Roseta critica uma política “mais próxima dos interesses chamados terceiro-mundistas e mais distante daquilo que para nós é essencial e que é a nossa integração no Mercado Comum”, apelando à “necessidade de acelerar as negociações” da adesão à CEE. A oradora questiona Pintasilgo quanto ao teor das intenções de melhorar relações com os países africanos atendendo ao “contencioso financeiro que existe entre o nosso Estado e esses Estados”⁴⁰⁷. No poder em 1980, os sociais-democratas serão voz consonante com a política do VI Governo, com escassa expressão discursiva.

A dissidência das Opções Inadiáveis gera, no entanto, um discurso simpático à causa do último Gabinete presidencial. António Rebelo de Sousa, pelos sociais-democratas independentes, distancia-se da “inegável simplicidade” das críticas que os partidos à direita tecem ao seu programa⁴⁰⁸. Também Magalhães Mota aceita o conceito de “Terceiro Mundo” como “revolução análoga à Revolução Francesa”, especialmente no que toca ao desejo de “dois mil milhões de homem que se recusam a não ser nada” e que procuram um novo conceito de desenvolvimento⁴⁰⁹.

No campo centrista, Sá Machado, antigo Ministro dos Estrangeiros do II Governo Constitucional, lamenta que “em matéria de política externa” o programa do IV Governo diga “na verdade muito pouco”⁴¹⁰. O orador repete que a opção europeia “encerra, por um lado o ciclo das ambiguidades e dos equívocos pós-revolucionários”, caracterizado pela “tentação espúria de um terceiro-mundismo” que aflora “um absurdo complexo de culpa”. A “patologia colectiva” é, nesta intervenção, o “prolongamento e a herança da mentalidade colonial” que se confunde com a “mais autêntica e profundamente vivida aventura colectiva do povo português: as descobertas e a expansão ultramarina.” Tais sentimentos de culpa deveriam ser repartidos com “povos das ex-colónias”. Sá Machado gostaria de ver “uma mais clara manifestação de vontade no sentido de estreitamento” das relações com as antigas colónias através da Cooperação, minorando o contencioso económico-financeiro com Angola e Moçambique. Para o orador, “Portugal está particularmente apetrechado para prestar” uma “cooperação de natureza cultural, técnica científica e tecnológica” onde “nos encontramos particularmente apetrechados e vocacionados” em função do “idioma comum”. Freitas do Amaral alude ao capítulo de

⁴⁰⁷ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 14 de Agosto de 1979, p. 3591.

⁴⁰⁸ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 18 de Agosto de 1979, p. 3721.

⁴⁰⁹ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 20 de Agosto de 1979, p. 3750.

⁴¹⁰ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 12 de Dezembro de 1978, pp. 544-546.

política externa do V Governo como “ambíguo e equívoco”, expressão de uma “visão do mundo e da defesa externa dos interesses nacionais” imputada à “da maioria de esquerda”, a Eanes e a “Melo Antunes, chefe oculto e ilegítimo da diplomacia portuguesa”⁴¹¹. Também Galvão de Melo, dissidente centrista, opõe-se à política delineada no programa do novo Executivo, considerando que “apregoar terceiro-mundismo é caminhar às avessas”⁴¹².

Pelo PCP, a oposição ao projecto europeu consolida-se nesta fase. Aboim Inglês desconfia dos moldes da aproximação entre Portugal e as novas Nações africanas no IV Governo, defendendo um quadro de “base directa e sem interferência de quadros ou interesses de terceiros”⁴¹³. Na inauguração do V Governo, Alda Nogueira manifesta estranheza quanto à “maneira como o Governo pensa concretizar tais intenções e objectivos” face aos compromissos políticos anteriores com a CEE⁴¹⁴. Em 1980, Helena Cidade Moura, deputada pelo MDP/CDE, nas listas da APU, acusa o Governo da AD de não honrar a “dignidade da Pátria independente, livre e dialogante que nasceu da Revolução dos cravos e da descolonização”, opondo-se à “falsa busca da identidade nacional”. O orgulho do “esforço dos descobrimentos”, “património de toda a Humanidade” é associado à luta “dos movimentos de libertação, solidários com as forças democráticas portuguesas” que origina “países livres, iluminados pelo progresso, marcando, com determinação, os caminhos seguros da nova África”⁴¹⁵.

A UDP também persiste na sua orientação quanto à política externa. Na discussão do programa do IV Governo Constitucional, Acácio Barreiros volta a insistir na vinculação do Gabinete ao FMI e à integração na CEE, defendendo antes a “ligação às comunidades portuguesas no estrangeiro e aos países de expressão portuguesa”⁴¹⁶. Acrescenta ainda a prossecução de uma política de “avanço do processo de civilização” que exige uma “ausência de colonização intelectual”. A substituição de Barreiros não trará novos contributos nesta matéria, nem pela voz de Manuel Monteiro que o substituiu ainda antes das Intercalares, nem pela de Mário Tomé, eleito em 1979.

⁴¹¹ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 20 de Agosto de 1979, p. 3760.

⁴¹² *DAR*, I, 3.ª Sessão, 18 de Agosto de 1979, p. 3702.

⁴¹³ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 12 de Dezembro de 1978, pp. 532-538.

⁴¹⁴ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 17 de Agosto de 1979, p. 3610.

⁴¹⁵ *DAR*, I, 4.ª Sessão, 26 de Abril de 1980, pp. 1687-1688.

⁴¹⁶ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 7 de Dezembro de 1978, pp. 418-420.

III.4. O consenso impossível: entre o universalismo e a vocação europeia

Na reflexão pós-colonial da “ambiguidade” e da “hesitação de sentido” de Portugal na Europa, entre a imagem de rosto e de Finisterra⁴¹⁷, o espaço geopolítico português configura-se como um “tempo histórico-político onde a Europa acaba e o Império começa”⁴¹⁸. A continuidade entre o Império e o contexto europeu é reforçada pela ligação intrínseca entre os antigos poderes coloniais e a Europa colonizadora, fenómeno que transmuta o velho continente em “um dos alvos mais visados em grande parte dos estudos pós-coloniais”⁴¹⁹. A “experiência de desterritorialização” dos antigos Impérios é uma benesse para a inclusão “de Portugal na Europa”⁴²⁰, sendo o tempo cronológico pós-colonial uma ordem “intrinsecamente europeia”⁴²¹. É, assim, compreensível a referência ao europeísmo como destino primordial no caminho histórico do novo país de Abril.

No Parlamento, a síntese quanto à vocação histórica esconde enunciados com diversos matizes. A competência dos Executivos quanto ao processo de integração europeia⁴²² não ignora, no diálogo com a AR, sucessivas discussões quanto à identidade nacional em que a inserção europeia surge como um desafio à construção do novo imo português⁴²³. A adesão ou a oposição a este projecto parece-nos capital no quadriénio estudado. Se o europeísmo e o universalismo se apresentam como orientações teóricas estanques do ponto de vista teórico, o discurso político constrói-se a partir de aglutinações possíveis de elementos africanos na linha europeia, núcleo da opção do regime. Nos partidos da primeira maioria presidencial, o europeísmo pós-colonial resulta como construção necessária ao destino histórico português. O estudo da adesão portuguesa à CEE nega sobressaltos político-ideológicos significativos nesta matéria, reforçando a percepção de inevitabilidade da integração no velho continente⁴²⁴. Para Soares, a problemática da “crise de identidade nacional” exige uma solução comunitária para a

⁴¹⁷ CLARA, Fernando – O fim da Europa. Onde a nação acaba e o império começa. In SANCHES, Manuela Ribeiro (org.) – *Op. Cit.*, p. 273.

⁴¹⁸ IDEM – *Ibidem*, p. 282.

⁴¹⁹ MEDEIROS, Paulo de – Apontamentos para conceptualizar uma Europa pós-colonial. In SANCHES, Manuela Ribeiro (org.) – *Op. Cit.* p. 340.

⁴²⁰ RIBEIRO, Margarida Calafate – *Op. Cit.*, p. 428.

⁴²¹ RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (org.) – *Fantasmata e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2003, p. 28.

⁴²² CUNHA, Alice – *Op. Cit.*, p. 67.

⁴²³ RAMOS, Cláudia – *Op. Cit.*, pp. 68-69.

⁴²⁴ CUNHA, Alice – *Os Capítulos da adesão*. Lisboa: Assembleia da República, 2016, pp. 19-24.

ultrapassar⁴²⁵. António Barreto assume que a perda do Império é depuradora para a natureza portuguesa⁴²⁶. Associando os opositores ao europeísmo à linha política do Estado Novo⁴²⁷, Medeiros Ferreira considera que após “meio século de exílio e isolamento, Portugal volta por si oficialmente à convivência com a Europa” e à “consciência do nosso destino histórico”⁴²⁸. Emília de Mello considera o regresso à Europa um “encontro de Portugal consigo próprio no espaço geopolítico [...] alienado desde os primórdios da nossa história”, contra a aproximação revolucionária ao Terceiro Mundo, um “pensamento reacionário e colonialista”⁴²⁹. Sá Carneiro associa o “verdadeiro sentido histórico” do país a um reencontro com o nosso território europeu”, essencial à “missão histórica” portuguesa.⁴³⁰ Também no CDS se fala de “um novo destino histórico, na construção de uma Europa unida”, tradutor de uma “nova forma de patriotismo”⁴³¹.

Esta assunção não deixa de ser temperada com elementos africanistas de índole variada, de natureza ecuménica e universalista, ainda que discursivamente despidos de simbologia imperial. O concílio de vocações é tentado por Soares na defesa de uma “vocação universalista” portuguesa que só agregada à “nossa qualidade de europeus” se realiza “plenamente”⁴³². O esforço de conciliação leva Soares a lamentar os “termos dicotómicos” em que outros apresentam a questão⁴³³. Manuel Alegre elogia os descobrimentos como “epopeia sem par que iniciou uma nova era, aproximando povos e continentes” e que originou “o nascimento da mentalidade científica e do espírito renascentista” europeu⁴³⁴. O deputado entoa os descobrimentos como “uma das consequências da evolução do humanismo na Europa”, momento em que “as nações afirmam a sua identidade”. O sentido europeísta que Alegre indexa ao canto da “grande empresa” revê-se na diáspora portuguesa, realidade compatível e fundadora da caminhada europeia⁴³⁵. A cedência ao “universalismo” da vocação portuguesa, neste discurso, configura-se como uma justificação da particularidade portuguesa no Mundo. Esta linha

⁴²⁵ DAR, I, 1.ª Sessão, 10 de Agosto de 1976, pp. 499-503.

⁴²⁶ A 18 de Abril de 1976 em *Campanha Eleitoral na TV*. Lisboa: Ediguia, 1976, p. 148.

⁴²⁷ REIS, Miguel (comp.) – *Governo Soares – O Exame de S. Bento*. Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas, 1976, p. 157.

⁴²⁸ FERREIRA, José Medeiros – *Elementos para uma política externa do Portugal democrático*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1976, p. 44.

⁴²⁹ DAR, I, 1.ª Sessão, 24 de Novembro de 1976, p. 1345.

⁴³⁰ DAR, I, 1.ª Sessão, 11 de Fevereiro de 1977, pp. 2456-2460.

⁴³¹ A 8 de Abril de 1976 em *Campanha Eleitoral na TV ...*, p. 30.

⁴³² VASCO, Nuno (coord.) – *Vencer a crise, preparar o futuro, um ano de Governo Constitucional*. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1977, p. 60.

⁴³³ SOARES, Mário – *A Europa connosco...*, pp. 26-29.

⁴³⁴ DAR, I, 2.ª Sessão, 26 de Abril de 1978, p. 2469.

⁴³⁵ DAR, I, 2.ª Sessão, 12 de Junho de 1978, pp. 3131-3133.

observa alguma preocupação quanto à sorte do antigo Império. Em sentido aproximado, Lucas Pires lamenta o “encobrimento” do I Governo socialista quanto às relações com as antigas colónias⁴³⁶. O “nevoeiro” adensa o desaparecimento de “tantos rostos e nomes portugueses”. As bancadas à direita imprimem à identidade portuguesa a defesa das comunidades e da Democracia no antigo Ultramar, justificando a pertença europeia. Para Sérvulo Correia, as preocupações de “velar pelo futuro, pela segurança e pela estabilidade da comunidade portuguesa” são intrínsecas à Democracia e Rui Pena diz que Angola e Moçambique “não conhecem ainda o que é a liberdade, a democracia pluralista, os direitos do homem”⁴³⁷. Esta referência tenderá a desaparecer do discurso político com a subida ao poder da AD, aproximando-se ao teor da política externa de Mário Soares.

No Palácio de Belém, procura-se equilibrar as duas vocações com maior paridade. Em dissonância com a política governamental dos partidos, o PR conjuga-as na “vontade de reviver o orgulho da Nação e a confiança na perenidade da sua história, da sua cultura e do seu destino”, coincidindo a “vontade de integração plena na Europa” com a “vontade de estreitar os laços de cultura e convivência com os povos que [...] Portugal ajudou a tornarem-se cada vez mais livres e independentes”⁴³⁸. Advogando um auxílio desenvolvimentista para a África lusófona⁴³⁹, o Chefe de Estado proclama uma “inflexível determinação de assegurar, por todos os meios constitucionais, as condições de realização do projecto nacional”⁴⁴⁰. A sensibilidade africana de Portugal é nítida no discurso do PR, para quem “a recuperação da identidade nacional e o relançamento de um projecto universalista de um povo que ultrapassa os limites do seu próprio território” extravasa a questão europeia⁴⁴¹. Se os partidos executivos subordinam o universalismo à opção europeia, Eanes parece privilegiar o primeiro no exercício das suas competências e cede à segunda em aspectos de cariz económico-financeiro. Sendo certo que este elemento é factor de conflito institucional, só é constatado em ambiente parlamentar quando a linha presidencial se materializa na acção executiva com os Governos independentes. Este discurso surge, assim, na AR, por intermédio de um actor externo, de escasso acolhimento parlamentar.

⁴³⁶ DAR, I, 1.ª Sessão, 5 de Março de 1977, pp. 2764-2765.

⁴³⁷ DAR, I, 2.ª Sessão, 4 de Novembro de 1977, pp. 75-77.

⁴³⁸ DAR, I, 2.ª Sessão, 26 de Abril de 1978, p. 2472.

⁴³⁹ MAGALHÃES, Manuel Campos Robalo Leite de – *Op. Cit.*, pp. 75-82.

⁴⁴⁰ DAR, I, 2.ª Sessão, 26 de Abril de 1978, p. 2474.

⁴⁴¹ PINTO, Mário Vieira – *O General Ramalho Eanes e a História recente de Portugal*, volume I. Lisboa: Âncora, 2014, p. 305.

À esquerda do PS, a vocação portuguesa constrói-se contra o europeísmo verbalizado pelo poder Executivo de base partidária. No caso do PCP, a literatura menciona projectos de “desenvolvimento de relações mais próximas com o COMECON e com o então chamado terceiro mundo” face ao atraso estrutural da economia, à ameaça dos interesses europeus e aos perigos de subordinação da política externa ao capitalismo monopolista⁴⁴². Assim, a rota do antigo Império é navegada, ainda que sob condenações do passado colonial português e realidades cúmplices ou similares. Neste discurso, a essência da identidade nacional é tributária da Revolução, de natureza pós-colonial e eurocéptica. Essa posição é visível na invocação das vítimas do Tarrafal pela voz de Francisco Miguel⁴⁴³ ou no voto de protesto de Alda Nogueira contra o “racismo” na África do Sul⁴⁴⁴. Carlos Brito antevê a defesa do Ultramar e do regime deposto⁴⁴⁵ no “silêncio do CDS e do PPD/PSD” quanto à “rapina e guerra em África, de dependência e submissão da Pátria portuguesa”. Os comunistas questionam os perigos que a integração implica para a imagem de Portugal. José Vitoriano lembra “o levantamento militar de Abril” como “construção de um Portugal democrático e independente” contra o capitalismo e imperialismo. O “apoio e o compromisso dos novos rumos traçados pela Revolução” expressam-se na oposição à “guerra e à violência, ao colonialismo, à opressão sobre os outros povos, ao sacrifício do País”. Nesse sentido, a “alternativa democrática” apresentada é pautada pela proximidade com África em novos moldes, sob recusa do “regresso ao passado” e consequente, sacrifício da “independência nacional”⁴⁴⁶.

A UDP também alerta para um passado condenável que ameaça o presente. A crítica da passividade da AR quanto às condecorações pela guerra no Ultramar é prova “da inutilidade desta Assembleia” face a clara “provocação ao regime constitucional”⁴⁴⁷. A recusa da integração comunitária, factor de submissão ao imperialismo do velho continente, resulta na manutenção da prioridade africana, ainda que também sob mudança de paradigma relacional⁴⁴⁸. Também do sector revolucionário, Otelo defende que a “vocação portuguesa” está associada ao relacionamento com o Terceiro Mundo⁴⁴⁹.

⁴⁴² CUNHA, Alice – *Assuntos Europeus...*, p. 63.

⁴⁴³ DAR, I, 1.ª Sessão, 10 de Novembro de 1976, pp. 1107-1108.

⁴⁴⁴ DAR, I, 2.ª Sessão, 29 de Outubro de 1977, p.33.

⁴⁴⁵ DAR, I, 2.ª Sessão, 16 de Novembro de 1977, p. 209.

⁴⁴⁶ DAR, I, 2.ª Sessão, 26 de Abril de 1978, p. 2462.

⁴⁴⁷ DAR, I, 3.ª Sessão, 8 de Novembro de 1978, pp. 179-182.

⁴⁴⁸ O eurocepticismo proveniente de sectores conotados com o Estado Novo não está representado na AR.

⁴⁴⁹ DN, 19 de Junho de 1976, p. 7

Havendo um consenso na recusa dos moldes imperiais, o pós-colonialismo cronológico não encontra um caminho unívoco para a nova face do país, mas parece-nos claro que todas as propostas reflectem a substância da “perda do império”. Se o europeísmo se traduz no seu potencial de forja de uma nova “missão histórica” sob duas formas distintas de complementaridade⁴⁵⁰, o universalismo procura sobretudo uma redenção identitária no antigo espaço colonial e, no caso da esquerda do PS, recusando a identidade europeia⁴⁵¹. As fórmulas de consenso pecam na sua eficácia por implicarem a predominância de um dos elementos. O conflito institucional, nesta matéria, relega ao êxito da AD em 1979 uma vitória dos Partidos-Governo na dianteira da representação em política externa. Na ressaca do célere fim de Império, a Europa prevalece como paliativo profícuo na urgência da recuperação de um lugar para Portugal no Mundo, inserido num espaço comunitário de antigos Estados coloniais. Em senda de continuidade, o potencial salvífico desta opção remete “o país, de novo, para uma posição periférica” no Mundo⁴⁵². A Europa é, não obstante, discursada como uma solução *elitista* do novo regime⁴⁵³ que gradualmente vai penetrando nas bases da sociedade apesar do sentimento de insegurança “subjectiva” dos eleitores⁴⁵⁴. Neste sentido, a AR forja um europeísmo português pela voz de Partidos-Governo pragmáticos no que concerne ao hibridismo e à integração identitária⁴⁵⁵.

No debate parlamentar sobre a identidade portuguesa regista-se uma condenação expressa de um passado que é estranho. A pós-colonialidade no plenário expressa-se na denúncia da indignidade do Império através de enunciados sobre uma essência plural e gradualmente construída. No plano *relacional*, a opção europeia da Assembleia e do país tem sobretudo o mérito de afastar o Império da consciência e da memória do regime e de lhe conferir um horizonte diverso como devir histórico. Gera-se, a nível discursivo, um consenso impossível quanto à ruptura com o Império, avocando-se um pós-colonialismo hermenêutico, caro e útil à natureza democrática e fundadora do regime. Neste último aspecto, cumpre atender concretamente ao relacionamento entre Portugal e os países africanos de expressão portuguesa.

⁴⁵⁰ RAMOS, Cláudia – *Op. Cit.*, p. 76

⁴⁵¹ IDEM – *Ibidem*, p. 77

⁴⁵² SANCHES, Manuela Ribeiro – Descolonizar os descolonizadores. In *Portugal não é um país pequeno* ..., p. 383.

⁴⁵³ PINTO, António Costa – Portugal: da África à Europa. In ALMEIDA, Paula Cardoso (coord.) – *O drama da integração*... p. 15.

⁴⁵⁴ *DN*, 1 de Janeiro de 1980, p. 16

⁴⁵⁵ RAMOS, Cláudia – *Op. Cit.*, p. 92.

IV. Portugal e os países africanos de expressão portuguesa

IV.1. Propedêutica da libertação

Não obstante o predomínio do europeísmo na caracterização identitária da Democracia portuguesa, o relacionamento do país com o seu antigo espaço colonial permanece um aspecto constante no discurso político durante este período. A heterogeneidade do processo de independência de cada um dos territórios estabelece-se em função dos interlocutores e da margem de manobra do Estado português, mas condicionará a substância do plano de relacionamento pós-colonial.

O primeiro processo negocial culmina a 26 de Agosto de 1974 com o reconhecimento da República da Guiné-Bissau e o direito à independência de Cabo Verde em Argel⁴⁵⁶, por força do peso do PAIGC no terreno e pelo reconhecimento de que a transferência do poder já se verificara para um efectivo cessar-fogo.⁴⁵⁷ O caminho da “legitimidade revolucionária” e as “pressões externas” sobre a metrópole levaram a um acordo de “paz imediata” que contou com a autonomia das negociações quanto a Cabo Verde. A posição geográfica deste último arquipélago oferecia reticências quanto à sua caracterização euro-africana, mas a queda de Spínola e a exclusividade do PAIGC como “única legítima voz política de Cabo Verde” levam a uma transição pactuada através de um Governo partilhado e empossado em Dezembro de 1974. Este, encarregue de preparar Eleições Constituintes, declara a independência a 5 de Julho de 1975 após parecer favorável da Assembleia eleita⁴⁵⁸. A debilidade económica deste arquipélago na década é um factor determinante nas suas relações externas preferenciais com Portugal⁴⁵⁹. As negociações com S. Tomé e Príncipe seguem uma receita semelhante, sendo acordado um Governo de Transição em Novembro de 1974, em processo não “tão tranquilo”, marcado por alguma agitação social e conflitos políticos dentro do movimento de libertação. As Eleições Constituintes levam à proclamação da independência a 12 de Julho de 1975, sem significativos “obstáculos à transferência de poderes”⁴⁶⁰.

⁴⁵⁶ GUERRA, João Paulo – *Descolonização Portuguesa – O Regresso das Caravelas*. Alfragide: Oficina do Livro, 2009, p. 159.

⁴⁵⁷ MACQUEEN, Norrie – *Op. Cit.*, pp. 129-133.

⁴⁵⁸ IDEM – *Ibidem*, pp. 140-147.

⁴⁵⁹ IDEM – *Ibidem*, pp. 276.

⁴⁶⁰ IDEM – *Ibidem*, pp. 150-152.

Moçambique é objecto do Acordo de Lusaca em Setembro de 1974⁴⁶¹, perante um desafio militar “significativo e claramente em ascensão” por acção da FRELIMO⁴⁶². O “abraço” entre Mário Soares e Samora Machel⁴⁶³ é expressão da simpatia para com a independência desta província. Neste caso, ainda que se chegue a admitir a realização de um plebiscito⁴⁶⁴, o eminente “processo de descolonização”⁴⁶⁵ garantia a Portugal a “superintendência da transferência de poder” e concretização “das garantias e dos direitos de propriedade e da segurança dos cidadãos portugueses que desejassem ficar em Moçambique”. A relutância da FRELIMO gerou um “acordo deficiente” que reservava “muita coisa para ser resolvida durante o período da transição”. Se “Portugal preferia um período de transição relativamente longo”, para resolver problemas de “contencioso financeiro” e assegurar a economia pós-independência, os argumentos não convenceram o movimento de libertação⁴⁶⁶. Em período tumultuado⁴⁶⁷, o Governo de Transição empossado terá grandes dificuldades em conter o clima de “agitação”, pesando as conversações “difíceis” relativas à liquidação do BNU e o projecto de Cabora Bassa, problemas que “viriam a perturbar as relações de pós-independência”⁴⁶⁸. Em Maio de 1975, o IV Governo Provisório apresenta uma proposta de reintegração dos quadros administrativos de forma a promover a “política portuguesa de cooperação” com os novos Estados. As negociações abordam o estatuto especial dos adidos no Ultramar e tentam assegurar a transferência dos funcionários do BNU⁴⁶⁹. Após a independência, a 23 de Junho, as relações com Moçambique viriam a ser as mais difíceis de todas entre as ex-colónias e a metrópole”⁴⁷⁰.

Em Angola, a nomeação do Alto-Comissário Rosa Coutinho, “um marxista pró-MPLA”, comprometeu as negociações neste território com os movimentos de libertação. Face à incapacidade em atenuar a “incerteza política”⁴⁷¹, o caminho até às negociações de Alvor é marcado por conflitos de facções entre uma via mais federalista e a

⁴⁶¹ GUERRA, João Paulo – *Op. Cit.*, p. 160.

⁴⁶² MACQUEEN, Norrie – *Op. Cit.*, p. 157.

⁴⁶³ IDEM – *Ibidem*, p. 166.

⁴⁶⁴ PINTO, José Filipe – *Op. Cit.*, pp. 127-129.

⁴⁶⁵ MACQUEEN, Norrie – *Op. Cit.*, p. 170.

⁴⁶⁶ IDEM – *Ibidem* pp. 180-182.

⁴⁶⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 186.

⁴⁶⁸ IDEM – *Ibidem*, p. 187.

⁴⁶⁹ No AHPR, o Processo n.º 3562 de “Actas de reuniões da Comissão Nacional de Descolonização” inclui, uma “Proposta de Lei de 20 de Maio de 1975”, pp. 2-6. [PT/PR/AHPR/GB/GB0205/3562].

⁴⁷⁰ MACQUEEN, Norrie – *Op. Cit.*, p. 188.

⁴⁷¹ IDEM – *Ibidem*, pp. 201-204.

independência incondicional⁴⁷², sobressaindo Melo Antunes como promotor da estratégia de diálogo europeu-africano no segundo caso⁴⁷³. Os Acordos de Alvor em Janeiro de 1975⁴⁷⁴ envolvem os três principais movimentos de libertação: a FNLA, o MPLA e a UNITA. A matéria ajustada cobre a organização de um Governo de Transição partilhado entre a metrópole e os movimentos, sendo Silva Cardoso nomeado novo Alto-Comissário⁴⁷⁵. Estes Acordos “foram rapidamente rasgados pela metralha”⁴⁷⁶. A intensificação da guerra civil em Angola⁴⁷⁷ e a incapacidade política do Governo empossado geram uma escalada de confrontos militares entre os movimentos de libertação. Enunciando o CR uma política de “neutralidade activa”, em Maio de 1975⁴⁷⁸, a ineficácia da “capacidade de intervenção da metrópole” é um factor que enceta algum desequilíbrio no rumo da transição⁴⁷⁹, propiciando uma “crise de poder” marcada pela fuga da comunidade portuguesa do território⁴⁸⁰. As movimentações e a saída da FNLA e UNITA do Governo provocam a suspensão dos Acordos de Alvor em Agosto e a substituição de Silva Cardoso por Leonel Cardoso. Uma vez no poder *de facto*, em Luanda, o MPLA declara a independência da RPA a 11 de Novembro de 1975. A subsequente internacionalização da guerra é, assim, marcada pelo “vácuo deixado pelo Estado português”⁴⁸¹. Esta declaração não implicou o reconhecimento do novo regime pelo Estado português⁴⁸², votando as relações pós-coloniais a maior complexidade⁴⁸³. A difícil “concertação política estabelecida entre forças externas” irá manifestar-se no terreno através do apoio a movimentos políticos que continuam um conflito armado⁴⁸⁴.

Para as Nações que emergem neste espaço, Pedro Aires Oliveira decifra um longo e penoso “caminho das pedras” no seu relacionamento com Portugal⁴⁸⁵. Manuel Magalhães desenha um espírito de desconfiança e dificuldades nas relações luso-africanas

⁴⁷² IDEM – *Ibidem*, pp. 208-212.

⁴⁷³ REIS, Bruno Cardoso – Visões das forças políticas portuguesas sobre o fim do império, dois planos em confronto e uma política exemplar de descolonização. In ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário Artur; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) – *Op. Cit.*, p. 96.

⁴⁷⁴ GUERRA, João Paulo – *Op. Cit.*, p. 168.

⁴⁷⁵ MACQUEEN, Norrie – *Op. Cit.*, p. 214.

⁴⁷⁶ ANTUNES, José Freire – *Op. Cit.*, p. 103.

⁴⁷⁷ GUERRA, João Paulo – *Op. Cit.*, pp. 173-174.

⁴⁷⁸ MACQUEEN, Norrie – *Op. Cit.*, pp. 220.

⁴⁷⁹ IDEM – *Ibidem*, pp. 216-217.

⁴⁸⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 225.

⁴⁸¹ ANTUNES, José Freire – *Op. Cit.*, p. 104.

⁴⁸² MACQUEEN, Norrie – *Op. Cit.*, p. 267.

⁴⁸³ IDEM – *Ibidem*, p. 261.

⁴⁸⁴ OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (dir.) – *Op. Cit.*, pp. 250-256.

⁴⁸⁵ OLIVEIRA, Pedro Aires – A descolonização portuguesa: o *puzzle* internacional. In ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário Artur; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) – *Op. Cit.*, p. 77.

logo em 1976⁴⁸⁶. À direita, culpa-se a esquerda do MFA pela descolonização e pelos “conflitos e da instabilidade em Angola e Moçambique e do violento parcialismo da Guiné-Bissau”⁴⁸⁷. Se o papel do PR e do Governo, em Democracia, foi relevante na delineação de novos laços com os Estados africanos de língua portuguesa, a Assembleia foi palco de manifestações sucessivas sobre esta matéria, variando também de acordo com a proveniência de bancada, do exercício de funções no Executivo e da questão concreta em análise. De forma genérica, o posicionamento parlamentar variou entre o aplauso aos novos termos, instrumentos e resultados da relação Portugal-África, valorizando a solidariedade e fraternidade entre povos; e algum contágio pelo discurso contestatário neste diálogo. Mas todo o discurso da AR deve ser enquadrado no posicionamento que o Estado português adoptou na prossecução da normalização destas relações, marcadas pelo “vazio” que, na opinião de Almeida Santos, resultou da saída dos colonos⁴⁸⁸.

IV.2. O “caminho das pedras”

Na avaliação detalhada da “herança colonial”⁴⁸⁹, o “discurso anticolonial” e a “transformação «revolucionária»” vertem uma tónica de ruptura com o passado na aurora democrática, protagonizada por um “Prospero anticolonial ou descolonizador”⁴⁹⁰. Portugal tenta “empiricamente” atenuar a hegemonia soviética nos territórios libertos, promovendo vias pacíficas para os conflitos armados e mantendo “margem de manobra” para “promover uma política de cooperação”⁴⁹¹. Manuel Magalhães considera a Cooperação dos dois Governos de Soares marcada pelo “casualismo” e “certo amorismo”, situando apenas em 1979 uma institucionalização deste tipo de contacto⁴⁹². Influenciada pela experiência das organizações internacionais do século XX⁴⁹³, a Cooperação surge como resposta sucessória ao fim do Império e à descolonização. O “lançamento” das bases do sistema de Cooperação decorre da independência dos novos Estados e concretiza-se em Acordos bilaterais com “alcance político, económico e

⁴⁸⁶ MAGALHÃES, Manuel Campos Robalo Leite de – *Op. Cit.*, p. 33.

⁴⁸⁷ MACQUEEN, Norrie – *Op. Cit.*, p. 180.

⁴⁸⁸ GUERRA, João Paulo – *Op. Cit.*, p. 9.

⁴⁸⁹ OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (dir.) – *Op. Cit.*, pp. 141-175.

⁴⁹⁰ SANTOS, Boaventura Sousa – *Op. Cit.*, p. 73.

⁴⁹¹ FERREIRA, José Medeiros – *Portugal em Transe...*, pp. 97-98.

⁴⁹² MAGALHÃES, Manuel Campos Robalo Leite de – *Op. Cit.*, p. 65.

⁴⁹³ ROLO, José Manuel – *Redescobrir a África: cooperação portuguesa no contexto da cooperação internacional para o desenvolvimento*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1987, pp. 16-38.

diplomático” que equiparam as partes em termos sinalagmáticos⁴⁹⁴. No período revolucionário, a criação de serviços para a Cooperação havia sido intempestiva⁴⁹⁵ e a I Legislatura já conhece Acordos firmados com todos os PALOP à excepção de Angola⁴⁹⁶.

O GCG é criado em Dezembro de 1974⁴⁹⁷ na dependência de Belém. O IV Governo Provisório cria uma Secretaria de Estado da Cooperação Externa no MNE, passando no VI Governo Provisório a Ministério autónomo⁴⁹⁸. É ainda este Executivo que cria, em Janeiro de 1976, o ICE, “organismo de apoio técnico-administrativo” nas relações africanas, com autonomia financeira no consulado de Mota Pinto. O I Governo de Soares extingue o Ministério para a Cooperação e distribui os serviços administrativos entre o MAI e o MNE⁴⁹⁹. Sendo as mutações orgânicas um sintoma de luta política, a ajuda pública portuguesa manteve-se diversificada a nível bilateral e multilateral⁵⁰⁰. O financiamento das exportações para os PALOP é garantido através de “linhas de crédito previstas” nos Acordos firmados⁵⁰¹, registando-se contributos também de organizações privadas⁵⁰². Como benefícios da Cooperação para a sociedade portuguesa⁵⁰³, a imprensa testemunha um efectivo acumulado de 2 milhões de portugueses cooperantes em 1979⁵⁰⁴. É possível diferenciar os Acordos de Cooperação em função do âmbito de aplicação, obrigando os Acordos Gerais de Cooperação e Amizade a densificar acordos especiais consequentes⁵⁰⁵. Também os Acordos de Cooperação Científica e Técnica são gerais, instrumentos usados sobretudo com Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe⁵⁰⁶.

A abertura à Cooperação está associada à negociação do contencioso pendente⁵⁰⁷, sob intuitos de consolidação de “uma rede de apoio” a Portugal, obtenção de uma “rentabilidade mútua certa” sob “aprofundamento dos laços históricos”⁵⁰⁸. Na imprensa, Fernando Dacosta identifica a Cooperação como “afinidade psicológica dos povos” e

⁴⁹⁴ IDEM –*Ibidem*, pp. 126-128.

⁴⁹⁵ LEITE, Luís Ferreira – *Introdução ao Direito da Cooperação*. Lisboa: Moraes, 1979, p. 111.

⁴⁹⁶ FERREIRA, José Medeiros – *Portugal em Transe...*, p. 98.

⁴⁹⁷ ROLO, José Manuel – *Op. Cit.*, p. 130.

⁴⁹⁸ Do novo Ministério da Cooperação dependem duas secretarias de Estado, a da Cooperação e a da Descolonização. MAGALHÃES, Manuel Campos Robalo Leite de – *Op. Cit.*, p. 63.

⁴⁹⁹ IDEM –*Ibidem*, p. 64.

⁵⁰⁰ ROLO, José Manuel – *Op. Cit.*, pp. 131-145.

⁵⁰¹ IDEM –*Ibidem*, p. 161.

⁵⁰² IDEM –*Ibidem*, p. 181.

⁵⁰³ IDEM –*Ibidem*, pp. 188-196.

⁵⁰⁴ DN, 5 de Julho de 1979, p. 2.

⁵⁰⁵ LEITE, Luís Ferreira – *Op. Cit.*, p. 140.

⁵⁰⁶ IDEM – *Ibidem*, pp. 134-136.

⁵⁰⁷ ROLO, José Manuel – *Op. Cit.*, p. 196.

⁵⁰⁸ LEITE, Luís Ferreira – *Op. Cit.*, p. 116.

remédio para as feridas da descolonização⁵⁰⁹. Apesar de dificuldades na exportação de produtos portugueses⁵¹⁰, Rebordão Correia louva “o regresso a Portugal a África marcado pela amizade e respeito mútuo”⁵¹¹. Guilherme de Melo alerta para o perigo de “qualquer indício de suposto paternalismo” ou “mesmo neocolonialismo”⁵¹² nesta prática. Se o quadro da Convenção de Lomé prova “até que ponto os países europeus e estes territórios dispensam o papel mediador de Portugal”⁵¹³, é certo que as relações luso-africanas declinaram rapidamente no final dos anos 70⁵¹⁴, registando-se uma quebra de exportações e importações portuguesas entre 1975 e 1980, também propiciada pela diversificação de trocas destas novas nações⁵¹⁵. Na I Legislatura é possível, ainda assim, decalcar a prática e resultados da Cooperação a três níveis, diferenciando o caso de Angola, o de Moçambique e o das restantes ex-colónias.

A Cooperação com Angola é vista como “teia paralisante”⁵¹⁶, envolta em contactos do PS e do PCP com o MPLA⁵¹⁷. Regista-se uma promessa de “normalização” desde o início dos trabalhos parlamentares em 1976⁵¹⁸. O tardio reconhecimento da independência só permitiu o reatamento de laços diplomáticos em Setembro de 1976⁵¹⁹, sempre marcados pela sensibilidade da RPA face aos «inimigos externos» localizados em Portugal⁵²⁰ e pelo temor quanto à nacionalização de empresas de capitais portugueses⁵²¹. No caso socialista, o “utilitarismo pan-europeu do relacionamento de Portugal com a África lusófona”⁵²² estimula estas iniciativas, ainda que a comunicação seja “singularmente difícil”⁵²³ em alguns casos⁵²⁴.

⁵⁰⁹ DN, 13 de Janeiro de 1978, pp. 17-18.

⁵¹⁰ DN, 4 de Setembro de 1978, p. 17.

⁵¹¹ DN, 2 de Março de 1979, p. 17.

⁵¹² DN, 12 de Janeiro de 1979, pp. 17-18.

⁵¹³ FERNANDES, Carlos Roma – *Op. Cit.*, p. 110.

⁵¹⁴ MACQUEEN, Norrie – *Op. Cit.*, p. 262.

⁵¹⁵ PINTO, José Filipe – *Op. Cit.*, pp. 240-241.

⁵¹⁶ ANTUNES, José Freire – *Op. Cit.*, p. 114.

⁵¹⁷ MAGALHÃES, Manuel Campos Robalo Leite de – *Op. Cit.*, p. 43.

⁵¹⁸ DN, 3 de Junho de 1976, p. 3. Neste período há restrições à saída de divisas de Angola, como noticiado em DN, 7 de Julho de 1976, p. 1; e registam-se atentados em Lisboa à Casa de Angola, DN, 22 de Julho de 1976, p. 3.

⁵¹⁹ Só em 1978 Angola retoma a representação diplomática em Lisboa. DN, 14 de Fevereiro de 1978, p. 1.

⁵²⁰ ANTUNES, José Freire – *Op. Cit.*, pp. 111-112.

⁵²¹ MAGALHÃES, Manuel Campos Robalo Leite de – *Op. Cit.*, p. 67. Mário Soares considera mesmo Angola “um «caso passional» para Portugal. AVILEZ, Maria João – *Op. Cit.*, p. 136.

⁵²² ANTUNES, José Freire – *Op. Cit.*, p. 115.

⁵²³ SOARES, Mário – *PS – Fronteira da Liberdade...*, p. 124.

⁵²⁴ A mudança cambial em Angola um caso de despique entre os Estados, DN, 9 de Fevereiro de 1977, p. 6; assim como a nacionalização de empresas petrolíferas portuguesas, DN, 28 de Fevereiro de 1977, p. 2.

Eanes esforça-se para a “reaproximação afectiva entre Portugal e a África lusófona”⁵²⁵, encarando-se como garante da política africana⁵²⁶. O fracasso do Golpe de Nito Alves, em Maio de 1977, é uma oportunidade de apoio ao regime angolano⁵²⁷, ainda que “a materialização do «espírito de Bissau» não acompanhe o ritmo da semântica política”. O encontro com Agostinho Neto em Bissau⁵²⁸ é o expoente máximo dessa linha⁵²⁹, em Junho de 1978, marcando, para Soares, o advento da “diplomacia paralela”⁵³⁰. Se o PR português retém do encontro com Neto uma maior vocação “para compreender os países africanos”⁵³¹, a ratificação parlamentar do Acordo Geral de Cooperação com Angola “arrastou-se por bastante tempo”⁵³² e só em Janeiro de 1979 Portugal envia a “primeira missão comercial portuguesa” a este país⁵³³. A morte de Neto faz questionar o futuro do “diálogo de Portugal com África”⁵³⁴, mas Eanes é o único Chefe de Estado ocidental no funeral⁵³⁵. Já em 1980, o Chefe do VI Governo alega melhorias no relacionamento com Angola como exemplo de uma “relação preferencial com a África”⁵³⁶ em termos mais sinalagmáticos, contrariando a “submissão necessária” que é imputada ao complexo de colonizador⁵³⁷.

Na Cooperação luso-moçambicana, Machel cedo pretende desenvolver relações a nível estatal⁵³⁸. Neste caso, Soares também confessa o esforço “em manter relações de cooperação, de proximidade e de diálogo com [...] a FRELIMO”⁵³⁹. A nacionalização da banca portuguesa⁵⁴⁰, motivo de contencioso crescendo⁵⁴¹, dificulta as relações com a RPM⁵⁴². O problema da barragem de Cabora Bassa⁵⁴³, a execução de um cidadão

⁵²⁵ ANTUNES, José Freire – *Op. Cit.*, p. 115.

⁵²⁶ MAGLHÃES, Manuel Campos Robalo Leite de – *Op. Cit.*, p. 104.

⁵²⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 49.

⁵²⁸ TAVARES, Isabel – *Ramalho Eanes – O Último General*. Lisboa: Dom Quixote, 2017, pp. 160-161.

⁵²⁹ ROLO, José Manuel – *Op. Cit.*, p. 197.

⁵³⁰ AVILEZ, Maria João – *Op. Cit.*, p. 64.

⁵³¹ *DN*, 28 de Junho de 1978, p. 3.

⁵³² ANTUNES, José Freire – *Op. Cit.*, p. 116.

⁵³³ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 12 de Janeiro de 1979, p. 768-773.

⁵³⁴ A este respeito exemplifica-se as opiniões de Mário Mesquita em *DN*, 13 de Setembro de 1979, p. 1; ou de Diogo Pires Aurélio em *DN*, 21 de Setembro de 1979, p. 13.

⁵³⁵ MACQUEEN, Norrie – *Op. Cit.*, p. 268.

⁵³⁶ CARNEIRO, Francisco de Sá – *Textos*, volume 7..., p. 322.

⁵³⁷ *DN*, 1 de Fevereiro de 1980, p. 13.

⁵³⁸ *DN*, 8 de Fevereiro de 1977, p. 1.

⁵³⁹ SOARES, Mário – *O futuro será o Socialismo Democrático*. Mem Martins: Europa-América, 1979, p. 105. Este intento está patente na missão partidária de Edmundo Pedro e Fernando Barroso a Maputo, *DN*, 14 de Janeiro de 1977, p. 2.

⁵⁴⁰ MACQUEEN, Norrie – *Op. Cit.*, pp. 271-272.

⁵⁴¹ MAGLHÃES, Manuel Campos Robalo Leite de – *Op. Cit.* p. 46.

⁵⁴² A imprensa cita as dificuldades económicas de Moçambique, em *DN*, 13 de Setembro de 1978, p. 17.

⁵⁴³ A barragem é propriedade de uma empresa de capital maioritariamente português.

português⁵⁴⁴ e a expulsão de moçambicanos que renunciavam à sua nacionalidade⁵⁴⁵ geram alguma tensão. Ainda que os esforços de aproximação sejam notórios⁵⁴⁶, Moçambique é a excepção dos triunfos de Eanes nesta aproximação⁵⁴⁷, atingindo em Março de 1979⁵⁴⁸ o ponto mais baixo de uma relação tortuosa⁵⁴⁹. Ainda assim, Portugal faz-se representar na Feira Internacional de Maputo⁵⁵⁰ e aceita representação diplomática moçambicana⁵⁵¹. Em clima de melhoria, o “voluntarismo” de Sá Carneiro reforça, em 1980, a concessão de linhas de crédito para as exportações portuguesas⁵⁵². Freitas recorda, como obra do VI Governo, a entrega de ouro moçambicano depositado no BNU em Lisboa à RPM para o desanuiamento destas relações⁵⁵³.

No caso das restantes ex-colónias, o plano relacional é mais pacífico. O crescendo de acordos relativos à Cooperação técnico-científica⁵⁵⁴ com estes países atinge o cume no Governo Pintasilgo⁵⁵⁵. S. Tomé e Príncipe passa por algumas “tensões internas do regime”⁵⁵⁶, sendo exemplo a prisão do Primeiro-Ministro Miguel Trovoadá em 1979⁵⁵⁷. O “futuro de convivência fraterna”⁵⁵⁸ ilustra as “boas relações” com este arquipélago⁵⁵⁹. A Guiné advoga a entrada de Portugal no Conselho de Segurança da ONU em 1978 e, ainda que um Golpe afaste Luís Cabral em 1980, não há contencioso significativo com a

⁵⁴⁴ ANTUNES, José Freire – *Op. Cit.*, p. 113.

⁵⁴⁵ MAGALHÃES, Manuel Campos Robalo Leite de – *Op. Cit.*, p. 47.

⁵⁴⁶ *DN*, 18 de Março de 1977, p. 6.

⁵⁴⁷ MAGALHÃES, Manuel Campos Robalo Leite de – *Op. Cit.*, p. 80.

⁵⁴⁸ IDEM – *Ibidem*, p. 68.

⁵⁴⁹ Os esforços de Belém para resolver os problemas do contencioso são contínuos e com origem diversa, desde a missão de Jorge Sampaio em Dezembro de 1977 para “abrir negociações acerca do contencioso financeiro luso-moçambicano”. Magalhães, Manuel Campos Robalo Leite de, *op. cit.*, p. 58. O IV Governo envia uma missão para estudar o problema dos fundos depositados em nome do Estado português nos bancos de Moçambique e a liquidez dos depositantes face à cessação de actividade de departamentos de banca portuguesa falida no território. GEORGE, João Pedro – *Mota Pinto, Biografia*. Lisboa: Contraponto, 2016, pp. 486-487.

⁵⁵⁰ A título exemplificativo faz-se representar em 1977 e 1978, respectivamente em *DN*, 11 de Julho de 1977, p. 5; e em *DN*, 3 de Junho de 1978, p. 7.

⁵⁵¹ *DN*, 30 de Julho de 1977, p. 2.

⁵⁵² ANTUNES, José Freire – *Op. Cit.*, pp. 116-117.

⁵⁵³ AMARAL, Diogo Freitas do – *Op. Cit.*, p. 260. Já em 1979 há testemunhos de cooperação no domínio dos cimentos e da construção, em *DN*, 23 de Agosto de 1979, p. 1. Ainda assim, o ritmo das nacionalizações de empresas portuguesas persiste como é exemplo o sector das pescas, *DN*, 3 de Maio de 1980, p. 3.

⁵⁵⁴ *DN*, 1 de Junho de 1977, p. 2.

⁵⁵⁵ MAGALHÃES, Manuel Campos Robalo Leite de – *Op. Cit.*, p. 88.

⁵⁵⁶ MACQUEEN, Norrie – *Op. Cit.*, pp. 278-279.

⁵⁵⁷ *DN*, 8 de Outubro de 1979, p. 5.

⁵⁵⁸ *DN*, 22 de Outubro de 1976, p. 2.

⁵⁵⁹ *DN*, 20 de Julho de 1978, p. 1. Registam-se esforços de cooperação com este Estado no sector ensino em *DN*, 29 de Março de 1979, p. 8.

Guiné⁵⁶⁰. A Cooperação luso-guineense⁵⁶¹ é marcada pela diversificação de fontes de auxílio e pela política de “não alinhamento”⁵⁶². A solicitude de Bissau exemplifica-se na inauguração de um Centro de Cultura portuguesa por Eanes, em Março de 1980⁵⁶³. Cabo Verde é, desde cedo, referido como “porta para o comércio português”⁵⁶⁴ devido a “relações excelentes”⁵⁶⁵ e até “exemplares”⁵⁶⁶, mas o caso da expulsão de trabalhadores cabo-verdianos das minas da Panasqueira, por desentendimento com a comunidade local, gera alguma celeuma diplomática⁵⁶⁷. Não obstante, Aristides Pereira manifesta apreço pelo “clima geral de confraternização” entre o ex-colonizador e o povo libertado⁵⁶⁸.

IV.3. Amizade e Cooperação

No Hemiciclo de São Bento testemunha-se o acompanhamento da política de Cooperação entre os povos. Gama Fernandes recebe o PM de Cabo Verde, Pedro Pires⁵⁶⁹, que visita Portugal para liquidar “relações comerciais de tipo colonial” e “suas sequelas”⁵⁷⁰, apresentando cumprimentos à Assembleia⁵⁷¹. O PS aplaude os benefícios da Cooperação e Mário Soares detalha a importância das relações “normais, estimulantes e fecundas”⁵⁷² com a Guiné, S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Em relação a Angola e Moçambique, reconhece que “existem dificuldades imensas”, mas promete uma diplomacia sustentada na “não ingerência, respeito mútuo” e “criação de relações não-emocionais, relações neutras, sobretudo no plano ideológico”. Medeiros Ferreira deseja igualmente “tender sempre para o melhor entendimento possível” para evitar a consolidação da política de blocos⁵⁷³. O esforço socialista de reatamento das relações com

⁵⁶⁰ MACQUEEN, Norrie – *Op. Cit.*, pp. 264-265. O contencioso com a Guiné-Bissau é estudado ainda no início da I legislatura. *DN*, 17 de Junho de 1976, p. 8.

⁵⁶¹ Esta estabelece-se em múltiplos domínios como o sector da pesca em *DN*, 4 de Março de 1978, p. 7; da agricultura, *DN*, 19 de Março de 1979, p. 2; da saúde, *DN*, 5 de Maio de 1978, p. 10; e das forças de segurança, *DN*, 8 de Novembro de 1978, p. 7.

⁵⁶² *DN*, 14 de Setembro de 1978, p. 4.

⁵⁶³ *DN*, 11 de Março de 1980, p. 2.

⁵⁶⁴ *DN*, 31 de Julho de 1976, p. 6. É exemplo a cooperação no domínio das comunicações em *DN*, 31 de Outubro de 1978, p. 2; e da reforma administrativa, *DN*, 10 de Março de 1979, p. 2.

⁵⁶⁵ *DN*, 25 de Setembro de 1976, p. 2.

⁵⁶⁶ *DN*, 2 de Fevereiro de 1979, p. 18.

⁵⁶⁷ *DN*, 21 de Dezembro de 1976, p. 3.

⁵⁶⁸ *DN*, 20 de Janeiro de 1979, p. 1.

⁵⁶⁹ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 19 de Janeiro de 1977, p. 2098.

⁵⁷⁰ *DN*, 5 de Fevereiro de 1977, p. 6.

⁵⁷¹ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 21 de Janeiro de 1977, p. 2125.

⁵⁷² *DAR*, I, 1.ª Sessão, 3 de Agosto de 1976, p. 421.

⁵⁷³ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 11 de Agosto de 1976, pp. 554-555.

Luanda faz-se através de missões partidárias⁵⁷⁴ para estreitar laços com o MPLA⁵⁷⁵, lamentando o CDS que o resultado dessas conversações não tenha sido confiado à AR⁵⁷⁶. Já durante o Governo PS-CDS, Manuel Alegre secunda os esforços do Gabinete em “estabelecer bases sólidas” de relacionamento com os PALOP, criticando o PCP por reclamar um “papel de interlocutor privilegiado” nestas relações “sob pena de ferir o interesse nacional”⁵⁷⁷.

A emissão de empréstimos para financiamento de encargos com a descolonização⁵⁷⁸ é aprovada por unanimidade⁵⁷⁹. Os socialistas declaram a sua adesão ao projecto, apelando Herlânder Estrela à “responsabilidade política de todas as forças sociais” nesta empreitada⁵⁸⁰. Apreciando a concessão de empréstimos à Guiné-Bissau, Emília de Mello louva os contactos entre “dois Estados independentes que se respeitam”, onde é possível “existir igualdade onde existiu opressão” e longe de “perpetuar um paternalismo” como “nova forma de colonialismo”. Além da responsabilidade internacional do Estado nesta “operação financeira”, a bancada socialista acentua a tónica do “interesse e empenhamento no manter e aprofundar da solidariedade e cooperação entre os dois povos”⁵⁸¹. No mesmo dia, atesta-se o pesar pela morte de Jason Moyo no Zimbabué, reconhecendo-se a esta individualidade uma luta similar contra a opressão colonial em África. A unidade conceptual do inimigo racista e neocolonial dos povos africanos gera uma rara unanimidade parlamentar⁵⁸². Carlos Carvalhas aplaude a iniciativa e manifesta certeza quanto à libertação “do racismo, do colonialismo e do imperialismo”. No mesmo sentido se pronunciam Barbosa de Melo, Acácio Barreiros e Amaro da Costa.

Na “visita de cumprimentos” de Luís Cabral a São Bento, em visita oficial a Portugal⁵⁸³, Gama Fernandes menciona “a congratulação, a alegria e a satisfação” em ver um “representante de um país amigo e irmão”. A visita será objecto de um voto de louvor

⁵⁷⁴ A primeira é composta por António Macedo, Tito de Morais e Rui Mateus e noticiada em *DN*, 28 de Agosto de 1976, p. 2; a segunda é da responsabilidade de Rui Vilar e Pedro Coelho, *DN*, 7 de Dezembro de 1976, p. 3; e a terceira é de Manuel Alegre, *DN*, 20 de Agosto de 1977, p. 11.

⁵⁷⁵ *DN*, 20 de Agosto de 1977, p. 11.

⁵⁷⁶ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 10 de Novembro de 1976, pp. 1105-1107.

⁵⁷⁷ *DAR*, I, 2.ª Sessão, 26 de Maio de 1978, p. 2813.

⁵⁷⁸ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 17 de Dezembro de 1976, p. 1734.

⁵⁷⁹ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 21 de Dezembro de 1976, p. 1822.

⁵⁸⁰ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 23 de Dezembro de 1976, pp. 1834-1837.

⁵⁸¹ Esta proposta é viabilizada com o acordo do PS, PPD/PSD e PCP e a abstenção do CDS, *DAR*, I, 1.ª Sessão, 26 de Janeiro de 1977, p. 2205.

⁵⁸² *DAR*, I, 1.ª Sessão, 26 de Janeiro de 1977, pp. 2187-2188.

⁵⁸³ *DAR*, I, 2.ª Sessão, 11 de Janeiro de 1978, pp. 911-912.

na reunião seguinte, apresentado por Carlos Laje, que salienta a “particular satisfação e uma emoção indizível”. Lembrando o papel dos “líderes dos movimentos de libertação” na luta contra um regime colonial que impunha um “sistema de domínio e opressão” na Guiné-Bissau, as relações “fáceis, equilibradas e exemplares” devem-se sobretudo ao fim psicológico e político das “sequelas do colonialismo português”. O PS alerta, no entanto, para a necessidade de ultrapassar o complexo de “colonizador” e evitar um relacionamento do “tipo exploratório e de domínio” por “meios retrógrados, saudosistas e pouco democráticos” que possam ferir “relações de igualdade, fraternidade e cooperação estreita”, de “moderação e de equilíbrio”. Em declarações, Veiga de Oliveira assinala a responsabilidade histórica dos comunistas no apoio à libertação das antigas colónias. Azevedo Coutinho aplaude o aprofundamento de “relações históricas existentes há mais de quatrocentos anos”. Acácio Barreiros associa o relacionamento profícuo no derrube conjunto da “ditadura fascista” e “colonialista”. Mais distanciado, Sérvulo Correia menciona “interesses primordiais que prevalecem acima de todas as contingências”⁵⁸⁴. Em evento semelhante, o PAR revela a presença na galeria de Maria Medina, do MPLA, “companheira das lutas contra o fascismo”⁵⁸⁵, fazendo votos de “afecto e veemente desejo de uma colaboração cada vez mais estreita” entre os dois Estados.

A ratificação do AGC com Angola decorre da Cimeira de Bissau e, ansiando por “rápida conclusão dos acordos sectoriais”, Rodolfo Crespo imputa ao Acordo a chance de transformar “em sentido positivo” as relações entre povos depois da marca de “vicissitudes” da “descolonização quase forçada” e “guerra colonial sem sentido”. Ao PS é ainda atribuída a façanha de “preparação do caminho do diálogo” através dos contactos partidários, lembrando o orador a necessidade de densificar o estatuto de cooperante, “o incremento do ensino de português em Angola” e resolução do “complicado contencioso”, passos articulados com outras prioridades da política externa portuguesa. Em sentido atenuante, Emília de Melo espera que Portugal não se demita, “com base em qualquer sentimento de culpa ou de neocolonialismo”, da defesa dos seus interesses⁵⁸⁶.

A AR também recebe o PR de Cabo Verde, Aristides Pereira, em visita de Estado a Portugal⁵⁸⁷. Já Presidente da Assembleia, Teófilo Carvalho dos Santos convida o

⁵⁸⁴ *DAR*, I, 2.ª Sessão, 11 de Janeiro de 1978, pp. 949-951.

⁵⁸⁵ Com aplausos gerais “com o PS e o PCP de pé”, *DAR*, I, 2.ª Sessão, 25 de Janeiro de 1978, p. 1107.

⁵⁸⁶ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 12 de Janeiro de 1979, pp. 768-773.

⁵⁸⁷ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 24 de Janeiro de 1979, pp. 875-877.

visitante a sentar-se na Mesa do plenário, discorrendo sobre o paralelismo entre as “lutas” de ambos os povos e asseverando o sentimento de honra da Assembleia, “expressão livre do povo português”, por tal presença. Aristides reconhece “mais uma pedra no edifício da histórica amizade luso-cabo-verdiana”, explicando que “não basta a simples constatação de que existe uma vontade política” na aproximação, mas também “factores benéficos essenciais” como a “busca comum de interesses afins”. Finda a “problemática da era colonial”, a abertura de “perspectivas novas para uma cooperação franca, frutuosa e mesmo privilegiada” fundamenta-se num processo de descolonização “isento de anormalidades”.

No campo das dissidências socialistas, a abordagem da Cooperação revela algumas afinidades com o PCP. Brás Pinto insurge-se contra os “enfrentamentos armados” da FNLA e da UNITA que “ainda hoje condicionam o esforço económico” do povo de Angola⁵⁸⁸. A promoção destes movimentos em Portugal é atribuída aos “mesmos interesses que sustentaram o colonialismo”, contando com a “cobertura de meios de comunicação social”⁵⁸⁹. A normalidade nas relações pós-coloniais não será possível enquanto “Portugal servir de ponto de apoio à conspiração internacional contra a República Popular de Angola” e os meios da imprensa continuarem a protestar contra o processo de descolonização”. Essa campanha contribui para o “julgamento do próprio 25 de Abril” e, se a AR ignora os “passos dados pelo Governo para impedir a deterioração das relações com as ex-colónias portuguesas”, há certa “complacência” do Executivo com os inimigos do regime angolano. A recusa de qualquer juízo de valor “sobre o regime ou os seus problemas” deve-se à soberania do povo angolano, a quem “cabe a decisão final” nesta matéria. Acresce que a campanha “para derrubar o Governo” do MPLA acirra ânimos contra a descolonização e agrava “sentimentos de revolta” dos “retornados”. Neste sentido, Brás Pinto questiona o efeito da recepção de Daniel Chipenda por Sá Machado, titular dos Estrangeiros do Governo empossado⁵⁹⁰.

O PPD/PSD apresenta um posicionamento quanto aos PALOP globalmente mais contagiado pela crítica à descolonização, opondo-se inicialmente ao reconhecimento da

⁵⁸⁸ *DAR*, I, 2.ª Sessão, 6 de Maio de 1978, pp. 2601-2603.

⁵⁸⁹ O orador condena a publicação da entrevista com Jonas Savimbi no DN a propósito do aniversário da independência de Angola; os ataques de Sousa Tavares na RDP a 3 de Abril de 1978 e no diário *A Capital* a 7 de Março de 1978; e o editorial de *O Dia* a 19 de Abril de 1978 como entraves à “completa normalização das relações entre Portugal e aquela ex-colónia” em *DAR*, I, 2.ª Sessão, 6 de Maio de 1978, p. 2601.

⁵⁹⁰ *DAR*, I, 2.ª Sessão, 6 de Maio de 1978, p. 2602.

RPA⁵⁹¹. Sérvulo Correia questiona as virtudes da descolonização portuguesa e a força do “Estado Português” em definir uma linha autónoma à política das “superpotências”. O orador considera que o seu partido tentou acautelar aos “povos dos territórios administrados por Portugal uma verdadeira autodeterminação”. Para Sérvulo, o contexto internacional é determinante na incapacidade de Portugal exercer influência na contenção da corrida neocolonial das superpotências ao antigo ultramar português e contágio das soluções políticas ali implementadas. Ainda assim, Barbosa de Melo considera o empréstimo para encargos com a descolonização “essencial à confiança dos cidadãos, à confiança internacional e à confiança no próprio Estado”⁵⁹². Na apreciação dos empréstimos reembolsáveis à Guiné-Bissau, Theodoro da Silva congratula-se pelos termos de “absoluta igualdade” que anulam o “predomínio colonial anteriormente exercido” por Portugal⁵⁹³. O futuro dissidente António Rebelo de Sousa adverte que “não se devem repetir empréstimos deste género” devido às dificuldades do Estado quanto ao “volume global de dívida externa acumulada existente”, mas liga o empréstimo à “aquisição de produtos de origem portuguesa” que leva ao “incremento de exportações de produtos nacionais”, assumindo vantagens para o interesse nacional. Pedro Roseta endossa a Cooperação entre Estados, desde que não ponha “em causa os direitos fundamentais do homem” visto que as “susceptibilidades de certos Governos” não “podem servir para restringir esses direitos”⁵⁹⁴.

Rui Machete elogia a ratificação do AGC com Angola como “ponto de partida” para “uma nova fase na política externa portuguesa” já “liberta das emoções e traumas de um passado recente” que valorize “a língua portuguesa nas relações internacionais” e assuma o protagonismo europeu do país. Cunha Rodrigues elogia a prestação de Eanes neste processo, mas critica a “reconhecida carência de uma política global” dos Executivos para a concretização da Cooperação acordada⁵⁹⁵. Prestes a subir ao poder, Sá Carneiro defende que a ligação com os PALOP se observe “sem complexos, sem subordinações e, sobretudo, de Estado a Estado, sem ter de ser por intermédio de partidos ou de personalidades”⁵⁹⁶. A neutralidade ideológica é reafirmada em 1980, afirmando o novo PM que não se relaciona nem com a UNITA, nem com o MPLA, preocupando-se

⁵⁹¹ A 21 de Abril de 1976 em *Campanha Eleitoral na TV...*, p. 187.

⁵⁹² *DAR*, I, 1.ª Sessão, 23 de Dezembro de 1976, pp. 1385-1387.

⁵⁹³ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 26 de Janeiro de 1977, pp. 2203-2205.

⁵⁹⁴ *DAR*, I, 2.ª Sessão, 26 de Maio de 1978, p. 2814.

⁵⁹⁵ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 12 de Janeiro de 1979, pp. 768-773.

⁵⁹⁶ CARNEIRO, Francisco de Sá – *Textos*, volume 6..., p. 401.

antes com “Angola, com o povo angolano”⁵⁹⁷. A governação da AD delega no CDS, através do titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, a expressão de um posicionamento concertado nesta matéria.

Neste último partido, o discurso é mais distanciado, ainda que com algumas variações temporais. Quanto aos empréstimos para a Guiné-Bissau, Azevedo Coutinho acautela que “o povo português dificilmente compreenderá” esta operação vantajosa pois esta parece ser “ainda um acto de um Governo para com um território sob sua administração”⁵⁹⁸. Associado ao II Governo Constitucional, o CDS surge mais comprometido com a Cooperação com os PALOP. Cunha Reis acusa o PCP de “dificultar as complexas relações entre Portugal” e estes países ao “pedir contas no curto prazo” destas questões, qualificando o posicionamento comunista como adversário de “qualquer Governo que procure a melhoria” destas relações ao preferir o entendimento “partido a partido” sob o “chamado internacionalismo proletário”⁵⁹⁹. Nesta arenga, “o povo português nunca foi colonialista” e os novos países africanos têm “entendido essa realidade”⁶⁰⁰, mostrando-se receptivos a missões de Cooperação, mas assume-se também que a liberdade de expressão em Portugal permite “juízos políticos e juízos críticos”. Regressando à oposição, Sá Machado faz uma declaração de voto da bancada centrista à aprovação do AGC com Angola em torno das benesses da Cooperação, mas lamentando que esta “não seja retribuída nos mesmos termos e com o mesmo espírito” pela RPA⁶⁰¹. Já titular da diplomacia, Freitas do Amaral afirma o “interesse em manter e aprofundar aquilo a que a nossa Constituição chama «laços especiais de amizade e Cooperação com os países de língua portuguesa»”⁶⁰². Pretende Freitas que este aspecto se funde em “respeito pelas soberanias nacionais”, em “não ingerência nos assuntos internos de parte a parte” e ainda em “salvaguarda da dignidade nacional”.

Os comunistas são continuamente solidários com o poder político dos novos Estados africanos. Carlos Brito indaga a intenção de “pôr termo aos actos hostis, de carácter terrorista”, actos imputados a movimentos saudosistas do Império, “dirigidos em Portugal contra Angola e Moçambique e os seus povos respectivos”⁶⁰³. Por outro lado,

⁵⁹⁷ IDEM – *Textos*, volume 7..., p. 64.

⁵⁹⁸ DAR, I, 1.ª Sessão, 26 de Janeiro de 1977, p. 2204.

⁵⁹⁹ DAR, I, 2.ª Sessão, 26 de Maio de 1978, pp. 2809-2810.

⁶⁰⁰ DAR, I, 2.ª Sessão, 26 de Maio de 1978, p. 2809.

⁶⁰¹ DAR, I, 3.ª Sessão, 12 de Janeiro de 1979, pp. 768-773.

⁶⁰² DAR, I, 4.ª Sessão, 16 de Janeiro de 1980, pp. 84-93.

⁶⁰³ DAR, I, 1.ª Sessão, 3 de Agosto de 1976, p. 426.

Álvaro Cunhal elogia o esforço “nos últimos tempos do VI Governo Provisório” para “o melhoramento das relações com Angola e Moçambique”, estimulando a fraternidade entre povos com interesses coincidentes, mas acusa os socialistas de “ter grandes responsabilidades na deterioração das relações de Portugal com Angola”, pelo tardio reconhecimento da independência angolana⁶⁰⁴. O PCP duvida, aliás, da “constitucionalidade” da política externa do PS⁶⁰⁵, questão extensível aos programas seguintes. Fora do plenário, Cunhal lembra que “nas horas mais difíceis sempre fomos activamente solidários para com a luta dos Povos” libertos⁶⁰⁶. Quanto à emissão de empréstimos para financiamento dos encargos com a descolonização⁶⁰⁷, Sousa Marques e Veiga de Oliveira atendem ao destino das “despesas, a que damos o nosso pleno acordo” para se abster na votação⁶⁰⁸. Vincando o posicionamento comunista, Carlos Carvalhas distancia-se da “mentalidade colonial e neocolonialista” das forças reaccionárias que se opõem ao “aprofundamento e desenvolvimento das relações” com as ex-colónias⁶⁰⁹. Joaquim Gomes lembra a vinculação constitucional ao dever de “não ingerência em assuntos internos de outros Estados” e os “laços especiais de amizade e cooperação” com os PALOP para condenar a “campanha que a imprensa reaccionária e também a estatizada” desencadeia contra “os países do socialismo real e países de expressão portuguesa”, fenómeno a que o Parlamento não é alheio. Considerando os regimes africanos parte da vitória revolucionária, o PCP assume a defesa ideológica destes novos Estados Soberanos e dos movimentos que os governam⁶¹⁰, justificando-se a presença das delegações dos quatro movimentos de libertação na «Festa do Avante!» de 1977⁶¹¹.

Jaime Serra considera que a política externa do II Governo não se coaduna com a exigência de “laços especiais de amizade e cooperação” e bloqueia “o estabelecimento e desenvolvimento” de relações, em particular, com Angola e Moçambique. Os comunistas culpam os restantes partidos por tentar impedir que se “consagrasse o triunfo da revolução angolana” e por ignorar “o significado histórico dos acontecimentos naquela parte do Mundo”, ao subordinar “os interesses de Portugal e do povo português a uma política sectária e retrógrada”. O reforço de relações comerciais com Angola e Moçambique no

⁶⁰⁴ DAR, I, 1.ª Sessão, 6 de Agosto de 1976, pp. 446-447.

⁶⁰⁵ DAR, I, 1.ª Sessão, 11 de Agosto de 1976, p. 554.

⁶⁰⁶ CUNHAL, Álvaro – *Em defesa das conquistas da Revolução*. Lisboa: Editorial Avante!, 1978, p. 11.

⁶⁰⁷ DAR, I, 1.ª Sessão, 17 de Dezembro de 1976, p. 1734.

⁶⁰⁸ DAR, I, 1.ª Sessão, 23 de Dezembro de 1976, pp. 1834-1837.

⁶⁰⁹ DAR, I, 1.ª Sessão, 26 de Janeiro de 1977, p. 2205.

⁶¹⁰ DAR, I, 1.ª Sessão, 29 de Janeiro de 1977, pp. 2258-2259.

⁶¹¹ CUNHAL, Álvaro – *Crise e Queda dos Governos PS*, volume I..., p. 35.

espírito de uma “ampla e rápida diversificação” beneficiaria o país pelo alegado “saldo comercial” favorável da balança com estes Estados. O orador louva as iniciativas de “empresas industriais portuguesas” no estabelecimento de acordos com esses países e sugere o aumento do “número de «cooperantes» portugueses”⁶¹². Se Portugal serve de base para que “organizações fantoches [...] actuem em plena liberdade no recrutamento de mercenários”, Vital Moreira acusa o CDS de manter relações com a FNLA e a UNITA ao envolver-se em “actividades organizadas em Portugal de grupos contra” Angola e Moçambique⁶¹³. Celebrando o AGC com Angola, Jaime Serra fala da fraternidade que alinha a luta dos dois povos contra o colonialismo, considerando a libertação do povo português concretizada com a libertação dos povos oprimidos. Estranha novamente as “cedências constantes” dos Governos democráticos a “pressões de interesses e teses neocolonialistas” e deseja um contributo português regido pela “paz, amizade, colaboração e vantagens mútuas”⁶¹⁴.

Pela UDP, Acácio Barreiros assinala o “retorno aos valores culturais portugueses” através do relacionamento com os PALOP⁶¹⁵. A manutenção de uma “unidade com os países do Terceiro Mundo” permite a equidistância entre “Americanos e Russos”, após uma descolonização cuja virtude é difícil de suportar por “fascistas empedernidos”⁶¹⁶. Ainda que a saída de África não tenha corrido “da melhor forma”, o I Governo tem uma “posição paternalista em relação aos povos irmãos das ex-colónias”, ingerindo-se em matéria interna em vez de “reconhecer simplesmente a independência e obedecer estritamente aos acordos firmados”. A crítica ao PS e PCP particulariza o caso de Angola onde Portugal favoreceu o MPLA e possibilitou a intervenção soviética, sendo o PPD/PSD colado à “tentativa neocolonialista” de Spínola⁶¹⁷. Acácio Barreiros lembra o legado de Amílcar Cabral na luta pela libertação dos povos das antigas colónias para separar o povo português do regime colonial-fascista do Estado Novo. A dicotomia entre um povo que saúda as “lutas de libertação” e o regime opressor fundamenta a amizade entre Cabral e Portugal e reforça a dívida do povo português para com os movimentos de

⁶¹² São citados os exemplos da Sorefame da Metalúrgica do Tramagal nesta prática. *DAR*, I, 2.ª Sessão, 19 de Maio de 1978, pp. 2744-2745.

⁶¹³ *DAR*, I, 2.ª Sessão, 26 de Maio de 1978, p. 2810.

⁶¹⁴ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 12 de Janeiro de 1979, pp. 768-773.

⁶¹⁵ No ensino, “os textos de Samora Machel entram nos programas de ensino em substituição de textos colonialistas”.

⁶¹⁶ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 6 de Agosto de 1976, pp. 461-464.

⁶¹⁷ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 25 de Novembro de 1976, p. 1387.

libertação, “causa próxima e principal” de Abril⁶¹⁸. A simpatia para com o regime de Machel expressa-se no protesto contra a invasão de Moçambique por tropas rodesianas⁶¹⁹ que é aprovado pela maioria de esquerda⁶²⁰. Barreiros insurge-se, não obstante, contra a moção do PPD/PSD que condena a “grave situação de tensão na África Austral”⁶²¹, aprovada com o voto contra da UDP e votos favoráveis da primeira maioria presidencial⁶²².

IV.4. Contencioso e protesto

O protesto e a contestação à política de relacionamento com os Estados africanos parte, sobretudo, das bancadas da direita parlamentar, imputando à esquerda do PS a defesa política e ideológica dos novos regimes. O diálogo plenário entre partidos políticos é muito relevante na assunção de posições nesta matéria. É possível assinalar nos dois campos algumas variações em função do exercício do poder Executivo.

O CDS é o partido que mais insiste nesta temática. Em termos genéricos, Galvão de Melo reconhece nas prestações de Mário Soares e do PS um “baluarte indestrutível contra os assaltos furiosos dos totalitarismos”⁶²³. Quanto a Moçambique, Lucas Pires alerta para a debilidade do Estado português face às despesas em Cabora Bassa⁶²⁴. Ângelo Vieira pede ao I Governo para repor a “normalidade” no pagamento de prestações a antigos funcionários do Montepio Geral em Moçambique. O orador faz “votos” para que as boas relações entre Portugal e a RPM se observem mediante a “consciência do dever cumprido por ambos os lados”⁶²⁵. Quanto a Angola, Pinto da Cruz lamenta “a nacionalização ou confiscação dos bens” dos “refugiados” em operações que excedem a compensação por “qualquer dívida de Portugal” à RPA. O drama da descapitalização dos “refugiados” leva-o a questionar o horizonte de naturais e justas indemnizações⁶²⁶. O

⁶¹⁸ DAR, I, 1.ª Sessão, 21 de Janeiro de 1977, pp. 2129-2130.

⁶¹⁹ DAR, I, 1.ª Sessão, 3 de Junho de 1977, p. 3911.

⁶²⁰ DAR, I, 1.ª Sessão, 4 de Junho de 1977, p. 3949.

⁶²¹ DAR, I, 1.ª Sessão, 4 de Junho de 1977, p. 3951.

⁶²² DAR, I, 1.ª Sessão, 16 de Junho de 1977, p. 4062.

⁶²³ DAR, I, 1.ª Sessão, 11 de Agosto de 1976, p. 544.

⁶²⁴ DAR, I, 1.ª Sessão, 10 de Agosto de 1976, p. 501.

⁶²⁵ Nesta matéria Ângelo Vieira já havia aludido ao facto de os “os trabalhadores na função pública na ex-colónia de Moçambique” continuarem “obrigados a descontar nos seus vencimentos a respectiva quota para aquele Montepio”, DAR, I, 1.ª Sessão, 15 de Dezembro de 1976, p. 1657.

⁶²⁶ DAR, I, 1.ª Sessão, 10 de Novembro de 1976, pp. 1105-1107.

mesmo deputado pondera a dificuldade que a celeridade de mudança cambial em Angola poderá representar para os desalojados, com um efeito agravante para as dificuldades da descolonização. Os “prejuízos” decorrentes para Portugal mostram a “pouca consideração que o actual Governo de Angola tem pelos Portugueses” ao aplicar um “golpe de misericórdia” nas escassas poupanças desta minoria⁶²⁷. Na imprensa, a operação kwanza⁶²⁸ é mencionada com surpresa até para os meios governamentais⁶²⁹. A contestação da bancada comunista e os “contraprotestos” decorrentes levam a uma intervenção do PAR a defender o uso da palavra pelo palestrante. Se para Vital Moreira o CDS “brindou” a Assembleia com “uma forma sofisticada de discurso colonialista”, Cruz assume-se “angolano, por *jus soli*” e culpa o PCP pela situação no território, defendendo a FNLA e UNITA como movimentos que representam “dois terços” do povo de Angola, já que foram “vencidos não democraticamente”⁶³⁰. Galvão de Melo inicia o debate sobre os “prisoneiros dos Governos de Angola e Moçambique”⁶³¹, confrontando o I Governo com as aspirações dos retornados e de “familiares” de “numerosos portugueses” que estão “prisoneiros nos antigos territórios da África portuguesa”, presos em data anterior à independência. As autoridades portuguesas “nada têm feito para libertar esses prisioneiros e os reconduzir aos seus lares” e Galvão reclama “do Governo, do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e do Próprio Presidente da República” o esclarecimento da AR e do povo português sobre esta questão. O orador indaga porque os presos “não foram transportados para Portugal” e entregues às novas autoridades africanas. A “suspeita de alta traição” envolve o Governo PS e figuras responsáveis pelo processo de descolonização⁶³².

Galvão de Melo lamenta não ter havido qualquer esclarecimento oficial à sua

⁶²⁷ DAR, I, 1.ª Sessão, 22 de Janeiro de 1977, pp. 2161-2164

⁶²⁸ A operação Kwanza resulta na substituição da unidade monetária da RPA do Escudo angolano para o Kwanza. A nova moeda é introduzida e anunciada a 8 de Janeiro de 1977, restando um período de três dias para conversão da moeda antiga. Saydi Mingas, Ministro das Finanças da RPA, remete o Escudo ao “Museu do Capitalismo”, autorizando conversões até ao montante máximo de 20 mil escudos. DN, 8 de Janeiro de 1977, p. 12.

⁶²⁹ DN, 11 de Janeiro de 1977, p. 3.

⁶³⁰ DAR, I, 1.ª Sessão, 22 de Janeiro de 1977, pp. 2163-2164.

⁶³¹ DAR, I, 1.ª Sessão, 26 de Janeiro de 1977, p. 2190.

⁶³² Figuras como Melo Antunes, Vítor Crespo, Rosa Coutinho, Leonel Cardoso e Costa Gomes são desafiadas a explicar-se no Parlamento para “reabilitação da honra nacional”, DAR, I, 1.ª Sessão, 26 de Janeiro de 1977, p. 2191. Rosa Coutinho enviará uma carta à AR, lida a 27 de Janeiro de 1977, rejeitando as acusações de “alta traição”. O visado aceita o repto de Galvão, mas a Mesa da Assembleia indefere essa pretensão por motivos regimentais, ressalvado a possibilidade de ser ouvido numa comissão permanente especializada se a mesma o entender. DAR, I, 1.ª Sessão, 28 de Janeiro de 1977, p. 2230.

primeira alocução, silêncio que fere a “honra dos portugueses”⁶³³ e a natureza democrática do regime. Sérvulo Correia censura a invocação de Órgãos de Soberania sem competência na matéria, como o PR e o CR, a quem a Mesa da Assembleia não poderia ter feito qualquer requerimento sem violar normas constitucionais. A bancada social-democrata acusa Galvão de Melo de ignorar o “sistema de separação de poderes”. Sérvulo lembra a sua condição de Secretário de Estado no MNE no VI Governo Provisório para asseverar “esforços”⁶³⁴ para “obter a libertação desses cidadãos” presos, condenando o “efeito altamente perturbador” e “nocivo” do tratamento sensacionalista dado pela imprensa portuguesa ao caso, considerando esta abordagem prejudicial aos “interesses desses portugueses”. Galvão replica que não tem “dúvidas de que diligências têm sido feitas nesse sentido”⁶³⁵. Todavia, insiste que a sua preocupação não se centra tanto naqueles “que, porventura, tenham sido presos depois das independências”, mas nos “súbditos portugueses”, que com a transição de poder político, permanecem nas cadeias sem acompanhar a saída das autoridades coloniais⁶³⁶.

Vital Moreira, quanto à interpelação, acusa Galvão de ter requerido “aquilo que sabia que não poderia ser feito”, condenando-o pelos seus “métodos de actuação política” naquela Assembleia. Em sentido idêntico, Carlos Brito critica o General por colocar “em causa a legitimidade de membros de outros Órgãos de Soberania” em manobras cobertas pela “imprensa reaccionária”. O passo desta disputa é animado por “manifestações de desagrado nas galerias” que levam o PAR a ordenar às autoridades policiais para “mandar sair” a assistência que está a perturbar o debate⁶³⁷. Em sentido diverso, Salgado Zenha afirma que Galvão tem o “direito de exprimir as suas opiniões e as suas convicções erradas”, considerando a sua insistência no pedido de resposta como forma de “prestigiar

⁶³³ O orador menciona, não obstante, as respostas de Melo Antunes, Vasco Lourenço e Rosa Coutinho na imprensa.

⁶³⁴ Nesse domínio, Sérvulo Correia assevera a troca de telegramas entre a Embaixada portuguesa em Maputo e o Palácio das Necessidades na época.

⁶³⁵ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 16 de Fevereiro de 1977, p. 2528. A este respeito, a imprensa só documenta o começo da libertação e chegada a Lisboa destes prisioneiros após o encontro de Bissau entre Eanes e Neto. *DAR*, I, 1.ª Sessão, 16 de Fevereiro de 1977, pp. 2526-2534.

⁶³⁶ A imprensa testemunha que o começo da libertação dos prisioneiros se dá após o encontro de Bissau, *DN*, 13 de Julho de 1978, p. 2.

⁶³⁷ O Presidente apela às galerias que se portem “com cordura, delicadeza e com os cuidados que exige a dignidade desta Casa”. Perante nova manifestação de desagrado de “um assistente que invectivava em altos gritos a bancada do PCP”, o PAR manda-o “prender imediatamente” por colocar em causa a dignidade da “assembleia que foi eleita pelo povo português e que por ele tem de ser respeitada”. *DAR*, I, 1.ª Sessão, 16 de Fevereiro de 1977, pp. 2529-2530. Acrescenta-se que este assunto gera ocasionais concentrações de retornados às portas de São Bento, em conflito com a polícia de choque, como se exemplifica em *DN*, 9 de Março de 1977, p. 4.

e não de desprestigiar esta Assembleia”. Ainda assim, Gama Fernandes assevera que não é possível fazer requerimentos a Órgãos não governamentais⁶³⁸.

Lucas Pires culpa as autoridades portuguesas pelo “silêncio” em relação à queda de um avião da companhia hidroeléctrica de Cabora Bassa, em “encobrimento disfarçado de qualquer pedaço mais incómodo da história pós-colonial”. O orador soma a este episódio a prisão de portugueses nas antigas colónias em alegoria a um nevoeiro “à Alcácer Quibir”, expressão de vulnerabilidade nacional⁶³⁹. Rui Pena menciona novas prisões de portugueses em Moçambique como “intolerável e gratuita afronta ao povo português”. O orador aponta a aplicação prática do “marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário em Moçambique” como dificuldade de “convivência” e de estreitamento de laços de Cooperação entre os dois Estados. Recomenda o CDS ao IV Governo que rejeite alegadas “culpas e agravos” dos cooperantes e de Portugal como “bode expiatório para as dificuldades internas” de Moçambique⁶⁴⁰. Já Ribeiro e Castro ataca Melo Antunes, “aparente” representante diplomático em Moçambique, considerando as declarações do conselheiro da Revolução uma expressão ideológica de defesa de regimes de “maioria negra” e de apelo à luta armada⁶⁴¹. Em resposta, Carlos Brito considera uma “irresponsabilidade” o uso da “tribuna da Assembleia da República para comentar atitudes e posições” de um membro do CR. Acácio Barreiros lembra a Ribeiro e Castro o reconhecimento constitucional do direito dos povos à insurreição armada contra todas as formas de opressão. Vieira de Lima questiona mesmo as implicações institucionais da crítica democrata-cristã visto a missão em causa ter merecido o acordo de Eanes e do Governo. Ribeiro e Castro responde pela defesa da pertinência do palco parlamentar para produzir declarações de semelhante cariz e, considerando a luta armada um último recurso, acrescenta ainda que como “Portugal em Angola e Moçambique falhou rotundamente quando tinha intervenção directa no assunto”, carece de autoridade política para se pronunciar no caso de “outros povos”⁶⁴².

O comprometimento do CDS com o poder no II Governo gera espaço de manobra ao PPD/PSD para avocar a temática do protesto contra a África lusófona, visível no voto

⁶³⁸ António Arnault, responsável pelo acolhimento do requerimento, justifica-o ao abrigo do Artigo 49.º da CRP, que “permite a todos os cidadãos apresentar, individual ou colectivamente, aos Órgãos de Soberanias, quaisquer que eles sejam, ou a quaisquer autoridades, petições, representações, reclamações ou queixas”, *DAR*, I, 1.ª Sessão, 16 de Fevereiro de 1977, pp. 2531-2534.

⁶³⁹ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 5 de Março de 1977, pp. 2764-2765.

⁶⁴⁰ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 12 de Janeiro de 1979, pp. 764-766.

⁶⁴¹ As declarações citadas são a propósito da falta de genuinidade das Eleições a realizar na Rodésia.

⁶⁴² *DAR*, I, 3.ª Sessão, 30 de março de 1979, pp. 1559-1564.

de protesto “pela reintrodução da pena de morte por crimes políticos no estado de Angola”. Costa Andrade vangloria a posição pioneira portuguesa na luta contra a pena de morte na justificação da oportunidade do voto, “dado adquirido pela consciência dos povos civilizados”, justificando a luta pelos “valores fundamentais” uma ingerência na política dos Estados estrangeiros. Vital Moreira considera o voto “hipócrita” ou “provocatório” da parte da bancada laranja visto não se ter pronunciado por intenções análogas em países europeus como o Reino Unido, França e Espanha, restando apenas uma “provocação” à RPA. Vital acrescenta que “cada povo tem os seus modos de organizar colectivamente a sua vida”, mencionando as particularidades angolanas para tornar a restauração da pena capital “menos injustificada” do que nos outros países. Lopes Cardoso considera o voto “extremamente delicado” com potencial perturbador das relações entre Portugal e a RPA. O dissidente socialista salienta que por “uma questão de princípio” vota a favor, ainda que deseje “ver melhoradas as relações entre Portugal [...] e aqueles países que foram antigas colónias portuguesas”. Aires Rodrigues, também dissidente socialista, vota favoravelmente a proposta⁶⁴³. Como declaração de voto, Amaro da Costa manifesta o desejo de não se pronunciar sobre “acontecimentos ocorridos em países estrangeiros”, ainda que condene a reintrodução de tal sanção. José Luís Nunes repreende o PPD/PSD por “fazer política interna à custa da política externa”, mas também se manifesta contrário a um instrumento que serviu “ideologias colonialistas para impor o seu domínio aos povos africanos.” Nunes alerta que a condenação da pena de morte pela antiga metrópole de Angola é “um facto que não só não contribui para conseguir eliminar a pena capital nesse local, como é uma forma encoberta de ideologia colonialista”. Costa Andrade lastima a falta de coragem do PS em “votar contra” a moção.

Na esteira dos protestos⁶⁴⁴, Olívio França apresenta um voto contra a prisão de 15 técnicos portugueses pela “Polícia Política de Angola”⁶⁴⁵, ainda que “esgotados todos os prazos de prisão preventiva, sem culpa formada” desde Março de 1977, pede a libertação destes “a curto prazo”⁶⁴⁶. Preocupado com as “regras universais de protecção à liberdade do homem”, França anuncia o protesto como contributo de “compreensão” na ligação entre os homens. Acácio Barreiros e Salgado Zenha manifestam desconhecer os detalhes

⁶⁴³ O protesto é aprovado com o voto favorável da bancada interpelante e dos dissidentes do PS. As restantes bancadas parlamentares abstêm-se. *DAR*, I, 3.ª Sessão, 18 de Outubro de 1978, pp. 18-22.

⁶⁴⁴ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 10 de Janeiro de 1979, p. 729.

⁶⁴⁵ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 10 de Janeiro de 1979, pp. 737-739.

⁶⁴⁶ A moção é aprovada com os votos a favor do PSD e do CDS, abstendo-se o PS e a UDP, apesar do voto contrário do PCP. *DAR*, I, 3.ª Sessão, 22 de Dezembro de 1978, pp. 699-700.

do caso, acrescentando o último que a técnica regimental obrigaria a questionar o IV Governo sobre esta situação. Nuno Abecasis esclarece o voto favorável dos centristas como “elementar dever de solidariedade para com cidadãos portugueses” que serviram o desenvolvimento do Estado angolano, alertando para as dificuldades de uma política de Cooperação sem “laços de confiança mútua” e para necessidade de “segurança” dos cooperantes portugueses. Se Alda Nogueira identifica no voto intenções de melindrar relações entre Portugal e Angola, Sérvulo Correia acusa os comunistas de estarem implicados na tentativa de golpe de Nito Alves. Um segundo voto manifesta pesar quanto à “situação infligida à cooperante Dr.^a Maria de Aguiar Moreira de Castro Galhardo” pelas autoridades moçambicanas, pedindo a libertação e o seu regresso a Portugal⁶⁴⁷. Como declaração de voto, Acácio Barreiros estabelece uma diferença com a proposta anterior, sendo esta baseada em “suposições” e destinada “de facto a prejudicar as relações” com Moçambique. Salgado Zenha manifesta nova insuficiência de dados sobre a questão e propõe ao PPD/PSD que efectue o “esclarecimento dos problemas antes de se tomar uma posição política”. Alda Nogueira reitera a necessidade de resolução do problema pelos canais diplomáticos, notando que “as acusações” em causa são de delito comum, facto que merece a reprovação de Sérvulo Correia que invoca a presunção de inocência⁶⁴⁸.

No 3.º aniversário da CRP é apresentado um protesto pelo fuzilamento de um português pela RPM, em “dois votos sobre o mesmo assunto, um do PSD e outro do CDS”. Teófilo Carvalho dos Santos refere a entrada de um terceiro voto oriundo da bancada socialista⁶⁴⁹. O PPD/PSD revolta-se contra um “crime político que acaba de ser perpetrado contra um cidadão português” num “momento em que uma delegação portuguesa tentava penosamente estabelecer pontes de colaboração com aquele país” e solicita ao IV Governo “que suspenda as relações diplomáticas” com Moçambique. Ribeiro e Castro acrescenta à “denegação sistemática de elementares garantias” ao executado, a “indiferença” das autoridades moçambicanas. O “insulto que se dirige contra o nosso país” é agravado pelo desrespeito do Acordo de Lusaca, ferindo a cooperação com um regime “que é mais lesto a fuzilar compatriotas nossos [...] do que a atender as

⁶⁴⁷ Na Sessão anterior a Câmara tinha sido notificada que a cooperante em causa “prestava serviço no Departamento das Relações Financeiras Internacionais do Banco de Moçambique”, estando presa desde “9 de Agosto último”. *DAR*, I, 3.ª Sessão, 22 de Dezembro de 1978, pp. 700-701.

⁶⁴⁸ Este voto é também aprovado pelos deputados do PSD e CDS, abstendo-se os socialistas e com o voto contra do PCP e da UDP. *DAR*, I, 3.ª Sessão, 10 de Janeiro de 1979, pp. 739-740.

⁶⁴⁹ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 4 de Abril de 1979, pp. 1619-1636.

diligências diplomáticas”. Se a RPM não merece respeito, pois “um Estado que não respeita a sua própria palavra não pode merecer qualquer credibilidade a Portugal”, o protesto centrista imputa a decisão de suspensão de relações diplomáticas ao cuidado do Governo. O orador acusa ainda o PCP de contribuir financeiramente para Moçambique fuzilar portugueses. José Luís Nunes lamenta que o caso seja transformado em “bandeira de querelas partidárias”, preferindo condenar uma execução em “tribunal de excepção, com aplicação retroactiva da lei, sem instância de recurso e com execução imediata”. Os socialistas manifestam algum temor pela possibilidade de a aprovação das moções da direita criar um precedente de “diplomacia paralela” parlamentar pelos pedidos de “suspensão de relações diplomáticas”⁶⁵⁰.

Alda Nogueira alude às dificuldades moçambicanas de “reconstrução nacional, enfrentando a conspiração neocolonialista” e manifesta respeito por “cada Estado emanar legislação que reflecta as específicas situações internas”. Ainda que o interesse pela “sorte dos cidadãos” seja um dever de Portugal, as relações diplomáticas com Moçambique, “mutuamente vantajosas”, não podem ser “irreparavelmente prejudicadas por esta ocorrência”⁶⁵¹. Para Helena Roseta, o contexto do momento da visita da delegação portuguesa chefiada pelo Ministro Álvaro Barreto representa uma “deliberada intenção [...] de provocar os portugueses” e “prova inequívoca do fracasso das diplomacias paralelas”, clamando a urgência em “pôr termo ao espírito de capitulação unilateral” de Portugal nas relações com este Estado. O PPD/PSD critica ainda o articulado socialista por “tibieza e ambiguidade sistemática”, acusando o PCP de se posicionar sobre o fuzilamento em função do regime que o pratica e alerta que “Samora Machel ainda vai trocar desta Câmara.” Amaro da Costa também condena o acontecimento, mas distancia-se do PPD/PSD quanto à suspensão de relações diplomáticas. Os centristas rejeitam ainda a “aparência de que Portugal tem vergonha de si ou medo do seu futuro”. José Luís Nunes defende uma solução temperada, justificando a falta de complexos do seu partido pela luta por “boas relações entre Portugal e as ex-colónias” quando “era difícil e mais custoso

⁶⁵⁰ A petição do PPD/PSD é rejeitada com o voto contrário do PS, do PCP e dos deputados dissidentes socialistas. A do CDS é votada de forma granular por cada um dos seus sete pontos, sendo rejeitados pela maioria de esquerda os pontos referentes à condenação do “comportamento não humanitário das autoridades moçambicanas” em instâncias internacionais e o pedido de suspensão condicionada das relações diplomáticas. O terceiro voto, do PS, é aprovado com o apoio do PPD/PSD, CDS e dissidentes socialistas, abstendo-se o PCP. *DAR*, I, 3.^a Sessão, 3 de Abril de 1979, pp. 1601-1602.

⁶⁵¹ Helena Roseta afirma que Moçambique “violou frontalmente” a DUDH ao fuzilar “dez detidos políticos”. Entre os quais encontra-se o cidadão citado, preso desde Março de 1976 por “tentativa de assalto ao campo de concentração de Sofala para libertar outros detidos”.

– no tempo do colonialismo”.

O VI Governo terá uma atitude mais ríspida quanto a esta matéria. Freitas do Amaral recorda uma acção de retaliação à nacionalização da Companhia de Diamantes de Angola, de capital português, com a nacionalização das acções angolanas na Sociedade Portuguesa de Diamantes, em 1980. Não obstante, em encontro com o seu homólogo angolano Paulo Jorge, Freitas retém que este não terá feito “nenhuma referência ao incidente” observando que deste então as relações luso-angolanas “não cessaram de se desenvolver e aprofundar”⁶⁵². Sublinha-se o relativo silêncio no plenário quanto a estas matérias durante a 4.^a Sessão da Legislatura.

O discurso socialista é, de facto, muito cauteloso, salvo em alguns casos pontuais⁶⁵³. Zenha lembra a “colaboração amiga com os países africanos de expressão portuguesa” como “um dos pilares da política externa portuguesa”. O ónus da responsabilidade política durante os Governos Soares fundamenta alguma precaução quanto ao tempo. Só o caso da prisão de Miguel Trovoadá, antigo PM de S. Tomé e Príncipe, em 1979, merece uma atitude mais ostensiva por parte do PS, já na oposição e em período pós-parlamentar, comentando Mário Soares o choque profundo pela recusa do V Governo em aceder ao pedido de asilo político deste estadista⁶⁵⁴.

Pelo contrário, a bancada comunista intervém no plenário pela defesa assertiva dos regimes na África lusófona, criticando a constante “sabotagem ao desenvolvimento das relações diversificadas” com os PALOP⁶⁵⁵. Neste sentido, Jaime Serra comenta a visita de Aristides Pereira como marco histórico na “normalização das relações de Portugal com todos os novos Estados”. Este plano liberta Portugal “das pesadas e humilhantes imposições e cadeias, tais como as do FMI, CEE e outros interesses imperialistas”. Serra identifica forças nostálgicas que se empenharão em “sabotar e

⁶⁵² AMARAL, Diogo Freitas do – *Op. Cit.*, p. 241.

⁶⁵³ A título exemplificativo, A 17 de Outubro de 1978, Salgado Zenha pede um inquérito “aos fundamentos da acusação feita no *O Comércio do Porto*” quanto à implicação de António Macedo num “chorudo negócio de café” com o Presidente Angolano, *DAR*, I, 3.^a Sessão, 18 de Outubro de 1978, pp. 25-27. A leitura de uma carta de Macedo ao jornal em causa reitera a inocência do acusado que alega que não importou “de Angola 1 g ou um grão de café” louvando ainda o seu papel pessoal nos “contactos levados a cabo” no estabelecimento de relações diplomáticas com Angola e na defesa dos interesses patrimoniais de portugueses, repatriamento de angolanos e até “libertação de algumas dezenas de presos nas cadeias de Luanda”. A AR condena a notícia citada, assim como as considerações feitas pela Rádio Renascença e pelos jornais *Expresso* e *Tempo*, por unanimidade, pois “nenhum dos actos infamantes” atribuídos a Macedo “se provou”. *DAR*, I, 3.^a Sessão, 28 de Julho de 1979, p. 3513.

⁶⁵⁴ SOARES, Mário – *PS – Fronteira da Liberdade...*, p. 502.

⁶⁵⁵ CUNHAL, Álvaro – *Os Chamados Governos de Iniciativa Presidencial*, volume I. Lisboa: Editorial Avante!, 1980, p. 265.

torpedear” estas novas relações, constatando que tais forças “se aninham” na AR. A esse propósito condena o encontro de deputados, os sociais-democratas Helena Roseta e Pedro Roseta e o centrista Lucas Pires, com o “aventureiro neocolonialista e assassino do povo angolano Jonas Savimbi”, durante as “melindrosas negociações” luso-angolanas para firmar o AGC. O orador espera “uma explicação clara” quanto à aprovação dos dois partidos “face a tão escandalosa iniciativa” guiada “por mesquinhos interesses partidário-reaccionários”. Helena Roseta alega que o encontro se proporcionou a “título pessoal”, afirmando que os partidos podem promover “os contactos que entenderem”. A oradora observa que a escassez de informação institucional dos PALOP sobre a fome, a guerra civil e o “neocolonialismo cubano-soviético”, motiva este interesse⁶⁵⁶.

Serra reitera a possibilidade de o encontro ter podido “causar graves perturbações ao desenvolvimento” das negociações, imputando as dificuldades citadas por Roseta aos meros “três anos de independência” após a “situação medieval” legada pelo Estado Novo. Nuno Abecasis, recordando em Alvor os três interlocutores para a independência, culpa o PCP de interferência no processo de forma a beneficiar o MPLA e enaltece a iniciativa citada como “uma tentativa para conseguir a libertação de portugueses”. Helena Roseta responsabiliza a RPA pela prisão de “quatrocentos compatriotas portugueses”⁶⁵⁷ e refere a necessidade de rectificar erros como o “da descolonização” que resultou na entrega de Angola às “mãos do imperialismo soviético”. Serra considera a acusação de ingerência na descolonização “ridícula” e defende que a libertação de portugueses se faça “pelos processos legais e claros”, lembrando a normalidade de prisão de estrangeiros como “direito de qualquer Estado”. Abecasis alega, em resposta, que se trata de mais um episódio da “mesma luta” do PCP “para defender os redutos onde o homem é oprimido”, acusando este partido de ter contribuído para “uma descolonização vergonhosa, para a opressão dos povos que disse defender”⁶⁵⁸.

No discurso da UDP, Angola é citada como exemplo de ingerência perniciosa do Estado português no processo de descolonização. O favorecimento do MPLA é, para este

⁶⁵⁶ A oradora afirma ainda reconhecer o direito de insurreição “contra todas as formas de colonialismo e não apenas contra aquelas que o Partido Comunista aqui costuma vir denunciar”.

⁶⁵⁷ Estes dados serão desmentidos pelo MNE em nota de imprensa. *DN*, 1 de Fevereiro de 1979, p. 3.

⁶⁵⁸ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 31 de Janeiro de 1979, pp. 919-926. A cumplicidade partidária entre o PCP e os movimentos de libertação permite que Álvaro Cunhal seja recebido em Luanda pelo MPLA, em *DN*, 11 de Fevereiro de 1980, p. 11; que discursse na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau a 14 de Maio de 1980 para alertar contra as “concepções revanchistas e neocolonialistas” da AD, em CUNHAL, Álvaro – *Avanço e Derrota do Plano Subversivo “AD”*, volume I. Lisboa: Editorial Avante!, 1981, p. 302; repetindo o repto a 22 de Junho de 1980 em visita a Moçambique, em IDEM – *Avanço e Derrota do Plano Subversivo “AD”*, volume II. Lisboa: Editorial Avante!, 1981, pp. 81-82.

partido, decorrente de uma posição paternalista da antiga metrópole e terá favorecido a intervenção soviética em África⁶⁵⁹. A condenação à esquerda do PCP atém-se, sobretudo, ao caso angolano, não envolvendo qualquer animosidade para com a RPM nem para com os restantes PALOP.

IV.5. A quimera da normalização

A “porosidade de fronteiras” entre os conceitos de colonizador e colonizado na experiência colonial portuguesa⁶⁶⁰ induz, em parte, o sentido do discurso parlamentar. Se a “vinculação económico-política às antigas potências coloniais continuou a ser decisiva para os países agora independentes”, as expectativas quanto ao papel do antigo Estado colonizador parecem-nos intensamente dirimidas no plenário. Quanto à Cooperação, paradoxalmente, “deixou de haver Caliban para que Prospero sobrevivesse”⁶⁶¹. Todavia, sendo os novos países lusófonos a “vanguarda do afro-marxismo”⁶⁶² deste período, é difícil conceber o protesto parlamentar sem atender à coloração ideológica dos regimes políticos da antiga África Portuguesa, fenómeno latente na AR, tanto através do ataque da ala direita, como da defesa da ala esquerda do Hemiciclo. O desígnio institucional da Cooperação como fórmula de contacto com o espaço africano tem uma utilidade selectiva, em função do plano relacional já entabulado. A maior proficuidade na Guiné e nas ilhas deve-se a uma menor críspação quanto ao contencioso com a antiga metrópole. Numa perspectiva genérica, o balanço da Cooperação assinala uma “amalgama de iniciativas desconexas” de uma multiplicidade de organismos sectoriais, faltando um “modelo de cooperação portuguesa”⁶⁶³. Ainda que fruto do contexto emergencial, a necessária rapidez de resposta outorga “as relações entre Portugal e os antigos espaços em África” não a um “momento fundador das independências”, mas sim ao “reactualizar de velhos fantasmas, que constituem, talvez, mais continuidades que rupturas”⁶⁶⁴.

⁶⁵⁹ DAR, I, 1.ª Sessão, 25 de Novembro de 1976, p. 1387.

⁶⁶⁰ SANTOS, Boaventura Sousa – *Op. Cit.*, p. 61.

⁶⁶¹ IDEM – *Ibidem*, p. 73.

⁶⁶² MACQUEEN, Norrie – *Op. Cit.*, p. 257.

⁶⁶³ ANTUNES, José Freire – *Op. Cit.*, pp. 128-129.

⁶⁶⁴ TOMÁS, António – Descolonizar o ‘indescolonizável’? Portugal e as independências africanas. In PERALTA, Elsa; GÓIS, Bruno; OLIVEIRA, Joana (coord.) – *Op. Cit.*, p. 351.

O recurso a mecanismos partidários, à esquerda da Câmara, dificulta a observação parlamentar, mas no caso de Angola e de Moçambique, o facto está longe de merecer um aplauso consensual quanto à forma. Os votos de protesto e as referências ao contencioso, à direita, documentam uma desconfiança peremptória a que não são indiferentes o destino e o rumo propiciados pelo fim do Império, mas também a debilidade do Estado português em alinhar de forma unívoca uma política nesta matéria. As relações apresentam-se marcadas, assim, por um desejo de superação colonial através de um discurso crismado de certa ineficácia. A pluralidade binária dos termos de relacionamento expressa a desconfiança da maioria destas Elites quanto às novas Nações. Regista-se que a legitimidade da manutenção do Império é erradicada do discurso político e a insistência no estatuto de paridade nas relações de Cooperação expressa desejos de fraternidade, amizade e desenvolvimento de relações mútuas, mas este fenómeno não é incompatível com a vontade de superar o complexo colonial. As observações e considerações quanto às dificuldades no contacto com os PALOP incorrem frequentemente em acusações de “neocolonialismo”, “paternalismo” ou desrespeito pela soberania dos povos libertados por parte de várias bancadas, traduzindo “constrangimentos estruturais”⁶⁶⁵ no plano relacional. A linha possível de entendimento é pejada de críticas tanto à esquerda como à direita, pelo temor quanto à cedência a novos imperialismos cuja intervenção é comparada ao colonialismo português.

A força inaugural do “afro-marxismo” testa de facto uma ruptura no exercício do poder político e económico nos novos espaços⁶⁶⁶, mas a reestruturação de laços, em função dessa mudança, preocupa o país pós-colonial. Para a esquerda releva a preservação do valor ideológico dos regimes aí instaurados e a libertação da opressão colonial; para a direita importa a protecção da comunidade portuguesa e de valores ocidentais contra a acção dos regimes que aí foram instaurados. O posicionamento político desde a direita até ao PS define uma fronteira de pragmatismo do poder Executivo no relacionamento com estes Estados. A adaptação à conjuntura e o casualismo da possibilidade são características transversais aos Partidos-Governo enquanto tal. Só o espaço APU, que nunca é poder neste período, endossa a herança revolucionária em África com apego ideológico. Este aspecto mune o discurso político dos partidos da primeira maioria presidencial de acusações de contágio ideológico na nova África lusófona, incompatível

⁶⁶⁵ COOPER, Frederick – *Op. Cit.*, p. 20.

⁶⁶⁶ IDEM – *Ibidem*, p. 20.

com quadro de valores democrático do novo regime. Se, gradualmente, “o «revisionismo» conceptual das relações dos PALOP com Portugal não foi alheio à desilusão de Angola e Moçambique com os seus protectores comunistas”⁶⁶⁷ no quadro internacional, é muito difícil avaliar o papel catalisador da antiga metrópole nesta evolução pós-colonial a partir do discurso no Hemiciclo de São Bento.

É possível definir, sobretudo, uma variante quanto ao exercício do poder Executivo, reflectido na dificuldade de ponderação simultânea entre os “interesses de Estado e defesa dos direitos humanos”⁶⁶⁸. O Governo torna mais moderada qualquer tentativa de distanciamento quanto à benignidade das relações com a antiga África portuguesa. Se no PS o fenómeno não observa cambiantes significativas em função do discurso de origem, tanto o PPD/PSD como o CDS obrigam-se a modelar a posição quando exercem funções governamentais. O plano do desconforto ideológico é submetido, assim, ao exercício do poder. No campo dos Governos independentes, o acompanhamento da política de Belém desenha alguma coerência, mas a ausência de representação parlamentar própria torna muito difícil a sua eficácia e acolhimento na Assembleia do regime. O pragmatismo dos Governos Constitucionais pode ser tributário da constatação das dificuldades de exercício de uma influência neocolonial em tão larga extensão territorial⁶⁶⁹, mas não descarta neste ponto de vista o peso, a primazia e o contraponto da irremediabilidade da opção europeia⁶⁷⁰. O desejo de enterrar o “mais pequeno ressentimento pelo passado” é expressivo no discurso maioritário na AR. O deputado socialista Handel de Oliveira sistematiza-o na configuração de uma lógica subtil de parentalidade da antiga metrópole pois “um pai e um filho não podem nunca deixar de se importar um com o outro. O futuro tem de ser compartilhado pelos dois”⁶⁷¹.

Na relação ambígua entre a figura paterna que é confrontada com a autonomia da prole e esta que enceta um percurso identitário próprio, confluem factores que condicionam emocional e excepcionalmente o discurso pós-colonial português. Neste sentido, importa observar o movimento de Retorno de África, simbolicamente revelador dos despojos do “Adeus ao Império”.

⁶⁶⁷ ANTUNES, José Freire – *Op. Cit.*, p. 119.

⁶⁶⁸ *DN*, 26 de Outubro de 1979, p. 17.

⁶⁶⁹ BUETTNER, Elizabeth – *Op. Cit.*, p. 209.

⁶⁷⁰ FIGUEIREDO, António de – Portugal and Africa. In MAXWELL, Keneth (ed.) – *Portugal in the 1980's. Dilemmas of Democratic Consolidation*. Westport: Greenwood Press, 1986, p. 17.

⁶⁷¹ Em entrevista, Handel de Oliveira atribui a autoria desta analogia a um taxista que conheceu numa visita a Bissau. *DN*, 5 de Março de 1979, p. 2.

V. Os despojos do Império

V.1. As “traineiras”

Como “espelho do passado”⁶⁷², o novo regime é confrontado com o regresso dos “Retornados” do Ultramar, “marca [...] de um império física e psicologicamente distante” e envolto “num misto de perda e de ressentimento, mas também de indiferença e de hostilidade”⁶⁷³. O Retorno de nacionais portugueses do Ultramar e à sua integração no “útero ibérico” é uma problemática política e social ao longo da Legislatura, expressando uma das “dinâmicas de mudança social em Portugal” na década de 1970⁶⁷⁴. Ainda que esta história esteja “largamente por fazer”⁶⁷⁵, é possível documentar alguns efeitos, testemunhos e vicissitudes deste movimento até 1980⁶⁷⁶.

Os estudos sobre o Retorno abrangem o período pré-constitucional e ressaltam a dificuldade em apurar características étnicas ou nacionais destes migrantes⁶⁷⁷, mas asseguram a origem no processo de descolonização do “país em revolução”⁶⁷⁸. Mário Oliveira identificou no começo de 1975 os primeiros picos de um “êxodo” que contraria os esforços das autoridades em promover a permanência de portugueses nos Estados africanos independentes. O processo rapidamente evolui do “silêncio do poder político e dos Órgãos de informação”⁶⁷⁹ até à viabilização da “ponte aérea”⁶⁸⁰ de Luanda que choca com o discurso de “exemplaridade da descolonização”⁶⁸¹. A criação do IARN⁶⁸², já em

⁶⁷² RIBEIRO, Raquel – O retorno, uma cartografia emocional ainda por escrever. In ALMEIDA, Paula Cardoso (coord.) – *O drama da integração...*, p. 106.

⁶⁷³ MACHAQUEIRO, Mário Artur – Memórias em Conflito ou o Mal-Estar da Descolonização. In ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário Artur; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) – *Op. Cit.*, p. 228.

⁶⁷⁴ PIRES, Rui Pena – Repatriamento e dinâmicas de mudança na sociedade portuguesa. In ALMEIDA, Paula Cardoso (coord.) – *O regresso à Metrópole*. Vila do Conde: Verso da História, 2015, p. 119.

⁶⁷⁵ PERALTA, Elsa – *Retornar ou Traços de Memória* num tempo Presente. In PERALTA, Elsa; GOIS, Bruno; OLIVEIRA, Joana (coord.) – *Op. Cit.*, p. 37.

⁶⁷⁶ KALTER, Christoph – Gente pós-colonial: quem eram os Retornados. In PERALTA, Elsa; GOIS, Bruno; OLIVEIRA, Joana (coord.) – *Op. Cit.* p. 103.

⁶⁷⁷ OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (dir.) – *Op. Cit.*, p. 271.

⁶⁷⁸ REZOLA, Maria Inácia – Um país em revolução. In ALMEIDA, Paula Cardoso (coord.) – *O regresso à Metrópole...*, pp. 4-19.

⁶⁷⁹ OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (dir.) – *Op. Cit.*, p. 276.

⁶⁸⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 283.

⁶⁸¹ IDEM – *Ibidem*, p. 291.

⁶⁸² Organismo instituído pelo Decreto-Lei n.º 169/75 de 31 de Março, publicado em DG, I, 31 de Março de 1975, pp. 493-495; é responsável pela conceptualização do Retornado, posteriormente densificado como “cidadão português que regressa à metrópole” a partir de dia 1-IX1974 através da Resolução de Conselho de Ministros de 5 de Maio de 1976, já durante o VI Governo Provisório. KALTER, Christoph - *Op. Cit.*, p. 108.

pleno arranque do PREC, antevê, em nome de “prudente realismo”, um afluxo populacional significativo com consequências significativas no mercado laboral da antiga metrópole⁶⁸³. Este organismo coordena a recepção dos migrantes na operação de regresso, sendo tutelado até 1976 pelo MAS e a partir do VI Governo Provisório pela Secretaria de Estado dos Retornados⁶⁸⁴. Nas reuniões da CND, o tema também surge apenas na aurora de 1975⁶⁸⁵, atendendo a aspectos logísticos de transporte de pessoas e bens, desemprego e inserção profissional, alojamento e garantia de bens de primeira necessidade⁶⁸⁶. A assunção destas dificuldades convive com reivindicações de um movimento crescente de retornados⁶⁸⁷. Nos meses de Maio e Junho registam-se as primeiras vagas de evacuação em massa de cidadãos portugueses das antigas colónias⁶⁸⁸. O temor quanto ao aumento do volume do regresso leva o IV Governo Provisório a mudar a Lei da nacionalidade⁶⁸⁹ para controlar o crescente fluxo migratório para a Europa através de um condicionamento sanguíneo do acesso dos portugueses das colónias à nacionalidade portuguesa⁶⁹⁰. Não obstante, o saldo do Retorno português estima-se globalmente neste período entre 500 e 800 mil portugueses⁶⁹¹.

A descolonização concebe-se como opção difícil, mas inevitável⁶⁹², apesar do trauma⁶⁹³ para a comunidade portuguesa no Ultramar. A partir do verão de 1975, a velocidade de “meios de repatriamento” marca uma comunidade psicologicamente enferma⁶⁹⁴. A absorção dos migrantes testemunha uma sociedade em transição identitária

⁶⁸³ OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (dir.) – *Op. Cit.*, pp. 292-293.

⁶⁸⁴ FERREIRA, José Medeiros – *Portugal em Transe...*, p. 89.

⁶⁸⁵ OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (dir.) – *Op. Cit.*, p. 319.

⁶⁸⁶ IDEM – *Ibidem*, pp. 295-305.

⁶⁸⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 307.

⁶⁸⁸ GUERRA, João Paulo – *Op. Cit.*, p. 177. O aumento de pedidos de Retorno em 55 mil cidadãos, crendo-se 200 mil casos de pretensa fuga oficiosa. No AHPR, o Processo n.º 3562 inclui esta informação no documento referente à “Reunião de 6 de Junho de 1975”, p. 3. [PT/PR/AHPR/GB/GB0205/3562].

⁶⁸⁹ GUERRA, João Paulo – *Op. Cit.*, p. 178.

⁶⁹⁰ Da autoria de Almeida Santos, titular da Coordenação Interterritorial, o Decreto-Lei n.º 308-A/75, de 24 de Junho, publicado em *DG*, I, 4.º suplemento de 24 de Junho de 1975, pp. 862(7)-862(8); privilegia o critério de sangue em detrimento do lugar do nascimento. Os cidadãos nascidos em Portugal e ilhas adjacentes conservariam a nacionalidade enquanto aqueles que haviam nascido no Ultramar só a conservariam se pelo menos um avô tivesse nascido na antiga metrópole. Este critério seria extensível ao cônjuge, casado ou viúvo, assim como a respectivos filhos menores. São ressalvadas exceções aos habitantes do antigo Estado da Índia e descendentes de diplomatas. RAMOS, Rui Manuel Moura – Nacionalidade e Descolonização (Algumas Reflexões a propósito do Decreto-Lei n.º 308-A/75, de 24 de Junho). In *Estudos de Direito português da Nacionalidade*. Coimbra: Coimbra Editora, 2013, pp. 63-128.

⁶⁹¹ KALTER, Christoph – *Op. Cit.*, p. 103.

⁶⁹² REIS, Bruno Cardoso – *Op. Cit.*, p. 100.

⁶⁹³ PINTO, José Filipe – *Op. Cit.*, p. 154.

⁶⁹⁴ DROUX, Arnaldo Eduardo da Silva – Os Repatriados da Descolonização Portuguesa [Texto policopiado]. Porto, [s.n.], 1986. Dissertação de Mestrado em Psiquiatria apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

entre a grandiosidade de um império perdido e a exiguidade do espaço rectangular⁶⁹⁵, decalcando-se a integração da interacção entre esta minoria desterrada e a maioria metropolitana. Sendo um grupo sociologicamente composto por emigrantes de primeira geração e com habilitações médias superiores à população metropolitana⁶⁹⁶, é, no entanto, em geral, uma “população heterogénea”⁶⁹⁷ com perfil “diversificado a vários níveis”⁶⁹⁸ e maioritariamente proveniente de Angola⁶⁹⁹. A influência do Retorno na estrutura sociodemográfica portuguesa é ressaltada por Pena Pires como contributo para atenuar o envelhecimento populacional português, para aumentar o potencial de mão de obra qualificada disponível e ainda para motivar o “ritmo de crescimento das políticas sociais do regime”⁷⁰⁰. Os migrantes concentram-se sobretudo no litoral e nas áreas urbanas⁷⁰¹. O fenómeno desempenha um papel relevante também no incremento da heterogeneidade étnica e cultural de futuras dinâmicas migratórias no país contemporâneo⁷⁰².

O discurso de contestação dos retornados, marcado por uma certa “Mitologia da Descolonização”⁷⁰³, lastima os “tempos adversos” que fazem perdurar um “penoso e vitalício exílio simbólico”⁷⁰⁴. No contencioso da integração, a redução a “«portugueses de segunda» e a hostilidade dos portugueses europeus”⁷⁰⁵ reforça uma “impotência perante o desterro e perante o sofrimento” decorrente⁷⁰⁶. O conceito de “Retornado” adquire um sentido “tendencialmente depreciativo”, expressando o conflito com os metropolitanos que gera uma “fractura”⁷⁰⁷ ou linha divisória que a integração tentará combater⁷⁰⁸, em contexto de “nostalgia e ressentimento”⁷⁰⁹. Em termos conceptuais, Mário Oliveira constata em 1977 a evolução do conceito de “retornado” para “desalojado” como passo de conversão do amparo estatal de “assistencial” para verdadeiramente inclusivo⁷¹⁰. Este

⁶⁹⁵ IDEM – *Ibidem*, p. 238.

⁶⁹⁶ CORREIA, Pedro Pizarat – Descolonização. In BRITO, J. M. Brandão de (dir.) – *Do Marcelismo ao Fim do Império*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999, p. 106.

⁶⁹⁷ PERALTA, Elsa – *Op. Cit.*, p. 35.

⁶⁹⁸ KALTER, Christoph – *Op. Cit.*, pp. 106-107.

⁶⁹⁹ Os dados do recenseamento de 1981 apontam para 61% de retornados provenientes de Angola, 34% de Moçambique e 5% das restantes ex-colónias, incluindo Timor. IDEM – *Ibidem*, p. 105.

⁷⁰⁰ PIRES, Rui Pena – *Op. Cit.*, pp. 118-119.

⁷⁰¹ FERREIRA, José Medeiros – *Portugal em Transe...*, p. 89.

⁷⁰² PIRES, Rui Pena – *Op. Cit.*, p. 122.

⁷⁰³ REIS, Bruno Cardoso – *Op. Cit.*, p. 101.

⁷⁰⁴ ADAMOPOULOS, Sarah – *Op. Cit.*, p. 282.

⁷⁰⁵ IDEM – *Ibidem*, p. 285.

⁷⁰⁶ PERALTA, Elsa – *Op. Cit.*, p. 33.

⁷⁰⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 35.

⁷⁰⁸ RIBEIRO, Raquel – *Op. Cit.*, p. 110.

⁷⁰⁹ IDEM – *Ibidem*, p. 115.

⁷¹⁰ O Decreto-Lei nº 209/77 de 26 de Maio regulamenta em DR, I, 26 de Maio de 1977, pp. 1220-1222; o Estatuto do desalojado em termos referentes ao período de abandono dos antigos territórios ultramarinos,

fenómeno tem eco no palco parlamentar.⁷¹¹ Os que regressam mais tarde são designados como refugiados, perdido o laço formal com a nacionalidade portuguesa em 1975. Este novo elemento será relevante para alargar a semântica do Retorno a uma realidade que se mais lata, padecendo o discurso político de alguma ambiguidade e polissemia⁷¹². O diálogo parlamentar contemporiza com esta variedade vocabular, mas a escolha do léxico também depende dos intentos políticos de cada força partidária.

O tema é abordado na ensaística ao longo deste período. Gonçalves Martins encara este fenómeno como decorrência da submissão do país revolucionário à intervenção das superpotências⁷¹³. Luiz Aguiar considera a descolonização um “crime” atentatório à nacionalidade⁷¹⁴. António José Saraiva considera o retornado um “náufrago” a quem são imputados “crimes” de responsabilidade solidária da Nação⁷¹⁵, sendo a descolonização um factor desprestigiante para o país, até “perante os próprios povos «descolonizados»”⁷¹⁶. Também Miguel Torga reduz a missão portuguesa a “descobrir o mundo em caravelas e regressar em traineiras”⁷¹⁷. O cariz mediático da questão é notado entre os articulistas do período. Guilherme de Melo, assumido retornado⁷¹⁸, menciona os “lares do IARN” como um “grande negócio” que ofende a dignidade dos que regressam, tratados como “lixo onde se esgravataram uns largos tostões”⁷¹⁹. José Vasconcelos refere-se à continua chegada de portugueses ao aeroporto com “teatro da tragédia dos desalojados”⁷²⁰. A Ferreira Simões preocupa o aproveitamento de mão-de-obra do Ultramar e sua inserção laboral⁷²¹, assim como a Silveira da Costa, que defende a necessidade de aproveitamento desta minoria para a criação de riqueza⁷²². Noutra óptica, Sarsfield Cabral elogia os programas de crédito privado para os desalojados⁷²³. Pacheco de Andrade prefere assumir

entre 1 de Setembro de 1974 e 30 de Novembro de 1976 e posteriormente até 31 de Julho de 1977. OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (dir.) – *Op. Cit.*, p. 324.

⁷¹¹ O termo “Retornado” surge em 127 páginas e em 84 diários da I Legislatura. O termo “desalojado” surge em 217 páginas em 119 diários no mesmo período.

⁷¹² O termo “refugiado” surge em 122 páginas em 73 diários entre 1976 e 1980, mas dada a extensão conceptual, a referência ultrapassa o âmbito da realidade do Retorno. O Estatuto do refugiado é regulamentado apenas em 1980. *DAR*, I, 4.ª Sessão, 28 de Junho de 1980, p. 3488.

⁷¹³ MARTINS, Manuel Gonçalves – *A Descolonização portuguesa – As Responsabilidades*. Braga: Livraria Cruz, 1986, p. 153.

⁷¹⁴ AGUIAR, Luiz – *Julgamento dos Responsáveis*. Braga: Intervenção, 1978, p. 39.

⁷¹⁵ SARAIVA, António José – *Op. Cit.*, pp. 117-118.

⁷¹⁶ IDEM – *Ibidem*, p. 255.

⁷¹⁷ *DN*, 30 de Setembro de 1977, p. 7.

⁷¹⁸ *DN*, 21 de Dezembro de 1976, p. 15.

⁷¹⁹ *DN*, 10 de Agosto de 1976, p. 3.

⁷²⁰ *DN*, 11 de Abril de 1977, p. 3.

⁷²¹ *DN*, 11 de Setembro de 1976, p. 3.

⁷²² *DN*, 18 de Abril de 1977, pp. 17 e 19.

⁷²³ *DN*, 20 de Junho de 1977, p. 21.

uma heterogenia neste grupo, diferenciando os retornados que são “um valor de trabalho” daqueles que “acusam, ainda, as condições do seu regresso”⁷²⁴. Numa perspectiva mais lata, Dinis de Abreu lastima que o reconhecimento de Angola seja um “melindre” entre milhares de desalojados⁷²⁵. Também António Pires recusa a exploração política deste grupo como “modo de envenenamento das relações” com os PALOP⁷²⁶. Maria Antónia Palla preocupa-se com o estatuto de refugiado perante o afluxo migratório⁷²⁷ e Alexandre Pomar constata ulteriormente a necessidade de regulação face à “nova e maior vaga de refugiados” que se integra “na corrente da descolonização africana”⁷²⁸. Outros autores preferem associar a questão do Retorno ao fim do Império, afirmando Manuel de Lucena a incapacidade de o processo “suscitar um mínimo de unidade nacional”⁷²⁹.

O período da I Legislatura testemunha vários esforços de integração. Neste processo, são úteis o apoio e a atenção da comunidade internacional⁷³⁰, que testemunhou a sua solidariedade na concessão de dinheiro, géneros alimentares e vestuário⁷³¹. A ONU terá uma postura cautelosa nesta matéria, acentuando a necessidade de Portugal regular o estatuto de refugiado⁷³². A par da criação da CIFRE⁷³³, a criação de um Quadro Geral de Adidos para os funcionários públicos das antigas províncias⁷³⁴ resulta num “sistema de gestão de recursos humanos tornados excedentários”⁷³⁵. A nomeação de Gonçalves Ribeiro como Alto-Comissário para os Desalojados⁷³⁶, a partir do I Governo Constitucional, é outra iniciativa relevante. O Comissariado propõe-se a substituir o espírito assistencialista por uma missão de “integração na sociedade” a “médio-prazo”⁷³⁷

⁷²⁴ DN, 2 de Setembro de 1977, p. 20.

⁷²⁵ DN, 1 de Janeiro de 1977, p. 19.

⁷²⁶ DN, 11 de Novembro de 1977, p. 18.

⁷²⁷ DN; 21 de Julho de 1978, p. 18.

⁷²⁸ DN, 11 de Maio de 1979, p. 17.

⁷²⁹ DN, 25 de Abril de 1980, p. 2.

⁷³⁰ FERREIRA, José Medeiros, *Portugal em Transe* [...], p. 89.

⁷³¹ GÓIS, Bruno – Retornar à Pergunta «O que Faz partir as Gentes?». In PERALTA, Elsa; GOIS, Bruno; OLIVEIRA, Joana (coord.) – *Op. Cit.* p. 98. Salienta-se o quadro de empréstimos do BEI e os donativos da OCDE ao IARN. No mesmo sentido regista-se o empréstimo do *Fonds de Rétablissement* do CE em DN, 13 de Outubro de 1976, p. 7.

⁷³² DN, 9 de Agosto de 1978, p. 2.

⁷³³ Comissão Interministerial de Financiamento a Retornados. FERREIRA, José Medeiros – *Portugal em Transe*..., pp. 91-92. A partir de 1979 sob a tutela da Secretaria de Estado das Finanças. DIAS, Nuno – «A mão esquerda» do estado pós-colonial: o papel do IARN nas dinâmicas de incorporação das populações retornadas. In PERALTA, Elsa; GOIS, Bruno; OLIVEIRA, Joana (coord.) – *Op. Cit.*, p. 130.

⁷³⁴ DN, 1 de Setembro de 1977, p. 2.

⁷³⁵ DIAS, Nuno – *Op. Cit.*, p. 130.

⁷³⁶ A partir do Decreto-Lei n.º 683-B/76 de 10 de Setembro, em DR, I, 1.º Suplemento de 10 de Setembro de 1977, pp. 2144(3)-2144(6). CORREIA, Pedro Pizarat – *Op. Cit.*, p. 107. O ACD é uma “figura com grande aceitação entre os «retornados» pela forma eficiente como havia organizado a «ponte aérea» entre Angola e Portugal” em 1975. FERREIRA, José Medeiros – *Portugal em Transe*..., p. 89.

⁷³⁷ IDEM - *Ibidem*, p. 90.

através de políticas de concessão de crédito. O balanço económico desta política sintetiza, sobretudo, a preferência pelos centros urbanos e pelo litoral do país, atendendo a benefícios sociais de acolhimento⁷³⁸. O acautelamento de custos de habitação⁷³⁹ e a convocação do sector bancário para a política de concessão de crédito geram grande afluência de candidaturas a estes projectos, exigindo-se algum comedimento e parcimónia por parte dos serviços oficiais⁷⁴⁰.

A imprensa também nos fornece alguns dados relevantes para o enquadramento oficial do Retorno. As Eleições Presidenciais introduzem algum discurso político referente a esta minoria, pela voz de Pinheiro de Azevedo⁷⁴¹, assim como pela do candidato Pompílio da Cruz, vetado pelo STJ, que acusa os principais partidos políticos de venderem os portugueses do Ultramar “como rezes a caminho do matadouro”⁷⁴². O apoio massivo dos retornados a Eanes reconhece-se “contra a política de esmolas”⁷⁴³ e traduz-se na congratulação “pela esmagadora vitória eleitoral”⁷⁴⁴. Belém é ponto de chegada de petições e mensagens de organizações de desalojados para que “de uma vez por todas se resolva tao dramática situação”⁷⁴⁵, tornando-se uma última instância para reclamações quanto à actuação dos serviços oficiais⁷⁴⁶.

A actividade dos organismos governamentais é um tópico explorado, tentando ainda o VI Governo Provisório sindicar irregularidades do IARN⁷⁴⁷, com a garantia do Secretário de Estado dos Retornados, Amândio de Azevedo, que os “abusos vão ser reprimidos” para não criar situações de privilégio no seio da sociedade portuguesa⁷⁴⁸. O período é marcado por constantes acusações de fraude⁷⁴⁹, sendo perene a contestação dos

⁷³⁸ IDEM – *Ibidem*, p. 92.

⁷³⁹ Através do Decreto-Lei n.º 515/77 de 14 de Dezembro, publicado em *DR*, I, 14 de Dezembro de 1977, pp. 2927-2929.

⁷⁴⁰ FERREIRA, José Medeiros – *Portugal em Transe...*, p. 91.

⁷⁴¹ *DN*, 9 de Junho de 1976, p. 3.

⁷⁴² *DN*, 10 de Junho de 1976, p. 7.

⁷⁴³ *DN*, 25 de Junho de 1976, p. 9.

⁷⁴⁴ No AHPR, no Processo n.º 604 encontra-se esta referência numa “Acta do plenário nacional a 3 de Julho de 1976” da Comissão de desalojados de Leiria. [PT/PR/AHPR/CC/CC0101/0604].

⁷⁴⁵ Em *DN*, 19 de Março de 1977, p. 4; e *DN*, 16 de Junho de 1977, p. 2.

⁷⁴⁶ No AHPR, o Processo n.º 604 compreende, entre outros documentos, ofícios quanto a pedidos de subsídio de integração, em 1979. [PT/PR/AHPR/CC/CC0101/0604].

⁷⁴⁷ *DN*, 15 de Junho de 1976, p. 9.

⁷⁴⁸ *DN*, 21 de Junho de 1976, p. 1.

⁷⁴⁹ Em *DN*, 26 de Março de 1977, p. 13; *DN*, 11 de Abril, p. 10; e *DN*, 15 de Abril de 1977, p. 7 encontramos notícias sobre alegada atribuição indevida de subsídios, crimes de falsas declarações e falsificação de documentos. Em *DN*, 9 de Abril de 1980, p. 9, fala-se de falsos recibos no fornecimento. O IARN confessa a sua “indignação” quanto ao tratamento recebido pela imprensa em *DN*, 18 de Fevereiro de 1977, p. 3; mas em contexto judicial sofre três condenações de fraude por desvio de subsídios, *DN*, 14 de Dezembro

retornados à actividade deste instituto⁷⁵⁰. Em entrevista já como Alto-Comissário, Gonçalves Ribeiro anuncia a reestruturação dos serviços de apoio, de uma operação de recenseamento por unidade hoteleira, criando um “crédito especial para desalojados no valor de três milhões de contos⁷⁵¹, através de programas de acção⁷⁵². O financiamento de propostas de empreendimentos, sob autorização do Comissariado⁷⁵³, estrutura a autorização em função do valor creditado⁷⁵⁴, mas dependente do recenseamento dos desalojados⁷⁵⁵. O reforço da equipa de Gonçalves Ribeiro foca-se na necessidade de reduzir as despesas do Estado nesta matéria⁷⁵⁶. De facto, regista-se um “substancial decréscimo” de custos com a integração⁷⁵⁷. A importância da ajuda internacional⁷⁵⁸ permite a criação de postos de trabalho⁷⁵⁹, concessão de crédito, habitação própria e alojamento e acção social até 1980⁷⁶⁰. Em sentido semelhante, o *Fonds de Rétablissement* do CE elogia a participação do sector bancário e a valorização do emprego criado no sector primário e secundário⁷⁶¹.

As comissões locais de retornados procuram também interagir com os Governos civis e com autoridades administrativas⁷⁶² para a resolução dos problemas de habitação e emprego⁷⁶³ face à necessidade de abandono da indústria hoteleira em prazos estabelecidos

de 1977, p. 12. O próprio comissariado regista 1239 processos por irregularidades em *DN*, 6 de Novembro de 1978, pp. 3-4.

⁷⁵⁰ Em *DN*, 16 de Fevereiro de 1978, p. 25; *DN*, 13 de Setembro de 1978, p. 13.

⁷⁵¹ *DN*, 19 de Outubro de 1976, p. 9.

⁷⁵² No AHPR, o Processo n.º 3353 contém a *Informação periódica* entre Maio (n.º 1) e Dezembro (n.º 8) de 1977 relativas aos Programas de Acção. [PT/PR/AHPR/CC/CC0101/3353].

⁷⁵³ *DN*, 9 de Novembro de 1976, p. 7.

⁷⁵⁴ *DN*, 24 de Novembro de 1976, p. 3.

⁷⁵⁵ O recenseamento faz-se nos termos do Decreto-Lei nº 826-A/76 de 17 de Novembro, publicado em DR, I, 1.º Suplemento de 17 de Novembro de 1977, pp. 2600(1)-2600(4). Esta operação merece grande afluência e constata “situações muito periclitantes”. O resultado deste primeiro censo identifica mais de 400 mil desalojados das ex-colónias a 8 de Janeiro de 1977. Noticiado em *DN*, 19 de Novembro de 1976, p. 3; em *DN*, 23 de Novembro de 1976, p. 3; e em *DN*, 7 de Dezembro de 1976, p. 7. O resultado deste primeiro censo identifica mais de 400 mil retornados a 8 de Janeiro de 1977 e 70 mil beneficiário de alojamento por conta do Estado, *DN*; 8 de Janeiro de 1977, p. 3. 112 em 147 mil agregados familiares não têm um único elemento empregado, *DN*, 14 de Janeiro de 1977, p. 7.

⁷⁵⁶ *DN*, 2 de Abril de 1977, p. 2.

⁷⁵⁷ *DN*, 9 de Março de 1978, p. 1.

⁷⁵⁸ Registam-se os casos da Noruega, Bélgica, Holanda, Estados Unidos, e Canadá. Entre as organizações exemplifica-se a Cruz Vermelha, a Caritas Internacional, o Conselho Mundial das Igrejas, a União Internacional de Protecção à Infância e a FAO. *DN*, 22 de Abril de 1977, p. 1.

⁷⁵⁹ No AHPR, Processo n.º 3353, *Informação Periódica n.º 1*, Maio de 1977, do Comissariado para os Desalojados. [PT/PR/AHPR/CC/CC0101/3353].

⁷⁶⁰ *DN*, 20 de Julho de 1977, p. 3.

⁷⁶¹ Em *DN*, 20 de Abril de 1978, p. 3; e *DN*, 16 de Maio de 1978, p. 2. Os resultados deste empreendimento não deixam de ser notificados como um fenómeno positivo, constatando-se a 13 de Julho de 1979 que “cerca de 60 mil” estavam empregados desde Janeiro de 1977. *DN*, 13 de Julho de 1979, p. 1.

⁷⁶² *DN*, 18 de Março de 1977, p. 2.

⁷⁶³ *DN*, 8 de Novembro de 1976, p. 3.

logo em 1976⁷⁶⁴. O Comissariado adopta uma atitude dialogante⁷⁶⁵, estendendo os prazos de abandono dos hotéis ao longo de 1977⁷⁶⁶, transferindo os retornados para alojamentos colectivos, concedendo subsídios de reintegração social⁷⁶⁷, e ressaltando “casos de reconhecida carência social”⁷⁶⁸. Ainda assim, regista-se grande resistência dos desalojados em abandonar os hotéis⁷⁶⁹, criticando a falta de “condições satisfatórias” dos centros de acolhimento⁷⁷⁰. Contra as expectativas iniciais das autoridades, o movimento migratório continua ao longo da I Legislatura. A recusa da nacionalidade moçambicana por cidadãos não abrangidos pela Lei de Almeida Santos gera um recrudescimento do regresso a Lisboa⁷⁷¹. Logo em 1977, a corrida aos subsídios de integração é notada pela imprensa⁷⁷². O problema dos bens materiais⁷⁷³ é aflorado frequentemente ao longo da segunda metade da década, sob constantes pedidos indemnizatórios ao Estado português⁷⁷⁴. À luta pela paridade com os metropolitanos⁷⁷⁵, acresce a dificuldade dos retornados quanto à documentação produzida no antigo Ultramar, nomeadamente no caso do bilhete de identidade⁷⁷⁶, que não é reconhecida pelos serviços de registo civil e arquivos de identificação⁷⁷⁷. As denúncias de descapitalização e vulnerabilidade são significativas nas cartas de leitores do *DN*, sendo as questões de emprego e do alojamento prioritárias⁷⁷⁸, crescendo exigências de subsídio de desemprego e de férias⁷⁷⁹. Os custos

⁷⁶⁴ Os hotéis de 4 e 5 estrelas seriam abandonados até 31 de Dezembro, hotéis de 3 estrelas até 31 de Março e outros hotéis até 30 de Setembro. Notifica-se a extinção de subsídios de alojamento e criação de subsídios de integração em *DN*, 20 de Novembro de 1976, p. 1.

⁷⁶⁵ Negociações com organizações de desalojados em *DN*, 13 de Agosto de 1977, p. 2.

⁷⁶⁶ *DN*, 13 de Maio de 1977, p. 6.

⁷⁶⁷ *DN*, 1 de Abril de 1977, pp. 1-2.

⁷⁶⁸ *DN*, 16 de Setembro de 1977, p. 3.

⁷⁶⁹ Exemplos em *DN*, 1 de Outubro de 1977, p. 3; e *DN*, 3 de Outubro de 1977, p. 3.

⁷⁷⁰ *DN*, 24 de Fevereiro de 1978, p. 2.

⁷⁷¹ Noticia-se a chegada de centena e meia de portugueses por dia a Lisboa, de Moçambique. *DN*, 10 de Maio de 1977, p. 3.

⁷⁷² *DN*, 12 de Agosto de 1977, pp. 1 e 3. O Decreto Lei n.º 358/77 de 1 de Setembro publicado em *DR*, I, 1 de Setembro de 1977, pp. 2097-2098; permite um novo recenseamento de retornados posterior à vaga migratória de Moçambique e calcula um aumento para cerca de 550 mil. *DN*, 3 de Setembro de 1977, p. 7. Entre estes, 15 mil são assumidos oficialmente como refugiados. *DN*, 5 de Setembro de 1977, p. 3.

⁷⁷³ A Secretária de Estado do Orçamento regulamenta isenções aduaneiras sobre bens provenientes do antigo Ultramar em *DN*, 1 de Novembro de 1976, p. 2; é testemunhado o esforço da Secretaria de Estado da Integração Administrativa e do Banco de Portugal na “remoção, transporte, legalização e levantamento das viaturas pesadas provenientes das ex-colónias” em *DN*, 1 de Janeiro de 1977, p. 9; e *DN*, 3 de Março de 1978, p. 2.

⁷⁷⁴ Exemplos em *DN*, 29 de Novembro de 1977, p. 2 e *DN*, 21 de Abril de 1979, p. 6.

⁷⁷⁵ Exemplo dos bancários das antigas colónias que pugnam pelo reconhecimento de estatuto similar aos restantes profissionais do sector em *DN*, 10 de Novembro de 1976, p. 9; e *DN*, 25 de Abril de 1977, p. 8. Os aposentados das ex-colónias que pretendem igualdade de tratamento no processamento das pensões em *DN*, 1 de Dezembro de 1976, p. 9; e *DN*, 5 de Janeiro de 1979, p. 2.

⁷⁷⁶ Em *DN*, 21 de Agosto de 1976, p. 2; e *DN*, 18 de Dezembro de 1976, p. 2.

⁷⁷⁷ *DN*, 18 de Abril de 1978, p. 2.

⁷⁷⁸ Exemplos variados em *DN*, 1 de Julho de 1976, p. 17; e *DN*, 16 de Maio de 1977, p. 17.

⁷⁷⁹ *DN*, 5 de Julho de 1976, p. 3.

da alimentação e alojamento deduzidos dos subsídios estatais são fonte de preocupações constantes⁷⁸⁰. Também no plano dos costumes se regista certa relutância social já que os retornados são também estigmatizados⁷⁸¹, “associados à transgressão social”⁷⁸².

O posicionamento político dos partidos na AR acompanha esta realidade, atento à formação de organismos de representação de interesses deste grupo. A tónica do sofrimento é identificada no uso indiscriminado de “retornado” e “refugiado” pelo PPD/PSD e CDS, enfatizando-se o descontentamento desta minoria⁷⁸³. De forma mais flagrante, Galvão de Melo procura capitalizar a simpatia dos retornados em sessões de esclarecimento sobre a situação dos presos em África⁷⁸⁴. O General lamenta a situação destes “Repartidos! Dispersos ao acaso das circunstâncias!”⁷⁸⁵, assumindo-se “porta-voz dos portugueses desesperados”⁷⁸⁶ que são a “última geração de um Portugal orgulhoso da sua História e do seu Destino”⁷⁸⁷. Alguns organismos de defesa dos interesses dos que voltam são muito próximos da direita parlamentar⁷⁸⁸. A IOR/IORE⁷⁸⁹ partilha das preocupações de Gonçalves Ribeiro quanto ao emprego e habitação⁷⁹⁰, mas vai radicalizando a sua posição na apreciação do desempenho dos serviços. Este organismo marca presença nas galerias e nas imediações de São Bento durante os debates plenários, gerando confrontos com a polícia. João Serejo, quadro do movimento, lastima a necessidade de os retornados recorrerem “ao terrorismo” para defender as suas causas⁷⁹¹. A UDU⁷⁹² é concebida para a defesa geral dos interesses desta minoria⁷⁹³. Outros organismos defendem pretensões mais sectoriais⁷⁹⁴. O contacto com Belém é animado

⁷⁸⁰ DN, 1 de Maio de 1978, p. 8.

⁷⁸¹ PERALTA, Elsa – *Op. Cit.*, p. 35.

⁷⁸² KALTER, Christoph – *Op. Cit.*, p. 114. Os retornados são associados ao consumo de substâncias psicotrópicas, como a liamba (Angola) ou suruma (Moçambique). DN, 30 de Agosto de 1976, p. 3.

⁷⁸³ KALTER, Christoph – *Op. Cit.*, pp. 114-115.

⁷⁸⁴ DN, 4 de Março de 1977, p. 2.

⁷⁸⁵ DN, 12 de Março de 1977, p. 4.

⁷⁸⁶ DN, 6 de Junho de 1977, p. 1.

⁷⁸⁷ MELO, Carlos Galvão de – *Continuar Portugal: Discursos e outros escritos*. Lisboa: Edições Rolim, 1980, p. 46.

⁷⁸⁸ A APRU, inicialmente associada ao CDS, abre refeitórios para os seus sócios, em DN, 25 de Março de 1977, p. 4; e DN, 25 de Março de 1977, p. 4. Os SARA, ligados ao PPD/PSD, distribuem roupa e mantimentos, DN, 13 de Dezembro de 1977, p. 11. Freitas do Amaral recorda o papel das Mulheres do CDS que “montaram banca no aeroporto, dia e noite, semanas a fio” para apoio moral e físico de cerca de “800 mil retornados”. AMARAL, Diogo Freitas do – *Op. Cit.*, p. 87.

⁷⁸⁹ O alinhamento da IOR, que abarcará em 1977 os Emigrantes (rebaptizada IORE), é visível nas críticas às “calúnias e insinuações” da “imprensa comunista e comunistóide” em DN, 10 de Março de 1977, p. 3

⁷⁹⁰ DN, 15 de Setembro de 1976, p. 2.

⁷⁹¹ DN, 9 de Março de 1977, p. 4.

⁷⁹² DN, 11 de Fevereiro de 1977, p. 2.

⁷⁹³ DN, 15 de Fevereiro de 1977, p. 3.

⁷⁹⁴ Como exemplo, a 28 de Fevereiro de 1977 surge a ASEU que pretende denunciar arbitrariedades e anomalias contra o grupo, em DN, 28 de Fevereiro de 1977, p. 11. A reunião da AFOCEC, a 1 de Dezembro

por constantes pedidos de retornados pela “rápida extinção do IARN, com responsabilização de todos os seus responsáveis pelas anomalias cometidas”⁷⁹⁵.

A unidade de desalojados surge no discurso político como um catalisador de reivindicações. O Projecto I, afecto à CESOM⁷⁹⁶, organiza uma conferência no Coliseu dos Recreios em Lisboa com a participação da IOR, do FRAUL e do SENADU⁷⁹⁷, além de criar ciclos de conferências sobre a descolonização⁷⁹⁸. A CID nasce do protesto contra o abandono dos hotéis para realojamento nos centros de acolhimento⁷⁹⁹, apelando à resistência⁸⁰⁰ e negociando com a direita parlamentar a representação das suas reivindicações⁸⁰¹. Neste sentido, assinala-se o consenso quanto à reestruturação dos serviços entre a CID e os deputados Sérvulo Correia e Ângelo Vieira⁸⁰². A ADUREP faz também contactos com oradores parlamentares, sendo exemplo a “Jornada de Estudo e Reflexão” sobre a integração com a presença de António Guterres, António Rebelo de Sousa, Lucas Pires e o independente Lopes Cardoso⁸⁰³. Esta iniciativa proporá o nome de Ângelo Vieira para ACD⁸⁰⁴. A aproximação política destas organizações à AD parece ainda mais clara. No uso do voto como “arma política” que “garanta expressamente os seus interesses”⁸⁰⁵, a CID alinha a sua posição quanto ao V Governo com a AD⁸⁰⁶, aconselhando o voto em 1979 nos partidos “à direita do PS que incluam nas suas listas candidatos a deputados, desalojados” e “em posição de serem efectivamente eleitos”⁸⁰⁷.

de 1976, também é um exemplo significativo. Em *DN*, 23 de Novembro de 1976, p. 23; e *DN*, 9 de Março de 1977, p. 4.

⁷⁹⁵ No AHPR, encontra-se o Processo n.º 606 relativo à Comissão Nacional de Desalojados a “Acta do Plenário de Braga a 12 de Novembro de 1977” da Comissão Distrital do Porto. [PT/PR/AHPR/CC/CC0101/0606].

⁷⁹⁶ *DN*, 5 de Dezembro de 1978, p. 2.

⁷⁹⁷ *DN*, 8 de Junho de 1977, pp. 2 e 11.

⁷⁹⁸ *DN*, 3 de Julho de 1978, p. 9.

⁷⁹⁹ *DN*, 30 de Agosto de 1977, p. 2.

⁸⁰⁰ *DN*, 21 de Março de 1978, p. 6.

⁸⁰¹ No AHPR, o Processo n.º 1878 respeita a “Cartas ao IARN” da CID que contém 44 cartas de retornados que contestam a “ilegalidade” da actuação do IARN nesta matéria. [PT/PR/AHPR/CC/CC0101/1878].

⁸⁰² *DN*, 18 de Outubro de 1978, p. 2.

⁸⁰³ *DN*, 17 de Novembro de 1978, p. 2.

⁸⁰⁴ *DN*, 20 de Novembro de 1978, p. 4.

⁸⁰⁵ *DN*, 7 de Maio de 1979, p. 2.

⁸⁰⁶ *DN*, 24 de Julho de 1979, p. 2.

⁸⁰⁷ *DN*, 10 de Setembro de 1979, p. 2.

V.2. A narrativa da tragédia

O discurso socialista quanto ao Retorno depende das circunstâncias do exercício do poder governamental. Desejando superar o “problema importante e eminentemente nacional” que herdou, indo “ao encontro das dificuldades” na sociedade portuguesa⁸⁰⁸, o I Governo pretende “fazer desaparecer o termo desalojado do vocabulário português”⁸⁰⁹. Recusando a “caridade pública” dos Executivos anteriores, o PM procurará “seguir uma política de atribuição de subsídios para lhes poder facultar a iniciativa e dar-lhes a possibilidade de arranjam novos postos de trabalho”, com a finalidade de ultrapassar um problema “extremamente grave e extremamente complexo”⁸¹⁰. A extinção da Secretaria de Estado dos Retornados, “a pedido dos desalojados”, dá lugar ao Comissariado que tutelar o IARN⁸¹¹. O valor deste grupo advém sobretudo do “espírito de iniciativa”, da “capacidade de trabalho” e das “qualificações profissionais” com um “valor extraordinariamente importante para o dinamismo da economia nacional”. Não obstante, o PM preocupa-se com os “abusos” na manutenção de “retornados” nos hotéis, situação “gravosa para uma política de desenvolvimento do turismo”⁸¹². Apesar da exemplaridade da Revolução portuguesa⁸¹³, Salgado Zenha lastima o “êxodo dos refugiados das ex-colónias” que aumentou a população portuguesa em “cerca de 6 ou 7% em condições trágicas”⁸¹⁴. No plano da habitação, o Ministro Eduardo Pereira defende a resolução “definitiva do problema em 20 anos”⁸¹⁵ através do recurso a casas pré-fabricadas⁸¹⁶. Maria José Gama defende as iniciativas do Comissariado criado pelo I Governo no II Congresso do PS, reivindicando pergaminhos partidários de assistência à população carenciada⁸¹⁷.

⁸⁰⁸ SOARES, Mário – *PS – Fronteira da Liberdade...*, pp. 104-105.

⁸⁰⁹ IDEM – *Ibidem*, p. 153.

⁸¹⁰ DAR, I, 1.ª Sessão, 3 de Agosto de 1976, pp. 418-419.

⁸¹¹ DN, 28 de Julho de 1976, p. 2.

⁸¹² DAR, I, 1.ª Sessão, 3 de Agosto de 1976, p. 419.

⁸¹³ DAR, I, 1.ª Sessão, 6 de Agosto de 1976, p. 456.

⁸¹⁴ DAR, I, 1.ª Sessão, 10 de Novembro de 1976, p. 1104.

⁸¹⁵ DN, 31 de Agosto de 1976, p. 1.

⁸¹⁶ DN, 26 de Outubro de 1976, p. 2. Esta iniciativa não será isenta de crítica pelas organizações de desalojados, que afirmam que o “Governo português pretende abusivamente apropriar-se de 500 casas pré-fabricadas oferecidas [...] aos desalojados”, em AHPR, o Processo n.º 606 relativo à “Acta do Plenário de Braga a 12 de Novembro de 1977” condemna indicações neste sentido. [PT/PR/AHPR/CC/CC0101/0606].

⁸¹⁷ DN, 1 de Novembro de 1976, p. 14.

O II Governo enfatiza a importância da política de assistência social aos desalojados⁸¹⁸. O crescimento centrista à governação é notado na requisição de funcionários das ex-colónias para o novo Ministério da Reforma Administrativa, tutelado pelo CDS⁸¹⁹, mas o seu comprometimento na solução executiva dá espaço ao PPD/PSD para tomar a iniciativa de contestação nesta matéria. Em alusão a vagas de imigração por alegados motivos políticos das antigas colónias, o socialista Gualter Basílio afirma que Portugal é “terra de asilo para os refugiados e para os perseguidos políticos que se batem pela liberdade”. Contudo, o Estatuto do refugiado deverá condicionar o “direito de reunião” de grupos “às exigências da política externa portuguesa”. Basílio reitera que não se deve autorizar “a actuação de grupos políticos estrangeiros organizados no nosso território, particularmente no que se refere a acções dirigidas contra os novos países de expressão portuguesa”⁸²⁰. O exercício do poder até 1978 legará ao PS pesados encargos nesta matéria, ainda que Gonçalves Ribeiro apele à necessidade de formar uma “consciência na opinião pública favorável” que evite a discriminação desta minoria⁸²¹. O desgaste dos Executivos Socialistas é visível na ruptura com as organizações de retornados, que pedem a demissão do ACD⁸²². Empossado MAI nos III e IV Governos, Gonçalves Ribeiro será substituído por Pessanha Viegas⁸²³.

Ainda a respeito dos fluxos provenientes dos PALOP, o PS retoma o tema dos refugiados em 1980, apreciando-se a questão em simultâneo sob um projecto socialista e uma proposta do VI Governo⁸²⁴. Almeida Santos anuncia um normativo em harmonia com a Convenção de Genebra de 1951, a DUDH e a própria CRP⁸²⁵. O fundamento de asilo é o elemento de mais difícil estatuição, reservando o PS este direito a “estrangeiros e apátridas perseguidos” e àqueles “que não queiram voltar, respectivamente, ao Estado da sua nacionalidade” por “recearem, com razão, ser perseguidos em virtude da sua raça, religião ou nacionalidade”; “insegurança devida a conflitos armados que ali tenham

⁸¹⁸ *DN*, 4 de Fevereiro de 1978, p. 3.

⁸¹⁹ *DN*, 3 de Junho de 1978, p. 14.

⁸²⁰ *DAR*, I, 2.ª Sessão, 14 de Junho de 1978, pp. 3211-3212.

⁸²¹ *DN*, 13 de Maio de 1977, p. 3.

⁸²² É o caso da CID em *DN*, 10 de Setembro de 1977, p. 1; e da IOR/IORE em *DN*, 28 de Setembro de 1977, p. 7. A segunda defende apela mesmo a Belém que nomeie um desalojado como novo responsável do Comissariado, em *DN*, 17 de Março de 1978, p. 6; e em *DN*, 26 de Agosto de 1978, p. 2. A CID defende a libertação do Comissariado da tutela governamental para evitar estar “sujeito a contingências”, *DN*, 18 de Novembro de 1978, p. 5.

⁸²³ *DN*, 29 de Setembro de 1978, p. 7.

⁸²⁴ *DAR*, I, 4.ª Sessão, 16 de Abril de 1980, pp. 1540-1561.

⁸²⁵ A CRP na sua versão original enuncia o direito de asilo no artigo 22.º. *DR*, I, 10 de Abril de 1976, pp. 738-775.

lugar” ou “nesses Estados os direitos humanos [...] serem sistematicamente violados”⁸²⁶. Conclui, no entanto, que tais corolários exigem alguma efectividade prática, como o reconhecimento de fundamento no receio, insegurança e perigo de violação do direito próprio, excluindo a hipótese de conceber o Estatuto de refugiado como prémio à “neurastenia” e ao “desenfado”⁸²⁷. Face a uma sensível “situação sócio-económica” desde a “altura em que regressavam os retornados das ex-colónias”⁸²⁸, justifica-se a reserva do Estado português na concessão de asilo⁸²⁹.

O PPD/PSD disputa as Legislativas de 1976 focando o tema do Retorno de forma flagrante. Na campanha eleitoral, Barata Rocha declara na RTP não existirem “quaisquer estruturas de apoio às vítimas” da descolonização, lamentando que os metropolitanos considerem os retornados “«colonialistas reaccionários»”. O voto neste partido é aconselhado porque este “tem desalojados entre os seus candidatos”⁸³⁰. Sá Carneiro compromete-se a “assegurar trabalho aos refugiados das antigas colónias”⁸³¹. No debate sobre o conceito de desalojado, Amândio de Azevedo associa-se às preocupações de defesa das vítimas de um processo “determinado por esquerdismos utópicos e doentios”, sendo o ideal de “adequada reintegração social” um “imperativo de justiça”. O PPD/PSD identifica nos “acontecimentos sangrentos” de 1 de Setembro de 1974 “vexames ou desonras” em Lourenço Marques que legitimam “a fuga e o abandono das ex-colónias”. Azevedo defende ainda a extensão conceptual de “desalojados” àqueles que “viviam exclusiva ou até predominantemente de pensões ou rendimentos” do Ultramar⁸³².

A subida ao poder do CDS no II Governo deixa margem de manobra aos sociais-democratas nesta matéria. Theodoro da Silva elogia a dignidade do acolhimento no Brasil “dos refugiados das antigas colónias” em contraste com a prestação portuguesa⁸³³. Cacela Leitão não se interessa em “inventariar o bom e o mau de uma descolonização que

⁸²⁶ DAR, I, 4.ª Sessão, 16 de Abril de 1980, p. 1543.

⁸²⁷ O antigo Ministro estabelece algumas diferenças entre o articulado socialista e o do Governo na especificação dos elementos de extensão aos familiares, na autorização pelo Conselho de Ministros e não pelo MAI, na presença de um representante da AR numa Comissão Consultiva de apreciação casuística da aplicação da Lei e na defesa da publicidade da decisão concedente do asilo.

⁸²⁸ DAR, I, 4.ª Sessão, 16 de Abril de 1980, p. 1546.

⁸²⁹ O orador discorre sobre uma época em que “batiam diariamente centenas quanto não milhares de indivíduos de nacionalidade duvidosa, isto porque havia necessariamente algumas dúvidas quanto à nacionalidade de muitos deles em resultado da Lei da Nacionalidade” que o próprio concebeu em 1975.

⁸³⁰ A 13 de Abril de 1976 em *Campanha Eleitoral na TV...*, p. 81.

⁸³¹ A 21 de Abril de 1976, em *Ibidem*, p. 188.

⁸³² DAR, I, 1.ª Sessão, 2 de Julho de 1977, p. 4329.

⁸³³ Salienta que a FAP terá atendido “em dezoito meses 16.976 refugiados, conseguiu emprego para 5.429, durante seis meses alimentou 1.728, grande parte dos quais estiveram alojados nas instalações das casas regionais e outras associações”. DAR, I, 2.ª Sessão, 20 de Maio de 1978, pp. 2756-2758.

consideramos definitiva e irrevogável” preferindo defender os “cidadãos portugueses radicados nas antigas colónias”, vítimas da “confusão revolucionária” e da “queda sucessiva dos Governos Provisórios”. As “dificuldades de adaptação”, o “desenraizamento” e a falta de trabalho geram “misérias” e o recurso “aos mais humildes expedientes para tentar a sobrevivência”. Como agravantes, a recusa de identificação de portugueses nascidos no Ultramar e até na metrópole “pelo facto de terem vivido lá”, as “carências graves de alimentação” e os “desequilíbrios psíquicos” são sintomas de “desequilíbrio social, de desintegração moral”. Em maior alcance, o orador indaga as preocupações do Executivo quanto à “hipótese de novos surtos de expulsões em massa dos portugueses” que querem, “teimosamente, manter-se em terras e países que haviam escolhido para viver e trabalhar”; preocupações extensíveis à África do Sul e à Rodésia “onde vivem e labutam” portugueses “foragidos das colónias de África”. Se não o preocupa “o regime político dos Estados onde vivem os Portugueses”, prefere respostas “claras e realistas” ao invés de uma “política arrivista ou mal orientada”⁸³⁴. Fernando Costa questiona o alcance da mera densificação do “asilo” político, ignorando-se o “estatuto de refugiado”⁸³⁵. Os retornados são também recordados por Helena Roseta no debate de posse de Mota Pinto⁸³⁶, quanto à política habitacional do Governo face às “carências resultantes do regresso a Portugal” e consequente “aumento demográfico”.

O VI Governo Constitucional beneficia de alguma tolerância por parte das organizações de retornados. Com um programa eleitoral simpático à causa, a AD propõe-se a incrementar o ritmo de construção de fogos⁸³⁷. Sá Carneiro também pressiona a necessidade de legalização de “indivíduos de países de expressão portuguesa”⁸³⁸. Neste sentido o Executivo de 1980 ainda tentará rever a Lei de Almeida Santos⁸³⁹, sendo o PM demovido pelo seu autor⁸⁴⁰. Quanto ao Estatuto do refugiado, a Proposta do VI Governo tem um âmbito pretensamente lato. Cruz Vilaça, Secretário de Estado da Administração Interna neste Executivo, acentua a fragilidade internacional deste “estrangeiro” pois “não

⁸³⁴ Leitão, sugere, a este propósito a criação de “comissão de inquérito a práticas de corrupção” sobre as “inúmeras queixas que impendem sobre o IARN”. *DAR*, I, 2.ª Sessão, 24 de Maio de 1978, pp. 2800-2801.

⁸³⁵ *DAR*, I, 2.ª Sessão, 14 de Junho de 1978, p. 3210.

⁸³⁶ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 7 de Dezembro de 1978, pp. 430-433.

⁸³⁷ *DN*, 25 de Outubro de 1979, p. 3.

⁸³⁸ *DN*, 9 de Novembro de 1979, p. 2.

⁸³⁹ *DN*, 26 de Janeiro de 1980, p. 31.

⁸⁴⁰ SANTOS, António de Almeida – *Quase Memórias*, volume I. Braga: Círculo de Leitores, 2006, p. 283. Nesta matéria regista-se apenas um ofício do Provedor de Justiça, a 13 de Maio de 1980, recomendando à AR medidas para viabilizar a conservação da nacionalidade portuguesa, perdido pelo efeito do Decreto-Lei nº 308-A/75. *DAR*, I, 4.ª Sessão, 14 de Maio de 1980, p. 2121.

goza da protecção de nenhum Governo”. Divergindo de Almeida Santos, o governante prefere atribuir ao Estado receptor a avaliação das circunstâncias que determinam o receio, a efectiva perseguição ou o temor do candidato a refúgio. Mencionando o caso da descolonização, reconhece “situações que nos tocam de perto” referentes a “pessoas que abandonaram os seus países em virtude de conflitos desencadeados após” o fim do Império. É ressalvado que “este facto não obriga o Governo a conceder o direito de asilo sempre que ele seja solicitado por estes motivos”, mas “não devemos fechar a porta a pessoas que, em virtude de conflitos armados em Angola, Moçambique ou Guiné, se vêem em situações de insegurança e em que a sua vida pode correr grave risco”⁸⁴¹, até porque “uma larga maioria” dos pedidos de asilo político “são de cidadãos de Angola e de Moçambique”⁸⁴².

Na bancada laranja, António Maria Pereira explicita a generosidade do Estatuto do refugiado proposto pelo Governo que “fica aberto a qualquer pessoa que tenha sido perseguida sem se exigir que tenha combatido por esses ideais”⁸⁴³. O socialista Carlos Candal teme que a amplitude da proposta possa motivar possíveis agravos entre Estados⁸⁴⁴, sugerindo uma possibilidade de contornar putativos contenciosos com tal disposição, pois a “largueza” do acolhimento constitucional a “estrangeiros” e “apátridas” não torna necessária a sua caracterização como refugiados. Na mesma esteira, o comunista João Amaral acusa o Governo de Sá Carneiro de consagrar o arbítrio nessa matéria, anunciando o voto contrário⁸⁴⁵. Ambos os articulados são aprovados e a moderação do PS e da AD consegue um consenso legislativo nesta questão⁸⁴⁶.

O CDS é o partido que mais insistentemente explora a questão do Retorno, referindo Freitas do Amaral que a descolonização tinha provocado “a vinda para Portugal de milhares de refugiados nossos irmãos, sem lar, sem fortuna e sem trabalho”⁸⁴⁷. Os centristas defendem a “constituição de uma comissão eventual para os desalojados”, a par da criação do Comissariado. Pinto da Cruz e Rui Pena lamentam “os problemas de mais diversa ordem” com que os desalojados têm que se confrontar como a deterioração dos

⁸⁴¹ DAR, I, 4.ª Sessão, 16 de Abril de 1980, pp. 1548-1549.

⁸⁴² O Governo menciona dados de Fevereiro desse ano quanto a “1391 processos relativos a cidadãos de Angola e 558 relativos a cidadãos de Moçambique”. DAR, I, 4.ª Sessão, 16 de Abril de 1980, p. 1550.

⁸⁴³ DAR, I, 4.ª Sessão, 16 de Abril de 1980, p. 1553.

⁸⁴⁴ DAR, I, 4.ª Sessão, 16 de Abril de 1980, p. 1556.

⁸⁴⁵ DAR, I, 4.ª Sessão, 16 de Abril de 1980, p. 1559.

⁸⁴⁶ Se o Estatuto socialista é aprovado por unanimidade, a proposta do Governo passa com o voto favorável do PPD/PSD, PS, CDS, PPM e Reformadores, contacto com a oposição do PCP e a abstenção do MDP/CDE. DAR, I, 4.ª Sessão, 16 de Abril de 1980, p. 1561.

⁸⁴⁷ A 8 de Abril de 1976 em *Campanha Eleitoral na TV...*, p. 29.

meios de transporte, as dificuldades na troca ou no câmbio de Escudos angolanos, a recusa de validação de documentação do Ultramar, alojamento e alimentação e até propriedade ocupada. O PPD/PSD concorda a fundo com o CDS, acrescentando Amândio de Azevedo a problemática da “fraude e corrupção no domínio da assistência” e elevando a questão do “recenseamento geral dos desalojados” a prioridade imediata. O centrista Pinto da Cruz procura diferenciar no grupo uma “grande maioria” de refugiados “que aqui nasceram” e que beneficiam do amparo de laços familiares e relações amigas e outro grupo de gente “completamente deslocada”⁸⁴⁸.

Ângelo Vieira aborda também a situação dos “funcionários públicos” das ex-colónias. As condições de pagamento de pensões e remunerações salariais levam-no a assumir que “continuarão a existir portugueses de 1ª e de 2ª classes”, criticando Soares pelo incumprimento do compromisso do IV Governo Provisório em pagar pensões e rendas vitalícias, menosprezando “legítimos direitos” dos trabalhadores inactivos⁸⁴⁹. Cunha Simões, em declaração a um voto de protesto pelo assassinato de democratas espanhóis, acusa o PCP de querer “resolver ridiculamente problemas de outros países, esquecendo propositadamente as gravíssimas questões que afectam o povo português”⁸⁵⁰. Vieira considera o desalojado um homem “espoliado de valores morais e materiais”, isolado, “sem recursos, sem habitação e sem amigos” em terra onde “é considerado um estranho”, sendo ainda marginalizado e amesquinhado pelo “povo [...] propositadamente desinformado”⁸⁵¹. As “graves irregularidades” e a corrupção no IARN transformam o desalojado no “melhor negócio hoje, em Portugal” já que “vale 270\$ por cabeça e por dia”. A “Máfia” de distribuição de verbas avaliadas em “milhões de contos” faz restar uma “pequeníssima fatia” aos “miseráveis e desprotegidos”. Apelando à necessária reestruturação do serviço e apuramento de responsabilidades, o deputado frisa a urgência em “desmontar os circuitos” perniciosos para “criar um sistema de defesa e apoio” que efective a integração social daqueles “que, num passado não muito distante, construíram Angola, Moçambique e restantes ex-colónias e estão na firme disposição de reconstruir Portugal”⁸⁵².

⁸⁴⁸ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 10 de Novembro de 1976, pp. 1111-1117.

⁸⁴⁹ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 15 de Dezembro de 1976, pp. 1656-1657.

⁸⁵⁰ Cunha Simões acrescenta ainda que “só é de admirar que os crimes praticados na carne de milhares de portugueses, brancos e pretos, após as independências tenham passado despercebidos a estes humanistas de pataqueira”. *DAR*, I, 1.ª Sessão, 28 de Janeiro de 1977, p. 2250.

⁸⁵¹ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 1 de Março de 1977, pp. 2737-2738.

⁸⁵² A 8 de Março de 1977, em alterações nas imediações de São Bento, um deputado retornado do CDS terá dito que “não somos bois, não somos carneiros”, *DN*, 9 de Março de 1977, p. 4.

Os centristas propõem uma emenda ao “conceito de desalojado” na legislação socialista⁸⁵³. Nesta interpelação, Pinto da Cruz refere a presença do ACD na assistência do plenário⁸⁵⁴ e contesta que esta qualificação dependa de chegada a Lisboa com “residência habitual nas ex-colónias” entre Setembro de 1974 e Novembro de 1976, um caso “manifestamente injusto”, sugerindo, assim, o alargamento conceptual⁸⁵⁵. O assistencialismo aduzido pela bancada democrata-cristã é contestado por Carlos Laje com relativa prudência. Os socialistas confessam o interesse na protecção do desalojado que deixou bens ou postos de trabalho nas ex-colónias, mas, no restante, o PS mostra “resistência e possivelmente oposição”. Na bancada do II Governo, Jorge Campinos mostra-se receptivo a avaliar as inovações legislativas, mas recorda um preceito na redacção em vigor que possibilita o Comissariado a atender a casos “excepcionais”. Pinto da Cruz considera que tal “deixaria a latitude de resolução desses casos inteiramente ao critério” do ACD. À aprovação por unanimidade segue-se uma declaração de voto socialista em que Laje elogia o original normativo “humanista” de Gonçalves Ribeiro, que não sendo um “acto isolado de [...] cunho benevolente ou caritativo”, é marca de efectiva integração na sociedade portuguesa com índole “construtiva e humanista”. Amândio de Azevedo contesta os louros do PS nessa matéria alegando que a “política dos desalojados foi definida no VI Governo Provisório”, Gabinete em que o orador era Secretário de Estado da tutela. De igual modo, Pinto da Cruz manifesta-se surpreso pelo “PS ter procurado dividendos” do pedido em causa⁸⁵⁶.

Já empossado o II Governo, Ângelo Vieira retoma o caso dos “remanescentes da descolonização” para atacar o desempenho do IARN na aferição da “situação carencial de cada agregado familiar”, na “concessão de alojamento” e no pagamento de prestações sociais. Os atrasos no cumprimento fazem perigar a “fome” e “miséria” nas difíceis condições “de higiene e de salubridade” dos CAC, que funcionam em antigas cadeias, quartéis militares ou “improvisados aglomerados de barracas de lona ou préfabricadas”; e dos CTA, “improvisadas unidades hoteleiras em prédios de habitação”. As “condições

⁸⁵³ Esta proposta da autoria de 4 deputados retornados visa alterar a densificação até então patente no Decreto-Lei nº 209/77 de 26 de Maio. *DAR*, I, 1.ª Sessão, 2 de Julho de 1977, pp. 4326-4332.

⁸⁵⁴ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 2 de Julho de 1977, p. 4327.

⁸⁵⁵ No caso, a indivíduos em Portugal antes de Setembro de 1974 por motivo de doença ou em situação de férias ainda que “nunca superiores a seis meses antes desta data” e àqueles que viviam nas colónias antes da Revolução e que se mudaram para antiga metrópole retirando “rendimentos das ex-colónias” e que “ficaram na mais completa miséria”, contempla-se a condição de ter deixado bens ou posto de trabalho e a “possibilidade de o Estado retirar o apoio ao desalojado se ele não procurar trabalho”. *DAR*, I, 1.ª Sessão, 2 de Julho de 1977, p. 4328.

⁸⁵⁶ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 2 de Julho de 1977, pp. 4331-4332.

sub-humanas levam a uma necessária revisão de estratégia, propondo o CDS a constituição de “brigadas de fiscalização às condições de habitabilidade” dos centros e cuidados na confecção de alimentação⁸⁵⁷. Pinto da Cruz quer acautelar o interesse nacional em matéria de concessão de asilo político visto que Portugal “tem suportado grandes encargos económicos” que deviam “ser antes suportados por organismos internacionais”. A propósito, o orador prefere que “o Governo ou esta Câmara” densifiquem o estatuto da cidadania portuguesa relativamente “aos regressados das nossas ex-colónias”. Entre estes, os casos mais graves são aqueles “que, tendo tido sempre a nacionalidade portuguesa, se recusam agora a aceitar outra nacionalidade que novas leis portuguesas lhe parecem impor” em alusão à Lei de Almeida Santos⁸⁵⁸.

Durante a iniciativa presidencial, Ângelo Vieira alega falta de regulamentação da comparticipação do Estado nos problemas desta minoria. O orador manifesta, como “imperativo de consciência e um dever inadiável”, a protecção de “desfavorecidos” que, sem “possibilidades de autodefesa”, lutam contra a “arbitrariedade” do Estado⁸⁵⁹. Pinto da Cruz considera as menções do IV Gabinete, quanto à questão dos “desalojados”, insuficientes. Para a bancada do CDS o remanescente da “infeliz descolonização” está “bastante longe de atingir fase tranquila”. Assim, o orador aconselha a destruturação gradual destes organismos de acolhimento, pois pese embora algumas qualidades, o seu legado “ultrapassou na dimensão do seu lado negativo”⁸⁶⁰. Na análise do programa do Executivo de Mota Pinto, este deputado atende ao problema da habitação, ainda que extravase a questão dos retornados. A necessidade de revisão da Lei de Nacionalidade de Almeida Santos, a urgência da fixação do Estatuto de refugiado político, em que muitos desalojados se revêem, ou a pertinência da indemnização a estes migrantes, “ponto de honra para o Estado português”, são tópicos aludidos. Neste último aspecto, invoca referências aos Acordos de Alvor e à DUDH. A consagração de uma “indemnização pelos bens nacionalizados” dos Portugueses deve ser insistida, ainda que possa agravar o

⁸⁵⁷ *DAR*, I, 2.ª Sessão, 2 de Março de 1978, pp. 1661-1662.

⁸⁵⁸ *DAR*, I, 2.ª Sessão, 14 de Junho de 1978, pp. 3210-3211.

⁸⁵⁹ Face ao “espírito de justiça deliberativa” do Decreto-Lei nº 209/77 de 26 de Maio, o deputado critica a vulnerabilidade das condições dos centros de acolhimento e do IARN/Comissariado quanto à ineficiência da “efectiva integração” manchada por “flagrante arbitrariedade”. *DAR*, I, 3.ª Sessão, 24 de Novembro de 1978, pp. 359-360.

⁸⁶⁰ No mesmo sentido algumas queixas são endereçadas ao IARN por desalojados, em AHPR, o Processo n.º 1878 é referente a “Cartas ao IARN” da CID. Um despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério da Administração Interna, a 7 de Março de 1979, regulamentará de comparticipação pelo desalojados de 20% do subsídio para os que beneficiem só de alojamento” e de “70% para os que também tenham alimentação”. [PT/PR/AHPR/CC/CC0101/1878].

“difícil contencioso” existente ⁸⁶¹. Na bancada do Executivo, como MAI, Gonçalves Ribeiro reconhece a “sensibilidade e o conhecimento” de Pinto da Cruz sobre o “problema dos desalojados” visto que pertence ao grupo⁸⁶². O Ministro salienta a diminuição progressiva do esforço financeiro do Estado na atribuição de “pequenos subsídios”, na concessão de habitação e no crédito para criação de postos de trabalho. Assinala um gradual “esvaziamento” de “conteúdo e estruturas” dos organismos e assume a responsabilidade pela “fraude” no IARN. Refere ainda que “o problema da lei de nacionalidade e o Estatuto do refugiado” são “fontes a serem tratadas” e que o problema das indemnizações é “complexo e delicado”. José Luís Cristo questiona a interrupção da assistência a “retornados e refugiados das ex-colónias” no vale do Jamor ⁸⁶³. Ângelo Vieira retoma a questão da Lei da Nacionalidade, alegando a sua inconstitucionalidade e ofensa à DUDH, por determinar a “nacionalidade portuguesa [...] obviamente por critérios racionais”. O orador considera o perigo de privação de nacionalidade um facto atentatório à sua dignidade. Acrescenta que “muitos dos cidadãos em causa renunciaram à nacionalidade dos novos estados de expressão portuguesa”, e “apátridas”, não conseguem regularizar a sua situação. Para Vieira, a revogação do “decreto racista” é um passo seguro para o regresso ao “país próspero onde todos éramos portugueses” ⁸⁶⁴.

Já em período do Governo AD, Pinto da Cruz menciona o despejo de famílias de desalojados pelo IARN que “notificou os alojadores de que cessava a sua responsabilidade” pelo alojamento, lembrando que “ainda se encontram por conta do IARN, hoje, 16.150 pessoas”. Pinto da Cruz consente que “entre os alojados há também oportunistas e ociosos”, aplaudindo, assim, o “rigoroso inquérito à situação económica destes cidadãos”, mas formula votos “para que os desalojados das ex-colónias, que uma infeliz descolonização colocou na miséria, passem a viver um pouco mais tranquilos” ⁸⁶⁵.

O PCP, pela sua afinidade política para com os regimes políticos dos PALOP, tem dificuldades no diálogo com os retornados. Álvaro Cunhal não aceita a neutralidade ideológica do I Governo quando este deseja integrar cem mil funcionários das ex-colónias na função pública portuguesa⁸⁶⁶. O organismo do PCP para os desalojados considera as manifestações de outras agremiações uma “grande ofensiva geral” da direita “contra o

⁸⁶¹ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 9 de Dezembro de 1978, pp. 456-458.

⁸⁶² *DAR*, I, 3.ª Sessão, 9 de Dezembro de 1978, pp. 459-460.

⁸⁶³ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 9 de Fevereiro de 1979, pp. 1016-1018.

⁸⁶⁴ *DAR*, I, 3.ª Sessão, 27 de Abril de 1979, pp. 1862-1863.

⁸⁶⁵ *DAR*, I, 4.ª Sessão, 9 de Maio 1980, pp. 2031-2033.

⁸⁶⁶ *DAR*, I, 1.ª Sessão, 3 de Agosto de 1976, p. 443.

processo revolucionário”⁸⁶⁷. A mesma assunção se reflecte no discurso de Cunhal que acusa o II Governo de ser apoiado por “organizações que não se conformam com a independência das antigas colónias” como é exemplo “um tal Grupo de Refugiados Independentes de Portugal”⁸⁶⁸. Na AR, Freitas Monteiro invoca a unanimidade parlamentar quanto à necessidade de apoio estatal no alojamento e criação de postos de trabalho para este grupo, repudiando não só “as fraudes e os crimes praticados no âmbito do auxílio”, mas também “certas organizações” e “jornais e pasquins da extrema direita” que manipulam os retornados a incitar à “calúnia, a mentira e a intriga”⁸⁶⁹. Ainda assim, Vital Moreira alerta o Governo para a necessidade de preparar o “estatuto definitivo de concessão do direito de asilo e do Estatuto do refugiado político” de forma a tornar perenes “garantias” no território nacional⁸⁷⁰. Ercília Talhadas refere-se ao tema a propósito de uma visita a um bairro no vale das Amoreiras na Baixa da Banheira onde vivem “cerca de 5500 retornados” de “maneira degradante”⁸⁷¹. Em termos comparativos, é manifesto o desinteresse do PCP por esta temática⁸⁷². A UDP também não mostra grande interesse pelo tema, preferindo diferenciar os retornados entre “pobres – que são a grande maioria” e uma “massa de retornados ricos” que procuram “retomar os seus privilégios”. Esta divisão é criticada pelas bancadas da direita⁸⁷³. O Retorno não encontra, assim, um eco muito significativo no discurso parlamentar à esquerda do PS.

V.3. Os caminhos da integração

O Retorno, recepção metropolitana do fim do Império, apresenta-se ainda hoje como um ponto de relativa sensibilidade pós-colonial⁸⁷⁴. O difícil equilíbrio no relacionamento emocional colectivo passa pela necessidade de “estabelecer hoje relações de natureza verdadeiramente construtiva com os povos de quem então nos separámos”⁸⁷⁵ para colmatar o silêncio nesta matéria. A tentativa de quebra do “pacto ficcional” quanto

⁸⁶⁷ DN, 15 de Março de 1977, p. 2.

⁸⁶⁸ CUNHAL, Álvaro – *Crise e Queda dos Governos PS*, volume II. Lisboa: Editorial Avante!, 1980, p. 30.

⁸⁶⁹ DAR, I, 1.ª Sessão, 2 de Julho de 1977, p. 4330.

⁸⁷⁰ DAR, I, 2.ª Sessão, 14 de Junho de 1978, p. 3211.

⁸⁷¹ DAR, I, 3.ª Sessão, 2 de Novembro de 1978, p. 168.

⁸⁷² A nível local nota-se um menor distanciamento. Na liderança da Câmara do Seixal, o autarca comunista Eufrásio Filipe desmente a demolição de um bloco habitacional para retornados, expressando a integração de retornados como “urgência e acto de justiça”. DN, 23 de Março de 1977, p. 3.

⁸⁷³ DAR, I, 1.ª Sessão, 10 de Novembro de 1976, pp. 1111-1117.

⁸⁷⁴ RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula – *Op. Cit.*, p. 15.

⁸⁷⁵ ADAMOPOULOS, Sarah – *Op. Cit.*, p. 288.

à ruptura com a «fantasia» do Império⁸⁷⁶ é um aspecto proeminente na literatura portuguesa contemporânea⁸⁷⁷. No plano das memórias⁸⁷⁸ tem-se manifestado um sentimento de perda quanto à questão⁸⁷⁹. Na historiografia, a “utilidade ambígua” da escrita da história estabelece-se “entre a perpetuação da memória e a construção da identidade” portuguesa, adaptando-se esta, frequentemente, a “novas necessidades e novos projectos políticos”⁸⁸⁰ do imaginário nacional. O plano da integração segue um curso com reflexos ainda visíveis no país recente, visto que a presença de retornados está esquecida, mas não dissolvida⁸⁸¹. Na sua integração na sociedade portuguesa não pode ser minorada, no entanto, uma constante da “negociação da identidade portuguesa na pós-colonialidade” a partir do “encontro de culturas” no espaço europeu de Portugal⁸⁸², irremediavelmente despido de um Império dissoluto.

A heterogeneidade e a continuidade do fluxo populacional que chega ao “cais de Lisboa”⁸⁸³, ao longo dos anos, pode ser considerado um desafio ao esforço na integração das vítimas de “uma das descolonizações possíveis nas circunstâncias”⁸⁸⁴, ainda que se interroge o alcance do seu acolhimento pela população europeia. Equaciona-se, nesta matéria, uma linha de diferenciação racial na construção de uma sociedade excludente, animada ainda por alguma “neurose imperial”⁸⁸⁵ e dificilmente compatível com uma descolonização retórica e institucional”⁸⁸⁶. A ilegalidade da imigração africana, marcada pela restrita Lei de Nacionalidade de 1975⁸⁸⁷, descortina as diferenças entre um primeiro fluxo associado à minoria branca do Ultramar e outro essencialmente mestiço que nem sempre é destrinchado de uma imigração negra concomitante⁸⁸⁸. Esta diferenciação não nos surge de forma clara no discurso parlamentar. A pluralidade polissémica de referência

⁸⁷⁶ RIBEIRO, Raquel – *Op. Cit.*, p. 122.

⁸⁷⁷ MEDEIROS, Paulo de – Apontamentos para conceptualizar uma Europa pós-colonial. In SANCHES, Manuela Ribeiro (org.) – *Op. Cit.*, p. 349.

⁸⁷⁸ A título exemplificativo citamos os testemunhos colhidos em PERALTA, Elsa; GOIS, Bruno; OLIVEIRA, Joana (coord.) – *Op. Cit.*, pp. 227-324

⁸⁷⁹ MACHAQUEIRO, Mário Artur – *Op. Cit.*, pp. 227-245.

⁸⁸⁰ BETTENCOURT, Francisco – Desconstrução da memória imperial: literatura, arte e historiografia. In RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (org.) – *Op. Cit.*, p. 81.

⁸⁸¹ MACHAQUEIRO, Mário Artur – *Op. Cit.*, p. 245.

⁸⁸² MATA, Inocência – Estranhos em Permanência: A negociação da identidade portuguesa na pós-colonialidade. SANCHES, Manuela Ribeiro (org.) – *Op. Cit.*, p. 313.

⁸⁸³ ANTUNES, José Freire – *Op. Cit.*, p. 121.

⁸⁸⁴ FERREIRA, José Medeiros, *Portugal em Transe...*, p. 92.

⁸⁸⁵ REITER, Bernd – Portugal: national pride and imperial neuroses. *Race & Class*. [s.l.]. N.º 47 (2005), pp. 79-91.

⁸⁸⁶ RAMOS, Rui – *Op. Cit.*, p. 476.

⁸⁸⁷ BUETTNER, Elizabeth – *Op. Cit.*, p. 306.

⁸⁸⁸ IDEM – *Ibidem*, p. 247.

à realidade do “Retorno” demonstra a recusa na identificação clara de um “objecto” a integrar, ignorando o carácter poligonal desta questão. Numa perspectiva crítica, o Retorno do Império nas “traineiras” deve abarcar, assim, todos os nacionais da configuração imperial do Estado português, de plúrimas etnias e espaços coloniais e por todos os motivos que, em última instância, se possam indexar aos efeitos do fim do Império. Lisboa é ainda o horizonte da afeição ao espaço europeu que motiva o regresso efectivo de uns e o destino pós-colonial de outros. Em comum, dos que não se revêem na realidade pós-colonial da África lusófona.

Sendo uma ferida recente, asseveramos que na I legislatura há relativa cautela na avaliação da integração dos despojos do Império. O aplauso possível quanto aos méritos da operação tem em atenção as dificuldades observadas em casos congéneres de antigas metrópoles europeias⁸⁸⁹. Na óptica dos efeitos, se “o desafio que os retornados representavam não era assim tão extraordinário”⁸⁹⁰, o peso relativo da minoria na escala diminuta do país reforça os méritos do regime democrático. Este processo ímpar decorre durante uma “crise económica nacional e internacional” que aumenta o sentimento de insegurança ao propiciar o fim da ilusão da “descolonização exemplar”⁸⁹¹. Este efeito catártico na realidade nacional não deixa de ter benesses. Na óptica da intervenção pública, a “excepcionalidade do [...] contexto reivindicativo material” e o “modo particularista” de contestação dos retornados pode ser propulsor do alargamento dos “programas de acção” do Estado democrático como estratégia de homogeneização nacional e sensibilidade social⁸⁹². O sucesso de uma “narrativa da integração socioeconómica” pode ser dificilmente acompanhado pela integração nas narrativas da identidade nacional portuguesa⁸⁹³. Na narrativa parlamentar dificilmente se perspectiva a caracterização heterogénea deste regresso. Se o “Retorno” de nacionais alude àqueles que se integram na Lei da Nacionalidade de Almeida Santos, o conceito de “desalojado” testemunha uma realidade mais lata, convivendo com o de “retornado” e “refugiado”. Os “refugiados” que se seguem acompanham a rota de Retorno, mas só serão abrangidos pelo discurso político com alguma relutância.

⁸⁸⁹ Como exemplo, a descolonização da Argélia é marcada por temores de reacção xenófoba e racista por parte da população francesa europeia. SHEPARD, Todd – *Op. Cit.*, pp. 75-77.

⁸⁹⁰ KALTER, Christoph – *Op. Cit.*, p. 107.

⁸⁹¹ FERREIRA, José Medeiros – *Portugal em Transe...*, p. 92.

⁸⁹² DIAS, Nuno – *Op. Cit.*, p. 140.

⁸⁹³ PERALTA, Elsa – *Op. Cit.*, p. 36.

Se na imprensa do período, Guilherme de Melo afirma que “houve falhas” e “erros”⁸⁹⁴ nesta odisseia, louva o sucesso da integração “dos nacionais cujo Retorno em massa essa descolonização provocou”. Em período mais tardio, António de Figueiredo afirma que esta “ainda é uma questão controversa e escaldante em Portugal”⁸⁹⁵. O Parlamento parece espelhar essa dúvida. O comportamento das autoridades democráticas encontra-se ferozmente confrontado pelo discurso de oposição. Galvão de Melo constata a insistência dos governantes em afirmar que “o problema dos Retornados «já não existe»”⁸⁹⁶, quanto o próprio exorta o descontentamento face à solução encontrada no plenário e na rua. Há no poder Executivo uma hábil mobilização discursiva quanto à possibilidade de amparo e integração, procurando sonegar este grupo à influência de um discurso político de marginalização para assegurar alguma coesão política e social. Nota-se, no entanto, o referencial de nacionalidade no “Retorno” de Galvão, preferencialmente mobilizado nas arengas discursivas. O esforço governamental procura mais uma reconfiguração retórica do país pós-colonial sob o “interculturalismo”⁸⁹⁷ possível, tendendo a diluir a contestação da minoria lusa no cômputo geral de outras minorias martirizadas pelo processo de descolonização e desmantelamento do Império.

Este esforço é observado em qualquer fórmula de composição a nível político-partidário, esforçando-se qualquer Governo, até 1980, para executar um programa político de integração. Beneficia, para tal, do silêncio do PCP, assumindo sempre o processo como “opção possível”. O silêncio da extrema-esquerda em relação à questão liberta, em certo sentido, o Executivo de um conflito parlamentar observado quanto à questão europeia e quanto aos PALOP. Na missão de integração, o papel financiador das organizações internacionais é crucial, registando-se em particular a simpatia europeia quanto à situação portuguesa. O PS surge como principal obreiro do esforço inicial de integração pela primazia na governação do país. A sua posição está, no entanto, agrilhoadada à Lei de Nacionalidade de Almeida Santos, pelos esforços de contenção do fluxo populacional e pelas vicissitudes do funcionamento dos serviços de acolhimento. O PPD/PSD adequa o seu posicionamento às funções de Governo em 1980, num movimento de aproximação ao PS que contrasta com o discurso de 1976 e dos momentos em que foi oposição. É particularmente notório o esforço de acolhimento dos “refugiados” políticos

⁸⁹⁴ DN, 14 de Setembro de 1979, pp. 13-14.

⁸⁹⁵ DN, 22 de Março de 1980, p. 2.

⁸⁹⁶ MELO, Carlos Galvão de – *Continuar Portugal...*, p. 106.

⁸⁹⁷ MATA, Inocência – *Op. Cit.*, p. 315.

dos PALOP em 1980 como expressão de dever de consciência do destino pós-colonial de antigos nacionais do Império. Sendo o CDS o partido mais incisivo na exploração do descontentamento dos retornados, é particularmente significativo o reconhecimento de Freitas do Amaral quanto à “forma ordeira e natural como a sociedade portuguesa acolheu e integrou os retornados”, uma das “provas de maturidade e solidariedade humana” do povo português⁸⁹⁸. O balanço citado compromete a tónica reivindicativa do CDS, mas não a essência da realidade denunciada.

Fica relativamente explícito no plenário uma panóplia de dificuldades dos retornados, sobretudo em matéria de alojamento, emprego e dificuldades de inserção social. Se estes problemas são levantados pelos parlamentares da direita, o silêncio e certa complacência das autoridades sublinham a pertinência substantiva das questões. No plenário do Parlamento ecoa, no entanto, o relevo deste capital de queixa mais como arma política de contestação do que como desiderato de resolução urgente. A afeição das organizações de retornados à AD submete este capital de queixa à inserção ao arco do poder, relegando a contestação incondicional a forças políticas que não conseguem eleger deputados para o Hemiciclo⁸⁹⁹. Estas são lideradas sobretudo pelos “vencidos do colonialismo” e, assim, remetidas à invisibilidade⁹⁰⁰. Neste sentido se concebe o afastamento partidário dos deputados que elegem esta questão como essencial⁹⁰¹. Ao comprometimento dos partidos delatores das “narrativas da tragédia” interessa sobretudo a mobilização eleitoral e definição de uma identidade político-partidária nos alvares da Democracia. Atenda-se ao privilégio da forma na contestação para ilustrar este aspecto.

O exercício de funções governativas, à esquerda e à direita, privilegiará os instrumentos de “solução possível” como fórmula de integração dos retornados na sociedade portuguesa a caminho da Europa. Aos “refugiados” políticos seguir-se-á uma vaga de imigração africana que acompanha a consolidação da Democracia pós-colonial, mas que nem por isso deixa de ser fruto legítimo do fim do Império português.

⁸⁹⁸ AMARAL, Diogo Freitas – *Op. Cit.*, p. 87.

⁸⁹⁹ MARCHI, Riccardo – *A Direita nunca existiu: As Direitas Extraparlamentares na Institucionalização da Democracia Portuguesa 1976-1980*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017, p. 452.

⁹⁰⁰ MACHAQUEIRO, Mário Artur – *Op. Cit.*, p. 229.

⁹⁰¹ A desvinculação de Galvão de Melo e de Cunha Simões do Grupo parlamentar do CDS antes das Eleições Intercalares de 1979. Finda a 3.ª Sessão, Ângelo Vieira, através de uma carta enviada a Freitas do Amaral, também se desvincula do partido “por que foi eleito, de menosprezar e esquecer os desalojados das ex-colónias desmentindo as promessas eleitorais”. *DN*, 3 de Outubro de 1979, p. 2.

VI. Conclusão

VI.1. A operatividade do discurso parlamentar

No “balanço completo de todos os trabalhos” da AR, o social-democrata Pedro Roseta salienta que “como toda a obra dos homens”, esta “apresenta claros e escuros, luzes e sombras, aspectos positivos e negativos”. Se “ao povo soberano” compete a avaliação “através do voto”, o orador reconhece que é “mais tarde à História que compete julgar do se que se fez ou não se fez aqui”⁹⁰². Nesta apreciação, o discurso parlamentar não pode deixar de revestir características nucleares do momento específico, configurando assim um posicionamento institucional que cria laços de relacionamento pós-colonial com os restantes Órgãos de Soberania e com o país, no suporte à projecção da identidade portuguesa no Mundo.

Em termos imediatos, é fácil caracterizar o discurso parlamentar. Tendo em conta a natureza *relacional e construída* deste objecto, o contexto de produção, o objectivo e os destinatários, descortinamos elementos fundamentais de doutrinação do espaço político e mediático quanto à benignidade e pertinência dos rumos sugeridos. Na natureza semipresidencial do regime, a vertente parlamentar traduz a capacidade de pautar e marcar a agenda política no plenário, influenciando não só os restantes Órgãos de poder político como também a sociedade civil. Daqui decorre o refluxo dos conflitos entre a partidocracia dos Governos gerados pela AR e o PR. Tanto no poder como na oposição, os deputados e os partidos constroem as problemáticas a debater e definem os campos de conflito argumentativo no seio da Instituição. Tendo em atenção as competências do Parlamento e a experiência democrática recente, é perceptível a importância do plenário nestas matérias. Como *intervenção expressiva*, o efeito interaccional da argumentação entre eleitos adquire uma expressão mais vasta do que a do Hemiciclo, que associada ao seu teor *público*, encarna uma arma de combate político. O diálogo subjacente aos debates permite uma maior granularidade e riqueza das propostas enunciadas, elucidando e clarificando o posicionamento dos vários oradores. Constatamos inúmeros tópicos que cristalizam o posicionamento político-partidário quanto ao rumo do País e nos permitem asseverar a *importância* e a *oportunidade* das opiniões expressas. No quadro da

⁹⁰² DAR, I, 3.^a Sessão, 28 de Julho de 1979, p. 3500.

pluralidade democrática, esta *dialogia pública* ajuda a clarificar as intenções e os constrangimentos afectos à agenda política dos principais agentes de poder. De forma mais evidente, é o caso dos partidos políticos que ocuparam funções nos Governos, como o PS no I e II Governos Constitucionais, o CDS, no II e no VI e o PPD/PSD só no VI Gabinete. Também a Presidência da República merece alusão, visto que Eanes assume a responsabilidade moral pela nomeação dos restantes três Executivos e o CR, que representa a nomenclatura de legitimidade revolucionária até à revisão constitucional de 1982. Também é possível escrutinar o comportamento dos partidos políticos que não ocuparam o poder, assim como outras entidades que, até por mera alusão, figuram no debate político com responsabilidades parcelares no regime em construção.

Em termos temáticos, é muito complicado aferir um balanço homogéneo quanto ao teor discursivo. Sendo a AR tributária do voto do eleitorado, é, no entanto, discutível a substância do elo entre o “país real” e aquele que é reproduzido no Hemiciclo. A caracterização do discurso parlamentar como *elitista* enfrenta os desafios da mobilização externa e da reprodução do pulsar político da Nação democrática. Concebendo a construção do Poder político como uma dinâmica de interacções entre estruturas⁹⁰³, a AR não é estranha ao fenómeno, mas este depende forçosamente da comunicação entre os vários polos de poder, de forma a afiançar uma influência recíproca, até entre as instituições soberanas e o eleitorado. A visibilidade pública do Governo e do PR como rostos materiais do voto popular dificulta a análise da representatividade da AR. O relativo hermetismo do pendor do trabalho parlamentar pode acentuar esta interrogação.

Ainda que a atenção prestada pelo país à AR possa ser plúrima, interessam-nos os temas que compreendem elementos indexados às relações pós-coloniais. No que diz respeito à vocação e identidade portuguesa na política externa, os diferendos político-partidários podem ter um alcance limitado na observação popular, expressão relativamente subtil da consolidação do regime. Neste sentido se compreende a caminhada europeia como um advento criado pelas Elites do novo regime que impregna gradual e verticalmente a base da sociedade. No que concerne ao relacionamento com os PALOP, a percepção pública arrisca-se a ser mais consciente. A palpabilidade mediática do tema e a sua materialização nas visitas oficiais e na Cooperação entre Estados assim o possibilita. Finalmente, o tema dos despojos do Império é a matéria em que o reflexo nos parece mais acentuado. Nestes últimos dois tópicos, o fenómeno é particularmente visível

⁹⁰³ FOUCAULT, Michel – *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, pp. 17-28.

no acompanhamento pelo público e pela imprensa aos debates plenários sobre as questões dos prisioneiros e dos desalojados de África. Esta investigação conclui que uma parte substantiva dos acontecimentos políticos da segunda metade de 1970 passou pelo crivo parlamentar.

Ainda que sob acusações de falta de representatividade, a AR é a bússola política possível do país democrático. Não obstante a periodicidade da consulta popular, alguma abstenção e a possível desilusão política do eleitorado com os seus representantes, cremos que a *auctoritas* deste Órgão, na mobilização representativa do país, é a menos questionável no quadro do regime democrático. Em primeiro lugar, porque resulta directamente do voto do povo como garantia da Lei Fundamental. Em segundo, visto que através do sistema eleitoral constitucionalmente consagrado, porque tende a reflectir de forma proporcional o conjunto de tendências ideológicas que caracteriza a totalidade nacional. Em terceiro lugar, porque é o Órgão imbuído de competências para produzir a Lei, apreciando em alguns casos alterações ou mutações à Legislação do Governo.

Salientamos, ainda, que apesar das tendências crescentes de personalização do voto em actos eleitorais, o período da I Legislatura, face à sua primordialidade, é o contexto em que este reflexo tende a ser menor. Não obstante a consolidação das lideranças, a abundância de oradores na tribuna reforça o domínio *plural* do discurso no predomínio de quadros parlamentares na aurora da Democracia portuguesa. Neste sentido se compreende a pluralidade de cisões partidárias e renúncias parlamentares até 1979. Quer à direita, quer à esquerda, com a excepção do PCP, esta pluralidade reflecte decisivamente a falta de unanimidade na apreciação do rumo político para o país.

VI.2. O Império *contranatura* que não deveria ter existido

A representação do país pós-colonial é, assumidamente, uma tarefa difícil. Partindo da pluralidade interpretativa quanto à pós-colonialidade, os primeiros obstáculos lêem-se no diálogo entre bancadas parlamentares e no confronto da actuação do Governo. Na hermenêutica da *substância* da opinião e da *importância* de cada temática para cada partido representado, parece-nos relevante procurar deslindar a *estratégia* da *táctica*. Assumindo o primeiro conceito como um objectivo mais substantivo de actuação e o segundo como expressão adjectiva do primeiro, o método deve ser compreendido de

forma integrada quanto à actuação política. Assim, não afastamos a influência que outras questões possam ter tido no desenho da *estratégia* de afirmação dos partidos políticos, como o contexto internacional, a crise de 1977-1978, ou os vários episódios de atrito institucional entre o Governo e o PR, fenómenos que escapam a esta investigação.

No domínio explorado é mais fácil fazer o escrutínio do discurso parlamentar que endossa as lideranças dos Executivos partidários. De facto, este elemento é passível de gerar uma primeira linha de abordagem mais operativa, visto que pouco pesa a diferença no discurso do PS e do PPD/PSD. Na AR, é notório o esforço pragmático dos partidos do poder na “tónica da complementaridade” identitária⁹⁰⁴. Há, no entanto, que atender à ressalva cronológica entre os I e II Gabinetes e o VI Governo Constitucionais. Pretendente de uma posição hegemónica no sistema político, o PS delineia a sua actuação política assente num europeísmo convicto, necessário e, sobretudo, essencial à identidade portuguesa. Entre 1976 e 1978, os Governos socialistas abraçam a causa comunitária como um retorno à genuína natureza da Nação, recusando um passado colonial inglório e fracassado. Nas alusões históricas ao percurso português, o período dos Descobrimentos é constantemente associado a um universalismo que se compreende à escala europeia e se esgota como parte de um referencial europeu. Feita a descolonização, o relacionamento com os novos países africanos parece-nos um encargo assumido por dever de continuidade, sobretudo sob contacto entre partidos políticos, secundando-se a Cooperação com o antigo espaço colonial às valências da integração europeia. No que respeita ao Retorno dos despojos do Império, a atitude destes Executivos construiu-se sempre no domínio das possibilidades de actuação. A *substância* da opção política socialista para o país não deixa dúvidas sobre a *importância* decisiva da Europa como novo desígnio nacional. O conflito institucional com Belém, as dificuldades económico-financeiras e, sobretudo, a falta de uma maioria parlamentar dificultam a concretização destes intentos. O afastamento do poder Executivo desafia o PS a uma inflexão *táctica* que o aproxima de Eanes, a partir de 1979, para enfrentar o Governo da AD, deixando-se contaminar discursivamente pelo posicionamento de relacionamento com os PALOP através do endosso da política externa de Eanes, que nesta matéria, é confesso adversário do VI Governo Constitucional. No plano da estratégia de integração de Portugal no espaço europeu não se antevê qualquer alteração de fundo dos socialistas na oposição. Quanto ao movimento migratório de rescaldo da descolonização, a disponibilidade para

⁹⁰⁴ RAMOS, Cláudia – *Op. Cit.*, pp. 92-93.

o diálogo com a AD mostra a manutenção do essencial da *estratégia* política de retorno ao poder. Ao longo da I Legislatura, as cisões registadas são pouco significativas nesta matéria, sendo duas por desacordo com a rejeição de uma preferencial maioria de esquerda e outra que começa por se associar ao reforço da intervenção presidencial e desagua na AD em 1979.

Com uma *substância* aproximada, o discurso do PPD/PSD fez um percurso diverso. Aplaudido inicialmente por um eleitorado mais conservador, crítico das opções revolucionárias, a chegada dos sociais-democratas ao poder foi-se deixando contaminar pela atenção ao domínio do pragmatismo. Quanto à vocação e identidade portuguesa, o entusiasmo do PPD/PSD pelo Mercado Comum é, porventura, inicialmente menor do que o do PS e do CDS, mas não deixa de encarar a Europa como novo horizonte de afirmação nacional. Neste aspecto, a *substância* do comportamento da bancada parlamentar laranja parece-nos algo linear desde o aplauso de Sá Carneiro pela adesão ao Conselho da Europa em 1976 até ao VI Governo de 1980. Na Cooperação com os PALOP, o PPD/PSD muda suavemente de posição a partir deste último ano. Se durante o II Governo e os Gabinetes de Iniciativa presidencial disputou com o CDS a primazia na denuncia da iniquidade do plano de relacionamento com os novos Estados, o VI Governo procura conduzir esta matéria de forma a prosseguir o saneamento do contencioso colonial. Até chegar ao poder, o PPD/PSD valoriza o tópico da descolonização e dos regimes políticos africanos para cerrar oposição aos vários Governos. O rompimento com a primeira maioria presidencial é factor impactante nesta matéria. Já no poder, Sá Carneiro insiste, como os Executivos socialistas, no direito de o Gabinete conduzir a política externa, mas o estabelecimento de contactos com África faz-se a nível estatal. Ainda que o relacionamento institucional com os PALOP e as preocupações com o Retorno mereçam maior *importância* discursiva, estes postulados nunca questionam a “prioridade das prioridades”. O fim do período cronológico em análise consagra para a *estratégia* do PPD/PSD uma vitória política, após inúmeras variações *táticas* durante esta meia década. O palco parlamentar reproduz alguns exemplos deste caminho errante, como a alternância entre PS e CDS como parceiros preferenciais de coligações pontuais ou mais estruturadas e, de forma mais flagrante, a cisão das Opções Inadiáveis. Na formação da AD, a inclusão dos deputados Reformadores e do PPM em listas conjuntas, pouco relevante em termos substantivos, reforça simbolicamente o consenso quanto à assunção do PPD/PSD de responsabilidades governamentais.

A segunda linha discursiva pós-colonial é a que menos reflexo tem em ambiente parlamentar. Forjada a partir de Belém, começa por contagiar o I Governo e vai-se espalhando com o aumento do protagonismo presidencial na vida política portuguesa. A *estratégia* política de Eanes não deve ser comparada à dos partidos políticos, visto ser um actor externo à disputa em São Bento. É, ainda assim, responsável pelo rumo do III, IV e V Governos Constitucionais, que partilham a *substância* da afirmação do posicionamento português no Mundo. Não recusando o europeísmo e a integração comunitária, expressa-se uma maior *importância* na preservação dos laços de fraternidade e solidariedade com os novos Estados lusófonos. O equilíbrio impossível entre as duas naturezas do país reserva a primazia ao universalismo português, na antiga rota colonial, por oposição ao europeísmo dos Executivos anteriores. No respeitante ao Retorno dos despojos do Império, Eanes demonstra uma maior afeição simbólica do que os Gabinetes partidários, elevando o ACD a MAI nos dois primeiros Governos que endossou. Por força da natureza do regime e da separação de poderes, a concretização programática do discurso presidencial fracassou no plano parlamentar. No plano *tático*, a intervenção presidencial tem uma vida dificultada por carecer de representação na AR. O Parlamento impede Nobre da Costa de assumir funções plenas e Mota Pinto de aprovar o OGE, tolerando Lourdes Pintasilgo enquanto compasso de espera eleitoral. Na esfera de acesso ao poder, o pós-colonialismo de Belém é substancialmente ineficaz. Eanes procura materializar laços de proximidade e contornar os diferendos do contencioso, mas a falta de condições materiais reserva-lhe apenas o simbolismo do Encontro de Bissau. Neste discurso, a vocação universalista é um fundamento para a *importância* da proximidade com os PALOP que apresenta algumas semelhanças com o discurso justificativo da manutenção do Império. Na reserva de uma memória política de um Império findo, a opção europeísta como passo pós-colonial apresentava elementos significativamente mais inovadores. No conflito institucional, a noção do “terceiro-mundismo” eanista, como plano “diametralmente diferente”⁹⁰⁵ do europeísmo tem, de facto, acolhimento parlamentar.

À esquerda do PS, a terceira linha de abordagem pós-colonial nunca se aproxima do poder Executivo. Como *estratégia* política global, o PCP enfrenta no palco parlamentar a animosidade do PS, partido com o qual deseja contar na estruturação de uma maioria de esquerda. Em termos *táticos*, o discurso parlamentar comunista recorre frequentemente à denúncia dos perigos de iniciativas contrárias a este intento, seja nas

⁹⁰⁵ MAGALHÃES, Manuel Campos Robalo Leite de – *Op. Cit.*, p. 122.

cedências socialistas ao PPD/PSD no I Governo, seja na associação do CDS ao II, seja o próprio Governo da AD em 1980. A *substância* política da proposta deste partido deriva do legado revolucionário do PREC. As opções entabuladas durante o período pré-constitucional, com responsabilidades comunistas na governação, caracterizam a súpula do pensamento do PCP em relação ao património pós-colonial português. O caminho para a integração na CEE é uma afronta à essência da identidade portuguesa e da Revolução. A constante reiteração do erro político dos vários Executivos partidários contrasta com a *importância* da manutenção de laços privilegiados com as antigas colónias. Neste prisma, a veia africana portuguesa é alimentada, sobretudo, pelo passado de luta contra a opressão colonialista, comum aos vários povos lusófonos e, por isso, elo de ligação fundacional. A fraternidade portuguesa, nesta senda, abarca todos os povos que enfrentam situações de insurreição contra ameaças semelhantes. A proximidade entre Portugal e as suas antigas colónias bebe muito mais das ligações entre movimentos opositores ao regime deposto do que das circunstâncias históricas que os levaram a lutar contra tal. O movimento de Retorno é, nesta óptica, um reflexo menor do alcance vitorioso da libertação, e como tal, assunto de pouco relevo. Face à recusa constante do PS em associar-se à maioria de esquerda, o PCP reserva-se sempre à oposição. Durante a governação de iniciativa presidencial nota-se uma aproximação *táctica* à diplomacia de Belém. O discurso produzido não tem, no entanto, raízes similares. Na essência da identidade portuguesa, as considerações do PCP não escapam ao contexto internacional em que o mesmo partido se insere e à lógica internacionalista a que obedece. A receita para o caso português não pode, assim, surpreender. O ingresso do MDP/CDE na Assembleia eleita em 1979 não vem acrescentar nada de original ao legado da bancada parlamentar comunista.

A UDP, através do seu único deputado, apresenta um discurso algo semelhante ao comunista, mas com variações a assinalar. Com uma dimensão muito mais reduzida e a menor representatividade na Câmara, a *substância* política do discurso não revela preocupações de acesso ao poder para uma organização que desconfia dos moldes de estruturação do regime e da Instituição parlamentar. Desconfiando igualmente do rumo europeu, com justificações muito semelhantes às do PCP, a avaliação da UDP do refluxo da descolonização é algo diversa. Nas referências aos PALOP há demonstrações de afinidade diferenciadas para com os regimes políticos aí instaurados, sublinhando-se o antagonismo face ao MPLA e à RPA. A mesma *importância* quanto à proximidade luso-africana deve passar pelo exame crítico do poder instituído nos novos Estados. É difícil

anterver uma *estratégia* política deste partido na AR, mas sublinhamos no domínio *tático* alguns apelos à unidade de uma maioria de esquerda que colhe pontualmente a simpatia do PCP, do PS ou de alguns dissidentes deste partido. No domínio do Retorno, o discurso de segmentação socioeconómica daqueles que regressam à Europa parece-nos uma tentativa de granjear alguma simpatia neste grupo, mas a subordinação da ligação nacional à Metrópole dos que regressam a um perfil identitário de classe reforça as considerações quanto à recusa da natureza colonial do povo português.

A quarta linha discursiva, no CDS, é de mais difícil análise. Representando a facção do eleitorado que se opõe à Constituição nos moldes aprovados, não estranhamos a sua identificação em 1976 com a crítica à descolonização e aos regimes políticos na antiga África Portuguesa. A *substância* discursiva dos centristas é muito mais crítica dos efeitos revolucionários, após o fim do Império, do que do colonialismo, mas nunca deixa de mirar a construção europeia como fenómeno de maior *importância* para a jovem Democracia. Influenciando o rumo da governação nas duas coligações que integrou e delineando uma *estratégia* política de acesso ao poder, o CDS obrigou-se a inflexões *táticas* que permitem uma avaliação muito diversa do discurso parlamentar nos momentos em que está no poder e noutros em que é oposição. No primeiro caso associa-se facilmente ao método pragmático dos partidos políticos que lideram os Executivos, tanto no estabelecimento de contactos com os PALOP como em matéria de gestão do Retorno. Na oposição os democratas-cristãos procuram capitalizar o apoio dos críticos do mesmo pragmatismo que pratica quanto está no poder, ensaiando manifestações de força política no plenário. A documentada heterogeneidade deste partido surge algo transparente no palco parlamentar. As cisões até 1979 traduzem o desencanto de alguns deputados, fundamentalmente críticos da recepção metropolitana do fim do Império, com uma organização que subordina esta mesma crítica a objectivos de inserção pragmática no sistema político de uma Democracia europeia e ocidental. No mesmo sentido, o desencanto de certas organizações de retornados manifesta este mesmo equívoco.

Na formulação do discurso parlamentar da I Legislatura, é possível esculpir elementos transversalmente consensuais. Na reinvenção pós-colonial, após o fim inglório da vocação africana⁹⁰⁶, os Parlamentos multipartidários aparentemente endossam uma

⁹⁰⁶ YOUNG, Crawford – Imperial Ending and Small States. In JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa (ed.) – *The ends of European colonial empires – cases and comparisons*. Hampshire: Palgrave, 2015, p. 120.

descolonização consensual⁹⁰⁷. Em Portugal, sob todos os quadrantes, a AR condena o legado imperial das estruturas políticas transactas. Ao salvar a face colonizadora do povo português, esta atitude redundante na manutenção subtil da benignidade imperial. Na construção do discurso parlamentar, a realidade colonial surge-nos constantemente como um artifício atentatório à identidade do país e como uma realidade *contranatura*. No julgamento do passado colonial português, um *Império que não deveria ter existido* surge na alocução dos deputados como uma criação das instituições políticas, destilada contra a vontade genuína do povo português. Na leitura secular da expansão marítima contrasta-se a benignidade do humanismo da identidade nacional contra um regime opressor, produto de um tempo a que a essência portuguesa é completamente alheia. Sendo estranho à identidade nacional, a noção de que o Império não deveria ter existido acompanha o esforço de construção democrática como tónica de alienação do passado⁹⁰⁸. No “caminho das pedras” da normalização de relações com os PALOP, a *paternidade atípica* do Estado pós-colonial português enfrenta dificuldades nas relações com uma filiação emancipada. No *esquecimento* de um Império estranho, são vários os momentos em que as forças políticas associam os respectivos adversários ao passado embaraçoso português, responsabilizando-se mutuamente pela imposição de modelos contrários a uma pretensa essência nacional. No refluxo migratório do fim do Império, o esforço desta I Legislatura em esquecer o passado é frequentemente confrontado pelos acontecimentos, mas também aqui a imputação de responsabilidades absolve a identidade nacional, sendo o ónus remetido a estruturas políticas *contrárias* à propalada essência portuguesa.

Para a primeira linha discursiva a identidade do país é verdadeiramente europeia e o património colonial português é marca de um erro de percurso. O desejo de fugir de uma História recente encontra na Europa a sanação exemplar deste desvio, já que Portugal é acolhido entre Estados de passado similar. No caso português, a manutenção de uma posição “periférica” acompanha este *reencontro* com a normatividade internacional. Para o discurso presidencial, os moldes coloniais que despoletam a fraternidade celebrada são também ignorados. Na assunção do universalismo, o cariz colonial do regime deposto é também estranho à cultura ecuménica nacional. Na terceira linha, a leitura das afinidades revolucionárias lembra a presença colonial portuguesa apenas a título institucional, sendo o Estado Novo o responsável abstracto pela situação de opressão tanto dos povos libertos

⁹⁰⁷ IDEM – *Ibidem*, p. 122.

⁹⁰⁸ BUETTNER, Elizabeth – *Op. Cit.*, p. 403.

como do povo português. Na última e derradeira leitura, a compreensão dos despojos do Império absolve aqueles que regressam de qualquer culpa na materialidade colonial da aventura africana, criticando preferencialmente os moldes do fim do Império no período revolucionário e as instituições revolucionárias que conduziram a descolonização. No louvor à essência de uma identidade anti-colonial é fácil configurar Portugal como um *colonizador accidental, benévolo e estranho*. A rejeição dos despojos do Império reflecte-se na actualização abrupta da identidade nacional através da Lei de Nacionalidade de 1975. Na avaliação do Retorno e do sucesso da integração das comunidades provenientes da África portuguesa, o país esquece a antiga realidade imperial e, assim, ignora os fluxos migratórios de África que ao longo das décadas seguintes chega nas “traineiras” que vão regressando. Não é surpreendente que na acepção identitária de *pós-colonialismo*, as relações patentes no discurso que representa o antigo colonizador procurem reflectir a “especificidade” portuguesa através de um *pós-colonialismo* desmemoriado que, condenando ou a Ditadura, ou a Revolução, absolve Portugal como Nação colonial.

Esta investigação não esgota a temática dos despojos do Império, sugerindo as virtudes de um alargamento cronológico para uma análise da integração no “útero ibérico”. Neste domínio, a forja da identidade comum entre regressados e metropolitanos atribui à identidade racial um peso crucial⁹⁰⁹, marcando uma convivência de comunidades alegóricas do passado intencionalmente esquecido sob novas formas de inclusão e exclusão⁹¹⁰. A leitura desta realidade deve ser sujeita a uma “descolonização mental”⁹¹¹ questionando a segmentação conceptual entre o Retorno daqueles que regressam e o “cais de Lisboa” daqueles que imigram. Esta questão desafia, assim, as narrativas da benevolência da experiência colonial portuguesa no seu reflexo pós-colonial. Na absolvição do povo português, o país representado na AR escolhe uma verdade *imaginada* que a distancia de um passado condenável. Esta escolha mostra-se relevante sobretudo para efeitos futuros. Ainda que esta investigação não possa acompanhar esta leitura sem um sentido crítico, procura compreendê-la à luz do momento histórico vivido e atende, sobretudo, à força da legitimidade democrática do Parlamento na escolha desta identidade pós-colonial.

⁹⁰⁹ IDEM – *Ibidem*, pp. 246-248.

⁹¹⁰ IDEM – *Ibidem*, p. 397.

⁹¹¹ OLIVEIRA, Pedro Aires – Decolonization in Portuguese Africa. In *African History* [em linha]. Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 16-17. [Consultado a 21 de Novembro de 2017]. Disponível em WWW: <URL:<http://africanhistory.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780190277734.001.0001/acrefore-9780190277734-e-41>>.

VII. Fontes e Referências bibliográficas

VII.1. Fontes

A. Documentação institucional

ARQUIVO HISTÓRICO DO GOVERNO DA REPÚBLICA:

Programa e Lei Orgânica do I Governo Constitucional – 1976-1978. In *Governos Constitucionais* [em Linha]. Lisboa: República Portuguesa, 2017. [Consultado a 7 de Outubro de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc01.aspx>>.

Programa e Lei Orgânica do II Governo Constitucional – 1978. In *Governos Constitucionais* [em Linha]. Lisboa: República Portuguesa, 2017. [Consultado a 7 de Outubro de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc02.aspx>>.

Programa e Lei Orgânica do III Governo Constitucional –1978. In *Governos Constitucionais* [em Linha]. Lisboa: República Portuguesa, 2017. [Consultado a 7 de Outubro de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc03.aspx>>.

Programa e Lei Orgânica do IV Governo Constitucional –1978-1979. In *Governos Constitucionais* [em Linha]. Lisboa: República Portuguesa, 2017. [Consultado a 7 de Outubro de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc04.aspx>>.

Programa e Lei Orgânica do V Governo Constitucional – 1979-1980. In *Governos Constitucionais* [em Linha]. Lisboa: República Portuguesa, 2017. [Consultado a 7 de Outubro de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc05.aspx>>.

Programa e Lei Orgânica do VI Governo Constitucional –1980. In *Governos Constitucionais* [em Linha]. Lisboa: República Portuguesa, 2017. [Consultado a 7 de Outubro de 2017]. Disponível em WWW: <URL:

<https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc06.aspx>>.

ARQUIVO HISTÓRICO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

Processos de Cartas ao IARN – Comissão de Interesses dos Desalojados. In *Secção da Casa Civil do Fundo Geral*. Lisboa: Arquivo Histórico da Presidência da República, 2017. [PT/PR/AHPR/CC/CC0101/1878]

Processos de Correspondência da Comissão Nacional de Desalojados. In *Secção da Casa Civil do Fundo Geral*. Lisboa: Arquivo Histórico da Presidência da República, 2017. [PT/PR/AHPR/CC/CC0101/0606]

Processos de Correspondência do Alto Comissariado para os Desalojados das ex-colónias. In *Secção da Casa Civil do Fundo Geral*. Lisboa: Arquivo Histórico da Presidência da República, 2017. [PT/PR/AHPR/CC/CC0101/0604]

Processos de Correspondência do Comissariado para os Desalojados. In *Secção da Casa Civil do Fundo Geral*. Lisboa: Arquivo Histórico da Presidência da República, 2017. [PT/PR/AHPR/CC/CC0101/3353]

Processos das Actas de reuniões da Comissão Nacional de Descolonização. In *Secção do Gabinete do Presidente da República do Fundo Geral*. Lisboa: Arquivo Histórico da Presidência da República, 2017. [PT/PR/AHPR/GB/GB0205/3562].

ARQUIVO HISTÓRICO-PARLAMENTAR:

BORGES, Leonor Calvão; CAMPOS, Rosário – *Direcção dos Grupos parlamentares: I à XII Legislatura*. Lisboa: Assembleia da República, 2015. [AR/DSDIC/DIL/0022]

BORGES, Leonor Calvão; DIAS, Graciete; XAVIER, Teresa – *Deputados eleitos e efectivos – I à XII Legislatura*. Lisboa: Assembleia da República, 2013. [AR/DSDIC/DILP/030]

I Legislatura. In *Debates Parlamentares* [em Linha]. Lisboa: Assembleia da República, 2017. [Consultado a 21 de Setembro de 2017]. Disponível em WWW: <URL:<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/01>>.

Deputados I Legislatura. Lisboa: Arquivo Histórico Parlamentar, [s.d.].

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL:

AMARAL, Diogo Freitas do – *A política externa portuguesa: intervenção no debate parlamentar do programa do VI Governo Constitucional, em 15 de Janeiro de 1980, do Vice Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral*. Lisboa: Direcção Geral da Divulgação, 1980.

ANTUNES, Ernesto Melo – *Pela democratização efectiva das relações internacionais. Discurso pronunciado pelo MNE de Portugal, major Melo Antunes no debate geral da 30.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 9 de Outubro de 1975*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1975.

BARREIROS, Acácio – *Intervenções parlamentares*. Lisboa, Assembleia da República, 2007.

CANDAL, Carlos – *Antes da ordem do dia: com coerência?: algumas intervenções parlamentares durante a I Legislatura da Assembleia da República*. Aveiro: Tipave, 1980.

CARDOSO, Fernanda Lima Lopes – *Intervenções parlamentares de Lopes Cardoso: testemunho sobre a coerência de um percurso*. Lisboa: Assembleia da República, 2003.

CARNEIRO, Francisco de Sá – *Intervenções parlamentares*. Lisboa, Assembleia da República, 2000.

CARNEIRO, Francisco de Sá – *Programa do VI Governo: texto do programa; Discursos do Primeiro-Ministro, Dr. Sá Carneiro, na apresentação e no encerramento dos debates e relativos à moção de confiança*, Lisboa, Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1980.

CARVALHO, Manuel Vilhena de – *Intervenção parlamentar: 1976-1980*. Lisboa: [s.n.], 1979.

COSTA, Adelino Amaro da - *Intervenções parlamentares*. Lisboa, Assembleia da República, 2000.

EANES, António Ramalho – *A democracia e a crise nacional: discurso na abertura da II Sessão Legislativa da Assembleia da República, em 15 de Outubro de 1977*. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1977.

EANES, António Ramalho – *A esperança de Abril: discursos do Presidente da República General Ramalho Eanes, e do Presidente da Assembleia da República, Dr. Ribeiro de Almeida, nas celebrações do 25 de Abril; Mensagem do Conselho da Revolução aos portugueses*. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, 1981.

EANES, António Ramalho – *Assumir sem hesitação o futuro imediato: comunicação feita ao país pelo Presidente da República em 13 de Julho de 1979, através da rádio e da televisão*. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, 1979.

EANES, António Ramalho – *Celebrar a liberdade da Pátria: mensagem às Forças Armadas pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas; mensagem do conselho da Revolução ao povo português; Discursos na Assembleia da República do Presidente da Assembleia e do Presidente da República, Lisboa, 25 de Abril de 1979*. Lisboa: Direcção-Geral da Informação, 1979.

EANES, António Ramalho – *Celebrar o 25 de Abril: discursos proferidos em 25 de Abril de 1978, na Assembleia da República, pelo Presidente daquela Assembleia, Dr. Vasco da Gama Fernandes, e pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes*. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, 1978.

EANES, António Ramalho – *Comemorando o 3º aniversário do 25 de Novembro: discurso do Presidente da República General Ramalho Eanes*. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, 1978.

EANES, António Ramalho – *Comemorar o 25 de Novembro não é rotina: discurso e mensagem do General Ramalho Eanes, Presidente da República e Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, proferidos em 25 de Novembro de 1979*. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, 1980.

EANES, António Ramalho – *Desfazer muitos equívocos: conferência de imprensa do Presidente da República, General Ramalho Eanes, no Palácio da Ajuda, em 24 de Agosto de 1978*. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1978.

EANES, António Ramalho – *Diálogo e cooperação: discursos oficiais proferidos durante a visita do Presidente da República Portuguesa General Ramalho Eanes à República de Cabo Verde, de 15 a 20 de Abril de 1980*. Lisboa: Direcção-Geral da Informação, 1981.

EANES, António Ramalho – *Dias decisivos para o futuro: comunicação do Presidente da República, General Ramalho Eanes*. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, 1978.

EANES, António Ramalho – *Discursos do Presidente da República General Ramalho Eanes: 1ª parte, 1.º mandato 1976-1980*. Lisboa: Centro de Documentação e Informação da Presidência da República, 1985.

EANES, António Ramalho – *Firmar laços de colaboração: discursos e comunicado final relativos à visita que o Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, fez a Portugal, de 23 a 27 de Janeiro de 1979*. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, 1979.

EANES, António Ramalho – *Mensagem aos portugueses (1 de Janeiro de 1978)*. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1978.

EANES, António Ramalho – *Mensagem do Presidente da República aos portugueses: 1 de Janeiro de 1977*. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1977.

EANES, António Ramalho – *Mensagens de Natal e Ano Novo: dirigidas pelo Presidente da República aos emigrantes ausentes de Portugal, em 24 de Dezembro de 1979 e a todos os*

portugueses, em 1 de Janeiro de 1980. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1980.

EANES, António Ramalho – *Na posse do IV Governo Constitucional: discursos proferidos pelos senhores Presidente da República, General Ramalho Eanes, e Primeiro-Ministro, Professor Mota Pinto, no Palácio da Ajuda, em 22 de Novembro de 1978.* Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, 1979.

EANES, António Ramalho – *Na posse do V Governo Constitucional: discursos.* Lisboa: Direcção Geral da Divulgação, 1979.

EANES, António Ramalho – *Palavras de confiança: comunicação feita ao país pelo Presidente da República através da rádio e da televisão, em 22 de Setembro de 1978.* Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1978.

EANES, António Ramalho – *Participar na construção de uma Europa forte e democrática: discursos oficiais proferidos durante a visita que o Presidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes, fez ao Parlamento Europeu, ao Conselho da Europa e ao Reino Unido, de 13 a 17 de Novembro de 1978.* Lisboa: Ministério da Comunicação Social, 1979.

EANES, António Ramalho – *Posse do III Governo Constitucional,* Lisboa, Direcção-Geral da Divulgação, 1978.

EANES, António Ramalho – *Posse do VI Governo Constitucional. Discursos proferidos pelos senhores Presidente da República General Ramalho Eanes e Primeiro-Ministro, Dr. Sá Carneiro, no Palácio da Ajuda em 3 de Janeiro de 1980.* Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1980.

EANES, António Ramalho – *Resolver os verdadeiros problemas da nação/ comunicação do Presidente da República António Ramalho Eanes.* Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, 1979.

EANES, António Ramalho – *Respeito pela vontade democrática do Povo Português: comunicado do Presidente da República ao País, em 1 de Dezembro de 1979, através da Rádio e da Televisão, sobre as Eleições Intercalares para a Assembleia da República.* Lisboa: Direcção Geral da Divulgação, 1979.

EANES, António Ramalho – *Responder às esperanças de todos os portugueses: discurso em 25 de Novembro de 1976.* Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1976.

EANES, António Ramalho – *Resumo da comunicação proferida por Sua Excelência o Presidente da República, General Ramalho Eanes, ao País, em 1 de Agosto de 1978.* Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas, 1978.

EANES, António Ramalho – *Servir a vontade política expressa pelo povo: discurso proferido através da rádio e da televisão, em 12 de Setembro de 1979.* Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, 1979.

EANES, António Ramalho – *Um Portugal melhor: mensagem dirigida aos portugueses, pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, no dia 1 de Janeiro de 1979*. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, 1979.

FERREIRA, José Medeiros – *Discurso pronunciado na ocasião da tomada de posse do Secretário-Geral, Embaixador Albano Nogueira*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1977.

FERREIRA, José Medeiros – *Elementos para uma política externa do Portugal democrático*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1976.

PINTASILGO, Maria de Lourdes – *Programa do V Governo Constitucional: Programa do Governo e discurso do Primeiro-Ministro, Eng. Maria de Lourdes Pintasilgo*. Lisboa: Direcção-Geral da Divulgação, 1979.

PINTO, Carlos da Mota – *Os problemas são muitos, os sacrifícios são grandes, mas a esperança é maior: discurso proferido pelo Primeiro – Ministro Mota Pinto em 22 de Janeiro de 1979*. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, 1979.

PINTO, Carlos da Mota – *Que todos saibam assumir as suas responsabilidades: balanço de meio ano de Governo: discurso proferido pelo Primeiro-Ministro, prof. Mota Pinto*. Lisboa: Direcção Geral da Divulgação, 1979.

PINTO, Carlos da Mota, *Servir Portugal: discursos e intervenções do Primeiro-Ministro, prof. Mota Pinto, na tomada de posse do IV Governo na Assembleia da República*. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, 1979.

REIS, Miguel (comp.) – *Governo Soares – O Exame de S. Bento*. Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas, 1976.

SOARES, Mário – *Encarar o futuro com esperança. Comunicação ao País pelo Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares, em 10 de Maio de 1978, através da R.T.P. e da R.D.P.* Lisboa: S.E.C.S. - Direcção-Geral da Divulgação, 1978.

SOARES, Mário – *Nova política externa portuguesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1974.

SOARES, Mário – *Programa do Governo: texto integral do programa apresentado à apreciação da Assembleia da República: intervenções do Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares, em 2 e 11 de Agosto de 1976, aquando do início e do encerramento do debate na Assembleia da República*. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1976.

VASCO, Nuno (coord.) – *Vencer a crise, preparar o futuro, um ano de Governo Constitucional*. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1977.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES:

Constituição da República Portuguesa de 1976 [em Linha]. Lisboa: Comissão Nacional de Eleições, 2016. [Consultado a 18 de Novembro de 2016]. Disponível em WWW: <URL: http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/crp_1976.pdf>.

Eleição para o Presidente da República 1976 [em Linha]. Lisboa: Comissão Nacional de Eleições, 2016. [Consultado a 23 de Novembro de 2016]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cne.pt/content/eleicao-para-o-presidente-da-republica-1976>>.

Eleição para o Presidente da República 1980 [em Linha]. Lisboa: Comissão Nacional de Eleições, 2016. [Consultado a 23 de Novembro de 2016]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cne.pt/content/eleicao-para-o-presidente-da-republica-1980>>.

Eleições para a Assembleia da República 1976 [em Linha]. Lisboa: Comissão Nacional de Eleições, 2016. [Consultado a 23 de Novembro de 2016]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cne.pt/content/eleicoes-para-assembleia-da-republica-1976>>.

Eleições para a Assembleia da República 1979 [em Linha]. Lisboa: Comissão Nacional de Eleições, 2016. [Consultado a 23 de Novembro de 2016]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cne.pt/content/eleicoes-para-assembleia-da-republica-1979>>.

Eleições para a Assembleia da República 1980 [em Linha]. Lisboa: Comissão Nacional de Eleições, 2016. [Consultado a 23 de Novembro de 2016]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cne.pt/content/eleicoes-para-assembleia-da-republica-1980>>.

Legislação Eleitoral [em Linha]. Lisboa: Comissão Nacional de Eleições, 2016. [Consultado a 7 de Outubro de 2016]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cne.pt/content/legislacao-eleitoral>>.

B. Documentação política

VIII Congresso do PCP 11 a 14/Nov./1976 – Documentos Políticos do Partido Comunista Português. Lisboa, Edições Avante!, 1977.

Campanha Eleitoral na TV. Lisboa: Ediguia, 1976.

Conferência Nacional do PCP. Lisboa, Edições Avante!, 1976.

Dez anos para mudar Portugal – Proposta PS para os anos 80. Lisboa: Portugal Socialista, 1979.

Cartazes eleitorais das Eleições Legislativas de 1976. In LISI, MARCO (coord.) – *As Eleições Legislativas no Portugal Democrático (1975-2015)*. Lisboa: Assembleia da República, 2015, p. 352.

Cartazes eleitorais das Eleições Legislativas de 1976. In LISI, MARCO (coord.) – *As Eleições Legislativas no Portugal Democrático (1975-2015)*. Lisboa: Assembleia da República, 2015, p. 353.

Eleições Legislativas de 1976 – Índice. In *Ephemera – Biblioteca e arquivo de José Pacheco Pereira* [em linha]. [s.l.]: Ephemera, 2017. [Consultado a 28 de Setembro de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://ephemerajpp.com/277999-2/>>.

Eleições Legislativas de 1979. In *Ephemera – Biblioteca e arquivo de José Pacheco Pereira* [em linha]. [s.l.]: Ephemera, 2017. [Consultado a 28 de Setembro de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://ephemerajpp.com/category/crono/1979-eleicoes-legisltivas/>>.

Eleições para a Assembleia Constituinte. Lisboa: Ministério da Administração Interna, 1975.

Manifesto Eleitoral - Alternativa 76. Lisboa: CDS, 1976.

Manifesto eleitoral AD, Aliança Democrática. Eleições Legislativas 1980. Lisboa: Aliança Democrática, 1980.

Manifesto Nacional do Partido Socialista. Eleições Intercalares para a Assembleia da República. [em Linha] Lisboa: Partido Socialista, 1979. [Consultado a 18 de Junho de 2017]. Disponível em WWW: <URL: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_79745>.

Programa de Governo. A social-democracia para Portugal. Lisboa, PPD/PSD, 1976.

Programa eleitoral de Governo. Lisboa: Aliança Democrática, 1979.

O CDS e o 2.º Governo Constitucional. [s.l.]: Democracia 76, 1978.

Programa eleitoral do PCP – Para a vitória de Abril. Lisboa, Edições Avante!, 1980.

Programa para um Governo da FRS – garantir o futuro, governar para todos. [em Linha]. Lisboa: Partido Socialista, 1980. [Consultado a 18 de Junho de 2017]. Disponível em WWW: <URL: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_79751>.

Mudar em paz a vida portuguesa – medidas para um Governo PS. Eleições Intercalares para a Assembleia da República. [em Linha]. Lisboa: Partido Socialista, 1979. [Consultado a 18 de Junho de 2017]. Disponível em WWW: <URL: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_79748>.

C. Documentação de imprensa e meios de informação

ARQUIVOS RTP:

António Ramalho Eanes no Parlamento Europeu (13 de Novembro de 1978) [em Linha]. Lisboa: RTP, 2017. [Consultado a 28 de Agosto de 2017]. Disponível em WWW: <URL:

<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/antonio-ramalho-eanes-no-parlamento-europeu/#sthash.2xFbih6C.dpbs>>.

Apresentação do programa do II Governo Constitucional (2 de Fevereiro de 1978) [em Linha]. Lisboa: RTP, 2017. [Consultado a 28 de Agosto de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/apresentacao-do-programa-do-ii-governo-constitucional/#sthash.BuuQdSNd.GNXACxaX.dpbs>>.

Apresentação do programa do IV Governo Constitucional (4 de Dezembro de 1978) [em Linha]. Lisboa: RTP, 2017. [Consultado a 28 de Agosto de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/apresentacao-do-programa-do-iv-governo-constitucional/#sthash.kCOlyBUA.KotaHRdl.dpbs>>.

Aprovação da Constituição da República Portuguesa (2 de Abril de 1976) [em Linha]. Lisboa: RTP, 2017. [Consultado a 28 de Agosto de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/aprovacao-da-constituicao-da-republica-portuguesa-1976/#sthash.vUVNyYVr.AWDavFOi.dpbs>>.

Chegada de retornados de Moçambique (11 de Maio de 1977) [em Linha]. Lisboa: RTP, 2017. [Consultado a 28 de Agosto de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/chegada-de-retornados-de-mocambique/#sthash.KsulQMM9.RLMYAc3.dpbs>>.

Chegada de retornados de Moçambique (11 de Maio de 1977) [em Linha]. Lisboa: RTP, 2017. [Consultado a 28 de Agosto de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/chegada-de-retornados-de-mocambique/#sthash.KsulQMM9.RLMYAc3.dpbs>>.

Comunicado de Gonçalves Ribeiro (29 de Junho de 1977) [em Linha]. Lisboa: RTP, 2017. [Consultado a 28 de Agosto de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/comunicado-de-goncalves-ribeiro/#sthash.fMTGy4R5.dpbs>>.

Declarações de Amândio de Azevedo (5 de Maio de 1976) [em Linha]. Lisboa: RTP, 2017. [Consultado a 28 de Agosto de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/declaracoes-de-amandio-de-azevedo/#sthash.Uq3MXQRs.dpbs>>.

Discurso de Medeiros Ferreira na Assembleia da República (18 de Março de 1977) [em Linha]. Lisboa: RTP, 2017. [Consultado a 28 de Agosto de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/discurso-de-medeiros-ferreira-na-assembleia-da-republica/#sthash.d8mKSO4J.dpbs>>.

Encontro em Bissau (6 de Julho de 1978) [em Linha]. Lisboa: RTP, 2017. [Consultado a 28 de Agosto de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/encontro-em-bissau/#sthash.BBgENNEG.dpbs>>.

Jornadas da Integração Social e Económica (9 de Maio de 1977) [em Linha]. Lisboa: RTP, 2017. [Consultado a 28 de Agosto de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/jornadas-da-integracao-social-e-economica/#sthash.iQcPH3Ej.O5DCV98v.dpbs>>.

Pedido de Adesão de Portugal à CEE (29 de Março de 1977) [em Linha]. Lisboa: RTP, 2017. [Consultado a 28 de Agosto de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/pedido-de-adesao-de-portugal-a-cee/#sthash.GUDQ4DBx.dpbs>>.

Portugal entre a Europa e o Terceiro Mundo (10 de Novembro de 1975) [em Linha]. Lisboa: RTP, 2017. [Consultado a 28 de Agosto de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/portugal-entre-a-europa-e-o-terceiro-mundo/#sthash.rtYaYDDI.XahG8Gwz.dpbs>>.

Portugal no Conselho da Europa (28 de Janeiro de 1977) [em Linha]. Lisboa: RTP, 2017. [Consultado a 28 de Agosto de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/portugal-no-conselho-da-europa/#sthash.Rztaq0D9.L1RGazeq.dpbs>>.

Queda do I Governo Constitucional (8 de Dezembro de 1977) [em Linha]. Lisboa: RTP, 2017. [Consultado a 28 de Agosto de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/queda-do-i-governo-constitucional/#sthash.zPpBeDwE.yb2LmmEB.dpbs>>.

Refugiados de Angola no Aeroporto da Portela (30 de Agosto de 1978) [em Linha]. Lisboa: RTP, 2017. [Consultado a 28 de Agosto de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/refugiados-de-angola-no-aeroporto-da-portela/#sthash.pdeOjzLL.dpbs>>.

Tomada de posse de António Ramalho Eanes (14 de Julho de 1977) [em Linha]. Lisboa: RTP, 2017. [Consultado a 28 de Agosto de 2017]. Disponível em WWW: <URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/tomada-de-posse-de-antonio-ramalho-eanes/#sthash.0c001U3l.rgWuL2Hk.dpbs>>.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (documentação microfilmada):

Diário de Notícias, Abril de 1976 – Outubro de 1980.

Expresso, Abril de 1976 – Outubro de 1980.

Jornal (O), Abril de 1976 – Outubro de 1980.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES (documentação digitalizada):

Diário de Lisboa, Abril de 1976 – Outubro de 1980. [em Linha]. Disponível em WWW:
<URL: http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/>.

D. Textos e Memórias de intervenientes

AMARAL, Diogo Freitas do – *A resposta é muito simples*. Vila Nova de Famalicão: [s.n.], 1975.

AMARAL, Diogo Freitas do – *A Transição para a Democracia. Memórias Políticas II (1976-1982)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.

AMARAL, Diogo Freitas do – *As Forças Armadas no contexto da Nação*. Lisboa: Departamento de Opinião Pública do CDS, 1976.

AVILEZ, Maria João – *Soares – Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

AVILEZ, Maria João – *Soares – Ditadura e Revolução*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

CARNEIRO, Francisco de Sá – *Impasse*. Lisboa: Edições Macropian, 1978.

CARNEIRO, Francisco de Sá – *Por uma social-Democracia Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1975.

CARNEIRO, Francisco de Sá – *Textos*, volume 5. Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1989.

CARNEIRO, Francisco de Sá – *Textos*, volume 6. Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1990.

CARNEIRO, Francisco de Sá – *Textos*, volume 7. Lisboa, Editorial Progresso Social e Democracia, 1992.

CARNEIRO, Francisco de Sá – *Uma Constituição para os anos 80: contributo para um projecto de revisão*. Lisboa: Dom Quixote, 1979.

CRUZEIRO, Maria Manuela – *Melo Antunes – O Sonhador Pragmático*. Cruz Quebrada: Editorial Notícias, 2004.

CUNHAL, Álvaro – *A Revolução Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1975.

CUNHAL, Álvaro – *As Eleições para a Assembleia da República*. Lisboa: Edições Avante!, 1977.

CUNHAL, Álvaro – *Avanço e derrota do plano subversivo “AD”*, 2 volumes. Lisboa, Edições Avante!, 1981.

CUNHAL, Álvaro – *Crise e Queda dos Governos PS*, 2 volumes. Lisboa: Edições Avante!, 1980.

CUNHAL, Álvaro – *Em defesa das conquistas da revolução*. Lisboa: Edições Avante!, 1978.

CUNHAL, Álvaro – *Entre duas Eleições*. Lisboa: Edições Avante!, 1978.

CUNHAL, Álvaro – *Os chamados Governos de iniciativa presidencial*, 2 volumes. Lisboa: Edições Avante!, 1980.

CUNHAL, Álvaro – *Uma política ao serviço do povo*. Lisboa: Edições Avante!, 1977.

MACHADO, Vítor Sá – *Portugal e África*. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1986.

MELO, Carlos Galvão de – *Continuar Portugal: Discursos e outros escritos*. Lisboa: Edições Rolim, 1980.

MELO, Carlos Galvão de – *Entrevistas*. Porto: Livraria Sólivros, 1976.

MELO, Carlos Galvão de – *Tradição e Destino*. Lisboa: [s.n.], 1979.

PINTASILGO, Maria de Lourdes – *Dimensões da Mudança*. Porto: Afrontamento, 1985.

PINTASILGO, Maria de Lourdes – *Sulcos do Nosso Querer Comum: Recortes De Entrevistas Concedidas Durante o V Governo Constitucional*. Porto: Afrontamento, 1980.

PINTO, Carlos da Mota – *Servir Portugal: textos escolhidos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.

RAMOS, Maria Manuela de Sousa; PLANTIER, Carlos – *Melo Antunes – Tempo de ser firme*. Lisboa: Líber, 1976.

ROSA, João – *Diálogos com Sá Carneiro*. Lisboa: Alfa-ómega, 1978.

SANTOS, António de Almeida – *15 Meses no Governo ao Serviço da Descolonização*. Lisboa: Representações Literárias ASA, 1975.

SANTOS, António de Almeida – *Quase Memórias*, 2 volumes. Lisboa: Livraria Bertrand, 2006.

SANTOS, Carlos Pinto; NEVES, Orlando – *Eanes – um Presidente no curso da Constituição*. Lisboa: Edições Na Revolução 1978.

SEABRA, Zita – *Foi Assim*. Lisboa: Alêtheia, 2007.

SOARES, Mário – *A Europa connosco*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976.

SOARES, Mário – *Democratização e Descolonização – 10 Meses no Governo Provisório*. Lisboa: Dom Quixote, 1975.

SOARES, Mário – *O futuro será o Socialismo Democrático*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1979.

SOARES, Mário – Portugal e a opção europeia: um breve depoimento. In FERREIRA, José Medeiros (coord.) – *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, pp. 63-84.

SOARES, Mário – *Portugal: Que Revolução? Diálogo com Dominique Pouchin*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1976.

SOARES, Mário – *Português e europeu*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.

SOARES, Mário – *PS - Fronteira da liberdade*. Lisboa: Portugal Socialista, 1979.

SOARES, Mário – *Relatório do Secretário-Geral ao II Congresso Nacional do P. S. na legalidade*. Lisboa: Editorial Império, 1977.

SOARES, Mário – *Um político assume-se – Ensaio autobiográfico, político e ideológico*. Maia: Temas e Debates, 2011.

E. Monografias e ensaios contemporâneos⁹¹²

AGUIAR, Luiz – *A chamada “Descolonização”. Julgamento dos Responsáveis*. Braga: Intervenção, 1978.

AGUIAR, Luiz – *Livro Negro da Descolonização*. Braga: Intervenção, 1977.

ANTUNES, Manuel – *Repensar Portugal*. [1.^a edição em 1979]. Lisboa: Multinova, 2005.

AZEVEDO, José Pinheiro de – *25 de Novembro sem máscara*. Braga, Editorial Intervenção, 1979.

CÉSAIRE, Aimé – *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1977.

CUNHA, Paulo de Pitta e – *O desafio da integração europeia*. Lisboa: Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, 1980.

DAVIDSON, Basil – *Os Camponeses Africanos e a Revolução*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975.

DUARTE, Abílio – *Sobre a Situação em Cabo-Verde*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1974.

DUGOS, Carlos – *Descolonização Portuguesa – o malogro de dois planos*. Alfragide: Edições Acrópole, 1975.

⁹¹² Neste segmento, atendemos sobretudo ao momento da publicação da tradução portuguesa quanto se trata de uma obra em língua estrangeira.

FERNANDES, António José – *Portugal e o Terceiro Mundo*. Amadora: Livraria Bertrand, 1978.

FERNANDES, Carlos Roma – *Portugal, a Europa e o Terceiro Mundo*. Lisboa: Pórtico, 1980.

FERRAZ, João Ribeiro – *O que é o mercado Comum*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1978.

FERREIRA, Eduardo de Sousa – *Portugal e o Neocolonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975.

FERREIRA, Manuel Cavaleiro de – Introdução. In AGUIAR, Luiz – *A chamada “Descolonização”*. Julgamento dos Responsáveis. Braga: Intervenção, 1978, pp. 12-36.

JARDIM, Jorge – *Moçambique terra queimada*. Lisboa: Editorial Intervenção, 1976.

LOPES, Victor Silva – *Cenas parlamamentares – Humor, agitação e ataques na Constituinte*. [s.l.]: Editus, 1976.

LOURENÇO, Eduardo – *Labirinto da saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

LOURENÇO, Eduardo – *O Fascismo nunca existiu*. Lisboa: Dom Quixote, 1976.

MACEDO, Jorge Borges de – *Uma perspectiva portuguesa para a integração europeia*. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1979.

MARTINS, Manuel Gonçalves – *A Descolonização portuguesa – As Responsabilidades*. Braga: Livraria Cruz, 1986.

MOREIRA, Adriano – *O Novíssimo Príncipe*. Braga: Editorial Intervenção, 1977.

NKRUMAH, Kwame – *A Luta de Classes em África*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975.

OLIVEIRA, Bernardino – *Aqui (Portugal) Moçambique*. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico, 1978.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; OLIVEIRA, Miguel Darcy de – *Guiné-Bissau: reinventar a educação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

PEREIRA, H. Caeiro – *A ordem social do futuro*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

PEREIRA, Sá (comp.) – *Angola em chamas*. Queluz: Literal, 1977.

PINTO, Jaime Nogueira – *Portugal – Os Anos do Fim: de Goa ao Largo do Carmo*. Lisboa: Sociedade de Publicações Economia & Finanças, 1976.

QUADROS, Antonio – *A Arte de continuar portugueses*. Lisboa: Tempo, 1978.

QUADROS, António – *Portugal, entre ontem e amanhã: da Cisão à Revolução, dos Absolutismo à Democracia*. Lisboa: Sociedade de Expansão Cultural, 1976.

RIBEIRO, Sérgio – *O Mercado Comum: a integração de Portugal*, 4.^a edição. Lisboa: Estampa, 1978.

SÁ, Victor de – *Repensar Portugal: reflexões sobre o colonialismo e a descolonização*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

SARAIVA, António José – *Filhos de Saturno: escritos sobre o tempo que passa*. Amadora: Bertrand, 1980.

SPÍNOLA, António, *Portugal sem Rumor. Contributo para a História de uma Revolução*. [s.l.]: Editorial Scire, 1978.

TORGA, Miguel – *Diário*, XII. Coimbra: [s.n.], 1977.

VI.2. Referências bibliográficas⁹¹³

A. Obras gerais

COELHO, Mário Baptista (coord.) – *Portugal – O Sistema Político e Constitucional*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1989.

FERREIRA, José Medeiros Ferreira – *Portugal em Transe (1974-1985)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

MALTEZ, José Adelino – *Tradição e Revolução – Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, volume II (1910-2005). Lisboa: Tribuna da História, 2005.

MEDINA, João (dir.) – *História de Portugal*, volume XIV, *Portugal Democrático*. Amadora: Clube Internacional do Livro, 1995.

PERALTA, Elsa; GÓIS, Bruno; OLIVEIRA, Joana (coord.) – *Retornar. Traços de Memória do Fim do Império*. Lisboa: Edições 70, 2017.

PINTO, António Costa (coord.) – *Em Busca da Democracia*. Lisboa: Objectiva, 2015.

PINTO, António Costa (coord.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa, Dom Quixote, 2005,

RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (coord.) – *História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

REIS, António (org.) – *Portugal. 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

⁹¹³ Esta sistematização obedece a um critério indicativo, visto que muitas das referências abordam temáticas muito amplas. O critério de indexação procurou atender aos pontos que mais relevaram, em cada obra, a esta investigação.

RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (org.) – *Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2003.

ROSAS, Fernando (coord.) – *Portugal e a Transição para a Democracia*. Lisboa, Colibri, 1999.

ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário Artur; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) – *O Adeus ao Império: 40 anos de Descolonização Portuguesa*. Lisboa: Vega, 2015.

SANCHES, Manuela Ribeiro (org.) – *Portugal não é um país pequeno – Contar o Império na pós-colonialidade*. Lisboa: Cotovia, 2006.

TELO, António José – *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade*, volume I. Barcarena: Editorial Presença, 2007.

VARGAS, Ana; VALENTE, Pedro (org.) – *O Parlamento na Prática*. Lisboa: Assembleia da República, 2008.

B. Estudos sobre o discurso político e a Instituição parlamentar

ALEXANDRE, Valentim – *A Questão colonial no Parlamento*, volume I, 1821-1910. Lisboa: Assembleia da República, 2008.

ANDERSON, Benedict – *Imagined communities*. London: Verso, 1991.

BATISTA, Alberto Luís Rocha – *Elementos para uma estratégia de análise do discurso político*. Porto: [s.n.], 1990.

BELCHIOR, Ana Maria – *Democracia e Representação Partidária – A elite parlamentar e os cidadãos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

BOURDIEU, Pierre – *Ce que parler veu dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982.

CAMPOS, Maria Amélia Clemente – *As Mulheres Deputadas e o Exercício do Poder Político Representativo em Portugal do pós-25 de Abril aos anos noventa*. Lisboa: Assembleia da República, 2005.

CASTILHO, J. M. Tavares – *Os deputados da Assembleia Nacional (1935-1974)*. Lisboa: Assembleia da República, 2009.

COTTA, Maurizio – *Democracia, Partidos e Elites Políticas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

CUNHA, Alice – *Assuntos Europeus no Parlamento: os debates*. Lisboa: Assembleia da República, 2017.

CUNHA, Alice – *Os Capítulos da adesão*. Lisboa: Assembleia da República, 2016.

ELSTER, Jon – Arguing and Bargaining in two Constituent Assemblies. In *U. Pa. J. Const.* Volume 2, (Março de 2000), pp. 345-710.

FERNANDES, Jorge – *O Parlamento Português*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015.

FERNANDES, Tiago – *Nem Ditadura, nem Revolução. A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*. Lisboa: Assembleia da República, 2006.

FOUCAULT, Michel – *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

FOUCAULT, Michel – *L'Orde du discours, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*. Paris: Gallimard, 1971.

FREIRE, André (coord.) – *Recrutamento Parlamentar. Os deputados portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*. Lisboa: STAPE, 2001.

HIGLEY, John – *Elites e Democracia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

HOFFMANN-LANGE, Ursula – Methods of Elite Research. In DALTON, Russell J., KLINGEMANN, Hans-Dieter – *The Oxford Handbook of Political Behavior*. Oxford: OUP. (2007), pp. 910-927.

JALALI, Carlos – *Partidos e Democracia em Portugal – 1974-2005*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

LACALU, Ernesto – Populismo: o que há num nome? In DIAS, Bruno Peixe; NEVES, José (coord.) – *A Política dos Muitos – Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Tinta-da-china, 2010, pp. 55-72.

LACLAU, Ernesto – *On Populist Reason*. London/New York: Verso, 2005.

LISI, Marco – *Os Partidos Políticos em Portugal – Continuidade e Transformação*. Coimbra: Almedina, 2011.

LISI, Marco (coord.) – *As Eleições Legislativas no Portugal Democrático (1975-2015)*. Lisboa: Assembleia da República, 2015.

LOBO, Marina Costa – A elite partidária em Portugal, 1976-2002: dirigentes, deputados e membros do Governo. In PINTO, António Costa; FREIRE, André – *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Oeiras: Celta Editora, 2003, pp. 249-275.

MALTEZ, José Adelino – Direita/Esquerda. In *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura*, volume 9. Lisboa: Verbo, 1999, pp. 450-456.

MARCHI, Riccardo – *A Direita nunca existiu: As Direitas Extraparlamentares na Institucionalização da Democracia Portuguesa 1976-1980*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

MARQUES, Maria Aldina de Bessa Ferreira Rodrigues – *Funcionamento do discurso político parlamentar: a organização enunciativa no debate de interpelação ao Governo*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos, 2000.

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa – O Registo escrito do discurso parlamentar: uma (re)construção. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 301-316.

PAULO, Maria Teresa; CUNHA, Alice – A Europa no discurso parlamentar português: os debates plenários entre 1985 e 2011. In *Relações Internacionais*. Lisboa. N.º 40, (Dezembro de 2013), pp. 173-195.

PROENÇA, Cândida – *A Questão colonial no Parlamento*, volume II, 1910-1926. Lisboa: Assembleia da República, 2008.

RAMOS, Cláudia – Discurso parlamentar português e construção da identidade política no contexto da integração europeia, In *Antropológicas*. Porto. N.º 9, (2005), pp. 67-96.

RODRIGUES, António Filipe Gaião – *As oposições parlamentares em Portugal: práticas e intervenções, 1976-2000*. Lisboa: Veja, 2002.

SÁ, Luís – *O Lugar da Assembleia da República no Sistema político*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.

SKINNER, Quentin – Meaning and Understanding in the History of Ideas. In *History and Theory*. Vol. 8, N.º 1 (1969), pp. 3-53.

SOUSA, Vítor; MARTINS, Moisés de Lemos – A “portugalidade” no discurso parlamentar português: Assembleia Nacional (1935-1974) e Assembleia da República (1976-2012). In PINTO-COELHO, Zara; FIDALGO, Joaquim (ed.) – *Comunicação e Cultura: II Jornada de Doutorandos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2013, pp. 87-103.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Pequito – *O Povo Semi-Soberano. Partidos Políticos e Recrutamento Parlamentar em Portugal*. Coimbra: Almedina, 2009.

VIEIRA, Mónica Brito; SILVA, Filipe Carreira da – *O Momento Constituinte – Os Direitos Sociais na Constituição*. Coimbra: Almedina, 2010.

C. Estudos sobre a Democracia, Constituição e o sistema político

AMARAL, Diogo Freitas do – A Constituição e as Forças Armadas. In COELHO, Mário Baptista (coord.) – *Portugal – O Sistema Político e Constitucional* Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1989, pp. 647-661.

ARAÚJO, António de – Função Presidencial e Política Externa. In *Relações Internacionais*. N.º 28, (Dezembro de 2010), pp. 61-79.

BELCHIOR, Ana Maria – *Confiança nas Instituições Políticas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015.

CALEIRO, Maria Estrela Ramos Serrano – Para um Estudo do Jornalismo em Portugal (1976-2001) [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.]: 2005. Tese de Doutoramento em Sociologia apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa.

CANAS, Vitalino (org.) – *O Partido Socialista e a Democracia*. Oeiras: Celta Editora, 2005.

CANOTILHO, J.J. Gomes; MOREIRA, Vital – *Fundamentos da Constituição*. Coimbra: Coimbra Editora, 1991.

CARRILHO, Maria – Forças Armadas e Democracia. In PINTO; António Costa (coord.) – *Portugal Contemporâneo*. Madrid: Sequitur, 2000, pp. 143-159.

CASTAÑO, David Mourão Ferreira – Mário Soares e a transição democrática (1974-1976) [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.], 2011. Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa.

CORREIA, Eduardo Filipe Corrêa Rodrigues de Pereira – A Interpretação dos Poderes do Presidente da República no Semi-Presidencialismo do Portugal Democrático [Texto policopiado]. Lisboa, [s.n.], 2009. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

COSTA, António – A Constituição e as relações externas. In COELHO, Mário Baptista (coord.) – *Portugal: o Sistema Político e Constitucional 1974-87*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1989, pp. 675-682.

DUVERGER, Maurice – *Xeque-Mate, Análise comparativa dos sistemas políticos semi-presidenciais*. Lisboa: Edições Rolim, 1979.

FERREIRA, José Medeiros – *Do Código Genético no Estado Democrático*. Lisboa: Contexto, 1981.

FERREIRA, José Medeiros – *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril. O Período Pré-Constitucional*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

FERREIRA, José Medeiros – O 25 de Abril no Contexto Internacional. In *Relações Internacionais*. N.º 2, (Junho de 2004), pp. 143-158.

FERREIRA, José Medeiros – *O Comportamento Político dos Militares: Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*. Lisboa: Estampa, 1992.

FERREIRA, José Medeiros – Os Militares e a Evolução Política Interna e Externa (1974-1982). In BRITO, J. M. Brandão de (coord.) – *O país em Revolução*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001, pp. 11-61.

FERREIRA, José Medeiros – Partidos Políticos, Parceiros Sociais e o Desafio da CEE. In COELHO, Mário Baptista (coord.) – *Portugal – O Sistema Político e Constitucional*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1989, pp. 485-501.

FERREIRA, José Medeiros – Um Corpo perante o Estado: Militares e Instituições Políticas. In COELHO, Mário Baptista (coord.) – *Portugal – O Sistema Político e Constitucional*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1989, pp. 427-451.

FRANCO, António Sousa – O tempo crítico (1976-1985). In REIS, António (org.) – *Portugal. 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 206-257.

FREIRE, André; MEIRINHO, Manuel – Sistema eleitoral, de Partidos e de Governo: o caso português em perspectiva comparativa. In FREIRE, André (org.) *O Sistema Político Português: Século XIX-XXI*. Coimbra: Almedina, 2012, pp. 167-212.

GARCÊS, Ana Paula Santos Gil – O Príncipe Democrático. Uma análise das elites governantes e do processo político português (1974-2004) [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.], 2005. Tese de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais, apresentada ao Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa.

GASPAR, Carlos – O monarca republicano e a democracia portuguesa. In REZOLA, Maria Inácia; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) – *O eterno retorno: estudos em homenagem a António Reis*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2013, pp. 675-694.

GEORGE, João Pedro – *Mota Pinto, Biografia*. Lisboa: Contraponto, 2016.

GUIMARÃES, Alberto Laplaine; AYALA, Bernardo Diniz de; MACHADO, Manuel Pinto; ANTÓNIO, Miguel Félix – *Os Presidentes e os Governos da República no Século XX*. Lisboa: Caixa Geral de Depósitos/Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

LOBO, Marina Costa – *Governar em Democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

LOPES, Pedro Santana – P.P.D./P.S.D.: a dependência do carisma. In COELHO, Mário Baptista (coord.) – *Portugal: o Sistema Político e Constitucional 1974-87*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1989, pp. 181-192.

LOURENÇO, Eduardo – A Galáxia Ideológica no Pós-25 de Abril e as suas Raízes Culturais”. In COELHO, Mário Baptista (coord.) – *Portugal: o Sistema Político e Constitucional 1974-87*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1989, pp. 71-77.

LUCENA, Manuel de – Semi-presidencialismo: teoria geral e práticas portuguesas. In *Análise Social*. Vol. XXXI, N.º 138 (1996), pp. 831-892.

MAXWELL, Kenneth – *A Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Presença, 1999.

MIRANDA, Jorge – *A Constituição de 1976. Formação, Estrutura, Princípios Fundamentais*. Lisboa: Livraria Petrony, 1978.

MIRANDA, Jorge – *Da Revolução à Constituição – Memórias da Assembleia Constituinte*. Lisboa: Principia, 2015.

MIRANDA, Jorge – *Fontes e Trabalhos Preparatórios da Constituição*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1978.

NOVAIS, Jorge Reis – *Semipresidencialismo*, volume II, *O Sistema Semipresidencial Português*. Coimbra: Almedina, 2010.

PEREIRA, André Gonçalves – *O Semipresidencialismo em Portugal*. Lisboa: Ática, 1984.

PEREIRA, António Maria, *O Pensamento de Sá Carneiro em Política Externa*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1981.

PINTASILGO, Maria de Lourdes – *Dimensões da Mudança*. Porto: Afrontamento, 1985.

PINTO, Mário Vieira – *O General Ramalho Eanes e a História recente de Portugal*, volume I. Lisboa: Âncora, 2014.

PIRES, Francisco Lucas – O Sistema de Governo: sua Dinâmica. In COELHO, Mário Baptista (coord.) – *Portugal – O Sistema Político e Constitucional*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1989, pp. 291-319.

REIS, António – O Partido Socialista no poder e na oposição: da dialéctica com o projecto nacional-militar à dialéctica com o eanismo. In COELHO, Mário Baptista (coord.) – *Portugal – O Sistema Político e Constitucional*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1989, pp. 111-146.

REZOLA, Maria Inácia – *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.

REZOLA, Maria Inácia – Na retaguarda do PS: combates pela democracia. In REZOLA, Maria Inácia; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) – *O eterno retorno: estudos em homenagem a António Reis*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2013, pp. 651-673.

REZOLA, Maria Inácia – *Os Militares na Revolução de Abril – O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.

REZOLA, Maria Inácia – Um país em revolução. ALMEIDA, Paula Cardoso (coord.) – *O regresso à Metrópole*. Vila do Conde: Verso da História, 2015, pp. 4-19.

SCHMITTER, Philippe C. – Perigos, dilemas e perspectivas da consolidação da democracia. In *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 1999, pp. 469-498.

SOUSA, Marcelo Rebelo de – *O Sistema de Governo Português*. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1992.

STOCK, Maria José de Souza Dias Fernández – Elites, Facções e Conflito Intrapartidário. O PPD/PSD e o Processo Político Português de 1974 a 1975, volume 2 [Texto policopiado]. Évora: [s.n.], 1989. Tese de Doutoramento em Sociologia Política apresentada à Universidade de Évora.

STOCK, Maria José de Souza Dias Fernández – O centrismo político e os partidos do poder em Portugal. In COELHO, Mário Baptista (coord.) – *Portugal – O Sistema Político e Constitucional*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1989, pp. 147-179.

TAVARES, Isabel – *Ramalho Eanes – O Último General*. Lisboa: Dom Quixote, 2017.

D. Estudos sobre cooperação, europeísmo e política externa

ALEXANDRE, Valentim – A África no Imaginário Político Português (sécs. XIX-XX)”. In *Penélope*. N.º 15 (1995), pp. 39-52.

ALEXANDRE, Valentim – *Velho Brasil novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000.

ANTUNES, José Freire – *O Factor Africano*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1990.

BERGER, Mark T. – After the Third World? History, destiny and the fate of Third Worldism. In *Third World Quarterly*. Vol. 25, N.º 1, (2004), pp. 9-39.

CARVALHO, Thiago – *Identidades de ânimos, diferenças de propósitos. As relações entre Portugal e o Brasil (1974-1985)* [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.], 2016. Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada ao Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresa.

CLARENCE-SMITH, Gervase – *O III Império Português. 1825-1975*. Lisboa: Teorema, 1990.

CONSTÂNCIO, Vítor – Portugal e a opção europeia. In FERREIRA, José Medeiros (coord.) – *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, pp. 39-61.

CUNHA, Alice da Conceição Monteiro Pita Brito da – A Descoberta da Europa – A Adesão de Portugal às Comunidades Europeias [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.], 2006.

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

CUNHA, Alice da Conceição Monteiro Pita Brito da – O Alargamento Ibérico da Comunidade Económica Europeia: A Experiência Portuguesa [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.]: 2012. Tese de Doutoramento em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

FERREIRA, José Medeiros – Aspectos internacionais da Revolução Portuguesa. In *Prospectivas: Revista Social-Democrata de Intervenção e Formação Cultural*. N.º 2, (1980), pp. 8-13.

FERREIRA, José Medeiros – Descolonização e Política Externa Portuguesa. In ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL (org.) – *Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 391-396.

FERREIRA, José Medeiros – *Portugal em transe: notas de política internacional e política de defesa*, Aveiro, Pandora, 1985.

FERREIRA, José Medeiros – *Posição de Portugal no Mundo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa – As dimensões internacionais e o fim do império colonial português. Temas, problemas e perspectivas. In *Portugal e o Fim do Colonialismo. Dimensões Internacionais*. Lisboa: edições 70, 2014, pp. 9-14.

LEITE, Luís Ferreira – *Introdução ao Direito da Cooperação*. Lisboa: Moraes, 1979.

MACDONALD, Scott B. – *European Destiny, Atlantic Transformations. Portuguese Foreign Policy under the second republic 1974-1992*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1993.

MACQUEEN, Norrie – A Community of Illusions? Portugal, the CPLP and Peacemaking in Guiné-Bissau In *International Peacemaking*. Vol. 10, N.º 2, (2003), pp. 1-26.

MAGALHÃES, Manuel Campos Robalo Leite de – Belém e São Bento nas Relações Externas Pós-Coloniais Portuguesas (1976-1982) [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.], 2012. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MARTINS, Maria Ângela N. Rocha – *A Convenção de Lomé I*. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1980.

OLIVEIRA, Pedro Aires – A Política Externa. In ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário Artur; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) – *O Adeus ao Império: 40 anos de Descolonização Portuguesa*. Lisboa: Vega, 2015, pp. 60-77.

PINTASILGO, Maria de Lourdes – Principais Reflexos da Descolonização nas Relações Externas de Portugal. In ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL (org.) – *Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 397-404.

PINTO, António Costa – *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização*. Lisboa: Horizonte, 2001.

PINTO, António Costa – Portugal: da África à Europa. In ALMEIDA, Paula Cardoso (coord.) – *O drama da integração*. Vila do Conde: Verso da História, 2015, pp. 4-17.

PINTO, Jaime Nogueira – *Jogos Africanos*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008.

PINTO, José Filipe – *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*, volume 1 [Texto policopiado]. Covilhã: [s.n.], 2004. Dissertação de Doutoramento em Sociologia apresentada à Universidade da Beira Interior.

RATO, Vasco – A Revolução de Abril na Política Externa. In ALMEIDA, João Marques de; RAMOS, Rui (coord.) – *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal. Séc. XIX-XX*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 2008, pp. 195-222.

ROLO, José Manuel – *Redescobrir a África: cooperação portuguesa no contexto da cooperação internacional para o desenvolvimento*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1987.

SÁ, Tiago Moreira de – *Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015.

SEBASTIÃO, Dina Sofia Neves – Mário Soares: pensamento e acção [Texto policopiado]. Coimbra: [s.n.], 2010. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SILVA, António Martins da – Fazer a História do Tempo Presente: Portugal e a Construção Europeia. In ENCARNAÇÃO, José d' – *A História Tal Qual Se Faz*. Lisboa: Edições Colibri, 2003, pp. 237-255.

SOUSA, Vinício de – Parâmetros para a Política Externa portuguesa em África após a Descolonização e de Acordo com o Espírito do 25 de Abril. In ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL (org.) – *Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 383-386.

TEIXEIRA, Nuno Severiano – Entre a África e Europa: a Política Externa Portuguesa 1890-2000. In PINTO, António Costa (coord.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa, Dom Quixote, 2005, pp. 87-116.

TEIXEIRA, Nuno Severiano – O 25 de Abril e a política Externa Portuguesa. In *Relações Internacionais*. N.º 1, (Março de 2004), pp. 5-12.

TEIXEIRA, Nuno Severiano; PINTO, António Costa (ed.) – *The Europeanization of Portuguese Democracy*. New York: Columbia University Press, 2012.

TELES, José Manuel Galvão – A Revolução e a Política Externa. FERREIRA, José Medeiros (coord.), *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*. Lisboa: Colibri, 2001, pp. 29-36.

TELO, António José – *Portugal e a NATO*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

E. Estudos sobre o Império, a descolonização e identidade pós-colonial

ADAMOPOULOS, Sarah – *Voltar. Memória do Colonialismo e da Descolonização*. Lisboa: Planeta, 2011.

ALMEIDA, Miguel Vale de – O Atlântico Pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso «lusófono». In BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de, FELDMAN-BRANCO, Bela – *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002, pp. 23-37.

BETTENCOURT, Francisco – Desconstrução da memória imperial: literatura, arte e historiografia”. In RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (org.) – *Fantasma e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2003, pp. 69-81.

BUETTNER, Elizabeth – *Europe After Empire*, Cambridge, Cambridge University Press, 2016.

BUSH, Barbara – *Imperialism and postcolonialism*. Harlow: Pearson, 2006.

CARDOSO, Miguel Esteves – Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano. In *Análise Social*. Vol XVIII. N.ºs 72-73-74, (1982), pp. 1399-1408.

CASTELO, Cláudia – *O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1999.

CHOI, Sung-Eun – *Decolonization and the French of Algeria: Bringing the Settler Colony Home*. Cambridge: Palgrave Macmillan, 2016.

CLARA, Fernando – O fim da Europa. Onde a nação acaba e o império começa. In SANCHES, Manuela Ribeiro (org.) – *Portugal não é um país pequeno – Contar o Império na pós-colonialidade*. Lisboa: Cotovia, 2006, pp. 271-283.

COOPER, Frederick – *Colonialism in Question, Theory, Knowledge, History*. London: University of California Press, 2005.

CORREIA, Pedro Pizarat – A Descolonização. In REIS, António (org.) – *Portugal. 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 40-73.

CORREIA, Pedro Pizarat – Descolonização. In BRITO, J. M. Brandão de (dir.) – *Do Marcelismo ao Fim do Império*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999, pp. 101-224.

CORREIA, Pedro Pizarat – O Processo de Descolonização de Angola do «25 Abril» ao «Alvor». In ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL (org.) – *Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 353-358.

COUTINHO, António Rosa – Notas sobre a Descolonização de Angola. In ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL (org.) – *Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 359-366.

COUTO, Fernando Amado – *Moçambique 1974: O Fim do Império e o nascimento da Nação*. Lisboa: Editorial Caminho, 2011.

CRAVINHO, João Gomes – Les Relations Post-Coloniales Portugaises. In *Pôle Sud*. N.º 22, (Maio de 2005), pp. 89-100.

CRESPO, Vítor – Descolonização de Moçambique. In ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL (org.) – *Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 319-337.

CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da – A “especificidade” do pós-colonialismo português. In CONGRESSO DA APLC, VI, Braga, 2008 – *Actas*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2008, pp. [1-12].

DIAS, Nuno – «A mão esquerda» do estado pós-colonial: o papel do IARN nas dinâmicas de incorporação das populações retornadas. In PERALTA, Elsa; GÓIS, Bruno; OLIVEIRA, Joana (coord.) – *Retornar. Traços de Memória do Fim do Império*. Lisboa: Edições 70, 2017, pp. 121-140.

DROUX, Arnaldo Eduardo da Silva – Os Repatriados da Descolonização Portuguesa [Texto policopiado]. Porto, [s.n.], 1986. Dissertação de Mestrado em Psiquiatria apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

FABIÃO, Carlos – A Descolonização na Guiné-Bissau. Spínola: a Figura Marcante. In ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL (org.) – *Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 305-311.

FERREIRA, Ana Paula – Specificity without Exceptionalism: Towards a Critical Lusophone Postcoloniality. In MEDEIROS, Paulo de (org.) – *Postcolonial Theory and Lusophone Literatures*. Utrecht: Portuguese Studies Center, 2007, pp. 21-40.

FERREIRA, Manuel Enes – *Angola – Portugal: Do Espaço económico português às Relações pós-coloniais*. Lisboa: Escher, 1990.

FONSECA, Ana Margarida Godinho da – *Percursos da identidade: representações da nação na literatura pós-colonial de língua portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

GARCIA, Rita – *Os Que vieram de África*. Alfragide: Oficina do Livro, 2012.

GÓIS, Bruno – Retornar à Pergunta «O que Faz partir as Gentes?». In PERALTA, Elsa; GÓIS, Bruno; OLIVEIRA, Joana (coord.) – *Retornar. Traços de Memória do Fim do Império*. Lisboa: Edições 70, 2017, pp. 85-98.

GOMES, Francisco Manuel – *Memórias de uma Guerra Inacabada. Portugal, os Estados Unidos e o Processo de Descolonização Angolano*. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

GRAHAM, Lawrence S. – O Estado Português visto a partir de baixo. In *Análise Social*. Vol XVIII. N.ºs 72-73-74, (1982), pp. 959-974.

GUERRA, João Paulo – *Descolonização Portuguesa – O Regresso das Caravelas*. Alfragide: Oficina do Livro, 2009.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio – *Império*. Lisboa: Livros do Brasil, 2004.

HARSGOR, Michael – Aftereffects of an 'Exemplary Decolonization'. In *Journal of Contemporary History*. Vol. 15, N.º 1, (1980), pp. 143-167.

HENRIQUES, Joana Gorjão – *Racismo em Português – o lado esquecido do Colonialismo*. Lisboa: Tinta-da-China, 2016.

KALTER, Christoph – Gente pós-colonial: quem eram os Retornados. In PERALTA, Elsa; GÓIS, Bruno; OLIVEIRA, Joana (coord.) – *Retornar. Traços de Memória do Fim do Império*. Lisboa: Edições 70, 2017, pp. 101-120.

MACHAQUEIRO, Mário Artur – Memórias em Conflito ou o Mal-Estar da Descolonização. In ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário Artur; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) – *O Adeus ao Império: 40 anos de Descolonização Portuguesa*. Lisboa: Vega, 2015, pp. 227-245.

MACQUEEN, Norrie – *A Descolonização da África Portuguesa: A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império*. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1998.

MATA, Inocência – Estranhos em Permanência: A negociação da identidade portuguesa na pós-colonialidade. In SANCHES, Manuela Ribeiro (org.) – *Portugal não é um país pequeno – Contar o Império na pós-colonialidade*. Lisboa: Cotovia, 2006, pp. 285-315.

MAXWELL, Keneth (ed.) – *Portugal in the 1980's. Dilemmas of Democratic Consolidation*. Westport: Greenwood Press, 1986.

MEDEIROS, Paulo de – Apontamentos para conceptualizar uma Europa pós-colonial. In SANCHES, Manuela Ribeiro (org.) – *Portugal não é um país pequeno – Contar o Império na pós-colonialidade*. Lisboa: Cotovia, 2006, pp. 339-356.

MOITA, Luís – Elementos para um balanço da descolonização portuguesa. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.ºs 15/16/17, (Maio de 1985), pp. 501-509.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; PINTO, António Costa – A Identidade Nacional portuguesa. In PINTO, António Costa (coord.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa, Dom Quixote, 2005, pp. 51-65.

NEWITT, Malyn – Os partidos nacionalistas africanos no tempo da revolução. In ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário Artur; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) – *O Adeus ao Império: 40 anos de Descolonização Portuguesa*. Lisboa: Vega, 2015, pp. 25-43.

NÓBREGA, Álvaro – *A luta pelo poder na Guiné Bissau*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2003.

OLIVEIRA, César – *Portugal, dos quatro cantos do Mundo à Europa: a descolonização (1974-76) – Ensaio e documentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de – O «Retorno». In *A Descolonização Portuguesa – Aproximação ao seu estudo*, volume 2. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1982, pp. 267-290.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de – Problemas de Estatuto Pessoal envolvido. In *A Descolonização Portuguesa – Aproximação ao seu estudo*, volume 2. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1982, pp. 315-325.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (dir.) – *A Descolonização Portuguesa – Aproximação ao seu estudo*, volume 1. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1979.

OLIVEIRA, Pedro Aires – A descolonização portuguesa: o *puzzle* internacional. In ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário Artur; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) – *O Adeus ao Império: 40 anos de Descolonização Portuguesa*. Lisboa: Vega, 2015, pp. 60-77.

OLIVEIRA, Pedro Aires – Decolonization in Portuguese Africa. In *African History* [em linha]. Oxford: Oxford University Press, 2017, pp. 1-25. [Consultado a 21 de Novembro de 2017]. Disponível em WWW: <URL:<http://africanhistory.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780190277734.001.0001/acrefore-9780190277734-e-41>>.

OLIVEIRA, Pedro Aires – Uma Descolonização fora de horas. In COSTA, João Paulo de Oliveira e (coord.) – *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014, pp. 510-545.

PÉLISSIER, René – De Bissau a Balibó. In *Análise Social*. Vol. XXXVI, N.ºs 158-159, (2001), pp. 507-522.

PERALTA, Elsa – *Retornar ou Traços de Memória* num tempo Presente. In PERALTA, Elsa; GÓIS, Bruno; OLIVEIRA, Joana (coord.) – *Retornar. Traços de Memória do Fim do Império*. Lisboa: Edições 70, 2017, pp. 31-41.

PIMENTA, Fernando Tavares – Descolonização portuguesa: estado da arte, problemáticas e fontes. In *Revista Estudos do Século XX*. N.º 11 (2011), pp. 151-166.

PIRES, Rui Pena – Repatriamento e dinâmicas de mudança na sociedade portuguesa. In ALMEIDA, Paula Cardoso (coord.) – *O regresso à Metrópole*. Vila do Conde: Verso da História, 2015, pp. 118-23.

RAMOS, Rui – O Império que nunca existiu – a cultura da Descolonização em Portugal. c.1960-c.1980. In *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Vol. 28 (2007), pp. 429-478.

RAMOS, Rui Manuel Moura – Nacionalidade e Descolonização (Algumas Reflexões a propósito do Decreto-Lei n.º 308-A/75, de 24 de Junho). In *Estudos de Direito português da Nacionalidade*. Coimbra: Coimbra Editora, 2013, pp. 63-128.

REAL, Miguel – *O Pensamento Português Contemporâneo: 1890-2010*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2011.

REIS, Bruno Cardoso – Visões das forças políticas portuguesas sobre o fim do império, dois planos em confronto e uma política exemplar de descolonização. In ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário Artur; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) – *O Adeus ao Império: 40 anos de Descolonização Portuguesa*. Lisboa: Vega, 2015, pp. 78-101.

REITER, Bernd – Portugal: national pride and imperial neuroses. In *Race & Class*. [s.l.]. N.º 47 (2005), pp. 79-91.

RIBEIRO, Margarida Calafate – *Uma História de Regressos, Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

RIBEIRO, Raquel – O retorno, uma cartografia emocional ainda por escrever. In ALMEIDA, Paula Cardoso (coord.) – *O drama da integração*. Vila do Conde: Verso da História, 2015, pp. 106-126.

SANTOS, Boaventura Sousa – Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In RAMALHO, Irene; RIBEIRO, António Sousa (org.) – *Entre Ser e Estar – Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto: Afrontamento, 2001, pp. 23-85.

SHEPARD, Todd – *The Invention of Decolonization: The Algerian War and the Remaking of France*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

SHIPWAY, Martin – *Decolonization and its impact: a comparative approach to the end of the colonial empires*. Oxford: Blackwell, 2008.

TOMÁS, António – Descolonizar o ‘indescolonizável’? Portugal e as independências africanas. In PERALTA, Elsa; GÓIS, Bruno; OLIVEIRA, Joana (coord.) – *Retornar. Traços de Memória do Fim do Império*. Lisboa: Edições 70, 2017, pp. 343-352.

YOUNG, Crawford – Imperial Ending and Small States. In JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa (ed.) – *The ends of European colonial empires – cases and comparisons*. Hampshire: Palgrave, 2015, pp. 101-125.

VIII. Anexos

VIII.1. Tabela de Grupos parlamentares na I Legislatura, por acto eleitoral⁹¹⁴

		Legislativas de 25 de Abril de 1976 1.ª a 3.ª Sessão – 1976-1979			Intercalares de 2 de Dezembro de 1979 4.ª Sessão – 1980		
		Eleitos	Substitutos	Total	Eleitos	Substitutos	Total
PS		99	50	149	74	13	87
	(ind.)	8	-	8	-	-	-
PPD/PSD		42	25	67	79	23	102
	(ind.)	31	6	37	1	-	1
CDS		40	10	50	43	32	75
	(ind.)	2	-	2	-	-	-
PCP		40	15	55	44	11	55
UDP		1	1	2	1	-	1
PPM					5	1	6
MDP/CDE					3	3	6
		263	107	370	250	83	333

⁹¹⁴ Fonte: *DAR*, I, 1976-1980.

VII.2. Tabela de Grupos parlamentares na I Legislatura: isolamento da frequência absoluta de deputados repetentes⁹¹⁵

		Assembleia de 1976	Assembleia de 1979	Ambas as Assembleias	Total
PS		87	26	61	174
	(ind.)	7	-	-	7
PPD/PSD		41	74	26	142
	(ind.)	37	1	-	37
CDS		20	45	30	95
	(ind.)	2	-	-	2
PCP		25	25	30	80
UDP		2	1	-	3
PPM		-	6	-	6
MDP/CDE		-	6	-	6
Outros ⁹¹⁶				2	2
Total		221	184	149	554

⁹¹⁵ Fonte: *DAR*, I, 1976-1980.

⁹¹⁶ Deputados que transitam de partidos. Medeiros Ferreira transita dos dissidentes socialistas (última condição enquanto parlamentar) para o Agrupamento de Reformadores, nas listas do PPD/PSD; Nuno Godinho de Matos passa do PS para o mesmo Agrupamento.

VIII.3. Relação de deputados da I Legislatura⁹¹⁷

A. Assembleia da República Eleita a 25 de Abril de 1976

A.1. PS (149 deputados)

a) Eleitos (99 deputados)

1. Adelino Teixeira de Carvalho (Porto)
2. Agostinho Martins do Vale (Porto)
3. Albano Pereira da Cunha Pina (Castelo Branco)
4. Alberto Arons Braga de Carvalho (Lisboa)
5. Alberto Augusto Martins da Silva Andrade (Porto)
6. Alberto Marques Antunes (Setúbal)
7. Alberto Marques de Oliveira e Silva (Viana do Castelo)
8. Alcides Strecht Monteiro (Aveiro)
9. Alfredo Fernando Carvalho (Setúbal)
10. Alfredo Pinto da Silva (Castelo Branco)
11. Álvaro Monteiro (Viseu)
12. António Barros dos Santos (Guarda)
13. António Cândido de Miranda Macedo (Porto)
14. António Carlos Ribeiro Campos (Coimbra)
15. António Chaves Medeiros (Vila Real)
16. António Duarte Arnault (Coimbra)
17. António Fernandes da Fonseca (Porto)
18. António Fernando Marques Ribeiro Reis (Santarém)
19. António Francisco Barroso de Sousa Gomes (Bragança)
20. António Jorge Moreira Portugal (Coimbra)
21. António José Pinheiro da Silva (Portalegre)
22. António José Sanches Esteves (Faro)
23. António Machado Rodrigues (Évora)
24. António Manuel de Oliveira Guterres (Castelo Branco)
25. António Manuel Maldonado Gonelha (Setúbal)
26. Aquilino Ribeiro Machado (Lisboa)
27. Armando dos Santos Lopes (Viseu)
28. Armando Filipe Cerejeira Pereira Bacelar (Braga)

⁹¹⁷ Fonte: *DAR*, I, 1976-1980.

29. Avelino Ferreira Loureiro Zenha (Aveiro)
30. Beatriz Magalhães de Almeida Cal Brandão (Porto)
31. Bento Elísio de Azevedo (Porto)
32. Carlos Alberto Andrade Neves (Lisboa)
33. Carlos Cardoso Laje (Porto)
34. Carlos Manuel da Costa Moreira (Lisboa)
35. Carlos Manuel Natividade da Costa Candal (Aveiro)
36. Delmiro Manuel de Sousa Carreira (Lisboa)
37. Edmundo Pedro (Lisboa)
38. Eduardo Ribeiro Pereira (Guarda)
39. Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar (Porto)
40. Etelvina Lopes de Almeida (Évora)
41. Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes (Faro)
42. Fernando Jaime Pereira de Almeida (Porto)
43. Fernando Reis Luís (Faro)
44. Fernando Tavares Loureiro (Lisboa)
45. Florival da Silva Nobre (Lisboa)
46. Francisco António Barracosa (Faro)
47. Francisco de Almeida Salgado Zenha (Porto)
48. Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto (Lisboa)
49. Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto (Lisboa)
50. Francisco Soares Mesquita Machado (Braga)
51. Herculano Rodrigues Pires (Setúbal)
52. Herlânder dos Santos Estrela (Lisboa)
53. Jaime José Matos Gama (Ponta Delgada)
54. Jerónimo Silva Pereira (Braga)
55. João Alfredo Félix Vieira de Lima (Europa)
56. João Joaquim Gomes (Lisboa)
57. João Soares Louro (Lisboa)
58. Joaquim Jorge de Pinho Campinos (Funchal)
59. Joaquim José Catanho de Meneses (Lisboa)
60. Joaquim Manuel Barros de Sousa (Coimbra)
61. Joaquim Oliveira Rodrigues (Braga)
62. Joaquim Sousa Gomes Carneiro (Porto)
63. Jorge Augusto Barroso Coutinho (Braga)
64. José Borges Nunes (Angra do Heroísmo)
65. José Cândido Rodrigues Pimenta (Porto)
66. José de Melo Torres Campos (Lisboa)
67. José Gomes Fernandes (Porto)
68. José Luís do Amaral Nunes (Porto)

69. José Manuel Nisa Antunes Mendes (Santarém)
70. José Maria Parente Mendes Godinho (Santarém)
71. José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão (Lisboa)
72. Júlio Francisco Miranda Calha (Portalegre)
73. Luís Abílio da Conceição Cacito (Beja)
74. Luís Filipe Nascimento Madeira (Faro)
75. Luís Manuel Cidade Pereira de Moura (Portalegre)
76. Manuel Alegre de Melo Duarte (Coimbra)
77. Manuel Alfredo Tito de Moraes (Viana do Castelo)
78. Manuel Branco Ferreira Lima (Santarém)
79. Manuel da Mata Cáceres (Setúbal)
80. Manuel do Carmo Mendes (Lisboa)
81. Manuel Francisco da Costa (Coimbra)
82. Manuel Joaquim de Paiva Pereira Pires (Porto)
83. Manuel Lencastre Meneses de Sousa Figueiredo (Porto)
84. Manuel Pereira Dias (Santarém)
85. Maria de Jesus Simões Barroso Soares (Santarém)
86. Maria Emília de Melo Moreira da Silva (Porto)
87. Mário Alberto Nobre Lopes Soares (Lisboa)
88. Mário António da Mota Mesquita (Lisboa)
89. Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia (Lisboa)
90. Mário Manuel Cal Brandão (Aveiro)
91. Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos (Lisboa)
92. Pedro Amadeu de Albuquerque Santos Coelho (Faro)
93. Raul da Assunção Pimenta Rego (Braga)
94. Rodolfo Alexandrino Susano Crespo (Leiria)
95. Rui Paulo do Vale Valadares (Viseu)
96. Sérgio Augusto Nunes Simões (Lisboa)
97. Telmo Ferreira Neto (Leiria)
98. Vítor Manuel Ribeiro Constâncio (Lisboa)
99. Walter Ruivo Pinto Gomes Rosa (Leiria)

b) Substitutos (50 deputados)

1. Amadeu da Silva Cruz (Aveiro)
2. António Alberto Monteiro de Aguiar (Funchal)
3. António Magalhães da Silva (Braga)
4. António Riço Calado (Santarém)
5. Benjamim Nunes Leitão Carvalho (Setúbal)
6. Carlos Jorge Santos Ferreira (Lisboa)

7. Carlos Justino Luís Cordeiro (Lisboa)
8. David dos Santos Silva (Porto)
9. Dieter Dellinger (Lisboa)
10. Eurico Telmo de Campos (Porto)
11. Fernando Abel Simões (Coimbra)
12. Fernando Gomes Vasco (Coimbra)
13. Fernando João Ferreira de Carvalho (Santarém)
14. Fernando Luís de Almeida Torres Marinho (Coimbra)
15. Florêncio Joaquim Quintas Matias (Évora)
16. Francisco Alberto Pereira Ganhitas (Coimbra)
17. Francisco Cardoso Pereira de Oliveira (Angra do Heroísmo)
18. Francisco Igrejas Caeiro (Lisboa)
19. Francisco Patrocínio Martins (Bragança)
20. Gualter Viriato Nunes Basílio (Lisboa)
21. Henrique do Carmo Carminé (Viseu)
22. Henrique Manuel Velez Marques dos Santos (Lisboa)
23. João da Silva (Porto)
24. João do Rosário Barrento Henriques (Portalegre)
25. João Francisco Ludovico Costa (Setúbal)
26. João José de Carvalho Taveira Pinto (Portalegre)
27. João Luís Duarte Fernandes (Porto)
28. João Luís Medeiros (Ponta Delgada)
29. Joaquim da Costa Pinto (Beja)
30. José Alberto Menano Cardoso do Amaral (Guarda)
31. José dos Santos Francisco Vidal (Viana do Castelo)
32. José Ferreira Dionísio (Leiria)
33. José João Santana Campos Rodrigues (Lisboa)
34. José Macedo Fragateiro (Aveiro)
35. Ludovina das Dores Rosado (Portalegre)
36. Luís Alfredo Cardoso Monteiro (Viseu)
37. Luís José Godinho Cid (Lisboa)
38. Luís Patrício Rosado Gonçalves (Santarém)
39. Manuel Augusto de Jesus Lima (Viana do Castelo)
40. Manuel Barroso Proença (Faro)
41. Manuel dos Santos Cabanas (Faro)
42. Manuel João Cristino (Faro)
43. Maria Alzira de Lemos (Europa)
44. Maria Margarida Ramos de Carvalho (Coimbra)
45. Maria Teresa Vale de Matos Madeira Vidigal (Lisboa)
46. Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio (Lisboa)

47. Rui António Ferreira da Cunha (Lisboa)
48. Serafim Olindo Ramos Bastos (Porto)
49. Teófilo Carvalho dos Santos (Lisboa)
50. Vítor Manuel Fernandes Ribeiro de Almeida (Vila Real)

A.2. PS – *independentes* (8 deputados)

a) Eleitos (8 deputados)

1. António Jorge Oliveira Aires Rodrigues (Setúbal) – a 27 de Janeiro de 1977
2. António Miguel de Moraes Barreto (Vila Real) – a 6 de Novembro de 1978
3. António Poppe Lopes Cardoso (Beja) – a 8 de Setembro de 1978
4. Carmelinda Maria dos Santos Pereira (Lisboa) – a 27 de Janeiro de 1977
5. José Justiniano Tabuada Brás Pinto (Setúbal) – a 8 de Novembro de 1977
6. José Manuel de Medeiros Ferreira (Lisboa) – a 6 de Setembro de 1978
7. Reinaldo Jorge Vital Rodrigues (Aveiro) – a 8 de Novembro de 1977
8. Vasco da Gama Lopes Fernandes (Leiria) – a 8 de Março de 1979

A.3. PPD/PSD (67 deputados)

a) Eleitos (42 deputados)

1. Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes (Lisboa)
2. Albino Aroso Ramos (Porto)
3. Álvaro Barros Marques Figueiredo (Viseu)
4. Amândio Anes de Azevedo (Vila Real)
5. Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo (Porto)
6. Américo Natalino Pereira de Viveiros (Ponta Delgada)
7. António Augusto Lacerda de Queiroz (Porto)
8. António Júlio Correia Teixeira da Silva (Aveiro)
9. António Júlio Simões de Aguiar (Guarda)
10. António Moreira Barbosa de Melo (Coimbra)
11. Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas (Aveiro)
12. Cristóvão Guerreiro Norte (Faro)
13. Eduardo José Vieira (Porto)
14. Fernando José da Costa (Leiria)
15. Fernando José Cerqueira Roriz (Braga)
16. Francisco Manuel Lumbrals de Sá Carneiro (Porto)

17. Henrique Manuel de Pontes Leça (Funchal)
18. João Bosco Soares Mota Amaral (Ponta Delgada)
19. João Gabriel Soeiro de Carvalho (Viseu)
20. Joaquim da Silva Lourenço (Santarém)
21. Joaquim Guerra de Oliveira Alfaia (Viseu)
22. Jorge de Figueiredo Dias (Viseu)
23. Jorge Manuel Moura Loureiro de Miranda (Braga)
24. José Adriano Gago Vitorino (Faro)
25. José Ângelo Ferreira Correia (Aveiro)
26. José António Camacho (Funchal)
27. José Bento Gonçalves (Porto)
28. José Manuel Menéres Sampaio Pimentel (Lisboa)
29. José Rui Sousa Fernandes (Viana do Castelo)
30. José Theodoro Jesus da Silva (Fora da Europa)
31. Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho (Lisboa)
32. Manuel da Costa Andrade (Bragança)
33. Manuel Henriques Pires Fontoura (Vila Real)
34. Manuel Joaquim Moreira Moutinho (Porto)
35. Manuel Sérgio Garcia Vila-Lobos Meneses (Horta)
36. Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta (Lisboa)
37. Mário Júlio Montalvão Machado (Porto)
38. Nicolau Gregório de Freitas (Funchal)
39. Nuno Aires Rodrigues dos Santos (Lisboa)
40. Pedro Manuel Cruz Roseta (Castelo Branco)
41. Sebastião Dias Marques (Aveiro)
42. Vasco Valentim Baptista de Carvalho (Braga)

b) Substitutos (25 deputados)

1. Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos (Ponta Delgada)
2. António Coutinho Monteiro de Freitas (Aveiro)
3. António José dos Santos Moreira da Silva (Porto)
4. António Neves Anacleto (Lisboa)
5. Armando António Correia (Braga)
6. Augusto Nunes de Sousa (Funchal)
7. Carlos Alberto Coelho de Sousa (Viseu)
8. Casimiro Gomes Pereira (Santarém)
9. Cirilo Oliveira Marinho (Porto)
10. Fernando Barata Rocha (Castelo Branco)
11. Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira (Setúbal)

12. Jaime Adalberto Simões Ramos (Coimbra)
13. João José dos Santos Rocha (Porto)
14. João Manuel Medeiros Mateus (Vila Real)
15. João Vasco da Luz Botelho de Paiva (Ponta Delgada)
16. Joaquim Eduardo Gomes (Lisboa)
17. Jorge Ferreira de Castro (Aveiro)
18. José Afonso Gonçalves (Bragança)
19. José Alves da Cunha (Leiria)
20. José Augusto Almeida de Oliveira Baptista (Santarém)
21. Justino Manuel da Costa Madeira (Ponta Delgada)
22. Maria Élia Brito Câmara (Funchal)
23. Maria Rita Simões de Almeida Peixoto Magalhães de Lima Vidal (Braga)
24. Nuno Gil Pires (Vila Real)
25. Paulo Manuel de Pitta e Cunha (Lisboa)

A.4. PPD/PSD – *independentes* (37 deputados)

a) Eleitos (31 deputados)

1. Amantino Marques Pereira de Lemos (Viana do Castelo) – a 4 de Abril de 1979
2. Américo de Sequeira (Viana do Castelo) – a 4 de Abril de 1979
3. António Augusto Gonçalves (Bragança) – a 4 de Abril de 1979
4. António Egídio Fernandes Loja (Funchal) – a 17 de Abril de 1979
5. António Joaquim Bastos Marques Mendes (Braga) – a 4 de Abril de 1979
6. António Joaquim Veríssimo (Vila Real) – a 4 de Abril de 1979
7. António Jorge Duarte Rebelo de Sousa (Lisboa) – a 4 de Abril de 1979
8. António Luciano Pacheco de Sousa Franco (Lisboa) – a 4 de Abril de 1979
9. Arcanjo Luís Nunes (Porto) – a 4 de Abril de 1979
10. Artur Videira Pinto da Cunha Leal (Lisboa) – a 4 de Abril de 1979
11. Fernando Adriano Pinto (Vila Real) – a 4 de Abril de 1979
12. Francisco Barbosa da Costa (Porto) – a 4 de Abril de 1979
13. Francisco Braga Barroso (Braga) – a 4 de Abril de 1979
14. Gabriel Ribeiro da Frada (Coimbra) – a 4 de Abril de 1979
15. João António Martelo de Oliveira (Coimbra) – a 4 de Abril de 1979
16. João Manuel Ferreira (Leiria) – a 4 de Abril de 1979
17. Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva Mota (Lisboa) – a 4 de Abril de 1979
18. José António Nunes Furtado Fernandes (Santarém) – a 4 de Abril de 1979
19. José Ferreira Júnior (Leiria) – a 4 de Abril de 1979
20. José Gonçalves Sapinho (Leiria) – a 4 de Abril de 1979

21. José Joaquim Lima Monteiro de Andrade (Santarém) – a 4 de Abril de 1979
22. José Júlio de Carvalho Ribeiro (Aveiro) – a 4 de Abril de 1979
23. João Lucílio Cacela Leitão (Europa) – a 4 de Abril de 1979
24. José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia (Castelo Branco) – a 4 de Abril de 1979
25. Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho (Guarda) – a 4 de Abril de 1979
26. Manuel Cunha Rodrigues (Aveiro) – a 4 de Abril de 1979
27. Mário Fernando de Campos Pinto (Lisboa) – a 4 de Abril de 1979
28. Olívio da Silva França (Porto) – a 4 de Abril de 1979
29. Ruben José de Almeida Martins Raposo (Angra do Heroísmo) – a 4 de Abril de 1979
30. Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete (Setúbal) – a 4 de Abril de 1979
31. Victor Hugo Mendes dos Santos (Coimbra) – a 4 de Abril de 1979

b) Substitutos (6 deputados)

1. Antídio das Neves Costa (Aveiro) – a 24 de Abril de 1979
2. António Manuel Barata Portugal (Coimbra) – a 4 de Abril de 1979
3. Francisco da Costa Lopes Oliveira (Viseu) – a 4 de Abril de 1979
4. José Alberto Ribeiro (Bragança) – a 4 de Abril de 1979
5. Júlio Maria Alves da Silva (Braga) – a 4 de Abril de 1979
6. Manuel Valentim Pereira Vilar (Porto) – a 4 de Abril de 1979

A.5. CDS (50 deputados)

a) Eleitos (40 deputados)

1. Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa (Porto)
2. Alcino Cardoso (Porto)
3. Alexandre Correia de Carvalho Reigoto (Vila Real)
4. Álvaro Dias de Sousa Ribeiro (Aveiro)
5. Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira (Viseu)
6. António Jacinto Martins Canaverde (Santarém)
7. António Simões Costa (Fora da Europa)
8. Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca (Braga)
9. Carlos Alberto Faria de Almeida (Guarda)
10. Carlos Martins Robalo (Lisboa)
11. Diogo Pinto de Freitas do Amaral (Lisboa)
12. Emídio Ferrão da Costa Pinheiro (Lisboa)
13. Emílio Leitão Paulo (Guarda)

14. Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia (Viana do Castelo)
15. Francisco António Lucas Pires (Porto)
16. Francisco Manuel Farromba Vilela (Castelo Branco)
17. Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias (Leiria)
18. Henrique José Cardoso de Meneses Pereira de Moraes (Braga)
19. João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca (Castelo Branco)
20. João da Silva Mendes Morgado (Viseu)
21. João Gomes de Abreu de Lima (Viana do Castelo)
22. João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida (Braga)
23. João Lopes Porto (Coimbra)
24. José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro (Braga)
25. José Luís Rebocho de Albuquerque Christo (Aveiro)
26. José Manuel Cabral Fernandes (Funchal)
27. José Manuel Macedo Pereira (Lisboa)
28. José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso (Lisboa)
29. Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho (Porto)
30. Luís Esteves Ramires (Bragança)
31. Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos (Viseu)
32. Maria José Paulo Sampaio (Aveiro)
33. Narana Sinai Coissoró (Lisboa)
34. Nuno Krus Abecasis (Lisboa)
35. Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena (Leiria)
36. Rui Fausto Fernandes Marrana (Bragança)
37. Rui Garcia de Oliveira (Porto)
38. Victor Afonso Pinto da Cruz (Lisboa)
39. Victor António Augusto Nunes de Sá Machado (Aveiro)
40. Walter Francisco Burmester Cudell (Porto)

b) Substitutos (10 deputados)

1. Abel Fernando Coelho Santiago (Lisboa)
2. Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues (Porto)
3. Álvaro Manuel Brandão Estevão (Guarda)
4. António João Pistacchini Gomes Moita (Lisboa)
5. Caetano Maria Dias da Cunha Reis (Coimbra)
6. Domingos da Silva Pereira (Braga)
7. João Manuel Korrodi Gomes da Silva Gravato (Leiria)
8. Joaquim António da Fonseca Pinto de Castelo Branco (Castelo Branco)
9. Maria Margarida Ribeiro Garcês da Silva Ventura (Fora da Europa)
10. Rui Mendes Tavares (Aveiro)

A.6. CDS – *independentes* (2 deputados)

a) Eleitos (2 deputados)

1. Carlos Galvão de Melo (Viseu) – a 18 de Março de 1979
2. José Cunha Simões (Santarém) – 13 de Agosto de 1979

A.7. PCP (55 deputados)

a) Eleitos (40 deputados)

1. Álvaro Augusto Veiga de Oliveira (Lisboa)
2. Álvaro Barreirinhas Cunhal (Lisboa)
3. Américo Lázaro Leal (Setúbal)
4. Ângelo Matos Mendes Veloso (Porto)
5. António Dias Lourenço da Silva (Coimbra)
6. António Marques Matos Zuzarte (Setúbal)
7. Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas (Lisboa)
8. Carlos Alfredo de Brito (Lisboa)
9. Carlos Campos Rodrigues da Costa (Porto)
10. Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglês (Lisboa)
11. Custódio Jacinto Gingão (Évora)
12. Domingos Abrantes Ferreira (Setúbal)
13. Ercília Carreira Pimenta Talhadas (setúbal)
14. Fernanda Peleja Patrício (Beja)
15. Fernando de Almeida Sousa Marques (Setúbal)
16. Francisco Miguel Duarte (Beja)
17. Georgette de Oliveira Ferreira (Lisboa)
18. Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira (Setúbal)
19. Jaime dos Santos Serra (Setúbal)
20. Jerónimo Carvalho de Sousa (Lisboa)
21. Joaquim Gomes dos Santos (Leiria)
22. José Alves Tavares Magro (Lisboa)
23. José Manuel da Costa Carreira Marques (Beja)
24. José Manuel Maia Nunes de Almeida (Setúbal)
25. José Manuel Paiva Jara (Évora)
26. José Pedro Correia Soares (Lisboa)

27. José Rodrigues Vitoriano (Faro)
28. Lino Carvalho de Lima (Porto)
29. Manuel do Rosário Moita (Beja)
30. Manuel Duarte Gomes (Setúbal)
31. Manuel Gonçalves (Lisboa)
32. Manuel Mendes Nobre de Gusmão (Évora)
33. Maria Alda Barbosa Nogueira (Lisboa)
34. Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira (Portalegre)
35. Octávio Floriano Rodrigues Pato (Santarém)
36. Raul Luís Rodrigues (Évora)
37. Severiano Pedro Falcão (Lisboa)
38. Vital Martins Moreira (Lisboa)
39. Vítor Henrique Louro e Sá (Santarém)
40. Vítor Manuel Benito da Silva (Lisboa)

b) Substitutos (15 deputados)

1. António Joaquim Navalha Garcia (Lisboa)
2. António Luís Mendonça de Freitas Monteiro (Porto)
3. António Marques Pedrosa (Lisboa)
4. António Pedro Valverde Martins (Beja)
5. Carlos Augusto Pinhão Correia (Santarém)
6. Diamantino José Dias (Évora)
7. Eduardo Sá Matos (Porto)
8. Fernando Caseiro Vendeirinho (Leiria)
9. João da Silva Rocha Gonçalves (Porto)
10. João Terroso Neves (Porto)
11. José Cavalleira Antunes (Lisboa)
12. Manuel Francisco Augusto Ramos (Setúbal)
13. Manuel Pereira Franco (Porto)
14. Manuela Fernanda Machado dos Santos Nunes (Lisboa)
15. Zita Maria Seabra Roseiro (Lisboa)

A.8. UDP (2 deputados)

a) Eleito (1 deputado)

1. Acácio Manuel de Frias Barreiros (Lisboa)

b) Substituto (1 deputado)

1. Manuel Augusto Monteiro (Lisboa)

B. Assembleia da República Eleita a 2 de Dezembro de 1979

B.1. PPD/PSD (102 deputados)

a) Eleitos (79 deputados)

1. Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes (Lisboa)
2. Alcino Cabral Barreto (Madeira)
3. Álvaro Barros Marques de Figueiredo (Viseu)
4. Amândio Anes de Azevedo (Vila Real)
5. Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo (Porto)
6. Américo Abreu Dias (Porto)
7. António Alberto Correia Cabecinha (Lisboa)
8. António Augusto Lacerda de Queirós (Porto)
9. António Duarte e Duarte Chagas (Beja)
10. António José Baptista Cardoso e Cunha (Leiria)
11. António José Ribeiro Carneiro (Porto)
12. António José dos Santos Moreira da Silva (Porto)
13. António Maria de Ornelas Ourique Mendes (Açores)
14. António Maria Pereira (Fora da Europa)
15. António Pinto Bastos Patrício Gouveia (Lisboa)
16. Armando Adão e Silva (Aveiro)⁹¹⁸
17. Armando António Correia (Braga)
18. Arménio dos Santos (Lisboa)
19. Carlos Manuel Pereira de Pinho (Braga)
20. Carlos Matos Chaves de Macedo (Braga)
21. Casimiro António Pires (Bragança)
22. Cecília Pita Catarino (Madeira)
23. Cristóvão Guerreiro Norte (Faro)
24. Daniel Abílio Ferreira Bastos (Vila Real)
25. Eleutério Manuel Alves (Bragança)
26. Fernando José da Costa (Leiria)
27. Fernando José Sequeira Roriz (Braga)

⁹¹⁸ Reformador.

28. Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira (Lisboa)
29. Fernando Monteiro do Amaral (Viseu)
30. Fernando Raimundo Rodrigues (Aveiro)
31. Francisco José Pereira Pinto de Balsemão (Porto)
32. Francisco Manuel Lumbrals de Sá Carneiro (Lisboa)
33. Germano da Silva Domingos (Açores)
34. Henrique Alberto Freitas do Nascimento Rodrigues (Lisboa)
35. Jaime Adalberto Simões Ramos (Coimbra)
36. João Baptista Machado (Braga)
37. João Bosco Soares Mota Amaral (Açores)
38. João Luís Malato Correia (Portalegre)
39. Joaquim Manuel Cabrita Neto (Faro)
40. Joaquim Marques Gaspar Mendes (Coimbra)
41. José Adriano Gago Vitorino (Faro)
42. José Ângelo Ferreira Correia (Aveiro)
43. José da Assunção Marques (Guarda)
44. José Bento Gonçalves (Porto)
45. José Henrique Cardoso (Santarém)
46. José Manuel Cochofel Pereira da Silva (Santarém)
47. José Manuel de Medeiros Ferreira (Lisboa)⁹¹⁹
48. José Manuel Menéres Sampaio Pimentel (Lisboa)
49. José Maria da Silva (Madeira)
50. José da Silva Domingos (Viana do Castelo)
51. José Theodoro Jesus da Silva (Europa)
52. Júlio de Lemos de Castro Caldas (Viana do Castelo)
53. Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida (Santarém)
54. Luís António Martins (Viseu)
55. Manuel António Araújo dos Santos (Porto)
56. Manuel António Lopes Ribeiro (Porto)
57. Manuel Henriques Pires Fontoura (Vila Real)
58. Manuel Maria Portugal da Fonseca (Aveiro)
59. Manuel Pereira (Coimbra)
60. Maria Adelaide Santos de Almeida Paiva (Lisboa)
61. Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta (Setúbal)
62. Maria Manuela Simões Saraiva (Coimbra)
63. Marília Dulce Coelho Pires Morgado Raimundo (Guarda)
64. Mário Dias Lopes (Castelo Branco)
65. Mário Ferreira Bastos Raposo (Coimbra)
66. Mário Júlio Montalvão Machado (Porto)

⁹¹⁹ Reformador.

67. Mário Martins Adegas (Aveiro)
68. Miguel Camolas Pacheco (Setúbal)
69. Natália de Oliveira Correia (Lisboa)
70. Nicolau Gregório de Freitas (Madeira)
71. Nuno Aires Rodrigues dos Santos (Lisboa)
72. Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos (Santarém)⁹²⁰
73. Pedro Manuel Cruz Roseta (Castelo Branco)
74. Pelágio Eurico de Assunção Matos Lopes de Madureira (Porto)⁹²¹
75. Reinaldo Alberto Ramos Gomes (Leiria)
76. Rui Alberto Barradas do Amaral (Porto)
77. Rui Manuel Lemos Garcia da Fonseca (Leiria)
78. Valdemar Cardoso Alves (Aveiro)
79. Victor Pereira Crespo (Leiria)

b) Substitutos (23 deputados)

1. Amândio Santa Cruz Basto Oliveira (Braga)
2. Carlos Manuel de Sousa Encarnação (Coimbra)
3. Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho (Lisboa)
4. Daniel da Cunha Dias (Faro)
5. Dinah Serrão Alhandra (Lisboa)
6. Fernando dos Reis Condesso (Santarém)
7. Francisco Mendes da Costa (Setúbal)
8. Germano Lopes Cantinho (Viana do Castelo)
9. Hermenegildo José da Silva Tavares (Porto)
10. João António Sousa Domingues (Leiria)
11. João Aurélio Dias Mendes (Leiria)
12. Jorge Rook de Lima (Bragança)
13. José Alberto Mendes (Lisboa)
14. José Baptista Pires Nunes (Leiria)
15. José Luís Figueiredo Lopes (Fora da Europa)
16. Manuel Antunes Lomba (Braga)
17. Manuel Bento Sousa Silva (Viana do Castelo)
18. Manuel da Silva Leça (Madeira)
19. Manuel Ferreira Martins (Porto)
20. Manuel Luís Fernandes Malaquias (Lisboa)
21. Manuel Maria Moreira (Porto)

⁹²⁰ Reformador.

⁹²¹ Reformador.

22. Maria de Lurdes Marques Simões da Silva (Coimbra)
23. Mário Marques Ferreira Maduro (Coimbra)

B.2. PPD/PSD – *independente* (1 deputado)

a) Eleito (1 deputado)

1. Francisco José de Sousa Tavares (Évora)⁹²² – a 28 de Junho de 1980

B.3. PS (87 deputados)

a) Eleitos (74 deputados)

1. Adelino Teixeira de Carvalho (Porto)
2. Agostinho de Jesus Domingues (Braga)
3. Albano Pereira da Cunha Pina (Castelo Branco)
4. Alberto Arons Braga de Carvalho (Lisboa)
5. Alberto Marques Antunes (Setúbal)
6. Alberto Rodrigues Ferreira Camboa (Aveiro)
7. Amadeu da Silva Cruz (Aveiro)
8. António de Almeida Santos (Guarda)
9. António Cândido Miranda de Macedo (Porto)
10. António Carlos Ribeiro Campos (Coimbra)
11. António Chaves Medeiros (Vila Real)
12. António Duarte Arnault (Coimbra)
13. António Fernandes da Fonseca (Porto)
14. António Fernando Marques Ribeiro Reis (Santarém)
15. António Francisco Barroso de Sousa Gomes (Viseu)
16. António José Sanches Esteves (Faro)
17. António José Vieira de Freitas (Madeira)
18. António Manuel Chambica de Azevedo Gomes (Beja)
19. António Manuel Maldonado Gonelha (Leiria)
20. António Manuel de Oliveira Guterres (Castelo Branco)
21. Aquilino Ribeiro Machado (Lisboa)
22. Armando Filipe Cerejeira Pereira Bacelar (Porto)

⁹²² Reformador até à desvinculação deste Agrupamento parlamentar. Figurando como independente até ao término da 4.ª Sessão Legislativa, será reconduzido como candidato a deputado pelo PPD/PSD nas Eleições Legislativas de 5 de Outubro de 1980.

23. Armando dos Santos Lopes (Viseu)
24. Avelino Ferreira Loureiro Zenha (Aveiro)
25. Beatriz Magalhães de Almeida Cal Brandão (Porto)
26. Bento Elísio de Azevedo (Porto)
27. Carlos Cardoso Laje (Porto)
28. Carlos Manuel Natividade da Costa Candal (Aveiro)
29. Edmundo Pedro (Lisboa)
30. Eduardo Ribeiro Pereira (Setúbal)
31. Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar (Porto)
32. Fernando Luís de Almeida Torres Marinho (Coimbra)
33. Francisco de Almeida Salgado Zenha (Braga)
34. Francisco Cardoso Pereira de Oliveira (Açores)
35. Francisco Igrejas Caeiro (Lisboa)
36. Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto (Lisboa)
37. Francisco Soares Mesquita Machado (Braga)
38. Frederico Augusto Fonseca Handel de Oliveira (Braga)
39. Gualter Viriato Nunes Basílio (Lisboa)
40. Guilherme Gomes dos Santos (Leiria)
41. Henrique Teixeira de Queirós de Barros (Coimbra)
42. Herculano Rodrigues Pires (Setúbal)
43. Jaime José Matos da Gama (Açores)
44. João Alfredo Félix Vieira de Lima (Europa)
45. João Cardona Gomes Cravinho (Setúbal)
46. João Joaquim Gomes (Lisboa)
47. Joaquim José Catanho de Menezes (Lisboa)
48. Joaquim Sousa Gomes Carneiro (Porto)
49. Jorge Fernando Branco Sampaio (Lisboa)
50. José Gomes Fernandes (Porto)
51. José Luís do Amaral Nunes (Porto)
52. José Manuel Nisa Antunes Mendes (Santarém)
53. José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão (Lisboa)
54. Júlio Augusto Moraes de Montalvão Machado (Vila Real)
55. Júlio Francisco Miranda Calha (Portalegre)
56. Luís Filipe Nascimento Madeira (Faro)
57. Luís Silvério Gonçalves Saias (Faro)
58. Manuel Alegre de Melo Duarte (Coimbra)
59. Manuel Alfredo Tito de Moraes (Viana do Castelo)
60. Manuel António dos Santos (Porto)
61. Manuel Branco Ferreira Lima (Santarém)
62. Manuel Francisco da Costa (Évora)

63. Manuel Joaquim de Melo Pires Tavares Santos (Aveiro)
64. Manuel José Bragança Tender (Bragança)
65. Maria Emília de Melo Moreira da Silva (Porto)
66. Maria de Jesus Simões Barroso Soares (Porto)
67. Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio (Lisboa)
68. Mário Alberto Nobre Lopes Soares (Lisboa)
69. Raul da Assunção Pimenta Rego (Braga)
70. Rodolfo Alexandrino Susano Crespo (Lisboa)
71. Rui Fernando Pereira Mateus (Leiria)
72. Teófilo Carvalho dos Santos (Lisboa)
73. Vítor Manuel Gomes Vasques (Viana do Castelo)
74. Vítor Manuel Ribeiro Constâncio (Lisboa)

b) Substitutos (13 deputados)

1. Alberto Rodrigues Ferreira Camboa (Aveiro)
2. Carlos Alberto Costa de Sousa (Braga)
3. Fernando Alves de Almeida Miranda (Porto)
4. Herculano Ramos Rocha (Coimbra)
5. Hermínio de Palma Inácio (Setúbal)
6. João Fernandes (Coimbra)
7. José Manuel Galvão Teles (Lisboa)
8. José Manuel Nunes (Europa)
9. José Manuel Soares de Oliveira (Porto)
10. José Maria Parente Mendes Godinho (Santarém)
11. Luís Abílio da Conceição Cacito (Beja)
12. Luís José Godinho Cid (Lisboa)
13. Vítor Manuel Ribeiro Fernandes de Almeida (Vila Real)

B.4. PCP (55 deputados)

a) Eleitos (44 deputados)

1. Álvaro Augusto Veiga de Oliveira (Lisboa)
2. Álvaro Barreirinhas Cunhal (Lisboa)
3. Álvaro Favas Brasileiro (Santarém)
4. Ângelo Matos Mendes Veloso (Porto)
5. António Dias Lourenço da Silva (Santarém)

6. António Joaquim Gervásio (Évora)
7. António Marques Pedrosa (Lisboa)
8. António da Silva Mota (Porto)
9. Carlos Alberto do Carmo da Costa Espadinha (Setúbal)
10. Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas (Lisboa)
11. Carlos Alfredo de Brito (Lisboa)
12. Carlos Campos Rodrigues da Costa (Porto)
13. Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglês (Lisboa)
14. Dinis Fernandes Miranda (Beja)
15. Domingos Abrantes Ferreira (Setúbal)
16. Ercília Carreira Pimenta Talhadas (Setúbal)
17. Fernando de Almeida Sousa Marques (Setúbal)
18. Fernando Freitas Rodrigues (Setúbal)
19. Francisco Miguel Duarte (Beja)
20. Hélder Simão Pinheiro (Lisboa)
21. Jaime dos Santos Serra (Setúbal)
22. Jerónimo Carvalho de Sousa (Lisboa)
23. João António Gonçalves do Amaral (Lisboa)
24. Joaquim António Miranda da Silva (Portalegre)
25. Joaquim Gomes dos Santos (Leiria)
26. Joaquim Vítor Baptista Gomes de Sá (Braga)
27. Jorge do Carmo Silva Leite (Coimbra)
28. Jorge Manuel Abreu de Lemos (Lisboa)
29. José António Veríssimo Silva (Lisboa)
30. José Ernesto Ildefonso Leão de Oliveira (Évora)
31. José Manuel Aranha Figueiredo (Setúbal)
32. José Manuel da Costa Carreira Marques (Beja)
33. José Manuel Maia Nunes de Almeida (Setúbal)
34. José Rodrigues Vitoriano (Faro)
35. Josefina Maria Andrade (Évora)
36. Lino Carvalho de Lima (Porto)
37. Maria Alda Barbosa Nogueira (Lisboa)
38. Maria Ilda da Costa Figueiredo (Porto)
39. Marino Baptista de Vasconcelos Barbosa Vicente (Setúbal)
40. Octávio Floriano Rodrigues Pato (Lisboa)
41. Rosa Maria Reis Alves Brandão Represas (Lisboa)
42. Vital Martins Moreira (Aveiro)
43. Vítor Henrique Louro de Sá (Santarém)
44. Zita Maria de Seabra Roseiro (Lisboa)

b) Substitutos (11 deputados)

1. Adalberto António de Vasconcelos Casais Ribeiro (Lisboa)
2. Alberto Jorge Fernandes (Porto)
3. Custódio Jacinto Gingão (Lisboa)
4. José Artur de Sousa (Coimbra)
5. José Casimiro Sousa Correia (Lisboa)
6. Manuel Gaspar Cardoso Martins (Porto)
7. Maria Beatriz Ladeiras da Silva Nunes (Lisboa)
8. Maria da Conceição Morais Matias (Lisboa)
9. Marina Grou Lanita Silva (Beja)
10. Octávio Augusto Teixeira (Lisboa)
11. Osvaldo Alberto do Rosário Sarmento e Castro (Leiria)

B.5. CDS (75 deputados)

a) Eleitos (43 deputados)

1. Adalberto Neiva de Oliveira (Porto)
2. Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa (Porto)
3. Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues (Porto)
4. Alexandre Correia de Carvalho Reigoto (Vila Real)
5. Américo Maria Coelho Gomes de Sá (Porto)
6. António Ferreira Pereira de Melo (Aveiro)
7. António Martins Canaverde (Lisboa)
8. Artur Fernandes (Faro)
9. Basílio Adolfo de Mendonça da Horta da Franca (Braga)
10. Carlos Alberto Faria de Almeida (Guarda)
11. Carlos Martins Robalo (Castelo Branco)
12. Diogo Pinto Freitas do Amaral (Lisboa)
13. Domingos da Silva Pereira (Braga)
14. Eduardo Leal Loureiro (Viseu)
15. Emídio Ferrão da Costa Pinheiro (Setúbal)
16. Emílio Leitão Paulo (Lisboa)
17. Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia (Porto)
18. Francisco António Lucas Pires (Coimbra)
19. Francisco Gonçalves Cavaleiro de Ferreira (Lisboa)
20. Francisco Manuel Lopes Vieira Oliveira Dias (Leiria)
21. Henrique José Cardoso de Meneses Pereira de Moraes (Braga)

22. Henrique Manuel Soares Cruz (Santarém)
23. João Gomes de Abreu de Lima (Viana do Castelo)
24. João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida (Braga)
25. João Lopes Porto (Bragança)
26. João da Silva Mendes Morgado (Viseu)
27. José Augusto Gama (Fora da Europa)
28. José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro (Aveiro)
29. José Eduardo Fernandes de Sanches Osório (Lisboa)
30. José Manuel Rodrigues Casqueiro (Portalegre)
31. José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso (Lisboa)
32. Luís Aníbal de Sá Azevedo Coutinho (Porto)
33. Luís Carlos Calheiros Veloso de Sampaio (Castelo Branco)
34. Luís Eduardo da Silva Barbosa (Guarda)
35. Luís Filipe Pais Beiroco (Lisboa)
36. Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos (Viseu)
37. Manuel Baeta Neves (Santarém)
38. Narana Sinai Coissoró (Lisboa)
39. Nuno Krus Abecasis (Lisboa)
40. Pedro António José Bracourt Pestana de Vasconcelos (Porto)
41. Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena (Aveiro)
42. Rui Garcia de Oliveira (Viseu)
43. Vítor Afonso Pinto da Cruz (Lisboa)

b) Substitutos (32 deputados)

1. Adelino Amaral Homem Cardoso (Viseu)
2. Alfredo Albano de Castro de Azevedo Soares (Lisboa)
3. António Alexandre Cabral Archer de Carvalho (Porto)
4. António Mendes Carvalho (Braga)
5. António Pedro da Silva Lourenço (Lisboa)
6. Henrique Augusto Rocha Ferreira (Setúbal)
7. Isilda Silva Barata (Castelo Branco)
8. João Barros Peralta (Lisboa)
9. João Daniel Marques Mendes (Braga)
10. João José de Sousa Fernandes Homem (Lisboa)
11. João José Rodrigues de Freitas (Porto)
12. João Reis Honrado (Lisboa)
13. Joaquim António da Fonseca Pinto de Castelo Branco (Castelo Branco)
14. Joaquim Rocha dos Santos (Porto)
15. José Manuel Macedo Pereira (Lisboa)

16. Luís António Matos Lima (Braga)
17. Luís Gomes Moreno (Lisboa)
18. Manuel António Magalhães Correia Leite (Braga)
19. Manuel Augusto Couto de Azevedo (Porto)
20. Manuel Carlos Costa da Silva (Aveiro)
21. Manuel Cunha Mota (Porto)
22. Manuel Domingos da Fonseca Martins Moreira (Porto)
23. Manuel Eugénio Pimentel Cavaleiro Brandão (Porto)
24. Manuel João Borges de Madureira Pires (Porto)
25. Manuel Joaquim das Torres Antunes Barradas (Portalegre)
26. Marcelino Boaventura da Silva Chaves (Lisboa)
27. Maria José Paulo Sampaio (Aveiro)
28. Mariana Leonor Xara Brasil Rodrigues Sasseti (Lisboa)
29. Maria Salete Gomes Simões Salvado (Lisboa)
30. Maria Tabita Lopes Ferreira Mendes Soares (Bragança)
31. Rogério Ferreira Monção Leão (Lisboa)
32. Rui António Pacheco Mendes (Coimbra)

B.6. PPM (6 deputados)

a) Eleitos (5 deputados)

1. António José Borges Gonçalves de Carvalho (Viseu)
2. Augusto Martins Ferreira do Amaral (Santarém)
3. Gonçalo Pereira Ribeiro Teles (Lisboa)
4. Henrique José Barrilaro Fernandes Ruas (Viana do Castelo)
5. Luís Filipe Ottolini Bebianco Coimbra (Leiria)

b) Substituto (1 deputado)

1. João Carlos Osório Almeida Mateus (Viseu)

B.7. MDP/CDE (6 deputados)

a) Eleitos (3 deputados)

1. José Manuel Marques do Carmo Mendes Tengarrinha (Lisboa)
2. Luís Manuel Alves de Campos Catarino (Faro)

3. Raul Fernandes de Moraes e Castro (Porto)

b) Substitutos (3 deputados)

1. Helena Tâmega Cidade Moura (Porto)
2. Herberto de Castro Goulart da Silva (Lisboa)
3. Manuel José Ramires Fernandes (Faro)

B.8. UDP (1 deputado)

a) Eleito (1 deputado)

1. Mário António Baptista Tomé (Lisboa)

VIII.4. *Ratio* de Leis por reunião plenária na I Legislatura⁹²³

	Reuniões Plenárias	Leis	<i>Ratio</i>
1.ª Sessão	143	93	0,65
2.ª Sessão	102	84	0,82
3.ª Sessão	99	85	0,86
4.ª Sessão	73	45	0,62
Total	417	307	0,74

⁹²³ Fonte: VARGAS, Ana; VALENTE, Pedro (org.) – *O Parlamento na Prática*. Lisboa: Assembleia da República, 2008, pp. 383-384.

VIII.5. Relação de Presidentes e Vice-Presidentes da Assembleia da República da I Legislatura⁹²⁴

Presidentes:

Vasco da Gama Lopes Fernandes (PS) – de 29 de Julho de 1976 a 29 de Outubro de 1978.

Teófilo Carvalho dos Santos (PS) – de 30 de Outubro de 1978 a 7 de Janeiro de 1980.

Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida (PPD/PSD) – de 8 de Janeiro a 12 de Novembro de 1980.

Vice-Presidentes:

António Duarte Arnault (PS) – de 29 de Julho de 1976 a 29 de Janeiro de 1978 e de 30 de Outubro de 1978 a 12 de Novembro de 1980.

Manuel Alfredo Tito de Morais (PS) – de 8 de Fevereiro a 29 de Outubro de 1978.

Nuno Aires Rodrigues dos Santos (PPD/PSD) – de 29 de Julho de 1976 a 12 de Novembro de 1980.

Victor António Augusto Nunes de Sá Machado (CDS) – de 29 de Julho de 1976 a 29 de Janeiro de 1978.

António Jacinto Martins Canaverde (CDS) – de 8 de Fevereiro de 1978 a 12 de Novembro de 1980.

José Rodrigues Vitoriano (PCP) – de 29 de Julho de 1976 a 12 de Novembro de 1980.

⁹²⁴ Fonte: VARGAS, Ana; VALENTE, Pedro (org.) – *O Parlamento na Prática*. Lisboa: Assembleia da República, 2008, pp. 371-372.

VIII.6. Composição dos Governos Constitucionais da I Legislatura⁹²⁵

A. I Governo Constitucional – de 23 de Julho de 1976 a 23 de Janeiro de 1978

Primeiro-Ministro

Mário Alberto Nobre Lopes Soares

Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro
--

Vítor José Costa da Cunha Rego – até 25 de Março de 1977

Subsecretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro

Antero Alves Monteiro Diniz – até 25 de Março de 1977

Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro para os Assuntos Administrativos

Antero Alves Monteiro Diniz – desde 25 de Março de 1977

Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro para os Assuntos Políticos

Manuel Alegre de Melo Duarte – desde 25 de Março de 1977

Ministro de Estado

Henrique Teixeira de Queirós de Barros

Ministro sem Pasta

Joaquim Jorge de Pinho Campinos

Secretário de Estado da População e Emprego
--

Manuel Alfredo Tito de Moraes

Secretário de Estado da Cultura
--

David de Jesus Mourão-Ferreira

Secretário de Estado do Ambiente

⁹²⁵ Fonte: GUIMARÃES, Alberto Laplaine; AYALA, Bernardo Diniz de; MACHADO, Manuel Pinto; ANTÓNIO, Miguel Félix – *Os Presidentes e os Governos da República no Século XX*. Lisboa: Caixa Geral de Depósitos/IN-CM, 2000, pp. 371-412.

Manuel Gomes Guerreiro

Secretários de Estado da Comunicação Social

Manuel Alegre de Melo Duarte – até 25 de Março de 1977

José Maria Roque Lino – de 25 de Março de 1977 a 16 de Novembro de 1977

António de Almeida Santos – desde 16 de Novembro de 1977

Subsecretário de Estado da Comunicação Social

João Soares Louro – até 25 de Março de 1977

Ministro da Defesa Nacional

Mário Firmino Miguel

Ministro do Plano e Coordenação Económica

António Francisco Barroso de Sousa Gomes

Secretários de Estado da Coordenação Económica

Carlos Alberto de Oliveira Cruz – até 25 de Março de 1977

Carlos Montês Melancia – desde 25 de Março de 1977

Secretária de Estado do Planeamento

Maria Manuela da Silva – até 9 de Setembro de 1977

Ministro da Administração Interna

Manuel da Costa Brás

Subsecretário de Estado da Administração Interna

Hugo Ferdinando Gonçalves Rocha – até 6 de Junho de 1977

Secretário de Estado da Administração Regional e Local

Manuel Branco Ferreira Lima

Secretários de Estado da Administração Pública

Mário José de Aguiar – até 25 de Março de 1977

José Dias dos Santos Pais – desde 25 de Março de 1977

Secretário de Estado da Integração Administrativa

João Cristóvão Moreira

Ministro da Justiça

António de Almeida Santos

Secretário de Estado da Justiça

José Dias Santos Pais – até 25 de Março de 1977

Ministro das Finanças

Henrique Medina Carreira

Secretário de Estado do Orçamento

Alberto José dos Santos Ramalheira

Subsecretário de Estado do Orçamento

Ludovico Lázaro Morgado Cândido – desde 25 de Março de 1977

Secretária de Estado das Finanças

Maria Manuela Matos Morgado Santiago Batista

Subsecretário de Estado das Finanças

Eurico Macedo Ferreira Nunes – desde 25 de Março de 1977

Secretários de Estado do Tesouro

António Carlos Feio Palmeiro Ribeiro – até 25 de Março de 1977

Maria Manuela Matos Morgado Santiago Batista – desde 25 de Março de 1977

Subsecretários de Estado do Tesouro

José Achando Cabral – até 25 de Março de 1977

Eduardo da Costa Monteiro Consiglieri Pedroso – de 25 de Março de 1977 a 6 de Setembro de 1977

Ministros dos Negócios Estrangeiros

José Manuel de Medeiros Ferreira – até 10 de Outubro de 1977

Mário Alberto Nobre Lopes Soares – desde 10 de Outubro de 1977

Secretário de Estado da Emigração

Ministros da Agricultura e Pescas

António Poppe Lopes Cardoso – até 5 de Novembro de 1976

António Miguel Morais Barreto – desde 5 de Novembro de 1976

Secretários de Estado da Estruturação Agrária

Joaquim Guilherme da Silveira e Castro Guerra – até 5 de Novembro de 1976

Carlos Alberto Martins Portas – desde 5 de Novembro de 1976

Secretários de Estado do Fomento Agrário

Reinaldo Vital Rodrigues – até 5 de Novembro de 1976

António Carlos Ribeiro Campos – desde 5 de Novembro de 1976

Secretário de Estado do Comércio e Indústrias Agrícolas

Carlos Alberto Antunes Filipe

Secretário de Estado das Pescas

Pedro Amadeu Albuquerque Santos Coelho

Secretário de Estado das Florestas

António Manuel Chambica Azevedo Gomes – desde 5 de Novembro de 1976

Subsecretário de Estado das Florestas

António Manuel Chambica Azevedo Gomes – até 5 de Novembro de 1976

Ministros da Indústria e Tecnologia

Walter Ruivo Pinto Gomes Rosa – até 7 de Janeiro de 1977

António Francisco Barroso de Sousa Gomes – de 7 de Janeiro de 1977 a 25 de Março de 1977

Alfredo Jorge Nobre da Costa – desde 25 de Março de 1977

Secretários de Estado da Energia e Minas

Joaquim Leitão da Rocha Cabral – até 25 de Março de 1977

Ricardo Manuel Simões Bayão Horta – desde 25 de Março de 1977

Secretários de Estado da Indústria Ligeira

José de Bastos Rabaça – até 7 de Janeiro de 1977

José Eduardo Cardoso Trigo de Moraes – de 7 de Janeiro de 1977 a 25 de Março de 1977

Secretário de Estado da Indústria Pesada

Carlos Montês Melancia – até 25 de Março de 1977

Secretário de Estado da Indústria Ligeira e Pesada

Fernando Augusto dos Santos Martins – desde 25 de Março de 1977

Ministros do Comércio e Turismo

António Miguel Moraes Barreto – até 25 de Março de 1977

Carlos Alberto da Mota Pinto – desde 25 de Março de 1977

Secretário de Estado do Comércio Interno

António Escaja Gonçalves

Secretário de Estado do Turismo

Luís Filipe Nascimento Madeira

Secretário de Estado do Comércio Externo

António Manuel Rodrigues Celeste

Ministro do Trabalho

Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto – até 25 de Março de 1977

António Manuel Maldonado Gonelha – desde 25 de Março de 1977

Secretários de Estado do Trabalho

António Manuel Maldonado Gonelha – até 25 de março de 1977

Custódio de Almeida Simões – desde 25 de Março de 1977

Subsecretário de Estado do Trabalho

Custódio de Almeida Simões – até 25 de Março de 1977

Ministro da Educação e Investigação Científica

Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia

Secretário de Estado da Administração e do Equipamento Escolar

Almerindo da Silva Marques

Secretário de Estado da Juventude e dos Desportos

Joaquim Manuel Barros de Sousa

Secretário de Estado da Orientação Pedagógica

Joaquim Antero Romero Magalhães

Secretário de Estado do Ensino Superior

Joaquim Alberto da Cruz e Silva

Secretário de Estado da Investigação Científica

José Tiago da Fonseca Oliveira

Ministro dos Assuntos Sociais

Armando Filipe Cerejeira Pereira Bacelar

Secretário de Estado da Saúde

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo – até 6 de Junho e 1977

Secretário de Estado da Segurança Social

Vítor Manuel Gomes Vasques

Ministro dos Transportes e Comunicações

Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar

Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações

António Machado Rodrigues

Secretário de Estado da Marinha Mercante

António José Borrani Crisóstomo Teixeira

Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção

Eduardo Ribeiro Pereira

Subsecretário de Estado da Habitação, Urbanismo e Construção

Alderico Santos Machado – desde 25 de Março de 1977

Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo

Álvaro João Duarte Pinto Correia – até 25 de Março de 1977

Secretário de Estado da Construção Civil

Armando Jorge Esteves Pereira – até 25 de Março de 1977

Ministro das Obras Públicas

João Orlindo de Almeida Pina

Secretário de Estado das Obras Públicas

Mário Adriano de Moura e Castro Brandão Fernandes de Azevedo

Secretário de Estado dos Recursos Hídricos e Saneamento Básico

Baltazar António Morais Barroco

Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira

Lino Dias Miguel

Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores

Octávio de Carvalho Galvão de Figueiredo

B. II Governo Constitucional – de 23 de Janeiro a 28 de Agosto de 1978

Primeiro-Ministro

Mário Alberto Nobre Lopes Soares

Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro

António de Almeida Santos

Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Antero Alves Monteiro Diniz

Secretário de Estado da Comunicação Social

João Joaquim Gomes

Ministro da Defesa Nacional

Mário Firmino Miguel

Ministro das Finanças e do Plano

Vítor Manuel Ribeiro Constâncio

Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro das Finanças e do Plano

Alexandre Manuel de Pinho Sobral Torres

Secretário de Estado do Orçamento

Alberto José dos Santos Ramalheira

Subsecretário de Estado do Orçamento

Ludovico Lázaro Morgado Cândido

Secretário de Estado do Planeamento

José Manuel Gonçalves Serrão

Secretário de Estado do Tesouro

Herlânder dos Santos Estrela

Subsecretário de Estado do Tesouro

José de Oliveira Marques

Ministro da Justiça

José Dias dos Santos Pais

Ministros da Administração Interna

Alberto Marques de Oliveira e Silva – até 27 de Fevereiro de 1978

Jaime José Matos da Gama – desde 27 de Fevereiro de 1978

Secretário de Estado da Administração Local e Regional

Júlio Francisco Miranda Calha

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Victor António Augusto Nunes Sá Machado

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração

João Alfredo Félix Vieira de Lima

Ministro da Reforma Administrativa

Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena

Secretário de Estado da Administração Pública

José Manuel San-Bento Menezes

Ministro da Agricultura e Pescas

Luís Silvério Gonçalves Saias

Secretário de Estado da Estruturação Agrária

António Carlos Ribeiro Campos

Secretário de Estado do Fomento Agrário

Apolinário José Barbosa da Cruz Vaz Portugal

Secretário de Estado do Comércio e Indústrias Agrícolas

Alcino Cardoso

Secretário de Estado das Pescas

Vasco Ferreira César das Neves

Secretário de Estado das Florestas

António Manuel Chambica Azevedo Gomes

Ministro da Indústria e Tecnologia

Carlos Montês Melancia

Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base

Joaquim Leitão da Rocha Cabral

Secretário de Estado das Indústrias Extractivas e Transformadoras

Nuno Krus Abecasis

Ministro do Comércio e Turismo

Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca

Secretário de Estado do Comércio Interno

António Escaja Gonçalves

Secretário de Estado do Turismo

Baltazar de Andrade Gonçalves

Secretário de Estado do Comércio Externo

Carlos Alberto Antunes Filipe

Ministro do Trabalho

António Manuel Maldonado Gonelha

Secretário de Estado do Trabalho

Custódio de Almeida Simões

Secretário de Estado da População e Emprego

José Alberto Menano Cardoso do Amaral

Ministro da Educação e Cultura

Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia

Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro da Educação e Cultura

Raul Manuel Gouveia Bordalo Junqueiro – desde 21 de Junho de 1978

Secretário de Estado da Administração Escolar

Almerindo da Silva Marques

Secretário de Estado da Juventude e dos Desportos

Joaquim Manuel Barros de Sousa

Secretário de Estado da Orientação Pedagógica

Joaquim Antero Romero Magalhães

Secretário de Estado do Ensino Superior

Joaquim Alberto da Cruz e Silva

Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário

Aldónio Simões Gomes – desde 21 de Junho de 1978

Secretário de Estado da Cultura

António Fernando Marques Ribeiro Reis

Secretário de Estado da Investigação Científica

Alexandre Alberto Guerra de Sousa Pinto

Ministro dos Assuntos Sociais

António Duarte Arnault

Secretário de Estado da Saúde

Mário Luís Mendes

Secretário de Estado da Segurança Social

Vítor Manuel Gomes Vasques

Ministro dos Transportes e Comunicações

Manuel Branco Ferreira Lima

Secretário de Estado dos Transportes

José Manuel Consiglieri Pedroso

Secretário de Estado da Marinha Mercante

Luís António Penedo Correia Maltês

Ministro da Habitação e Obras Públicas

António Francisco Barroso de Sousa Gomes

Secretário de Estado das Obras Públicas

João Lopes Porto

Secretário de Estado do Ordenamento Físico e Ambiente

José Gomes Fernandes

Secretário de Estado da Habitação

Carlos Eduardo Ferro Gomes

Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira

Lino Dias Miguel

Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores

Octávio de Carvalho Galvão de Figueiredo

C. III Governo Constitucional – de 28 de Agosto de 21 de Novembro de 1978

Primeiro-Ministro

Alfredo Jorge Nobre da Costa

Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro

Carlos Manuel da Costa Freitas

Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Luís Artur Rosado Lobo

Secretário de Estado da Comunicação Social

João António de Figueiredo

Secretário de Estado da Administração Pública

António Jorge de Figueiredo Lopes

Ministro da Defesa Nacional

Mário Firmino Miguel

Ministro das Finanças e do Plano

José da Silva Lopes

Secretário de Estado do Orçamento

Alberto José dos Santos Ramalheira

Subsecretário de Estado do Orçamento

Ludovico Lázaro Morgado Cândido

Secretário de Estado das Finanças

Eurico Macedo Ferreira Nunes

Secretária de Estado do Tesouro

Maria Manuela Matos Morgado Santiago Batista

Ministro da Administração Interna

António Gonçalves Ribeiro

Secretário de Estado da Administração Regional e Local

José Manuel Marques Leandro

Ministro da Justiça

Mário Ferreira Bastos Raposo

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Carlos Jorge Mendes Corrêa Gago

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração

Paulo Manuel Lage David Ennes

Ministro da Agricultura e Pescas

Apolinário José Barbosa da Cruz Vaz Portugal

Secretário de Estado da Estruturação Agrária

Augusto Martins Ferreira do Amaral

Secretário de Estado do Fomento Agrário e Florestas

Francisco de Paula Ferreira Moniz Borba

Secretário de Estado das Pescas

João de Albuquerque

Ministro da Indústria e Tecnologia

Fernando Augusto dos Santos Martins

Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base

Abel Pinto Repolho Correia

Secretário de Estado das Indústrias Extractivas e Transformadoras

José Manuel Capelo Soares da Fonseca

Ministro do Comércio e Turismo

Pedro José Rodrigues Pires de Miranda

Secretário de Estado do Comércio Interno

António Escaja Gonçalves

Secretário de Estado do Turismo

João Gualberto Coentro Saraiva Padrão

Secretário de Estado do Comércio Externo

António José Baptista Cardoso e Cunha

Ministro do Trabalho

António de Seixas da Costa Leal

Secretário de Estado do Trabalho

José Acácio Dimas de Lacerda

Secretário de Estado da População e Emprego

Acácio Ferreira Catarino

Ministro da Educação e Cultura

Carlos Alberto Lloyd Braga

Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro da Educação e Cultura

Carlos Moura Pulido

Secretário de Estado da Juventude e dos Desportos

Rodolfo António Cabrita Bacelar Begonha

Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica

Eduardo Romano Arantes e Oliveira

Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário

António de Almeida Costa

Secretária de Estado da Cultura

Maria Teresa Dória Monteiro Santa Clara Gomes

Ministro dos Assuntos Sociais

Acácio Manuel Pereira Magro

Secretário de Estado da Saúde

Mário José Gomes Marques

Secretário de Estado da Segurança Social

Coriolano Albino Ferreira

Ministro dos Transportes e Comunicações

Amílcar José de Gouveia Marques

Secretário de Estado dos Transportes

Rogério de Ouro Lameira

Secretário de Estado da Marinha Mercante

Fernando Augusto de Resende Sobral Cid

Ministro da Habitação e Obras Públicas

João Orlindo Almeida Pina

Secretário de Estado das Obras Públicas

Mário Adriano de Moura e Castro Brandão Fernandes de Azevedo

Secretário de Estado do Ordenamento Físico e Ambiente

Baltazar António Morais Barroco

Secretário de Estado da Habitação

José Augusto Gonçalves Ramos

Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira

Lino Dias Miguel

Ministros da República para a Região Autónoma dos Açores

Octávio de Carvalho Galvão de Figueiredo – até 11 de Setembro de 1978

Henrique Afonso da Silva Horta – desde 11 de Setembro de 1978

IV Governo Constitucional – de 21 de Novembro de 1978 a 31 de Julho de 1979

Primeiro-Ministro

Carlos Alberto da Mota Pinto

Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

José Guilherme Xavier de Basto

Secretário de Estado da Administração Pública

António Jorge de Figueiredo Lopes

Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos e Integração Europeia

Manuel Jacinto Nunes

Secretário de Estado Adjunto para os Assuntos Económicos e Integração Europeia

José de Matos Torres

Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro

Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino

Secretário de Estado da Cultura

David de Jesus Mourão-Ferreira

Ministro da Defesa Nacional

José Alberto Loureiro dos Santos

Ministro das Finanças e do Plano

Manuel Jacinto Nunes

Secretário de Estado do Orçamento

João Pinto Ribeiro

Subsecretário de Estado do Orçamento

António Joaquim Carvalho

Secretário de Estado das Finanças

Alípio Barrosa Pereira Dias

Secretário de Estado do Tesouro

António de Almeida

Secretário de Estado do Planeamento

Rui José da Conceição Nunes

Ministro da Administração Interna

António Gonçalves Ribeiro

Secretário de Estado da Administração Regional e Local

José Manuel Marques Leandro

Ministro da Justiça

Eduardo Henriques da Silva Correia

Ministro dos Negócios Estrangeiros

João Carlos Lopes Cardoso de Freitas Cruz

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração

Paulo Manuel Lage David Ennes

Ministro da Agricultura e Pescas

Apolinário José Barbosa da Cruz Vaz Portugal

Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura e Pescas

José Fernando Covas Lima de Carvalho

Secretários de Estado da Estruturação Agrária

Augusto Martins Ferreira do Amaral – até 3 de Abril de 1979

João Ribeiro Goulão – desde 12 de Abril de 1979

Secretário de Estado do Fomento Agrário

Francisco de Paula Ferreira Moniz Borba

Secretário de Estado do Comércio e Indústrias Agrícolas

Mário Francisco Barreira da Ponte

Secretário de Estado das Pescas

João de Albuquerque

Ministro da Indústria e Tecnologia

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto

Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base

Hugo Fernando de Jesus

Secretário de Estado das Indústrias Extractivas e Transformadoras

António José Baptista Cardoso e Cunha

Ministro do Comércio e Turismo

Abel Pinto Repolho Correia

Secretário de Estado do Comércio Interno

Manuel Duarte Pereira

Secretário de Estado do Turismo

Licínio Alberto de Almeida Cunha

Secretário de Estado do Comércio Externo

Francisco Correia Guedes

Ministro do Trabalho

Eusébio Marques de Carvalho

Secretária de Estado do Trabalho

Maria Manuela Aguiar Dias Moreira

Secretário de Estado da População e Emprego

João Gualberto Coentro de Saraiva Padrão

Ministro da Educação e Investigação Científica

Luís Francisco Valente de Oliveira

Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro da Educação e Investigação Científica

Carlos Alberto Rosa

Secretário de Estado da Juventude e dos Desportos

Rodolfo António Cabrita Bacelar Begonha

Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica

Eduardo Romano Arantes e Oliveira

Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário

Maria Alice Nobre Gouveia

Subsecretário de Estado da Administração Escolar

António Paulo Daniel – desde 8 de Fevereiro de 1979

Ministro dos Assuntos Sociais

Acácio Manuel Pereira Magro

Secretário de Estado da Saúde

Mário José Gomes Marques

Secretário de Estado da Segurança Social

Coriolano Albino Ferreira

Ministro dos Transportes e Comunicações

José Ricardo Marques da Costa

Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações

Rogério de Ouro Lampeira

Secretário de Estado da Marinha Mercante

José da Silva Domingos

Ministro da Habitação e Obras Públicas

João Orlindo Almeida Pina

Secretário de Estado das Obras Públicas

Mário Adriano de Moura e Castro Brandão Fernandes de Azevedo

Secretário de Estado do Ordenamento Físico, Recursos Hídricos e Ambiente

Baltazar António Morais Barroco

Secretário de Estado da Habitação

José Augusto Gonçalves Ramos

Ministro da Comunicação Social

Daniel Proença de Carvalho

Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira

Lino Dias Miguel

Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores

Henrique Afonso da Silva Horta

V Governo Constitucional – de 31 de Julho de 1979 a 3 de Janeiro de 1980

Primeira-Ministra

Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo

Secretária de Estado Adjunta da Primeira-Ministra

Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes

Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Luís Artur Rosado Lobo

Secretária de Estado da Administração Pública

Gabriela Guedes Salgueiro

Ministro Adjunto para a Administração Interna

Manuel da Costa Brás

Secretário de Estado da Administração Regional e Local

José Albino da Silva Peneda

Ministro da Defesa Nacional

José Alberto Loureiro dos Santos

Ministro dos Negócios Estrangeiros

João Carlos Lopes Cardoso de Freitas Cruz

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Paulo Manuel Lage David Ennes

Secretário de Estado da Emigração

Mário Viçoso Neves

Ministro da Justiça

Pedro de Lemos e Sousa Macedo

Ministro das Finanças

António Luciano Pacheco de Sousa Franco

Secretário de Estado do Orçamento

Alberto José dos Santos Ramalheira

Secretário de Estado do Tesouro

António de Almeida

Ministro da Coordenação Económica e do Plano

Carlos Jorge Mendes Corrêa Gago

Secretário de Estado do Plano

Fernando Manuel Roque de Oliveira

Ministro da Agricultura e Pescas

Joaquim da Silva Lourenço

Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura e Pescas

José Fernando Covas Lima de Carvalho

Secretário de Estado do Comércio e Indústrias Agrícolas

Mário Francisco Barreira da Ponte

Secretário de Estado da Estruturação Agrária

Domingos Pereira Gaspar

Secretário de Estado do Fomento Agrário

Joaquim da Silva Lourenço – desde 19 de Setembro de 1979

Secretário de Estado das Pescas

António Baptista Duarte Silva

Ministro da Indústria

Fernando Henrique Marques Videira

Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base

Hugo Fernando de Jesus

Secretário de Estado das Indústrias Extractivas e Transformadoras

Joaquim Martins Ferreira do Amaral

Ministro do Comércio e Turismo

Acácio Manuel Pereira Magro

Secretário de Estado do Comércio Interno

Manuel Duarte Pereira

Secretário de Estado do Turismo

Licínio Alberto de Almeida Cunha

Secretário de Estado do Comércio Externo

Francisco Esteves Águas

Ministro dos Assuntos Sociais e da Coordenação Social

Alfredo Bruto da Costa

Secretário de Estado da Saúde

António Fernando Correia de Campos – desde 23 de Agosto de 1979

Secretário de Estado da Segurança Social

Coriolano Albino Ferreira

Ministro do Trabalho

Jorge de Carvalho Sá Borges

Secretário de Estado do Trabalho

Vasco Ribeiro Ferreira

Secretário de Estado da População e Emprego

Luís Fernando Argel de Melo e Silva Biscaia – desde 23 de Agosto de 1979

Ministro dos Transportes e Comunicações

Frederico Alberto Monteiro da Silva

Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro dos Transportes e Comunicações

José António da Luz Varela Pinto

Secretário de Estado Adjunto do Ministro dos Transportes e Comunicações

Vasco Esteves Fraga – até 19 de Setembro de 1979

Frederico Alberto Monteiro da Silva – desde 19 de Setembro de 1979

Secretário de Estado da Marinha Mercante

Frederico Alberto Monteiro da Silva – desde 19 de Setembro de 1979

Ministro da Habitação e Obras Públicas

Mário Adriano de Moura e Castro Brandão Fernandes de Azevedo

Secretário de Estado das Obras Públicas

Agnelo António Crespo

Secretário de Estado do Urbanismo e Ambiente

José Duarte Palma da Silva Bruschy

Secretário de Estado da Habitação

Júlio David Cândido Ferreira – desde 23 de Agosto de 1979

Ministro da Cultura e Ciência e da Coordenação Cultural

Adérito de Oliveira Sedas Nunes

Secretário de Estado da Cultura

Hélder Macedo

Secretário de Estado da Ciência

José Caetano Pinto Mendes Mourão

Ministro da Educação

Luís Eugénio Caldas Veiga da Cunha

Secretário de Estado da Administração da Educação

António de Almeida Costa

Secretário de Estado da Juventude e dos Desportos

Rodolfo António Cabrita Bacelar Begonha

Secretário de Estado do Ensino Superior

Joaquim Manuel Pantoja Nazaré

Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário

Aldónio Simões Gomes

Ministro da Comunicação Social

João António de Figueiredo

Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira
--

Lino Dias Miguel

Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores
--

Henrique Afonso da Silva Horta

VI Governo Constitucional – de 3 de Janeiro de 1980 a 9 de Janeiro de 1981

Primeiros-Ministros

Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro – até 4 de Dezembro de 1980

Diogo Pinto de Freitas do Amaral – desde 4 de Dezembro de 1980

Secretário de Estado Adjunto da Primeira-Ministra
--

Vasco Valente Correia Guedes [Vasco Pulido Valente]

Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

António Manuel d'Assunção Braz Teixeira

Secretária de Estado da Cultura
--

Vasco Valente Correia Guedes [Vasco Pulido Valente]

Secretário de Estado da Comunicação Social

Carlos Pedro Brandão de Melo de Sousa e Brito

Secretários de Estado do Ordenamento Físico e Ambiente

Ilídio Alves de Araújo – até 10 de Abril de 1980

Aurora Margarida de Carvalho Santos Borges de Carvalho – desde 10 de Abril de 1980

Vice-Primeiro-Ministro

Diogo Pinto de Freitas do Amaral

Secretário de Estado Adjunto do Vice-Primeiro-Ministro

José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro

Secretário de Estado da Reforma Administrativa

Carlos Martins Robalo

Secretário de Estado da Integração Europeia

Rui Manuel de Sousa Almeida Mendes

Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro

Francisco José Pereira Pinto Balsemão

Ministro da Defesa Nacional

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa – até 4 de Dezembro de 1980

Ministro da Administração Interna

Eurico da Silva Teixeira de Melo

Secretário de Estado da Administração Regional e Local

José Albino da Silva Peneda

Secretário de Estado da Administração Interna

José Luís da Cruz Vilaça

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Diogo Pinto de Freitas do Amaral

Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Luís Aníbal de Sá Azevedo Coutinho

Secretária de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas

Maria Manuela Aguiar Dias Moreira

Ministro da Justiça

Mário Ferreira Bastos Raposo

Ministro dos Finanças e do Plano

Aníbal António Cavaco Silva

Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Finanças e do Plano

José António Silveira Godinho

Secretário de Estado do Tesouro

José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira

Secretário de Estado do Orçamento

António Jorge de Figueiredo Lopes

Subsecretário de Estado do Orçamento

Rui Carlos Alvarez Carp

Secretário de Estado das Finanças

Alípio Barrosa Pereira Dias

Secretário de Estado do Planeamento

Miguel José Ribeiro Cadilhe

Ministro da Educação e Ciência

Vítor Pereira Crespo

Secretário de Estado da Juventude e dos Desportos

Joaquim Manuel Rendeiro de Araújo e Sá

Secretário de Estado do Ensino Superior

Sebastião José Formosinho Sanches Simões

Secretário de Estado da Educação

Roberto Artur da Luz Carneiro

Ministro do Trabalho

Eusébio Marques de Carvalho

Secretário de Estado do Trabalho

José Queirós Lopes Raimundo

Secretário de Estado do Emprego

Luís Alberto Garcia Ferrero Morales

Ministro dos Assuntos Sociais

João António de Moraes da Silva Leitão

Secretário de Estado da Saúde

Fernando José Costa e Sousa

Secretário de Estado da Segurança Social

António José de Castro Bagão Félix

Secretária de Estado da Família

Maria Teresa Paulo Sampaio da Costa Macedo

Ministro da Agricultura e Pescas

António José Baptista Cardoso e Cunha

Secretário de Estado do Comércio e Indústrias Agrícolas

Francisco Manuel Durão Lino

Secretário de Estado da Estruturação Agrária

João Ribeiro Goulão

Secretário de Estado do Fomento Agrário

José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso

Secretário de Estado das Pescas

João de Albuquerque

Ministro do Comércio e Turismo

Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca

Secretário de Estado do Comércio Interno

António Escaja Gonçalves

Secretário de Estado do Turismo

Alberto Heleno do Nascimento Regueira

Secretário de Estado do Comércio Externo

Armando de Sousa e Almeida

Ministro da Indústria e Energia

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto

Secretário de Estado da Energia e Minas

António Joaquim Garras da Silva Pinto

Secretário de Estado da Indústrias Transformadora

Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Ministro da Habitação e Obras Públicas

João Lopes Porto

Secretário de Estado das Obras Públicas

Carlos José Sanches Vaz Pardal

Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo

Casimiro António Pires

Ministro dos Transportes e Comunicações

José Carlos Pinto Soromenho Viana Baptista

Secretário de Estado dos Transportes

José Miguel Nunes Anacoreta Correia

Secretário de Estado da Marinha Mercante

José da Silva Domingos

Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira

Lino Dias Miguel

Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores

Henrique Afonso da Silva Horta

